



**UFRRJ**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**"Volta Redonda em Preto e Branco: Trabalho, Desenvolvimentismo e  
Relações Raciais (1946-1988)"**

**LEONARDO ÂNGELO DA SILVA**

*Sob a Orientação do Professor*  
**Alexandre Fortes**

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal  
de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código  
de financiamento 001*

Nova Iguaçu, RJ  
Junho de 2019

D586v Silva, Leonardo Ângelo da, 13/10/1976-  
Volta Redonda em Preto e Branco: Trabalho,  
Desenvolvimentismo e Relações Raciais (1946-1988) /  
Leonardo Ângelo Da Silva. - Juiz de Fora, 2019.  
230 f.: il.

Orientador: Alexandre Fortes. Tese(Doutorado). -  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,  
Programa de Pós-Graduação em História , 2019.

1. Classe. 2. Raça. 3. Relações Raciais. 4. Volta  
Redonda . 5. Companhia Siderúrgica Nacional. I.  
Fortes, Alexandre, 21/04/1966-, orient. II  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
Programa de Pós-Graduação em História III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**LEONARDO ÂNGELO DA SILVA**

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em História**, no Programa de Pós-Graduação em História.

Tese APROVADA EM ----/----/-----

---

Prof. Dr. Alexandre Fortes, UFRRJ (Orientador)

---

Prof. Dr. José Ricardo Garcia Pereira Ramalho, UFRJ

---

Prof. Dr. Álvaro Pereira do Nascimento, UFRRJ

---

Prof. Dr. Paulo Cruz Terra, UFF

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Ribeiro Fontes, UFRJ

## AGRADECIMENTOS

Novamente, assim como na dissertação de mestrado, tenho de expor que esta tese é de caráter coletivo. A ida para os Estados Unidos com apoio do PDSE CAPES, a mudança de temática, a volta ao Brasil e a nova escalada de leituras e pesquisa, as entrevistas e as redes criadas, o afastamento ou adentrar de novos grupos (partido, capoeira, Umbanda, etc), os debates e trocas realizadas nos grupos de estudo, o falecimento (em setembro de 2018) de meu irmão Eduardo Ângelo da Silva, o vivenciar o luto, o amor e apoio de meus pais e de pessoas queridas, as conversas, choros e experiências trocadas com muita gente com que nem tinha contato... Tudo isso enaltece o caráter coletivo da tese. Sem a força de vocês eu não teria conseguido. Ubuntu!

Agradecimento especial a Eduardo Ângelo, onde quer que ele esteja. Obrigado pelo convívio e trocas, por tantas portas de quartos abertas (quase arrombadas) na casa de nossos pais, quando cada um de nós tinha um insight. Se a ideia fazia muito sentido para um, mas não para o outro (risos) isso gerava uma série de debates e discussões. Esse é só um pequeno exemplo de nosso convívio e cumplicidade, pois todo o processo de convivência acadêmica só nos fez crescer como pesquisadores, pessoas e, principalmente, como irmãos. Sem você eu não teria tentado o mestrado e sem mim você enrolaria mais um ano para tentar o doutorado. Amo-te, obrigado, seja memória, luz para seguirmos!

Agradeço com toda força possível aos meus pais. Meu pai, normalmente mais calado, reflexivo e, como sempre, centrado e fechado. Minha mãe, geralmente falante, extrovertida e, como sempre, amorosa e repleta de alteridade. Reconheço muito de vocês em mim e nem sei como agradecer todo apoio recebido, inclusive financeiro. Eu os amos sem restrições!

À Suellen das Chagas Bitencourt que foi minha companheira e amiga durante grande parte desta jornada doutoral. Obrigado pelo senso de realidade, além de compartilhar e tornar minhas questões muito caras a ela (como as temáticas que perpassam o feminismo). Se há lacunas sobre o feminismo na tese isso ocorreu muito mais pela minha ignorância e insegurança do que pelas proposições feitas por Suellen. Obrigado!

Ao meu orientador Alexandre Fortes pelo diálogo sempre horizontal, pela paciência crística, pelas pontuais opiniões, pelo acompanhamento amigo e pela incrível pessoa que é (cidadão atuante, ativista e militante). Aproveito a parte destinada ao orientador e também agradeço a John D. French, um amigo que o estágio sanduíche me deu e que considero meu orientador informal. John, assim como Alexandre, é um pesquisador astuto, aplicado, sensível admirável e motivador. Foi dele que saiu a ideia de mudança de meu tema na tese e foi dele

que vieram adjetivos positivos sobre o meu “eu pesquisador” que muito me motivaram. John possui uma crítica contumaz inversamente proporcional ao seu ego acadêmico. Obrigado, John e Alexandre!

Aos companheiros de Grupos de Trabalho-Estudo, em especial ao pessoal e aos coordenadores do LEHMT-UFRJ, HGT e Pós-Abolição da UFRRJ-IM pelas trocas, debates sinceros e todo apoio fornecido. Foram muitas indicações de artigos ou de novos conceitos, muita disponibilidade para a leitura de parte de meu material, o que sempre envolvia uma devolutiva responsável e muito me ajudou na construção da tese. Agradeço muito a vocês, obrigado!

À Casa de Vovó Catarina de Angola e ao Centro Espírita Filhos de Umbanda, que são habitados pelos meus irmãos e irmãs de fé que me deram o suporte espiritual e conhecimento necessário para manter a sanidade durante todo o processo acadêmico (e na vida). Axé!

Ao pessoal do Partido Socialismo e Liberdade de Barra Mansa (Psol-BM) por toda a cumplicidade envolvida, pelas discordâncias e debates subsequentes, pela compreensão de minhas ausências e afastamento, pelas trocas e pela nossa visão de mundo inclusiva. Mesmo distante, desejo que possamos continuar a trabalhar o nosso “Circuito dos afetos”.

Às companheiras e companheiros do Coletivo de Capoeira Angola UFABC de São Bernardo do Campo-SP e ao Grupo de Capoeira Guardiões do Quilombo de Barra Mansa-RJ, por sua paciência em relação às minhas ausências-sumidas e pelo suporte e ensinamentos sempre dados, pela mandinga do jogo que me fizeram entender ser uma metáfora da vida. Um abraço irmãos e irmãs!

Finalmente, aos trabalhadoras e trabalhadores de Volta Redonda e região que novamente demonstraram um poder absurdo na construção de sua própria história. Agradeço especialmente ao povo negro de Volta Redonda, grande parte dos meus entrevistados, pois só fizeram aumentar minha admiração pela cidade, pelos trabalhadores e trabalhadoras que a construíram, lutaram e geraram os movimentos negros que hoje habitam a localidade. Suas histórias demonstraram como que a vida está em constante movimento e a instabilidade é parceira. A vocês meu mais caloroso abraço!

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001*

*This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001*

## RESUMO

SILVA, Leonardo Ângelo da. **Volta Redonda em Preto e Branco: Trabalho, Desenvolvimentismo e Relações Raciais (1946-1988)**. 2019. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

A tese tem como mote a implementação de uma das maiores companhias siderúrgicas da América Latina, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), desde sua implementação até os anos 1980, quando ocorre a maior greve da empresa e em que são assassinados três operários pelo exército. A obra teve início 53 anos (1941) após o fim do regime escravista no Brasil (1888), ao mesmo tempo em que a CSN é construída o Estado brasileiro veiculava, à obra e ao país, um forte discurso de formação da classe trabalhadora e de um novo período para o Brasil, pautado em desenvolvimento e evolução. A tese se dedica a analisar o quanto do período desenvolvimentista foi permeado pelo discurso de democracia racial, para tanto, o uso das fontes teve como objetivo compreender as disparidades entre um discurso inclusivo feito para a classe trabalhadora e as desigualdades estruturais pautadas na raça-cor que vinham como heranças das desvantagens do período escravista. Os esforços de análise conceberam a CSN para além de sua usina de aço, analisou-se um complexo industrial, pois de Minas Gerais vinha o minério de ferro, de Santa Catarina o carvão mineral e no Rio de Janeiro (cidade de Volta Redonda) se dava a produção do aço. A construção da tese seguiu os estranhamentos do autor em relação às fontes dentro de uma ordem cronológica: no primeiro capítulo encontram-se análises pautadas em um forte uso de imagens, no segundo analisa-se um periódico da empresa e como ele conceituava classe trabalhadora e tratava da questão racial e no terceiro, a temática principal, foi a construção dos movimentos negros em Volta Redonda e, para tanto, as entrevistas realizadas pelo autor e outros pesquisadores foram a fonte basilar.

Palavras chave: Volta Redonda; CSN; Questão Racial; Formação de Classe; Pós-Abolição

## ABSTRACT

SILVA, Leonardo Ângelo da. **Volta Redonda in Black and White: Work, Developmentalism and Race Relations (1946-1988)**. 2019. Dissertation (Doctorate) - Institute of Human and Social Sciences – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

The dissertation has as its motto the implementation of one of the largest steel companies in Latin America, the Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), since its implementation until the 1980s, when the company's biggest strike occurs and in which three workers are murdered by the army. The construction of power plant began 53 years (1941) after the end of the slave regime in Brazil (1888), at the same time that CSN was built, the Brazilian State associated, to the construction and to the country, a strong discourse of formation of the working class and of a new period for Brazil, based on development and evolution. The dissertation is dedicated to analyzing how much of the developmental period was permeated by the discourse of racial democracy, therefore, the use of sources aimed to understand the disparities between an inclusive discourse made for the working class and the structural inequalities based on the race-color that came as inheritance of the disadvantages of the slave period. The analysis efforts conceived CSN in addition to its steel plant, as industrial complex, since iron ore came from Minas Gerais, mineral coal from Santa Catarina and Rio de Janeiro (city of Volta Redonda) happened the production of steel. The construction of the dissertation followed the strangeness of the author in relation to the sources within a chronological order: in the first chapter there are analyzes based on a strong use of images, in the second an analysis of a company journal and how it conceptualized working class and it dealt with the racial issue and in the third, the main theme, was the construction of black movements in Volta Redonda and, for that, the interviews conducted by the author and other researchers were the basic source.

Keywords: Volta Redonda; CSN; Racial Question; Working Class; Post-Abolition

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1: IMAGENS CONGELADAS DE UMA CONTRADIÇÃO QUENTE?...23</b>	
<b>CAPÍTULO 2: UM LINGOTE DE INFORMAÇÃO: A REPRESENTAÇÃO DE MULHERES E HOMENS BRANCOS E NEGROS NO JORNAL MENSAL DA CSN (1953-1957) .....</b>	<b>79</b>
<b>CAPÍTULO 3: A VEZ E A VOZ DE NEGROS E NEGRAS EM VOLTA REDONDA .....</b>	<b>138</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>205</b>



## INTRODUÇÃO

O objetivo central desta tese é o estudo da relação entre raça e classe em um dos grandes centros industriais do pós-guerra brasileiro. Na década de 1940, a então maior indústria siderúrgica da América Latina (a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN) foi instalada no oitavo distrito, à época categorizado como área rural, de Barra Mansa (Volta Redonda), região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. A construção e operação da CSN sempre estiveram enredadas por discursos de modernização e desenvolvimentismo<sup>1</sup>, afinal, um enorme fluxo migratório foi necessário para a realização dessa construção e transformações urbanas e econômicas gigantescas determinaram a emancipação do distrito, em 1954. Uma de nossas hipóteses centrais é de que esses discursos foram forjados utilizando-se de um ideal de democracia racial que parecia ir ao encontro do fortalecimento de um discurso de e para a classe trabalhadora, que também se apresentava naquele momento.

Posto o objetivo, acredito ser necessário explicitar a trajetória que gerou o processo de transformação do objeto central desta tese. Não foram classe e raça que nos levaram a fazer o projeto e participar do processo seletivo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em 2014. Hoje temos maior ciência de que, naquele momento, nós não havíamos feito a necessária separação entre o objeto e os objetivos de pesquisa da dissertação recém-concluída em relação ao projeto apresentado para a tese de doutorado, coisa que acabamos notando posteriormente que também ocorre com muitos outros pesquisadores.

O projeto que nos levava ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em História pela UFRRJ possuía o seguinte título “‘Fui eu quem fez’! Trabalhadores, abertura político-partidária, clientelismo e redes sociais no processo de emancipação de Volta Redonda (1945 - 1956)”. Naquele projeto, continuávamos com algumas questões abertas pela dissertação (DA SILVA, 2010) em que o contexto de abertura política do pós-1945 e sua relação com a organização dos trabalhadores nos levavam à análise da emancipação política, em 1954.

Dissertação e projeto de tese compartilhavam da constatação de que tanto a classe trabalhadora quanto os atores políticos (líderes carismáticos, partidos, CSN e emancipadores) atuaram (dentro dos limites de seus interesses) conjuntamente no cenário da emancipação do distrito. O objetivo comum da emancipação era polvilhado por sentidos diversos do que ela poderia trazer para cada grupo. Assim, as estratégias geradas pela classe trabalhadora para

---

<sup>1</sup> Todos os ciclos de expansão da Companhia utilizaram esses discursos, os mesmos chegaram a adentrar os anos 1980.

suprir suas necessidades incluíram tanto a participação política quanto a interação com outras classes sociais nos marcos estabelecidos pelo “sistema político populista”<sup>2</sup>.

Talvez tenha sido essa conexão conceitual com o pesquisador americano John French que nos levou a acreditar que poderíamos obter sucesso quando surgiu a oportunidade de concorrermos a um estágio sanduíche. Para isso, elaboramos o projeto que recebeu o seguinte título: “Industrialização e Cidades Operárias: Formação de Classe, Reivindicações e Lutas Interclassistas no Contexto Latino Americano (1945-1964); participamos e fomos aprovador no processo seletivo e, de meados para o final de 2015, partimos para Durham, Carolina do Norte, cidade sede da Duke University.

### **1. A Brasilidade em Xeque: Estranhamento Cultural versus Questionamento Racial**

“Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro.

(...)

A possibilidade de construir uma identidade negra – tarefa eminentemente política - exige como condição imprescindível, a contestação do modelo advindo das figuras primeiras - pais ou substitutos - que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco. Rompendo com este modelo, o negro organiza as condições de possibilidade que lhe permitirão ter um rosto próprio” (SOUZA, 1983, p. 77).

O texto acima é parte do livro de Neusa Santos Souza, psicanalista negra, que se suicidou em 2008. Segundo ela, o negro no Brasil é um vir a ser que faz parte de processo de reidentificação mediado, muitas vezes, por um ato de discriminação. Então, o negro reconhece a condição de diferença através da análise de sua inserção na estrutura e pelo lugar social construído socialmente para si e passa a ter um rosto próprio. Foi esta a experiência pela qual o autor deste texto passou nos Estados Unidos, da negação à assunção de uma identidade racial. Então, a partir deste ponto tomaremos a liberdade de escrever em primeira pessoa a experiência de estranhamento e as reflexões que se desdobraram na elaboração da tese.

Na primeira versão desta introdução eu havia escrito que “o relato em primeira pessoa tem o único objetivo de pensar o conceito raça e explicar a dinâmica de estranhamentos que levaram à mudança de pesquisa”. Pensava que deixar o texto em terceira pessoa o levaria a ser mais científico e menos envolto em minhas questões pessoais. Talvez eu estivesse seduzido por um discurso de imparcialidade (que não existe). Com o andar da pesquisa e o envolvimento com outros pesquisadores e grupos de trabalho (GTs) notei que muito de minhas questões de pesquisa eram inseparáveis de meus autoquestionamentos raciais, até

---

<sup>2</sup> Como referência citamos a obra de (French, 1995) que estuda as alianças de classe no ABC de São Paulo.

mesmo minhas considerações sobre historiadores do *Pós-abolição* e do *Mundos do Trabalho* passavam por este novo momento. Essa é uma questão à qual voltarei mais adiante, aqui mesmo na introdução.

Depois de algum tempo, as coisas começaram a ficar mais claras e o pensamento constante que passei a acalantar é que, como pesquisador, eu tenho que objetivar uma construção a mais próxima possível do ocorrido. Para este fim, o que disponho é de metodologia-teoria e clareza em meus critérios, independentemente de meu envolvimento com o objeto<sup>3</sup>. Espero que estes pontos estejam claros ao longo da tese, pois não fiz um capítulo teórico-metodológico, preferindo diluir as questões teóricas em meio à construção dos argumentos. Enfim, nos voltemos para a razão motivadora de todas estas transformações.

Sou brasileiro típico, filho da mestiçagem, nascido na Zona da Mata de Minas Gerais. Possuo uma árvore genealógica mineira, baiana e portuguesa por parte de mãe (é o que me lembro das histórias contadas) e totalmente mineira por parte de pai.

Cheguei aos Estados Unidos dia 08 de outubro de 2015. O objetivo era ser pesquisador visitante por nove meses na Duke University (Carolina do Norte) e cursar as aulas do Professor John French, afinal, minha dissertação e projeto de tese dialogavam com seus conceitos, principalmente o de Sistema Político Populista. Contudo, para além dos objetivos, muitas coisas diferentes ocorreram já no primeiro momento, mas a mais impactante foi ser considerado negro naquele ambiente social! Este estranhamento foi muito pesado, não tenho vergonha de admitir, pois nunca havia pensando em minha condição racial e lá, em todas as situações, a racialização se dava, do preenchimento de formulários em que você optava por “hispanico”, “branco” ou “negro”, às divisões de bairros e até de universidades. Essas lembranças fazem as constatações de Mbembe e Lança ganharem mais sentido, pois para eles “a raça sempre foi uma forma mais ou menos codificada de divisão e de organização da diversidade, fixando-a e distribuindo-a segundo hierarquias e divisões dentro de espaços mais ou menos estanques”, assim o que eu notava seria um reflexo de identificações em que grupos são reconhecidos como portadores de “traços diferenciais e mais ou menos aleatórios” (MBEMBE e LANÇA, 2014, p. 71).

No primeiro mês, nas duas vezes que saí com amigos brasileiros e fomos para bares tipicamente americanos, fui abordado por homens negros que puxaram conversa, elogiavam minha jaqueta, etc. Isso ocorria comigo e não com os outros brasileiros. Em conversa com um

---

<sup>3</sup> Acredito que tanto Hobsbawm como Thompson passaram por isso quando escreveram sobre a esquerda ou comunistas, Simone de Beauvoir quando escreveu sobre as mulheres, o feminismo e Kabengele Munanga aos escrever sobre negros, racismos, etc. Só para dar alguns exemplos.

colega músico (negro) que mora em Durham-NC, ao falar sobre esta situação, ele fez o seguinte comentário: “você raspa a cabeça e usa barba, para a maioria das pessoas você possui aspectos que os negros daqui têm. Eu deixo cachos e todos pensam que sou um negro porto-riquenho”. Mesmo que eu nunca tivesse pensado em minha condição por questão da cor da pele, meus traços fenotípicos eram carregados de informação para olhos cotidianamente treinados em classificação racial, como, aliás, ocorria com aquela sociedade inteira. Assim, como notou o Professor French, formato de nariz, boca, cabelo, características faciais africanas (FRENCH, p. 43), tudo enredava um emaranhado que coligia para a classificação.

Novamente Mbembe, ao analisar a configuração da raça entre aparência, verdade e simulacros, escreve que para “que possa operar enquanto afecto, instinto e speculum, a raça tem de se transformar em imagem, forma, superfície, figura e, sobretudo, imaginário” (MBEMBE e LANÇA, 2014, p. 68). Sim, imaginário era mesmo a questão. De um lado havia a sensação de irmandade (*brotherhood*) revelada pelos negros americanos que me acolhiam por me reconhecerem como negro. De outro, as representações no imaginário dos brasileiros que brincavam com meu estranhamento. Em situações consideradas mais arriscadas, por exemplo, (como andar por rua escura, entrar em bairros majoritariamente negros) começaram a pedir que eu fosse na frente, pois era o negro do grupo e poderia “por moral”, colocar os outros para correr, esse tipo de estereótipo sobre negros e marginalidade que eu mesmo compartilhava no Brasil. Sei que a discussão sobre percepção identitária é enorme e complexa, mas trago esses relatos pontuais para explicar como eles acabaram por condicionar minha pesquisa.

A passagem de maior estranhamento em que a tomada de posição e de auto reconhecimento veio à tona conseguiu unir a citada passagem de Neusa Santos com o raciocínio de Mbembe. Foi justamente diante de um ato de racismo, cuja perpetradora viu em mim não um rosto humano, mas um simulacro de rosto, um simulacro que “substitui um rosto e um corpo de um homem” (Idem, p. 66), vendo neste para além do real, que pude experimentar a discriminação e encontrar a indignação coletiva que me guiou para uma postura mais política de assunção de minha negritude.

O caso é curto e simples: estava eu na loja da Duke University, praticamente vazia, tentando comprar algumas coisas e notei que alguém me seguia, uma senhora branca de camisa azul. Ao chegar ao caixa era esta mesma senhora que estava lá. Perguntei a ela se com a apresentação de meu cartão de estudante eu obteria o desconto anunciado em um cartaz ou se necessitava de mais alguma coisa para obtê-lo e ela me perguntou se eu chamaria algum

amigo para apresentar o cartão! Refaço a pergunta pois achava que poderia haver problemas com o meu inglês e ela me dá a mesma resposta.

Volto para casa indignado, não compro nada, conto o ocorrido para os proprietários da casa de quem eu havia alugado um quarto<sup>4</sup>. Courtney (negra), muito nervosa, sugeriu que fôssemos à loja preencher um formulário de reclamação. Eu fiquei sem jeito e não aceitei. De fato, nas aulas que se seguiram do curso com o professor John French, ele entregou tabela que comparava o racismo no Brasil com o racismo nos Estados Unidos. No item 4.7, ao tratar das estratégias de luta, há a menção de que nos EUA existem lutas coletivas contra o racismo e ao mesmo tempo um esforço individual em superá-lo; para o Brasil há muito mais esforço individual do que lutas coletivas (FRENCH, p. 51). Acredito que isso explique minha opção por não voltar à loja ao mesmo tempo que joga luz sobre a postura de Courtney.

A partir deste ponto, o exercício foi o de autodescoberta. Revendo as entrevistas realizadas no mestrado, descobri lacunas, pois, se negro sou, onde estava o lastro de minha negritude? Lembrei de foto de meus avós paternos em que minha avó, Dona Maria Luiza (preta), e meu avô, Sebastião Candido (pardo), estão perfilados com seus três primeiros filhos homens (foram 4 no total). Meu pai, que é pardo e um dos mais claros entre seus irmãos, me mostrou essa foto há uns sete anos, quando perguntei a ele sobre minha avó. Não sabia muito sobre ela, afinal ela foi levada pela tuberculose quando ele tinha apenas 6 anos, mais uma história triste das famílias pobres dos subúrbios de Juiz de Fora-MG. Até então, eu pensava na pobreza de minha família paterna, mas nunca havia me passado pela cabeça a condição de ser negro no Brasil, ou seja, o quanto uma herança de desvantagens cercava o negro em sua insegurança estrutural.

Pelo lado materno, sempre ouvi histórias de meu avô (Rivalino Saldanha) como homem de negócios, tropeiro bem-sucedido que chegou a ter fazenda muito estruturada ao pé da Serra da Mantiqueira (Lima Duarte-MG), era filho de mãe solteira e se fez sozinho. Ele morreu de câncer quando minha mãe tinha 15 anos, deixando uma situação boa para a família. Mas a fortuna se esvaiu e minha avó materna (branca), Maria Justina de Jesus, viveu conosco até meus 18 anos de idade, quando ela faleceu aos 89 anos.

Por que lembrar daquela foto velha e desgastada que meu pai guardava? A lembrança veio em proporção direta ao meu estranhamento racial nos Estados Unidos, pois criado em um país com forte discurso de igualdade racial eu nunca havia olhado para minha família sob

---

<sup>4</sup> Morei um mês com um mexicano e um chinês em um bairro mais isolado, posteriormente fui para um bairro negro, ao lado da North Carolina Central University (NCCU), universidade que possuía (em 2016) 96% dos alunos negros.

o aspecto de raça e cor. Nunca havia pensado em meus avós paternos como negros e ou pardos, nunca tinha associado a pobreza e precariedade visível na foto à condição da cor presente nela, nunca havia pensado na profissão de meu avô paterno (pedreiro, mestre de obras) associando-a em relação à sua cor, nunca havia refletido sobre a morte de minha avó e nem mesmo nas histórias de pobreza contadas pelo meu pai, sempre atreladas à precariedade de um bairro periférico de sua cidade natal, Juiz de Fora, como uma questão atrelada à cor.

O que lembro bem de minha infância em Barra Mansa e Volta Redonda eram as visitas aos tios e tias maternos. A CSN sempre estava em nosso caminho e muitos de meus tios trabalhavam nela. Lembro que por várias vezes passávamos em frente à CSN, víamos as chaminés e um fogo que ficava aceso constantemente. Chegávamos à casa de meus tios e meus primos diziam que meu tio estava trabalhando, fazendo turno, que só chegaria mais tarde, o mesmo ocorria com meus primos mais velhos. É engraçado pensar nisso agora pois no caminho para a casa de meus familiares atravessávamos 13 km de usina mas ela sempre esteve atravessada em minha família. Na Greve de 1988, quando eu tinha 12 anos, eu lembro de estarmos em frente à TV e o telefone da casa de meus pais não parar de tocar, familiares trocando informações e preocupados com os que ainda não haviam chegado, militares nas ruas, 3 operários mortos. Minha família materna era de trabalhadores operários e os operários sofriam. Eu não pensava na cor.

A questão de não pensar nisso está inserida em minha própria trajetória, pois negro era sempre o outro. O caso de haver negros em minha família paterna nunca foi uma questão ventilada ou demonstrada e embora minha família materna tenha pardos, minha avó sempre tratou negros de maneira muito diferenciada, chamava-os de “bicho”. Ela nasceu em 1908, vivendo em Lima Duarte (área rural de Minas Gerais), criada em fazenda pouco tempo depois da abolição. Meu avô era fazendeiro e tropeiro, comprava e vendia gado. Acredito que as continuidades entre racismo e escravidão para eles foram questões muito mais tangíveis que o discurso de democracia racial. Além disso, para ambas famílias, há que se levar em conta o branqueamento pois, assim como no raciocínio de Eduardo de Oliveira, este “reduz o descontentamento entre as raças. Assim o negro no Brasil pode esperar que seus filhos sejam capazes de furar a barreira que os mantiveram para trás, caso ele se case com gente mais clara” (OLIVEIRA, 1974, p. 67). Não sei qual a auto identidade racial de meu avô paterno, mas em seu segundo casamento ele casou com minha avó Maria da Luz, branca no estilo europeu, e teve mais 5 filhas (todas brancas). É difícil afirmar que meu avô tenha feito isso

em nome do branqueamento da família, mas é muito improvável que isso não perpassasse o imaginário daquela geração pois o belo, o aceitável, era o branco<sup>5</sup>.

Reconhecer a dificuldade em me identificar como negro ou aceitar que outras pessoas me vissem assim foi um processo, assim como o foi pensar nosso histórico, enquanto país, sobre as teorias raciais. Afinal, se o negro sempre foi uma construção da negatividade, da ausência do branco e de civilidade, o mestiço sempre esteve perdido em meio aos adjetivos bons e ruins durante os debates conceituais e científicos do final do século XIX ao início do XX (vide Munanga, 2008, pp. 47-79 e Lilia Schwarcz, 1993), o que isolou o último de uma formação identitária com os negros, de pele mais escura. Ao pensar sobre minhas questões de estranhamento foi complicado notar a aplicabilidade das palavras de Kabenguele Munanga, pois quando ele se refere aos escritores do período citado, ao analisar o contexto de suas produções, assevera que

“(...) não resta dúvida de que esses mecanismos seletivos quebravam a unidade entre os próprios mulatos, dificultando a formação de identidade comum de seu bloco, já dividido entre os disfarçáveis (mais claros) e os indisfarçáveis (mais escuros) e o resto dos visivelmente negros” (MUNANGA, 2008, p. 65).

Sendo eu pardo, ou seja, mestiço, não tive a experiência em meu país de uma formação racial identitária, fui tê-la, forçosamente, fora.

Lembro-me dos diálogos que tive com um afro-americano chamado Jason, capoeirista em Durham. Ele é um pouco mais claro do que eu, possuía barba e cabeça raspada e fez parte de seu mestrado no Brasil, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em suas experiências no Brasil uma das que mais o indignou foi a reação dos brasileiros quando ele se assumia negro. A indignação, em sua narrativa, decorria de que as pessoas tentavam *aliviar* a sua condição de negro, consolá-lo, pois negavam a sua negritude, chamando-o de “moreninho”.

Concordo com Munanga quando afirma que “(...) conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico”, ademais, em meio a essas diferenças Munanga aponta para a força da construção de raças fictícias, “construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos” que apontam para a construção de “raças sociais” que

<sup>5</sup> Segundo Neusa Santos Souza, ao tratar a questão da cor em um aspecto psicológico: “a branca transcende o branco (...). O belo, o bom, o justo e verdadeiro são brancos. (...) O branco, a branca, são os únicos artífices e legítimos herdeiros do progresso e desenvolvimento do homem. Eles são a cultura, a civilização, em uma palavra, a ‘humanidade’” (SOUZA, 1983, p. 10).

comungam com o biológico mas nada tem com ele, “(...) É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação” . Ao pensarmos sobre a formação racial diferenciada entre Brasil e EUA, há que se levar em conta a vertente social de que Jason, americano e estudado não poderia ser apenas *um negro* para seus amigos brasileiros, não poderia ser *um dominado ou excluído*. Mais uma vez raça se operacionalizava enquanto “realidade social e política”, pautando-se “como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão” (MUNANGA, 2004, pp. 5,6).

Volto a pensar na trajetória de meu pai. Minha mãe sempre cita uma certa resistência de minha avó, a mãe dela, em relação ao namoro deles. Atualmente fico a pensar se isso passava pela cor ou pela questão social. O meu avô paterno foi colono de meu avô materno. Em decorrência de uma picada de cobra, foi se tratar e acabou por morar na cidade onde aprendeu um novo ofício, se tornou pedreiro. Como minha avó paterna faleceu cedo, meu pai não teve vida fácil, passou por alguns lares de parentes e somente aos oito anos teve uma madrasta em casa.

Meu pai fazia pequenos bicos para ajudar em casa e, aos 13 anos arrumou emprego fixo em loja de tecidos na cidade de Juiz de Fora. Ele sempre fala que possuía amigos que o colocavam pra frente, então fez contabilidade, mas virou um contador de histórias (como sempre brinca ao contar este período de sua vida). Alguns amigos tiveram a ideia de tentar a Universidade Federal de Juiz de Fora e o incentivaram a fazer a prova, contudo, meu pai não se sentia a vontade, pois como combinar os horários da loja com o dos estudos em uma universidade? Enfim, fez o processo seletivo em 1971 e passou para o curso de Português-Latim.

José Candido da Silva trabalhou nessa loja por muitos anos e, certa ocasião, seu patrão (o senhor Vicente Ângelo Rosa) o ouviu comentar com um cliente sobre o risco de passar para a universidade e não ter como fazer o curso. Após ouvi-lo, o senhor Vicente o liberou para que estudasse todas as manhãs. Meu pai ficou efusivo de alegria e, quando virava as costas para voltar ao trabalho, o senhor Vicente asseverou: “- É sem a redução do salário”. Meu pai, filho de pais negros, pode estudar em uma federal graças à caridade de seu patrão, por isso afirma que o senhor Vicente foi seu segundo pai. A gratidão foi enorme, tanto que eu e meus irmãos a carregamos em nossos nomes pois se o sobrenome de meu pai é Candido da Silva (José Candido da Silva) e o de minha mãe é Saldanha (Marina Saldanha). Nós recebemos o Ângelo do senhor Vicente, uma singela homenagem ao homem que mudou a trajetória de um trabalhador brasileiro e por tabela a de toda a sua família. Meu pai é o único



com ensino superior entre seus irmãos, é o único que possui uma vida menos pesada em relação à sobrevivência.

Hoje, olhando um pouco mais de longe fico pensando o quanto que o senhor Vicente (por caridade pautada em religiosidade ou qualquer outro sentido) não assumiu o papel de nosso padrinho. Pode sustentar meu pai na ausência de uma estrutura familiar e da dádiva veio a doação possível de ser executada. Herdamos o nome, as histórias, o respeito e carinho pelo senhor Vicente Ângelo Rosa. Meu falecido irmão Eduardo Ângelo da Silva adorava ter esse nome.

Acredito que, por eu ser mais claro que muitos de meus parentes de linhagem paterna algumas coisas foram facilitadas, afinal “quanto mais escura a tonalidade da pele de uma pessoa, maior as suas chances de sofrer a exclusão em sociedade” (SILVA e SILVA, 2017, p. 3). Essa é uma das características do racismo no Brasil, a dinâmica do colorismo ou pigmentocracia. O que acaba por reforçar a camuflagem e hipocrisia de nossa forma de racismo (FRENCH, p. 48). Talvez por isso caímos em uma armadilha conceitual, em que “o determinismo racial é doravante revelado pelos números” (MAIO e SANTOS, 2010, p. 11), às vezes, pretende-se somente com eles e os tendo por fim, demonstrar as diferenças estruturais que o social resiste em apresentar. Portanto, é a partir do entendimento de que racismo é a “crença na existência das raças hierarquizadas, raças fictícias ainda resistentes nas representações mentais e no imaginário coletivo de todos os povos e sociedades contemporâneas” (MUNANGA, 2004, p. 15) que objetivo analisar as fontes que coletei para *dar carne* aos números.

Sobre reconhecer-se negro e escrever motivado por uma identificação racial, penso que Hobsbawm, quando tratou de “História Operária e Ideologia”, jogou luz sobre esta forma de ser um historiador engajado. Segundo ele, “Há uma diferença entre história e material inspirador ou de propaganda, embora a história de qualidade possa ser ambos” (HOBSBAWM, 2000, p. 22). Não sei se minha tese é um material de propaganda mas gostaria muito que fosse inspiradora, pois dentro da pesquisa há muito do pesquisador, e me sentiria grato por inspirar outros. Como isso só será determinado a posteriori, sigo inspirado por outros pesquisadores (negros ou não) que tomaram a decisão política de fazer uma história social da questão racial, da classe e da raça.

## 2. Novo Autoconceito: Revisitando a Dissertação e Novas Questões

O processo de forte autoestranhamento que passei se iniciou em 2015, durante o estágio sanduíche realizado na Duke University me levou a formular novas hipóteses. Na Duke, eu tive acesso às aulas do Professor Doutor John D. French, que ministrou a disciplina “Afro-Brazilian History and Culture: From Enslavement through Abolition”. O somatório dos estranhamentos identitários vividos em outro país combinados aos outros despertados pela disciplina geraram questionamentos que incomodavam, pois era difícil continuar com o projeto que me levou ao estágio fora do país, já que no mesmo a questão racial era um ponto opaco. Um novo projeto ia tomando forma ao mesmo tempo em que eu trabalhava sobre um artigo de conclusão de curso para a disciplina que cursava. Durante a construção do artigo, muitas reflexões sobre a dissertação ocorreram, questões sobre minha cor e postura e a dos meus entrevistados começaram a vir à tona.

Durante a realização das entrevistas para a conclusão do mestrado, vez por outra a temática racial aparecia, mas não havia em meu roteiro pergunta relacionada a isso. Não fiz um recorte racial dos entrevistados, nem os tablei por cor após finalizá-las. Na verdade, só fui notar que os trabalhadores e trabalhadoras negras adentravam a temática racial depois de meu autoestranhamento. Até então eu pensava em trabalhadores e trabalhadoras sem pensar que a cor poderia ser diferencial no mundo do trabalho. O único entrevistado que adentrou a temática era um engenheiro branco, que tentava afirmar a igualdade de todos os trabalhadores durante o período Vargas, ao validar discurso de igualdade. Na dissertação eu toquei na temática racial, mas não aprofundi. Hoje entendo que tratei a questão mais como discriminação do que como racismo, sem adentrar os aspectos mais estruturais do problema.

Em Duke, comecei a conversar sobre essas questões nas reuniões de orientação que tinha com o Professor French. Sobre a questão dos trabalhadores negros tocarem no assunto de racismo, ele disse que meu fenótipo poderia ser a chave para os comentários sobre raça-cor. Minhas características físicas ajudavam no ar de confiança dado às entrevistas e tudo levava a crer que os entrevistados enxergavam no entrevistador alguém do seu grupo, mesmo que o entrevistador ainda não tivesse se reconhecido. Por algum tempo ainda fiquei na dúvida quanto a isso, mas quando realizei novas entrevistas para a tese aqui apresentada ficou clara essa relação. Em algumas entrevistas eu era incluído no “nós negros” em outras no “pardinho igual você”. Essas variações foram utilizadas para mostrar como o colorismo determinou diferenças na construção de identidade para os trabalhadores de Volta Redonda. Embora essa temática perpassasse todos os capítulos, no Capítulo 3 ela foi desenvolvida mais amplamente.

Nos relatos do mestrado, muitos aspectos do extra-fábrica se desvelavam em tons de racismo e preconceito, mas o ambiente fabril ficava de fora e isso continuou nas entrevistas que realizei para a conclusão da tese que aqui apresento. Quando apareceram relatos de discriminação dentro da fábrica ou citações sobre o reconhecimento de tratamento diferenciado, estes foram realizados por trabalhadores (as) negras (os) com histórico de militância, ora envolvidos com o Clube Palmares, ora com o movimento negro ou mesmo em ambos.

Sei que a consciência de classe e a identidade racial não são processos fechados, e por isso minha perspectiva de fluxo e refluxo de uma sobre a outra. Acredito inclusive que as políticas públicas voltadas para a questão racial que foram implementadas nas últimas décadas (cotas, racismo como crime inafiançável, história da África como matéria obrigatória nas escolas públicas, etc), bem como o refluxo das mesmas à luz (ou trevas) dos governos pós-impeachment (de 2016), em muito influenciaram a visão da população negra, de meus entrevistados e da população não-negra. Ao menos, muito debate e estranhamento se tem realizado e sentido, o que gera várias ressignificações. Mas o que estava presente na dissertação que já tangenciava este novo recorte?

Para o período que analisei na dissertação (até 1954) o discurso de classe trabalhadora estava muito mais presente do que o de demandas raciais ou identidade racial, inclusive isso se apresentou nas entrevistas. Aliás, aparentemente, nos discursos dos representantes do Estado a questão racial era negligenciada ao se hipertrofiar o senso de classe trabalhadora que era empregado para todos (negros e não negros). Ao mesmo tempo, se construía um ideal de que ser trabalhador de Volta Redonda era ser o construtor de um novo país moderno e *do futuro*.

“Era o Brasil único. (...) O que eu via era o entusiasmo das pessoas pois toda vez que você participa de alguma coisa é fantástico. Quando se falava em CSN, Companhia Siderúrgica Nacional. Fazia aço... Não existia isso no Brasil. Existiam umas fabriquetinhas em São Paulo e Minas Gerais. A grandiosidade que era: indústria bélica, indústria de segredo... [...]. Então, aquilo entusiasmava todo mundo. Você morar em um lugar que era limpo, arejado, todo lugar que ia tinha placa...”<sup>6</sup>.

Associado à ideia nacionalista estava impressa uma visão personalista de Vargas. A CSN e Vargas sempre aparecem positivamente na memória dos entrevistados das primeiras gerações de trabalhadores de Volta Redonda. Vargas, em especial, ganha uma imagem mítica,

---

<sup>6</sup> Ronaldo Gori, branco e ex-engenheiro da CSN. Entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 27 de janeiro de 2009.

com poderes especiais de decisão assertiva e comando unilateral. Assim, mesmo que o início da produção da Usina, a “corrida do aço”, tenha ocorrido no governo do General Eurico Gaspar Dutra, na memória local os louros do processo de mudança recaíam sobre a figura do criador da empresa: “Getúlio é que realmente veio e mudou a estrutura do Brasil”<sup>7</sup>.

Vargas, num ato determinado unicamente pela sua vontade, estabelece o local de criação da usina que deslançaria a transformação do país:

“(...) ele pegô o trem em D. Pedro no Rio né, veio de trem foi botá uma companhia de Rio até São Paulo, então quando ele chegô aqui em Volta Redonda, ele agradô desse luga aqui, por causa da volta do Paraíba né, a volta que o Paraíba faz, (...) ele falô: É aqui mesmo que eu vou botá a Companhia, Volta Redonda”<sup>8</sup>.

A memória coletiva é que Getúlio “foi iluminado” pela escolha do lugar e pelas mudanças que gerou no país e se ele pode ser considerado o pai de Volta Redonda (e consequentemente da CSN) a empresa seria a mãe dos trabalhadores. Como se sabe, falar mal da própria mãe é questão sempre complicada. Por que penso isso? O que foi possível aferir ao realizar e ter acesso a outras entrevistas é que a fábrica possuía um elo muito forte com os trabalhadores. A empresa, para os trabalhadores da primeira geração, era vista como quem tudo dava.

Assim, revelar problemas da empresa com a questão racial poderia descredenciar os trabalhadores de seu vínculo enquanto classe trabalhadora de Volta Redonda. Sob o pai Vargas e a mãe CSN, a *família siderúrgica* da classe trabalhadora de Volta Redonda deveria se manter orgulhosa, afinal todos desejavam vestir seu uniforme. Essa visão permaneceu constante nas novas entrevistas realizadas, que foram incorporadas à tese.

Durante a pesquisa, porém, descobri fatos curiosos, como que o chamado “trem dos baianos” vinha na verdade da Zona da Mata de Minas Gerais, e recebia esse nome pela cor dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que havia essas distinções, existia um forte ideal de unidade de classe trabalhadora que a própria empresa emanava. Na própria dissertação ficou claro que esse ideal de família era bem mais vertical que horizontal e, confirmando a análise de Morel, verificamos que sua “vida útil” durou da “corrida do aço” (1946) até meados da década de 1950. Quando a CSN abre mão de seu caráter paternalista e inicia-se o desmonte gradual de sua estrutura assistencialista, os relatos colhidos para a tese demonstram que se inicia uma forte distinção pautada na questão racial.

---

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Relato do Sr. Geraldo Urso, presente em DINAMARCO, 2004, p.69.

O que eu já notara na dissertação é que o ideal de emancipação do distrito (Volta Redonda), em combinação com o de família siderúrgica, foi encampado por todos os trabalhadores. A emancipação do distrito assumia tom coletivo, pois as melhorias seriam para todos. A fábrica reforçava em sua comunicação, assim como na assistência social, que todos pertenciam a família do aço e todos estavam a forjar uma nova classe trabalhadora no Brasil.

O discurso emancipatório conseguia unir interesses diversos sob o mesmo objetivo. Isso aglutinava e colocava em ação uma forma de articulação interclassista. Mesmo com a impressão de que o trabalhador era encarado como masculino e não-negro e tendo indícios de fissuras internas da classe (pautadas em raça e gênero) não encontrei demandas de grupos negros ou de mulheres em meio ao discurso emancipacionista. A emancipação reforçava os ideais de classe trabalhadora. Hoje consigo entender que ela também reforçava a ideia de uma democracia racial.

Porém, muitas das situações que apareceram na dissertação eram pontos iniciais de problemas que cronologicamente se agudizariam na localidade. “A preferência do trabalho do negro era no calor do fogo, tá?”<sup>9</sup>, comentou o Sr. José Garcia. As razões dessa “preferência” para alocação dos trabalhadores negros passavam pela questão da raça-cor e de um discurso justificador que imputava determinadas doenças, geneticamente, aos trabalhadores negros, buscando desobrigar a empresa de pagar indenizações. Comecei a buscar novas informações sobre este problema e outras questões relacionadas à raça-cor e isso me levou a rever tanto as produções sobre Volta Redonda como as fontes que eu já possuía.

No trabalho de final de disciplina para o Professor French decidimos investigar as fontes que já tínhamos em mãos. Eu já havia feito a relação entre formação de classe e formação política através da atuação dos trabalhadores e dos partidos com base nas atas da Câmara Municipal de Barra Mansa (CMBM). Para verificar o que essas fontes poderiam revelar sobre escravidão, trabalhadores e, talvez, raça, buscamos localizar o que elas registravam sobre dois momentos distintos: o 13 de maio (abolição da escravidão) e o primeiro de maio (dia do trabalhador), dentro do acervo de cópias que eu possuía (atas de 1946 a 1954).

Sobre o 13 de maio nada foi encontrado, nenhum discurso, ressalva ou alusão aos escravos ou à família real, à Princesa Isabel, ou seja, total ausência de registros. Sobre os trabalhadores, o primeiro de maio é citado em sete de maio de 1953, quando a casa legislativa comunicava o recebimento de carta de 5 sindicatos convocando para as festividades. O elogio

---

<sup>9</sup> José Garcia, negro e ex-vereador de Volta Redonda que chega à cidade em 1954. Entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 29 de janeiro de 2009.

da Câmara para o evento se deu “pela maneira brilhante com que organizaram as manifestações prestadas ao Exmo Sr. Presidente da República pela passagem do *Dia do Trabalho*, devendo ser transmitidos àqueles órgãos de classe os cumprimentos deste Legislativo”<sup>10</sup>. Nota-se que o elogio da Câmara colocava Vargas acima dos trabalhadores e o Dia do Trabalhador como Dia do Trabalho, ficando evidente o empoderamento dado à figura presidencial.

Outra data festiva mencionada era o 9 de abril, data de fundação da CSN (em 1941), sendo o primeiro registro desse tipo no seu décimo aniversário, em 1951. A volta de Vargas ao poder realimentava a sua imagem de pai da CSN e a da empresa como mãe dos trabalhadores de Volta Redonda.

A hipertrofia do papel da CSN presente nos discursos dos vereadores também é encontrada nos primeiros Relatórios da Diretoria da própria empresa, na qual um espaço elogioso também é reservado para Vargas. Em geral, a CSN é vista como libertadora da nação e produtora de um novo Brasil, um país do futuro com uma classe trabalhadora nova e treinada, capacitada e ativa na construção do país, uma visão reiterada tanto nas atas da Câmara como no periódico<sup>11</sup> e relatórios da empresa.

O que esses documentos demonstram é algo que já fora constatado por Gomes e Paixão ao fazerem uma análise historiográfica sobre raça e cidadania no pós-abolição brasileiro. Entre construções e desconstruções acerca do conceito, os autores ponderam que “o modelo desenvolvimentista acabou sendo forjado utilizando como motor ideológico o próprio mito da democracia racial” (GOMES e PAIXÃO, 2008, p. 185), isso vai ao encontro do silêncio nas fontes e dá inteligibilidade às vozes que surgem para as datas que simbolizavam o trabalhador brasileiro (sem cor ou de todas as cores) com sua empresa-mãe e seu pai-criador, Vargas. Por outro lado, qual seria a força do discurso da democracia racial ou do discurso de classe para os pesquisadores brasileiros e para os que se debruçaram sobre a CSN e Volta Redonda?

É verdade que no Brasil, desde a década de 1990, surgiram obras que relacionaram a escravidão à história do trabalho (LARA, 1998; REIS, 1997) e que, segundo John French (2002), fugiram da distinção reificada entre trabalhadores livres e não-livres, contudo, os questionamentos sobre a ausência da temática racial ainda são uma constante. Álvaro Nascimento, tecendo severas críticas à historiografia do trabalho no Brasil, questiona o lugar nela ocupado pelos trabalhadores negros, particularmente a sobreposição de classe sobre raça

<sup>10</sup> Câmara Municipal de Barra Mana, Livro Ata n.5 (1952-1953), p.197. *Grifo Nosso*.

<sup>11</sup> Referência ao periódico “O Lingote”, editado e publicado pela CSN e que teve duração de 1953 a 1979.

para os historiadores do trabalho. Ou seja, na busca por analisar a formação de classe dos operários, os historiadores esqueceram de investigar as mulheres e homens negros (NASCIMENTO, 2016, p. 611), questão explorada pelos historiadores do pós-abolição.

Ao trazer essa reflexão para a produção acadêmica sobre Volta Redonda, percebemos que ela se concentra majoritariamente em três recortes temáticos: a Greve de 1988, a privatização da CSN e a Teologia da Libertação<sup>12</sup>, e que foi contruída com contribuições de diversas áreas de conhecimento. Sabemos que as questões do presente nos inspiram a questionar o passado e isso explica as mudanças nos focos de pesquisa sobre Volta Redonda e a CSN. Contudo, quando analisei o contexto de produção de algumas obras, mesmo quando o tema é fortemente relacionado à questão racial, ela é deixada de lado.

Em 1987, o benzenismo ou benzolismo foi reconhecido como Doença de Trabalho pelo Ministério do Trabalho, sendo que até 1985 nenhuma denúncia sobre a doença havia sido feita. O benzenismo é uma doença adquirida via inalação do gás benzeno, um dos substratos produzidos pela queima do carvão coque na coqueria das siderúrgicas, este diminui os glóbulos brancos do sangue e acaba incapacitando o trabalhador, gerando a leucopenia. O fato é que a CSN alegava que os negros possuíam anemia falciforme, o que a empresa tratava como uma questão genética de raça. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR), via jornal *Maioria Falante*<sup>13</sup> de 1991, eram mais de 2.000 casos na CSN com cerca de 500 afastados pela impossibilidade de trabalhar. Além disso, ainda segundo a reportagem, surgiam casos de leucopenia em bairros da cidade que faziam parte da rota de circulação de poluição, como Retiro, Conforto e Ponte Alta. Chama a atenção que tenha sido na década de 1980 que as primeiras denúncias contra uma doença que, dentro dos muros da CSN, tem nos trabalhadores negros suas principais vítimas tenham sido registradas. Pois é nessa mesma década que ganha maior visibilidade o movimento negro no Brasil, coincidindo com o maior fluxo de pesquisa acadêmica em Volta Redonda, decorrente da obra de Morel e do grupo de pesquisadoras que a cercava. Cabe ressaltar que em 1984 Volta Redonda elege o Sr. José Garcia (negro) vereador, contando com o apoio dos movimentos negros locais.

Em 1988, ocorre a maior greve na usina, em que o exército executou três operários. No ano seguinte, foi concluída a primeira obra acadêmica nacional de peso sobre Volta Redonda e a CSN, de autoria de Regina Morel, tendo como a construção e crise da Família

---

<sup>12</sup> Capitaneada pela atuação do Bispo Dom Waldir Calheiros que conseguiu entrecortar os outros dois temas.

<sup>13</sup> *Maioria Falante: um serviço ao combate ao racismo e à discriminação*. Ano IV, Nº 24, Abril e Maio – 1991, p. 10.

Siderúrgica na cidade.<sup>14</sup> Outras integrantes do grupo de pesquisa de Morel desenvolveriam suas próprias conclusões sobre Volta Redonda, em obras concluídas no início da década de 1990. Tais pesquisadoras continuaram a adentrar a temática da formação da classe operária de Volta Redonda em combinação com a formação do espaço urbano, como foram os casos de (Lask, 1991), (Souza, C. V. C. D., 1992) e (Souza, J. J. V. D., 1992), que estiveram envolvidas em projeto comum, a revista *Arigó*. Naquela revista, seus artigos eram “sintomáticos tanto do desenvolvimento das novas temáticas de pesquisa do grupo com passagem pelo trabalho de Morel, inspirados pela agitação social dos anos 80, como de aproximação, no contexto nacional, entre o meio acadêmico e o movimento sindical” (FORTES; DA SILVA; DA SILVA, 2012, p. 252). A própria revista era uma publicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, o mesmo sindicato que denunciava a questão do benzenismo, que atingia majoritariamente os trabalhadores negros.

Uma segunda leva de obras sobre Volta Redonda começa a ser elaborada nos anos 1990. Sob o impacto, de um lado, do Novo Sindicalismo e, de outro, da privatização da CSN, as obras defendem um sindicalismo em suas cores mais combativas em contraposição ao período populista, que era considerado “pelego” (ver, por exemplo, Graciolli (1997); Graciolli (1999); Mangabeira e Pereira (1993) e Veiga e Fonseca (1990)), embora os trabalhos associados ao grupo de Morel tivessem tentado mostrar a agência dos trabalhadores para o mesmo período. No entanto, entre esses dois momentos da produção acadêmica, se a diferença de conceituação na análise do movimento sindical e da agência dos trabalhadores são pontos diferenciados, a postura sobre a questão racial é a mesma, pois o marcante é a ausência de um tratamento específico.

A terceira onda de obras, iniciada nos anos 2000, foca temas diversos e, em sua maioria, enfatiza o papel dos trabalhadores como agentes históricos. Seus temas principais são a detalhada explicação sobre o paternalismo na fábrica, o ambiente extra-fábril, as interações entre grupos sociais e a política partidária, os comunistas e suas ações na região. Mostram-se abertas a uma visão mais matizada e a um exame mais criterioso sobre a vida política local (vide Bedê (2007); Lopes (2004); Dinamarco (2004); Medeiros (2004) e Da Silva (2010) e Silva (2010)). Contudo, mais uma vez, como nos momentos anteriores, a questão racial quase não é enfocada.

---

<sup>14</sup> A análise das produções acadêmicas feitas nesta seção teve por base as produções apontadas por dois artigos: Da Costa Lima (2010) e Fortes; Da Silva e Da Silva (2012). Nas buscas posteriores não encontramos nenhum artigo, dissertação ou tese que adentrassem o tema.



Com certeza o impacto da greve de 1988 e as demais, a privatização da CSN e as transformações vividas no mundo sindical influenciaram em muito as pesquisas da época. Mas é importante destacar que a questão racial também se evidenciava com força naquele momento, pois uma grande demanda reprimida foi liberada a partir de 1987 com a categorização do benzenismo como doença de trabalho, e mesmo assim o silêncio sobre os trabalhadores negros se fez presente nas pesquisas.

Outras produções sempre presentes na história da cidade são as dos memorialistas locais, muitas delas publicadas pela Prefeitura Municipal de Volta Redonda<sup>15</sup> que serviram inclusive como fonte para grande número de produções acadêmicas. Os memorialistas tendem a se concentrar na busca das origens de Volta Redonda, e tratam a história local como a realização de uma vocação que deságua no processo de emancipação da cidade. Em sua maioria, por optarem por uma memória mais institucional, se distanciam da agência dos trabalhadores e destacam os “grandes nomes” e os emancipadores da cidade, muitas vezes passando pela história das grandes famílias e fazendas originárias da região, mas sem mencionar o tema da escravidão.

Como no caso americano citado por Roediger, a concepção social hegemônica baseada na valorização da brancura afetou até mesmo os pesquisadores marxistas, para os quais a classe seria mais tangível, mais real, “mais básica ou *importante* do que raça” (ROEDIGER, 2004, pp. 46, 47). Aparentemente, por muito tempo não se discutia a cor dos trabalhadores de Volta Redonda, ou a relação entre relações de trabalho e relações raciais, pois ao tratarmos os trabalhadores como classe ela parecia unificar a todos. Analisando a produção historiográfica, portanto, concluo que, perpassando as três temáticas mais tratadas nos estudos sobre Volta Redonda e a CSN, a questão da formação da classe trabalhadora ou da agudização de sua consciência, deixou em segundo plano a questão racial, quando lembrada.

Aparentemente a primeira obra a priorizar o tratamento da temática racial em Volta Redonda é a da historiadora negra Gladys Guimarães (2020)<sup>16</sup>, cuja dissertação de mestrado analisa o Clube Palmares, fundado em 1965 por trabalhadores negros da CSN que tiveram acesso restringido aos espaços de socialização coletiva da empresa.

---

<sup>15</sup> Entre outros temos Athayde (2004); Athayde (2005a); Athayde (2005b); Costa (1978); Bedê (2004) e Cravo (2004).

<sup>16</sup> Dissertação em processo de finalização e, portanto, ainda não defendida.

### 3. Posicionamento, Possível Contribuição Historiográfica e Estrutura de Capítulos.

Para situar o lugar desta tese no debate historiográfico atual, gostaria de partir do diálogo com dois artigos recentes que tiveram forte influência sobre minhas perspectivas de escrita e de autocrítica. Já mencionei o de Álvaro Nascimento (2016) e gostaria de acrescentar o de Fabiana Popinigis e Paulo Cruz Terra (2019). Não entrarei no mérito das conclusões e posicionamentos dos dois artigos, mas percebo que o segundo é uma clara resposta ao primeiro e penso que este debate é saudável para a historiografia e deve ter continuidade.

O artigo de Nascimento foi bombástico para minha pesquisa pois foi publicado quando eu estava bastante incomodado com a lacuna sobre a questão racial na historiografia de meu objeto. O mapeamento que realizei sobre a produção em Volta Redonda, mencionado acima, teve por base esses questionamentos, como pode ser facilmente percebido por quem leu o mencionado artigo. Concordo também com o autor sobre a relevância de escrevermos pautando nossas pesquisas na compreensão “dos males provocados pelo racismo para a sobrevivência e ascensão socioeconômica da população negra” (NASCIMENTO, 2016, p. 610) e muito me pautei nisso quando insisti em demonstrar questões estruturais da diferenciação do trabalho para brancos e negros em todos os capítulos da tese.

Diante dos estranhamentos e complementaridades entre a minha pesquisa e o texto de Nascimento, algumas vezes me senti deslocado, pois minha tese trata de trabalhadores negros na era Vargas<sup>17</sup>. Mesmo as obras dos memorialistas que analisei não adentram o estudo ou narrativas pelo período escravista, e o único trabalho que encontrei que trabalha esta temática foi o de André Luiz Faria Couto (2016). Essa ausência de estudos sobre os negros na região do pós-abolição parece bastante contraditória com a existência de inúmeras pesquisas sobre a escravidão no Vale do Café, abordando regiões limítrofes com Barra Mansa. Reconheço que outros esforços serão necessários para mapear os trabalhadores negros na Primeira República para a região de Barra Mansa e Volta Redonda, e acredito que a construção da CSN e toda a discussão concentrada nos temas classe, sindicato, etc, tenha, de certa forma, ofuscado essa temática na região.

Como pesquisador que teve muito de minha formação acadêmica pautada em leituras e debates de textos de pesquisadores do Mundos do Trabalho, fiquei inseguro quando comecei a escrever sobre a questão racial tendo em vista que muito do que eu teria de analisar teria laços

---

<sup>17</sup> Concordo com Popinigis e Terra quando apontam que o foco do artigo de Nascimento “é a periodização do pós-abolição, ou a Primeira República” (POPINIGIS e TERRA, 2019, pp. 309,310).

com o período escravista e seus desdobramentos<sup>18</sup>. Para testar os resultados preliminares da minha pesquisa e a relevância do que eu estava a trabalhar, a partir da mudança de objeto comecei a participar de eventos e expor o que achava mais inconcluso e problemático. Das experiências que tive, a mais pragmática e determinante foi a do Grupo de Trabalho (GT) do Pós-Abolição e Emancipações na Anpuh de 2017<sup>19</sup>. Lá, fiz contato com vários pesquisadores, mas foi em uma conversa com Eric Brasil que tomei ciência de que a análise de fotos era uma metodologia já bastante usada pelos pesquisadores do pós-abolição. O citado pesquisador me passou algumas referências, me explicou certos dilemas, enfim me embasou para o continuar a trabalhar da forma que eu estava trabalhando.

Acredito que a tese tenha conseguido incorporar “a experiência de homens e mulheres negros à história social do trabalho” e que tenha passado tanto pelas questões sugeridas por Sílvia Lara, como a de seguir os rastros da escravidão até a organização social da República, como a de Álvaro Nascimento, ou seja, que “os pesquisadores se perguntem sobre a ‘cor’ dos indivíduos no período pós-abolição (POPINIGIS e TERRA, 2019, p. 310), logicamente, em meu caso, até o período Vargas.

Porém, se a questão racial foi tomando gradativamente mais do tempo que havia reservado às leituras, a questão de gênero foi uma que eu poderia ter trabalhado mais. Sei que isso vai ao encontro das constatações de Fabiana Popinigis e Paulo Terra (2019, p. 320) quando tratam das produções do GT Mundos do Trabalho. O leitor notará que, por vezes, mais apresento as fontes do que debato determinadas questões de gênero que ela suscita. Em outros momentos consegui fazer articulações conceituais, mas considero que as poderia ter aprofundado.

Gostaria de ratificar que mesmo com o aval de meu tutor na Duke University (Professor Doutor John French) bem como o de meu orientador na UFRRJ (Professor Doutor Alexandre Fortes) para que eu mudasse os rumos da pesquisa no meio do processo de doutoramento, estou ciente de que as lacunas e possibilidades não aprofundadas nesta tese são de minha total responsabilidade. A apresentação das lacunas e dificuldades não pretendem

---

<sup>18</sup> O artigo de Popinigis e Terra (2019) quantifica e expõe várias obras e eventos do GT Mundos do Trabalho que debateram e trabalharam esta temática, contudo, eu não estudava aprofundadamente este tema.

<sup>19</sup> Os debates foram muitos bons, conheci e avaliei coisas novas, as pesquisas eram muito interessantes e profundas e as conversas muito instrutivas, contudo tive problemas de reagendamento de apresentação. Minha apresentação, marcada para o meio da semana, estava alocada com outras que seriam comentadas por duas pesquisadoras de renome, isso muito me interessava pois eu queria testar meu texto, minha metodologia e a própria apresentação. Com o reagendamento fiquei sem os comentários e fui realocado para o último dia, na última seção de trabalho. Sei que foi uma questão de força maior e por isso mesmo fiquei a ponderar sobre as considerações de Álvaro quando este fez crítica à organização de eventos quando “percebemos problemas que impedem um diálogo mais aberto entre os pesquisadores de diferentes áreas do trabalho” (NASCIMENTO, 2016, p. 616).

servir de desculpas, mas sim de autocrítica de minhas limitações nesse campo, e de reconhecimento que muita coisa de qualidade tem sido produzida tanto para a temática de gênero como para a racial.

A estrutura da tese seguiu a ordem de meus estranhamentos em relação ao objeto pesquisado, enfrentando as várias limitações que enfrentei em decorrência da falta de fontes ou dados raciais para a região e empresa pesquisada. Excetuando-se o acervo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que possui várias obras sobre a temática e apresenta dados para a região, encontrei mais material sobre a questão racial em Volta Redonda e CSN fora do Brasil. Foi interessante notar que autores estrangeiros se debruçaram sobre a temática, tiveram acesso aos dados em poder da CSN e, com base em fontes primárias, geraram tabelas e serializações. Apresentarei estas obras no decorrer dos capítulos.

Posto isso, passemos a um breve resumo do conteúdo dos capítulos.

No **Capítulo I**, intitulado “**Imagens Congeladas De Uma Contradição Quente?**”, foquei as décadas de 1940 e início de 1950, analisando o que simbolizavam os termos modernização e desenvolvimento dentro do contexto brasileiro, de construção e início de produção da usina. Trabalhei no sentido de mostrar que muito do que se apresentava como novo ainda possuía fortes laços com o passado, e que grande parte do arcaico se mantinha na modernização. Nesse capítulo usei e analisei grande parte das fotos que consegui durante as investidas de pesquisa, e com elas pude trabalhar o contraste entre as imagens que registraram o cotidiano de trabalho e aquelas que se destinavam a material propagandístico na CSN. Além disso, trabalhei dados migratórios que achei em outras pesquisas, através dos quais constatei que a maior parte dos trabalhadores negros vieram de Minas Gerais. Assim, me dediquei a estudar o contexto do período escravista e do pós-abolição da Zona da Mata mineira e através dele fazer algumas conexões com os migrantes que vieram para Volta Redonda.

O **Capítulo II**, “**Um Lingote De informação: A Representação De Mulheres E Homens Brancos E Negros No Jornal Mensal Da CSN (1953-1957)**”, tem como fonte central o periódico da empresa, intitulado “O Lingote”. Ele foi publicado de 1953 a 1977, mas analisei os anos de 1953 a 1957, quando existia a seção “Conheça seu colega de trabalho”, que retratava trabalhadores da empresa em todas as suas instâncias produtivas, o que dá uma perspectiva do complexo produtivo da CSN. Nela aparecem trabalhadores do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Nova York e “do mar” (os trabalhadores que viviam embarcados). A ideia central foi analisar qual o discurso do periódico em relação à empresa e aos trabalhadores, demonstrar como que o periódico fazia coro com o discurso governamental e reforçava a ideia de família e trabalhismo. Muito do que a equipe editorial escreveu sobre

peças de cor era expressão de como o Estado via e tratava esse grupo. No que diz respeito especificamente ao trabalhismo, acreditamos que o periódico evidenciava a forma com que o Estado imaginou a entrada do trabalhador negro na era industrial: valorização do trabalho não-especializado e pesado enquanto enaltecia alguns estereótipos do homem negro.

Na falta de dados raciais para a empresa decidimos classificar racialmente os operários apresentados pelo periódico através das fotos apresentadas, o que nos deu alguma base para a quantificação e serialização de dados.

Por fim, ainda no capítulo 2, conseguimos trazer à tona a questão de gênero e cruzá-la com a racial, embora, apesar de muitas mulheres trabalharem dentro da fábrica, apenas um número ínfimo apareceu nas páginas da seção. Tanto para as mulheres (brancas e negras) como para os trabalhadores negros, buscamos analisar a mobilidade social dentro da empresa, a formação de redes espaciais de atendimento de demandas e a influência desta no cenário político eleitoral.

No **Capítulo III, “A Vez e a Voz de Negros e Negras em Volta Redonda”**, diferentemente dos anteriores a fonte estruturante foram as entrevistas realizadas com trabalhadores e trabalhadoras negras. A ideia central era a de colocar (como o próprio título aponta) a voz e os conceitos dos negros e negras no processo de transformação da classe trabalhadora de Volta Redonda. Se por vezes eles se portaram como parte da classe trabalhadora, em outras se utilizavam de postura pautada no racial, e eventualmente, se utilizavam de ambas. Resgatamos algumas partes das entrevistas realizadas no mestrado, abordamos novos personagens e entrevistas, buscando, principalmente demonstrar a imbricação entre classe e raça. Os relatos, em geral, tratam da década de 1950, passam pelo associativismo negro nos anos 1960, pela história da proibição de negros em clubes da CSN, pela influência internacional sobre a criação dos movimentos negros na cidade e caminham para a movimentação destes movimentos na cidade e como eles ainda marcam e pautam determinadas bandeiras em Volta Redonda. A ideia foi a da construção de um panorama da questão racial para o período que vai da década de 1960 aos anos 1980.

Além da história oral, utilizamos dados estatísticos e cruzamentos destas fontes com os periódicos da época. Uma análise mais matizada sobre trajetórias que envolvam as implicações de formação de classe e identidade racial também é apresentada nessa seção. Por fim, e em caráter mais conclusivo, compartilhamos algumas experiências vividas no trabalho de campo que demonstraram como as demandas raciais e a luta por direitos engendrou, no cenário político de concorrência eleitoral recente, algumas maquinações com tentativas de apropriação da questão racial na cidade. Elas envolvem situações que vão desde o uso da

questão racial no cenário político até o uso do discurso de liberdade religiosa (o que sempre envolve as religiões de matriz afro) como forma de criar empatia com lideranças e políticas municipais e estaduais, mesmo as que não se vinculam a projetos de participação popular.

## **CAPÍTULO 1:**

# **IMAGENS CONGELADAS DE UMA CONTRADIÇÃO QUENTE?**

Os três editores de um número especial da *Radical History Review* de outubro de 2018 observaram que “os arquivos fotográficos são negligenciados há muito tempo pelos historiadores”. Quando usadas, as imagens “tendem a ser pouco estudadas” e tratadas “como uma fonte não problematizada de informação”. Citando Ulpiano Bezerra de Meneses, a historiadora brasileira Dossin enfatizou, em dezembro de 2018, que “é necessário que uma história tome as ‘coisas visuais’ como ‘objetos’ e não apenas como ‘conteúdo’” (DOSSIM, 2017, p. 352). Depois de examinar diversas revistas acadêmicas Kevin Coleman, Daniel James e Jayeeta Sharma notaram que “os periódicos sobre trabalho e história do trabalho virtualmente ignoraram a fotografia”. Sua edição especial sobre “Fotografia e Trabalho” nos pede para pensar: “o que torna as fotografias diferentes de outros tipos de documentos que os historiadores usam para explicar e narrar o passado? [E] o que podem fazer as imagens fotográficas que outros documentos não conseguem?” (COLEMAN, 2018, p.1).

Este capítulo assume o desafio de explorar como as imagens congeladas de trabalhadores em Volta Redonda, capturadas por fotógrafos da Companhia Siderúrgica Nacional, podem ser usadas para derrubar o regime de invisibilidade que caracteriza as relações entre raça e classe na sociedade brasileira em todas suas contradições. Como observou corretamente John Berger, o que a imagem fotográfica “mostra é o que não é mostrado” (BERGER, 2017, p.40), por isso busco utilizá-la para revelar o segredo público da raça ao ver essas fotografias da empresa de um novo ângulo. Como Dossin (2018, p. 362) sugere “defender a imagem passa a ser preservar todas as vozes que devem se fazer figurar. É, portanto, resistir à invisibilidade e a tudo que tenta eliminar a alteridade dos olhares” dos afro-descendentes em uma sociedade formada e permeada pela escravidão e pelas desigualdades raciais congeladas.

Em 2009, quando em processo inicial de entrevistas para a elaboração do meu mestrado, recebi mais de 900 fotos de um operário da CSN. Em uma primeira avaliação, vi que elas cobriam um período que ia desde os anos iniciais de construção da Usina até a década de 1970. Na época, porém, entendi que as fotos seriam algo redundante, pois eu já possuía entrevistas com os trabalhadores e fontes textuais sobre os temas da pesquisa. Meu interesse sobre essas imagens, porém, efetivou-se a partir do processo de auto-estranhamento

racial que vivi durante o estágio com bolsa-sanduíche que realizei na Duke University (2015-2016). A partir do contato com o debate sobre a questão racial no ambiente social e acadêmico norte-americano, percebi a relevância da grande quantidade de trabalhadores negros dentre os meus entrevistados, assim como sua presença nas fotos da empresa. Passei a me questionar de forma mais sistemática sobre como as experiências dos meus entrevistados no mundo do trabalho foram pautadas pela raça-cor, o que levou a todo um questionamento sobre a abordagem que adotara na minha dissertação e na produção acadêmica dela decorrente.

Como visto na Introdução, os trabalhos que tratam da temática CSN ou Volta Redonda não versaram sobre a questão racial, mesmo quando há claras evidências de que ela está presente. Obras como a de Regina Moreira (MOREIRA, 2000) em que são apresentadas várias imagens da empresa, produzidas com o intuito de celebração de mais um ciclo produtivo da Usina, demonstram a existência de espaços sociais estanques separando brancos e não-brancos.

A obra de Moreira, por sinal, foi escrita no período inicial em que, no Brasil, as pesquisas que possuem imagens como fontes começaram a se avolumar. No caso da Companhia Siderúrgica Nacional, as fotos assumem papel essencial para a explicação de determinadas questões não colocadas pelas fontes escritas. Segundo Dinius, pesquisador que teve acesso à documentação de funcionários da CSN, “(...) Infelizmente, para o historiador, a companhia nunca usou cor como uma categoria demográfica nos arquivos pessoais” (DINIUS, 2004, p. 182). Isso tornou necessária a análise de fotografias para que o autor pudesse tecer considerações sobre as relações raciais na empresa.

Tanto a Companhia Siderúrgica Nacional quanto os acadêmicos que a analisaram tiveram contato com a questão racial e, geralmente, a negligenciaram. As razões podem ter variado, mas acredito que possuem como vetor comum o fato da discriminação racial se constituir em um *segredo público* no Brasil, conforme analisa Jan Hoffman French (FRENCH, 2017). Ao estudar a atuação policial contra pessoas de cor (muitas vezes os policiais também o são) French notou que mesmo que a abordagem policial seja feita contendo ofensas raciais (como “negão safado”) e que testemunhas relatem o fato “é incomum para um requerente apontar a discriminação racial abertamente” (FRENCH, 2017, p. 19). Ou seja, na sociedade brasileira todos nós sabemos que a discriminação existe, mas ela dificilmente é admitida, mesmo quando expressa publicamente. É do processo de construção deste “segredo público” que também geramos em nosso imaginário uma *cegueira pública*, pois olhamos e não vemos.



A ocorrência de imagens de trabalhadores negros e negras nas fotos da CSN e em outras fotos que representam o mundo do trabalho em geral, muitas vezes é diluída na sua identificação genérica como fotos de trabalhadores. Se muitas das fotos parecem representar relações raciais congeladas desde a escravidão, flertamos com uma contradição quente de vermos os trabalhadores como unidade, mesmo diante de uma estrutura que os diferencia, e caímos na armadilha de fazer coro com o discurso de democracia racial.

Compartilhamos das preocupações expressas por Álvaro Nascimento quando este situa os trabalhadores negros no Brasil dentro de um paradigma da ausência (NASCIMENTO, 2016). Em um país como o nosso, de abolição e industrialização tardia, é interessante ver como insistimos, até bem pouco tempo atrás, no simulacro da equivalência entre “operários” e “trabalhadores brancos”, ou mesmo o quanto persiste a dificuldade de reconhecer o “trabalhador escravizado enquanto ‘operário’” (Idem, p. 613).

As pesquisas sobre Volta Redonda e a CSN, em sua maioria, focaram momentos históricos em que sindicato e movimento operário se contrapunham ao Estado, em que a luta de classes era invocada para explicar os fenômenos. Seguindo as constatações de Nascimento:

“(…) quando somente procuramos greves, criação de sindicatos, imprensa operária, a origem do movimento operário etc., estamos realizando esse tipo de abordagem. Mantemo-nos eurocêtricos, partindo dos paradigmas de implantação da industrialização e do capitalismo na Europa, para trabalharmos o movimento operário e o surgimento da classe aqui, quando a realidade de países que experimentaram a escravidão moderna ou viveram dentro de hierarquias raciais, étnicas e de gênero complexas exigia e exige muito mais reflexões a partir de diálogos interseccionais que aqueles imaginados enquanto essencialmente brancos e europeus.” (Idem, p. 615)

Com certeza essas temáticas de pesquisa possuem origem europeia, mas acredito que, para além desse recorte, existe a influência do nosso olhar, ou da nossa “cegueira pública” socialmente construída. Exemplificando podemos citar uma dissertação de mestrado em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz intitulada “Quando os elos se partem: os *trabalhadores* intoxicados pelo benzeno no município de Volta Redonda” (SILVA, 2003)<sup>20</sup>, que inclui um longo histórico sobre luta dos trabalhadores contra a CSN, relata a atuação do sindicato sobre a questão, mas não faz uma única menção sobre os trabalhadores negros, que segundo estimativas de um periódico<sup>21</sup> perfaziam 90% dos atingidos.

---

<sup>20</sup> *Grifo nosso.*

<sup>21</sup> *Majoria Falante: um serviço ao combate ao racismo e à discriminação.* Ano IV, Nº 24, Abril e Maio – 1991, p. 10.

Os casos de intoxicação por benzeno, em sua maioria ocorreram na Coqueria<sup>22</sup>, setor da empresa que sempre possuiu grande número de trabalhadores negros. O Sr. José Garcia havia me alertado sobre isso quando tratou de fato ocorrido com ele nos anos 1950: “(...) A preferência do trabalho do negro era no calor do fogo, tá?”<sup>23</sup>, e completou: “Tentaram me jogar no calor do fogo, eu disse: ‘Oh Doutor, o senhor está querendo me mandar embora da Companhia?’ [risos]. Depois me puseram, conseguiram me levar lá para a Coqueria”. Já o Sr. Ronaldo Gori (ex-engenheiro da CSN), ao relatar uma conversa que teve com seu professor de metalografia, acresce informação interessante:

“(...) [Ele] falou comigo que na Alemanha eles usavam muito o negro pra trabalhar na coqueria. Eu perguntei: ‘- Por quê?’. Ele disse: ‘- Porque na Alemanha a pessoa quando ficava doente, com anemia... (...) Ele era aposentado’. E o negro tinha uma doença parecida com a anemia (...), a anemia falciforme. Tem pouca oxigenação (...)... Então, quando o cara dizia que ia entrar na CSN tinha muito negro trabalhando, tirando aquelas portas semi-automáticas. Então ele dizia que isso era porque... O cara não podia reclamar depois. Que ele já tinha a doença.”<sup>24</sup>

Não tenho ciência do uso de trabalhadores negros na metalurgia alemã, mas a lógica do trecho acima foi seguida à risca pela CSN. Diante dos processos judiciais movidos pelos operários, a CSN alegou que se tratava de uma doença genética, o que só podia ser aplicado à anemia falciforme, mas não à leucopenia, que é uma doença adquirida quando há extensa exposição ao benzeno e este atinge os glóbulos brancos do sangue, baixando radicalmente a taxa de imunidade corpórea. De acordo com periódico publicado em 1997, só na CSN, haveria 500 casos comprovados de leucopenia, e as estimativas eram de mais de 2 mil atingidos

“Em Volta Redonda existem atualmente cerca de 350 processos sobre leucopenia tramitando no Fórum. A maioria está sendo derrotada. Há um verdadeiro conluio criminoso entre os juízes, médicos e advogados. A ‘tese’ de que ‘leucopenia é doença genética de negros’ tem prevalecido”<sup>25</sup>.

<sup>22</sup> Grande estrutura dentro de uma siderúrgica com vários fornos que podem chegar a 200, para a transformação do carvão em coque, uma das matérias básicas na produção do aço. Estes fornos recebem uma mistura de carvão mineral. Da reação química dentro da coqueria resulta o benzeno, substância que “ao contaminar o sangue pode ir para diferentes partes do corpo, como o cérebro, fígado, medula óssea – órgão responsável pela produção de sangue, podendo provocar leucopenia (redução dos glóbulos brancos), anemia, dificuldade de coagulação, leucemia e outros tipos de câncer e até aplasia da medula – organismo pára de produzir sangue”. SANTOS, Antônio Guilherme dos. Benzenismo: Prevenção e controle devem ser permanentes. Diesat (Departamento Intersindical e Saúde do Trabalhador). Localização eletrônica: [http://www.diesat.org.br/artigos\\_pdf/4.pdf](http://www.diesat.org.br/artigos_pdf/4.pdf), acessado em 2/04/2009.

<sup>23</sup> José Garcia, entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 29 de janeiro de 2009.

<sup>24</sup> Ronaldo Gori, entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 27 de janeiro de 2009.

<sup>25</sup> Leucopenia – Racismo nas siderúrgicas. Vanguarda Operária, n. 2, p.4, 08 a 10/1997. Localização eletrônica: <http://www.internacionalist.org/leucopenia.html>, acessado em 13/04/2009.

A “tese” que prevalecia na justiça local contrariava o que fora estabelecido no Acordo Nacional Tripartite do Benzeno, discutido entre governo, trabalhadores e empregadores e assinado em 1995 (SANTOS, s/d). Para os anos 1990, as opções que os atingidos pela doença possuíam eram poucas, ou se licenciavam pela Previdência, mas somente para casos gravíssimos, ou eram reintegrados ao trabalho, para muitas vezes serem demitidos depois<sup>26</sup>.

A visão de uma “unidade de classe” que diluiu a maioria dos trabalhadores negros atingidos pela questão do benzeno em uma minoria de não-negros e, historiograficamente, os transformou em trabalhadores, é a mesma que não viu a conexão entre raça, saúde e organização do trabalho dentro da CSN. Comportamento que só reforçou a já citada “cegueira pública”.

Para o caso de Volta Redonda, as pesquisas trataram os trabalhadores como uma unidade, com raras menções à questão racial, mesmo com uma forte presença de trabalhadores negros, descendentes diretos de ex-escravos, que vivenciavam o peso da herança da escravidão, conforme muitas vezes foi expresso nas entrevistas em denúncias sobre a discriminação racial.

A questão posta, portanto, é problematizar as imbricações e distinções nas relações entre raça e classe nos anos iniciais de construção e operação da Companhia Siderúrgica Nacional, que distam em menos de 60 anos da abolição no Brasil. Uma das hipóteses que trabalhamos foi inspirada nas palavras de Charles Wagley, que defendeu o uso do termo “social race” quando escreveu sobre raça nas américas. Segundo ele, “(...) estes grupos ou categorias são socialmente, não biologicamente, definidos em todas as sociedades americanas, embora os termos pelos quais eles são rotulados possuam originalmente referências às características biológicas”<sup>27</sup> (WAGLEY, 1959, p. 13). Acreditamos que o processo de formação de classe no Brasil tenha muito a ver com continuidades, com concepções de divisões e hierarquias sociais anteriores.

Como uma das fontes centrais deste capítulo, utilizaremos as imagens registradas pela própria empresa. Tivemos acesso ao acervo fotográfico da CSN, no qual localizamos tanto as imagens que já tínhamos como outras, contudo a parte documental (como os registros dos funcionários) não foi acessível. É interessante notar que um pesquisador estrangeiro (Oliver Dinius, de ascendência alemã) teve pleno acesso ao registro de funcionários e com ele pôde

<sup>26</sup> Jornal do Brasil, Ano CVII, N 117, 03/09/1997, p. 14. Rio de Janeiro. “Siderurgia provoca doença”.

<sup>27</sup> “The term ‘social race’ is used because these groups or categories are socially, not biologically, defined in all of our American societies, although the terms by which they are labeled may have originally referred to biological characteristics” (tradução livre).

compor os dados do capítulo 3 de seu trabalho de PhD na Universidade de Harvard<sup>28</sup>. Dinius, com base nos dados dos funcionários para os anos de 1941-1946, consegue tabular várias informações (origem, admissão, demissão, motivos de demissão, cartas de demissão, etc.). Embora demonstre que havia muitos negros no processo migratório para a construção da CSN, o autor não tira grandes conclusões deste fato. Contudo os dados por ele levantados são muito importantes para a análise do período, especialmente quando combinados com outras fontes, tais como periódicos encontrados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, entrevistas e outras que utilizo na composição deste capítulo.

Complementando as informações sobre o acervo de fotos, é importante registrar que nem todas as fotos cujas reproduções já estavam conosco desde 2009 (recebidas via CD e doadas por um entrevistado) foram localizadas posteriormente no acervo da empresa. Com exceção de uma imagem, optamos por utilizar as fotos encontradas no CDOC-CSN (Centro de Documentação da Companhia Siderúrgica Nacional) neste capítulo. Os leitores notarão diferenças na qualidade das imagens apresentadas, o que decorre da forma como as obtivemos. As fotos com melhor resolução são as que estavam no CD, e as de pior qualidade são as que encontramos no acervo da empresa, pois não havia outro modo de digitalizá-las a não ser a captura através de fotografia digital.

O acervo da empresa é voltado à documentação burocrática, integrado a um arcabouço de documentos utilizados por outros setores, como o jurídico. Existe uma quantidade muito maior de fotos do que as que estavam no CD. A seção à qual tivemos acesso para fazer a busca, continha apenas aquelas que foram classificadas como fotos “históricas”, “antigas”. Todas elas se encontram em arquivos de metal, colocadas em grandes envelopes e organizadas, em sua maioria, por uma lógica de armário, gaveta e pasta. Contudo nem todas possuem essa forma de armazenamento e algumas se encontram soltas. Certas imagens não possuem exatidão na identificação de origem, enquanto algumas pastas estavam acompanhadas de fichas com a descrição da imagem e local. Quando isso ocorreu encontramos listas com informações como a relativa à Imagem 1.1. No entanto, nem todas as pastas possuem armário e gaveta descritos. Quando de nossa visita um funcionário (realocado de outro setor em decorrência de problemas de saúde) ficou responsável pelo atendimento. Foi ele que acessou os armários e disponibilizou as pastas para que tivéssemos acesso.



Ao notarmos que não encontramos determinadas fotos no acervo perguntamos sobre elas ao chefe do setor e obtivemos a resposta de que muitas fotos saíram do arquivo por solicitação de outros setores em decorrência de eventos, etc. Além disso, foi dito que alguns

---

<sup>28</sup> Trabalho que tivemos acesso durante o estágio sanduíche na Duke University, (DINIUS, 2004).

funcionários antigos e que tinham acesso às fotos poderiam tê-las *guardado* como lembrança. Não há como apurar essas informações, mas pensamos que elas sejam factíveis, pois o próprio CD que ganhamos em 2009 era parte de um projeto que não foi concretizado, e ao qual

Imagem 1.1

SUMÁRIO:	N.º
RESIDÊNCIAS EM LOCAIS DIVERSOS	A17 (1)
DESCRIÇÃO:	PALAVRAS CHAVE
1. Construção de conjuntos de 110 residências tipo T-3 e 4 no antigo Morro dos Eucaliptos ' atual bairro Santa Tereza. 11.01.52 - P/B. (A-011)	, MORRO DOS EUCALIPTOS
2. Residências para funcionários no antigo Morro dos Eucaliptos. Atual bairro Santa Tereza. - 10.11.52.(A-634)	, SANTA TEREZA
3. Idem 2 - 10.11.52 - P/B. (A-635)	, RESIDÊNCIAS TIPO 'T-3' E 'T-4'
4. Idem 2 - 10.11.52 - P/B. (A-636)	, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
5. Residências no bairro N.S. das Graças. 28.03.60. (A-3829)	, CASA DE BLOCOS
6. Residências para funcionários. 10.11.52 - P/B. (A-535)	, CASA DE MADEIRAS
	, RUA PREFEITO MARIO REIS
	, CASAS
CSN - 3457	Arquivo de Fotografias - Numérico 
SUMÁRIO:	N.º
RESIDÊNCIAS EM LOCAIS DIVERSOS	A17 (cont.) (2)
DESCRIÇÃO:	PALAVRAS CHAVE
15. Favela "Boca de Onça" em terreno particular Zona Oeste - 28.05.48 - P/B.(S-1537)	, CASA TIPO T-3 E TIPO T-4
16. Idem 15. 28.05.48 - P/B. (S-1538)	, RESIDÊNCIAS
17. Favela Eucaliptal em terreno da CSN - Zona Oeste. 28.05.48 - P/B. (S-1539)	, RESIDÊNCIA DE MADEIRA
18. Acampamento na Coqueria - Dentro da área cercada da Usina. 28.05.48 - P/B. (S-1540)	, CASA DE MADEIRA
19. Vista das favelas "Boca de Onça" e Eucaliptal - Zona Oeste. 28.05.48 - P/B. (S-1541)	, ACAMPAMENTO DA COQUERIA
20. Aspecto de uma favela em formação no extremo Sul da rua 31 - 28.05.48 - P/B. (S-1542)	, FAVELAS
21. Vista do núcleo comercial da favela "Boca de	, HABITAÇÃO
CSN - 3457	Arquivo de Fotografias - Numérico 

Fonte: CDOC-CSN.

Em outras duas fichas encontramos: Favela do Bairro São Lucas, Favela das Mangueiras, Favela Boca de Onça, Favela do Eucaliptal, Favela do Porto de Areia Velho, Acampamento dos Índios, Acampamento da Pedreira 3 Poços, todas registradas no ano de 1948.

poucas pessoas tiveram acesso.

No CD, existem diversas fotos sobre urbanização, instalação de maquinário da CSN, personalidades que visitaram a fábrica, confraternizações, eventos esportivos e de inauguração de vários setores da Usina. Totalizam 963 imagens, mas apenas nove mostram

operários no chão de fábrica e se em quatro delas não conseguimos aferir a raça-cor dos trabalhadores, nas outras cinco eles são majoritariamente negros. A questão racial era evidente<sup>29</sup>, mas que critérios seguir para selecionar as fotos que aparecerão neste capítulo? Se por um lado optei pelas imagens mais claras e limpas e, no meu julgamento, com maior perícia técnica, por outro usei como base os estranhamentos que foram surgindo ao analisar o conjunto de imagens e que, conseqüentemente, estruturaram este capítulo. Assim, almejando analisar o processo que engendrava progresso e trazia a polarização do rural versus urbano, a positivação do trabalho braçal e pesado e um teor propagandista do Estado-Novo é que realizamos a seleção das imagens.

### 1. “O Que Ela [Fotografia] Mostra Invoca Aquilo Que Não é Mostrado<sup>30</sup>.”

“Os homens que vieram Construir Volta Redonda, espontaneamente ou recrutados em seus estados, eram bisonhos, quase sempre maltratados, completamente ignorantes do que seria uma usina siderúrgica. Vieram como teriam ido para um garimpo procurar trabalho, ganhando o que eles julgavam ser uma boa remuneração. Em geral, só conheciam quatro ferramentas: **a enxada, a foice, o machado e o facão**. Como produtores de energia, além deles, sabiam que existiam o boi, o cavalo, e muares; a eletricidade era para eles uma força misteriosa, ignorada na maioria dos lugares do interior do país”<sup>31</sup>.

O discurso acima é uma descrição sobre os trabalhadores que vieram construir a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda. Feito pelo General Edmundo Macedo Soares e Silva, que teve um largo histórico de articulação na implementação da companhia, o discurso retrata o trabalhador de forma similar a um personagem de Monteiro Lobato, mencionado pelo historiador Antonio Luigi Negro ao tratar do trabalhador de origem rural nas fábricas automobilísticas de São Paulo. Zé Brasil era simples e bruto: “O almoço ‘ele o comia lá mesmo’; chegava trazido ‘pela mulher; arroz com feijão e farinha de mandioca, às vezes um torresmo ou um pedacinho de carne seca para enfeitar. Depois, cabo de **enxada**, quando não a **foice** ou o **machado**” (NEGRO, 2004b, p. 403)<sup>32</sup>.

<sup>29</sup> Seria somente meu estranhamento racial que estaria a gerar uma visão condicionada sobre as fotos? Resolvi fazer um teste. Eu estava na Duke University e participava de grupo de conversação em português, era grupo muito heterogêneo tanto na procedência dos participantes (México, Estados Unidos, Alemanha, etc) quanto nos cursos que se apresentavam e nos níveis de formação (de graduandos a doutorandos). O grupo estava sob a coordenação de uma brasileira, a Professora Magda, e uma das atividades foi realizada com base nas fotos que levei. As separei por segmentos (educação, trabalho, lazer, etc) e pedi que os estudantes emitissem opinião sobre o que viam nas imagens, os temas mais repetidos pelos participantes foram urbanização, propaganda de Estado, questão racial e gênero.

<sup>30</sup> BERGER, 2017, p. 40.

<sup>31</sup> Discurso proferido por Edmundo Macedo Soares e Silva, primeiro presidente da CSN, em 1979, incluído em (MOREL, 1989, p. 76). **Grifo Nosso**.

<sup>32</sup> **Grifo nosso**.

A construção de Zé Brasil como “Vadio, indolente, sem ambição, imprestável” (Idem, p. 404) vai ao encontro do discurso do General Macedo Soares, pois mesmo que o trabalho agrícola envolvesse força e dedicação, ele não formava o trabalhador para a indústria, não apontava para o futuro e fazia parte de um momento da nação que não deveria ser perpetuado, mas sim esquecido.

Os vários predicados atribuídos aos trabalhadores revelam a dicotomia entre o mundo rural e o mundo urbano, raciocínio evidenciador da contraposição entre “atraso” e “modernização”, no caso, personificada na Companhia Siderúrgica Nacional que estava em construção no Sul Fluminense, uma área rural. A metamorfose do local de construção da usina era considerada um exemplo da metamorfose do país e embutia a formatação de uma nova classe trabalhadora. Neste quesito, Volta Redonda ganha ares de pioneirismo tanto na transformação vivida pelos trabalhadores que para lá migravam quanto na implementação de uma grande colmeia fabril<sup>33</sup>.

Se Macedo Soares cita os trabalhadores agrícolas como pessoas que vieram tentar a sorte em um garimpo não é difícil imaginar Volta Redonda como um grande Eldorado. O termo, inclusive, foi citado pelo memorialista Waldir Bedê (BEDÊ, 2004, p. 20) quando escreveu que, durante a implementação do projeto siderúrgico no oitavo distrito da municipalidade de Barra Mansa (Volta Redonda) o departamento de propaganda estatal alardeava um novo país e conseguia atrair a mão de obra necessária.

O distrito era basicamente rural e composto por fazendas<sup>34</sup>, sem que houvesse sede urbana. Ao começar a ser construída, no segundo semestre de 1941, a Usina possuía 762 trabalhadores, enquanto o distrito tinha 2.782 habitantes. O próprio Relatório da Diretoria da CSN utilizava o termo “Construção da cidade de Volta Redonda”, muito antes que se cogitasse a emancipação do distrito. Para o ano de 1946, apontava as seguintes realizações:

“Do programa estabelecido, de 3.700 residências, já compreendida nesse número a ampliação de 530 unidades para 1947 estão concluídas 2.648, em andamento 424 e a iniciar-se 628.

Obras diversas concluídas: Igreja, Centro de Saúde, Posto Meteorológico, dois Grupos Escolares, Escola de Instrução Militar, Escola de Admissão, Hotel Bela Vista, Hotel comercial, um Edifício Comercial e 12 alojamentos para solteiros.

Obras em conclusão: um Edifício Comercial, uma Escola Profissional definitiva, e um Edifício para a Polícia Administrativa e o Corpo de Bombeiros”<sup>35</sup>.

<sup>33</sup> Antonio Luigi Negro (2004b, p. 133-159) utiliza o termo “colmeia fabril” e analisa a transformação dos trabalhadores, do uso de força bruta no trabalho braçal à sua especialização gerida dentro da fábrica. Pensamos em Volta Redonda e na Fábrica Nacional de Motores estudada por Ramalho (1989) como os primeiros modelos estatais neste quesito, cronologicamente anteriores ao exemplo estudado por Negro, no setor privado.

<sup>34</sup> Para maior referência sobre as fazendas e um relato de uma memorialista da cidade ver Cravo, 2004.

<sup>35</sup> Companhia Siderúrgica Nacional. Relatório da Diretoria Correspondente ao ano de 1946, apresentado à Assembleia Geral Ordinária.

Volta Redonda consegue sua emancipação política em 1954, quando a CSN já possuía um efetivo de 11.184 trabalhadores e a população local era de 56.380 habitantes, 90%<sup>36</sup> dos quais no núcleo urbano do novo município. No mesmo ano, segundo o relatório da diretoria, foram realizados no hospital da usina 939 partos, 15.042 exames de laboratório, 3.857 internações, 15.120 atendimentos em pronto socorro. 47.280 crianças atendidas na Divisão de Puericultura e as despesas com o Hospital atingiram Cr\$ 34.575.092,10 com um déficit de Cr\$ 23.647.363,80. Apesar do volume dessas ações no campo da saúde, o número de casas ainda se mantinha abaixo do projetado em 1946, pois atingia 3.601 residências definitivas<sup>37</sup>. O déficit no número de residências, por sinal, foi problema constante nessa fase da história da Usina.

Migração acelerada, industrialização, grande número de trabalhadores assalariados, as leis trabalhistas e a urbanização com sua consequente mudança de qualidade de vida eram elementos dessa massa crítica de transformação nacional e presentes em Volta Redonda. Era

Imagem 1.2  
Produção da Fazenda Santa Cecília em Volta Redonda.



Fonte: CDOC – CSN.

também um momento marcado pela democratização do país, pelo sufrágio universal, com o ingresso das mulheres na cena política, e pela competição eleitoral, com a multiplicação dos partidos políticos. Eram mudanças aceleradas, que desde a década de 1930 ratificavam os

<sup>36</sup> ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, Delegacia do Estado do Rio de Janeiro, 1971. *Influência da Expansão da CSN na Comunidade*. Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento, mimeo, p.18; e MOREL, op. cit, p.52.

<sup>37</sup> Companhia Siderúrgica Nacional. Relatório da Diretoria Correspondente ao ano de 1954, apresentado à Assembleia Geral Ordinária.



discursos modernizantes, e que realmente traziam rompimentos com o passado. Contudo, a industrialização e a urbanização não eram apenas conceitos, eram realidades encarnadas em pessoas, dentre elas, trabalhadoras e trabalhadores, que tinham seu histórico.

Acreditamos que a imagem retratada na fotografia 1.2 seja uma boa expressão do que estamos a tratar aqui. A CSN, ao ser construída, possuía em seu terreno a Fazenda Santa Cecília e nela ocorria a produção de parte dos alimentos fornecidos aos trabalhadores da empresa. Se a polarização rural versus urbano fazia parte de vários dos discursos que pretendiam apresentar uma visão do Brasil moderno e do futuro, a imagem registrada, em meio ao discurso de modernidade nos remete à persistência do passado. Nela, em primeiro plano, uma mulher branca, ou ao menos socialmente identificável como branca, considerando-se a forma como se veste, típica de uma trabalhadora dos escritórios da companhia, sustenta em seus braços uma verdura, aparentemente plantada pelo homem negro à direita. Enquanto a mulher posa para a câmera o homem contempla o solo, cabeça baixa, mãos a trabalhar e seu rosto se mistura à sombra escondendo sua feição, seus traços e fenótipos, mas não sua cor. A postura de ambos e o enquadramento escolhido pelo fotógrafo para retratá-los conjuntamente não deixa dúvidas de que, para além de uma horta bem-sucedida, a foto possui um forte simbolismo, ao retratar um processo produtivo que integra presente e passado. As roupas, e o calçado inapropriados da mulher para aquele ambiente, assim como sua altivez ao portar o produto contrastam com a postura subalterna do trabalhador negro, vinculado, mesmo fisicamente, à terra. A possibilidade de contar com terras e trabalho (negro) baratos se subordinava à racionalidade administrativa “moderna”, garantindo alimentação a baixo custo para a indústria. Mas, se o negro vinculado à terra era o atraso e a mulher branca e urbana protagonizava a foto, o que mais a imagem expressa? Em terras nas quais se plantava o futuro, por mais que o discurso evocasse uma classe trabalhadora supostamente una, a dinâmica raça-cor não deixava de estar presente como um elemento estruturante de clivagens.

O período de construção da usina (1941-1946), anterior à “corrida do aço” (início da produção), envolveu um processo de migração tamanho que mais de 48.000 trabalhadores chegaram à região, sendo que destes a Companhia absorveu cerca de 14.000. O ritmo de contratações era tão acelerado que, já entre os anos de 1941 e 1943, chegavam 250 trabalhadores migrantes por semana (DINIUS, 2004, pp. 170, 171). Como já mencionado, nem todos eram absorvidos pela CSN. Após a construção, parte da mão-de-obra é dispensada, o que explica a queda no número de operários na década de 1950, quando o efetivo de trabalhadores cai para 11.089, enquanto a população local cresce, chegando a 56.380

habitantes<sup>38</sup>. É provável que o aumento do número de habitantes reflita o estabelecimento de famílias na localidade, e a consequente ampliação do número de mulheres e crianças. Combinado à redução do número de empregos oferecidos pela Companhia, esse processo aprofunda a insegurança estrutural<sup>39</sup> que rondava os trabalhadores e trabalhadoras, como pode ser percebido nas imagens 1.3 e 1.4.

Imagem 1.3  
Favela Eucaliptal em terreno da CSN – Zona Oeste. 28/05/1948. P/B. (S-1539).



Fonte: CDOC – CSN (Centro de Documentação da Companhia Siderúrgica Nacional).

A Imagem 1.3 retrata uma favela que tem o formato de barracões, alguns de madeira<sup>40</sup>, já a 1.4 demonstra as casas construídas mediante a técnica de pau-a-pique (madeiras trançadas para as paredes, cobertas com barro e telhado de folhagem). Ambas representam as moradias precárias disponíveis para os primeiros trabalhadores da usina. Com o passar do tempo, casas

<sup>38</sup> ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, Delegacia do Estado do Rio de Janeiro, 1971. *Influência da Expansão da CSN na Comunidade. Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento*, mime, p. 18.

<sup>39</sup> Ao tentar colaborar com a resolução do impasse teórico que contrapõe, de um lado os marxistas e os adeptos de teorias econômicas neoclássicas e, do outro abordagens que possuem uma análise mais cultural, Savage sugeriu o foco na *insegurança estrutural*, pois esta marca a vida de todos os trabalhadores quando comparados às outras classes sociais, por não possuírem recursos próprios e enfrentarem uma maior situação de insegurança social e econômica em seu cotidiano. Para o autor, esta insegurança estrutural não se baseia exclusivamente no processo de trabalho, nem no mercado de trabalho, mas se pauta na experiência vivida pelos trabalhadores dentro de determinado contexto histórico. Isso colaboraria na determinação de estratégias de sobrevivência desses trabalhadores, suas formas de organização e de atuação. Savage conclui: “nesse olhar, o trabalho, enquanto emprego, não carece ser visto como único ou o principal eixo de classe social” (SAVAGE, 2004, pp. 26-33).

<sup>40</sup> A Imagem 1.1 lista uma série de “Favelas” registradas no ano de 1948, dois anos após o fim da construção da maior parte da CSN e da dispensa de muitos trabalhadores. Existem outras fichas com este mesmo fim e foram enumeradas 25 localidades de moradia precária.

de alvenaria foram construídas e entregues aos que seriam integrados como funcionários que ficariam na CSN.

Imagem 1.4  
Favela Porto de Areia Velho – Zona Norte. 03/06/1948. P/B. (S-1546).



Fonte: CDOC – CSN (Centro de Documentação da Companhia Siderúrgica Nacional).

As descrições das imagens coincidem com as que são encontradas no acervo documental da empresa e com outros relatos que corroboram a versão de que a empresa cedeu à incrível pressão demográfica que ela mesma gerava. Ao relatar a história de migração e de busca por uma casa de um funcionário, Lask comenta: “(...) Depois ele conseguiu fazer um barraco no Acampamento do Eucaliptal em terreno cedido pela empresa. A empresa também fornecia um preço muito barato de madeira para a construção do barraco” (LASK, 1991, p. 116). A precarização da mão-de-obra era parte do processo de construção-precariização que, por sinal, fazia parte da vida de muitos dos indivíduos que chegavam à CSN.

Os trabalhadores migrantes chegavam de várias regiões do país e de várias formas, muitos por recursos próprios e sustentados em redes de relacionamentos (parentes, amigos e conhecidos) que os apoiavam. Mas, até o forjar dessas redes, muitos vieram através dos caminhões contratados pela CSN, responsáveis pelo agenciamento de trabalhadores. Segundo a Revista Arigó, os migrantes chegavam e iam direto para o hospital: “(...) Quem não sabia o

nome eles batizavam. Muitos não sabiam seus endereços, não sabiam nem o nome do pai nem da mãe, o agenciador é que dava o nome”<sup>41</sup>.

Embora o relato acima dê a impressão do trabalhador como objeto, pois condicionado às ações de outrem (do transporte até o próprio “batizado” com nome escolhido pelo agenciador), a primeira leva de pesquisadores sobre Volta Redonda e a CSN resgatou a agência histórica desses trabalhadores e a Revista Arigó fez parte desse processo<sup>42</sup>. Contudo, tanto a produção dessa primeira leva de estudos sobre os trabalhadores locais quanto a das que se seguiram em momentos distintos não se detiveram sobre um aspecto que consideramos essencial: a relação entre raça-cor e origem dos trabalhadores.

As mais de 900 fotos que localizamos e analisamos serviram para um exercício de reeducação do olhar, que começou a nos possibilitar ver o que estava ali presente, mas que negligenciávamos por nossa construção de brasilidade, articulada pelo segredo e pela cegueira pública em relação à questão racial. Ademais ao pensar a imagem como fonte, adentramos outra relação também apontada por Dessin (2018:352) “a relação da imagem com a construção da História e do fazer do historiador”.

O que as imagens 1.3 e 1.4 podem nos mostrar para além dos registros de moradia dos trabalhadores? Ambas compartilham de um cenário de comunidade em que pessoas negras estão presentes. Na 1.3 vemos o menino negro descalço, flertando com o fotógrafo, logo atrás, à esquerda, uma criança e sua mãe (de peles mais claras) no que aparenta ser uma entrada da casa-alojamento. O ambiente é precário e roupas se avolumam no varal por toda a extensão das entradas das moradias, animais desfilam pelo que poderíamos chamar de quintal, enquanto outras crianças e mães se apresentam ao fundo. Percebe-se o resultado da improvisada transformação de alojamentos. O cenário demonstra a presença da eletricidade, símbolo da modernização, e a precarização (condições de saneamento, etc). Com exceção do menino negro e da mãe mais à esquerda, ninguém mais parece estar ciente do registro da foto.

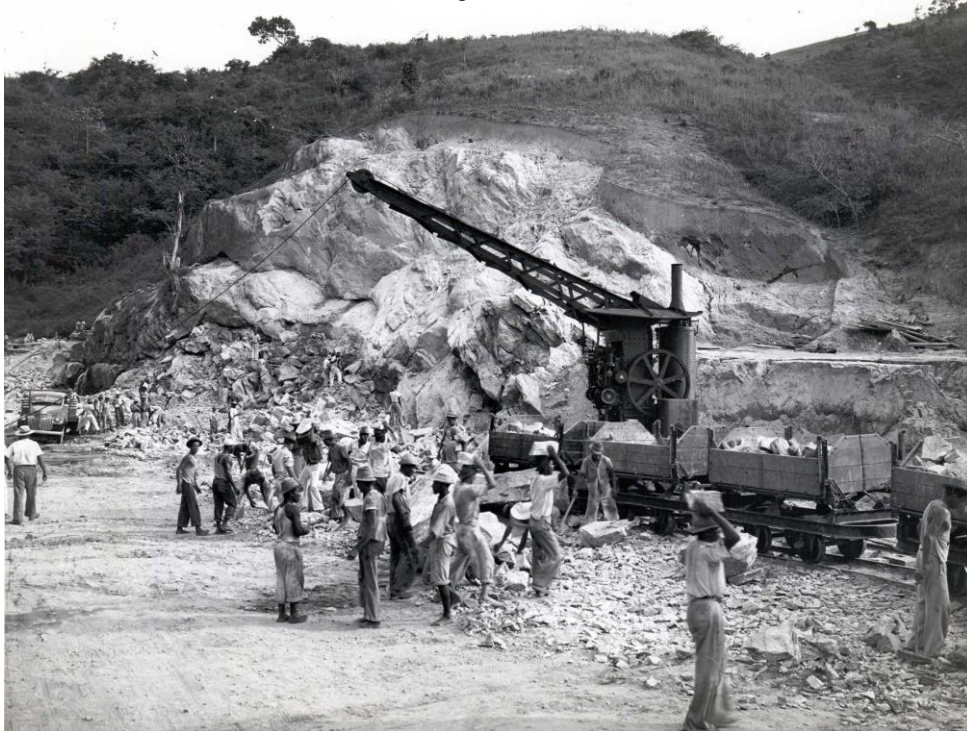
---

<sup>41</sup> Arigó: *o pássaro que veio de longe*. Volta Redonda, 1, 1, 10-15, 1989, p. 14. Analisamos o processo de migração de trabalhadores para a região em nossa dissertação (DA SILVA, 2010, pp. 15-24). Outros trabalhos que perpassam o mesmo tema em determinadas partes são: MOREL, 1989; LOPES, 2004; DINAMARCO, 2004; DINIUS, 2004 e DINIUS, 2010.

<sup>42</sup> Para uma visão mais detalhada sobre a produção acadêmica em ciências sociais para Volta Redonda e CSN vide DA COSTA LIMA (2010), FORTES; DA SILVA; DA SILVA (2012) e DA SILVA (2016).

Na 1.4, em meio a várias construções de pau-a-pique, se destaca uma caracterizada por melhor acabamento, quase cintilante de branca, mais distante, isolada e elevada, que bem poderia ser uma capela. Se a imagem 1.2 desvela a dicotomia rural versus urbano atrelada à questão racial, tanto no universo da moradia precarizada das imagens 1.3 e 1.4, quanto na ilustração do processo de trabalho da imagem 1.5 a questão racial continua fortemente presente. Nas quatro imagens vemos negros, migrantes ou frutos da migração e oriundos do mundo rural.

Imagem 1.5



Fonte: CDOC-CSN. Armário 1, gaveta C, pasta 51, foto B265-14. Carregamento de pedras para transporte, 01/04/1942. Não encontramos o local da foto mas encontramos os mesmos personagens fotografados de outro ângulo com a descrição “Início da exploração de dolomita (Rodeio)”, o que pode se referir a Rodeio de Baixo, distrito de Ouro Preto – MG.

Analisando a imagem 1.5, por mais que possamos pensar que este tipo de trabalho não requeria o uso de *roupas de domingo* (como disse a amiga e pesquisadora Alessandra Tavares), ficamos a refletir o quanto da imagem poderia ser uma metáfora do processo da industrialização brasileira e, dentro dele, da construção do complexo CSN. A foto é de 1942, 54 anos após a abolição e os trabalhadores apresentados por ela são negros, em trabalho braçal e pesado. Com exceção de um dos primeiros personagens mais à esquerda, ninguém parece notar o registro fotográfico, o que deixa claro que se trata de uma foto de trabalho cotidiano, marcada pela espontaneidade.

Segundo Sandra Sofia, ao escrever sobre negros no estúdio fotográfico: “(...) o ex-cativo e o negro nascido livre [deveriam] tentar construir a sua imagem, a princípio, a partir



de códigos de representação e comportamentos tomados inicialmente ‘emprestados’ dos ditos brancos da sociedade” (KOUTSOUKOS, 2010, pp. 96,97), ou seja, em uma foto eles deveriam agir dentro dos estereótipos da branquitude (mostrar posses, desfilar acessórios, fazer poses) e, se possível, simular a brancura. Aos negros da imagem 1.5, flagrados em ambiente cotidiano de trabalho e em período pós-abolição, não havia espaço para encenações. Eram negros, livres e assalariados mas que trabalhavam descalços, partiam rochas a picaretas e carregam pesadas pedras sobre as próprias cabeças, caminhando por um caminho coberto de pedregulhos rumo aos vagões. Trabalhando sob supervisão, destruíam um obstáculo ao progresso e, assim, eram registrados como trabalhadores. Se a imagem fosse recortada de modo a ocultar um guindaste existente ao fundo, nada dirá que se trata de uma cena da metade do século XX. O paralelo com o período escravista é oportuno mas o que considero de mais característico nesta situação é a clara herança das desvantagens.

A ideia de modernização no Brasil sempre possuiu suas peculiaridades e, para a década de 1940, o registro dela não exigiu muita transformação de elementos, ou subterfúgios criativos, como podemos ver na imagem 1.5. Vencer obstáculos naturais e introduzir máquinas fazia parte da modernização, mas os sujeitos da transformação continuavam em seus mesmos lugares sociais, sobrevivendo e trabalhando de forma coletiva, sob as mesmas condições nas quais já o faziam há mais de 100 anos. Contudo, agora estavam sob novo lugar-conceito: os negros apareciam como parte da classe trabalhadora. Vale destacar que até mesmo o local de trabalho registrado se situa em uma das áreas históricas de exploração mineral em Minas Gerais caracterizadas pela grande concentração escravista.

Sabemos que as fotos e imagens não descrevem a realidade como se fossem um espelho, mas como “uma visão de mundo (entre outras possíveis), como uma interpretação (representação) daquilo que a sociedade é (presente) ou, daquilo que ela poderia ser (futuro)” pois estas são representações de interesses de grupos e as imagens devem ser relacionadas com a posição de quem as utiliza (CIAVATTA, 2002, p. 24). Partindo desse ponto, a análise do conjunto de fotos se torna mais interessante, pois se ele registrava as ocorrências a serem analisadas ou as percepções do cotidiano, também expressava uma visão de progresso e de modernização que eram disseminadas pelo país e dentre os próprios trabalhadores da CSN.

Nas fotos localizadas no acervo da empresa, geralmente encontramos um carimbo no verso, contendo as referências de autoria, sendo três as mais frequentes: Leon Liberman (de São Paulo), Raul Gomes Brandão (do Rio de Janeiro) e Serviço Fotográfico da Usina. Os dois primeiros estavam presentes nos carimbos com datas da década de 1940 e o último naqueles dos anos 1950. Não encontramos muito sobre Raul Gomes Brandão, exceto o endereço que

constava em seu carimbo: Rua Rita Ludolf, Leblon. Sobre Leon Liberman, autor da imagem 1.4, obtivemos mais dados, pois ele é mencionado como referência no registro fotográfico da arquitetura moderna no país. Atuou na cidade de São Paulo a partir da década de 1920, e em 1938 foi produtor e colaborador da *Revista Acrópole* em sua primeira fase (revista de fotografia especializada) (GOUVEIA, 2008, p. 86 e 94). Liberman é citado em artigos de outras revistas especializadas em fotografia, sempre atrelado ao conceito de modernidade<sup>43</sup>. Aparece também como fotógrafo no livro *Brazil Builds: architecture new and old, 1652-1942*, obra de 1943. Não por acaso, foi contratado como fotógrafo pela CSN justamente quando ela objetivava registrar o que representava o moderno, a transformação trazida a cabo pela construção de um grande complexo siderúrgico no país. As imagens que registrou, porém, traziam as marcas das contradições que perpassavam esse processo.

## **2. Modernização, Desenvolvimentismo Versus Passado: Antropofagia Para a Brasilidade!**

Em artigo instigante Styliane Philippou, uma arquiteta e historiadora da arquitetura, evidenciou argumentos que colocaram o movimento modernista brasileiro, da década de 1920, como movimento que combinou o ideal modernizante associado a uma identidade nacional (em detrimento de uma visão europeia que vigorava até então no país) com o que aquela elite intelectual e social considerava tradicional<sup>44</sup>. Para ela o modernismo com o seu teor antropofágico teve seus resultados práticos para além das obras artísticas pois “a elite cultural branca se apropriou do local e do marginalizado, nacionalizou-o e, então, universalizou-o” (PHILIPPOU, 2005, p. 251)). Gilberto Freyre aparece em seu artigo como um personagem que continuou nessa idealização e instrumentalizou-a na *democracia racial*.

Acreditamos que o texto de Philippou vá ao encontro das reflexões de Cooper sobre o processo de descolonização africana. Para ele, a comparação entre colônias britânicas e francesas demonstra como as diversas potências coloniais buscaram, após a Segunda Guerra Mundial

“(...) desenvolver um consenso em torno da concepção de ‘padrões’ de política social assim como elas haviam tentado forjar um consenso em torno da ideia de trabalho ‘livre’ anteriormente na era colonial (...).

Estudar essas questões deixa claro o quão complexo seria estudar todos os efeitos das mudanças nas políticas e como elas modificaram as vidas dos trabalhadores e de suas famílias nos anos 1940 e 1950”. (COOPER, 1996, p. xiii).

<sup>43</sup> Ver Cappello (2014, p.3) e Cunha e De Andrade (2016, p. 2).

<sup>44</sup> “O nativo e o negro foram identificados com o popular; eles foram imaginados como uma tradição viva” (PHILIPPOU, 2005, p. 249).

O fim do colonialismo, assim como ocorrera com o declínio da escravidão no século XIX, gerou forçosamente uma adaptação por parte de quem detinha poder institucional, que se associou ao discurso de modernização. A Segunda Guerra acelerou as transformações, fomentando novos projetos estatais pautados no desenvolvimentismo e, nas décadas de 1940 e 1950, as novas ações se expressavam em novas políticas sociais.

No contexto africano, o desenvolvimento era um conceito importante, que inicialmente permitia representar esforços favoráveis tanto aos africanos comuns como à economia imperial, mas acabou desembocando no processo de descolonização e, posteriormente, na construção de estados pós-coloniais. Todo esse processo foi marcado por conflitos laborais consideráveis – grandes ataques a portos, minas, ferrovias, etc., nas antigas colônias africanas. Portanto, a tensão entre ‘desenvolvimento’ e questão ‘trabalhista’ foi aguda.

No caso brasileiro, podemos considerar que o estudo de caso de Volta Redonda, pelo seu caráter singular e simbólico oferece uma perspectiva privilegiada para a análise da relação entre desenvolvimentismo, política social e o mundo do trabalho.

Os anos 1940 a 1950 foram marcados por um forte processo de industrialização no país, e uma enorme parcela de negros adentrou as indústrias. Pesquisadores como Florestan Fernandes<sup>45</sup> acreditavam que a concorrência no mercado de trabalho em um sistema capitalista igualaria as condições de disputa entre brancos e negros. Posteriormente, contudo, pesquisas como as de Sam Adamo (ADAMO, 1983) demonstraram que a industrialização foi uma promessa de integração quebrada, pois se alteraram o local de trabalho e as funções, mas não houve acentuada mudança nos números socioeconômicos, na mobilidade social dos negros.

Para a elite socioeconômica e política brasileira, a lógica de modernização antropofágica parecia estar vinculada à junção de dois mundos: processo de industrialização inspirado na realidade europeia com a continuidade da população negra em seu lugar social. Esse contexto possui certa similaridade com o verificado nos Estados Unidos no século XIX. William Sylvis, líder sindical norte-americano branco, expressou os temores de que a abolição naquele país ameaçaria o status do trabalho “livre” (ou seja, branco), ao profetizar: “virá o tempo em que o negro tomará posse das oficinas se nós não tomarmos posse do negro” (ROEDIGER, 2013, p. 52). Quando analisamos os dados de trabalhadores da CSN, principalmente ao olharmos a relação entre, de um lado, raça-cor e, de outro, especialização

---

<sup>45</sup> Vide Fernandes (2008).



notamos que a necessidade de “tomar posse do negro” e mantê-lo “em seu lugar”, expressa por Sylvis também se aplicava ao quadro de Volta Redonda.

Dinius, categorizando os funcionários por cor a partir da análise de uma amostra das fichas funcionais para o período 1941 a 1946, montou a seguinte tabela, em que cruza “raça-cor” com “especialização”.

**Qualificação por cor dos trabalhadores contratados 1941-1946**

Tez	Nível de Qualificação			Total
	Especializado	Semi-Especializado	Não-Especializado	
Branco	40,1%	43,8%	26,4%	30,7%
Negro	24,7%	21,7%	37,8%	33,7%
Pardo	35,1%	34,5%	35,8%	35,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: DINIUS, 2004, p. 182.

Com base no Censo de 1950 (IBGE, 1950, p. 68), para a cidade de Barra Mansa, temos que 62,23% dos habitantes eram brancos, 20,99% eram pretos e 16,73% eram pardos. Vale lembrar que Volta Redonda era distrito de Barra Mansa e o mesmo censo indica uma população de 35.964 habitantes para Volta Redonda enquanto a sede do município e todos os seus demais distritos perfazem um total de 25.318 habitantes. O censo não traz informações raciais por distrito.

Segundo a tabela de Dinius, somando-se os trabalhadores que ele identifica como negros<sup>46</sup> e pardos, concluiríamos que 69% dos trabalhadores envolvidos com a construção da CSN eram negros e, se olharmos o número de trabalhadores não-especializados, ou seja, os que trabalhavam em situações mais pesadas, esse número sobe para 73,6%. A lógica da herança das desvantagens seguia, os dados eram brutalmente diferenciados para pessoas de origens raciais diferentes.

Costa Pinto, ao cruzar dados sobre educação e relacioná-los à cor, para a década de 1940, revela a seguinte composição racial entre estudantes matriculados no nível educacional elementar, grau médio e nível superior, respectivamente: brancos - 83,50%, 93,81 e 96,37%; pretos - 3,88%, 0,85 e 0,38%; e pardos - 12,53%, 5,24% e 3,12% (PINTO, 1998, p. 159). A constante, além da sub-representação dos negros em todos os segmentos, é o aumento de percentuais para brancos e a redução para pardos e, principalmente, pretos, à medida que avança o grau de escolaridade.

<sup>46</sup> Considero que o autor nomeia “negro” o que o próprio censo demográfico nomeava como “preto”.

A década de 1950 não revelou melhoria nos índices. Emília Viotti da Costa (DA COSTA, 2000) ao fazer um simples exercício aritmético cruzando dados do censo demográfico com os índices de acesso educacional constatou que apenas 4% dos estudantes nas escolas secundárias eram negros e menos de 1% eram pretos. Como a própria autora escreveu, estes dados não eram secretos, mas diante do forte discurso de democracia racial foram ignorados. Os dados de da Costa corroboravam a percepção de que a falta de acesso à educação pelas pessoas de cor as relegava à condição de trabalhadores braçais, o que representava uma continuidade significativa entre o pós-abolição e o período escravista (GOMES e PAIXÃO, 2008, p. 175).

O caso de Volta Redonda ainda guarda outras conexões específicas com os casos de descolonização de países africanos, pois o Brasil, ao mirar a bússola desenvolvimentista para as grandes potências e fazer o discurso de modernização, aderiu a determinados padrões ideológicos que também influenciaram aquele continente. Segundo Cooper:

“O poderoso universalismo da ideologia da mão-de-obra livre, ligado à realidade do poder militar e econômico europeu, fez os africanos e seus descendentes se confrontarem com um conjunto convincente de imagens: a ideia de um trabalhador automotivado, autodisciplinado, que faz opções no mercado de trabalho e, portanto, determina o bem-estar de sua família. Foi difícil para os trabalhadores serem relativistas culturais e insistir que a pontualidade, a diligência e a obediência eram modos de ser peculiares dos europeus” (COOPER, 2005, p. 209).

Ser um bom trabalhador, ter bons valores em relação ao mundo do trabalho era uma construção espelhada que transformava o colonizado em cidadão africano, porém este teria de desenvolver características específicas de disciplina, motivação e obediência. O trabalhador brasileiro também passou por esse processo, principalmente o trabalhador negro proveniente de área rural, que se deparou com desafios similares aos trabalhadores africanos durante a transição. O padrão europeu, branco, “desenvolvido” não foi esquecido por quem objetivava controlar o processo, o que pode ter representado um incentivo para a contratação de estrangeiros pela CSN quando a oportunidade surgiu<sup>47</sup>.

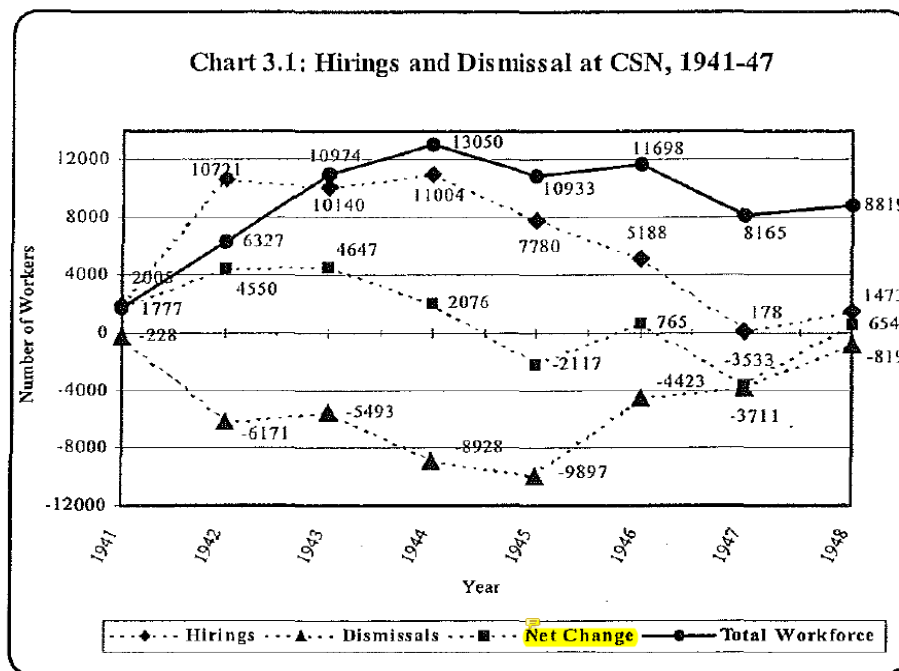
Ao analisarmos os efeitos da Segunda Guerra para os trabalhadores de Volta Redonda, aliás, fica difícil separar o discurso de mobilização para enfrentar um momento beligerante de um discurso de modernização, a começar pelo uso da condição de guerra para solucionar problema de fixação e atração de mão de obra. Segundo Regina Morel, o Decreto Lei nº 4937, de 9 de novembro de 1942, transformava em desertores as pessoas que se ausentassem do

---

<sup>47</sup> Essa questão será desenvolvida no capítulo 2.

trabalho por mais de 8 dias em fábricas consideradas de interesse militar. “A CSN estava incluída entre elas, ser seu empregado significava servir às Forças Armadas e colaborar com a defesa da pátria”. Ademais, o número de horas trabalhadas nesse período subiu de 8 para 10 e o direito às férias foi suspenso justificando-se no “estado de guerra” que estava o país (MOREL, 1989, p. 84).

Os trabalhadores do período de construção da CSN, em grande parte, não tinham acesso à luz elétrica, água encanada e muitas vezes seus colchões de palha eram infestados de insetos de todos os tipos. Fora as condições de moradia, a incidência de algumas doenças como a febre tifoide e a malária, foi mencionada nos registros da empresa (DINIUS, 2004, pp. 192,193). Contudo, como demonstra o gráfico de fluxo abaixo, o número de trabalhadores crescia e o aproximar do fim da guerra aqueceu o mercado de trabalho.



Source: CSN. *GT para Estudo de Venda das Casas. Relatório*. Volta Redonda: CSN, 1960, p.30.

Fonte: Dinius, 2004, p. 171.

O aumento no número de trabalhadores demonstra o empenho do governo brasileiro em concluir o processo de implantação da empresa, um empreendimento de grande porte estratégico para a política de substituição de importações, diante das incertezas do cenário do imediato pós-guerra. Isso explica a aceleração das obras de construção da usina e a posição do governo de inaugurá-la em 1946, mesmo com muitas obras a serem concluídas.

A Imagem 1.6 retrata outro aspecto de Volta Redonda no período. Não encontramos a ficha de registro da mesma, mas a foto possui no verso a anotação “Construção de Linhas Férreas da Aciaria”.

Imagem 1.6  
“Construção de Linhas Férreas da Aciaria” 19/07/1945.



Fonte: CDOC – CSN Armário 1, gaveta B, pasta 43.

A presença majoritária de trabalhadores negros é evidente, alguns perfilados à esquerda, ao lado de um homem branco que parece ser um dos chefes da obra ou seção de trabalho. Os demais realizam um trabalho braçal pesado e primitivo com pás e picaretas, arrebetando as costas sob o sol escaldante. Nesse caso, todos aparentam estar calçados. O registro é de setembro de 1945 e é bem sintomático o número de edificações inconclusas que aparecem no plano de fundo da imagem. Pelo que foi apurado por Dinius a empresa fornecia material de proteção sempre que os “regulamentos de trabalho exigiam”, mesmo assim, o número de acidentes de trabalho para o período de construção da usina era alarmante: um em cada 740 trabalhadores sofria acidente por dia e um em 28 a cada mês. “Em 1943, os acidentes com ferimentos que demandaram tratamento medico afetaram cerca de quinze trabalhadores a cada dia e entre 250 e 350 por mês” (DINIUS, 2004, pp. 195, 198).

As condições de trabalho não eram as melhores, mas a velocidade de atração de trabalhadores era incrível. O apelo de guerra, o discurso de construção do futuro do país, o chamado aos brasileiros, tudo corroborava. Os salários pagos pela CSN eram melhores do que os de outras áreas industriais e muito melhores que as oportunidades no campo. Ademais, a empresa aplicava outros recursos na disputa por esta mão-de-obra, mesmo que isso revoltasse outras partes interessadas nos trabalhadores:

“A CSN dizia que o boca-a-boca era a melhor propaganda, mas ela apesar disso se empenhava num recrutamento mais ativo. Na sua carta ao governador do Rio, Amaral Peixoto, Macedo Soares enfatizava que muitos homens que ficaram sabendo da oportunidade escreveram à companhia e pediram apoio financeiro para conseguir chegar a Volta Redonda, e a CSN atendeu a essas solicitações. Uma vez que um número suficiente do mesmo município ou área tinha se acumulado, a companhia enviava um agente para arranjar as passagens daqueles que desejavam migrar. Isso enfurecia os empregadores locais: os fazendeiros acusavam os agentes de operarem como caçadores de cabeças aos quais a CSN pagava por cada trabalhador recrutado. Em um incidente, a polícia local de Miracema (RJ) emitiu um mandado de prisão contra dois recrutadores da CSN; Macedo Soares, ultrajado, culpou os fazendeiros e reclamou ao governador, salientando que um júri tinha aprovado a prática do recrutamento. Em resposta aos plantadores de cana da parte Nordeste do Rio de Janeiro, Macedo Soares assegurava a Amaral Peixoto que ele sabia “o quão importante é manter o homem ligado à terra”, e acrescentava que a CSN tinha dado ordens específicas para se abster de fazer propaganda, porque ela “não quer confirmar, pela ação [dos agentes] a acusação de que a indústria remove os homens dos campos” (DINIUS, 2004, pp. 188,189).

Os fazendeiros realmente deviam estar incomodados com o fluxo migratório que presenciavam, principalmente os que se habitavam a Zona da Mata de Minas Gerais, a principal área de origem migratória. Contudo, a insegurança estrutural que impulsionava a migração da população negra não se limitava à zona rural. A pesquisadora Rita de Cássia Batista ofereceu um panorama elucidativo sobre a situação de vida da população negra de Juiz de Fora (cidade da Zona da Mata de Minas Gerais) no pós-abolição:

“O povo negro tornou-se diarista, boia-fria, compondo o mercado informal de trabalho. Os vendedores ambulantes multiplicaram-se. Os negros vendiam na cidade tudo o que pudessem produzir, confeccionar, tecer, fabricar em suas residências, como verduras, legumes, pão, doces, salgados, quitutes, plantas medicinais, cestaria (...), porcos e galinhas que eram criados em seus quintais e levados, vivos ou abatidos para a venda no centro e bairros da cidade, numa tentativa de se imporem como autônomos” (BATISTA, 2006, p. 46).

Entendemos que a situação de Juiz de Fora oferece uma amostra do que ocorria de forma mais ampla nas cidades da Zona da Mata de Minas Gerais e, diante desse quadro, os números levantados por Dinius ficam mais inteligíveis. Segundo ele, 83% dos mineiros que

vieram para Volta Redonda eram negros (60% pardos e 23% pretos)<sup>48</sup>. O pesquisador registrou inclusive a percepção equivocada, que até hoje persiste na cidade, de que haviam muitos baianos em Volta Redonda. O “trem dos Baianos” era assim chamado pela cor da pele das pessoas que por ele chegavam, contudo, contrariando os estereótipos, esse trem trazia majoritariamente mineiros.

Batista expõe os seguintes dados: o Censo demográfico, em 1872, apontava a existência de 370.459 cativos para o Estado de Minas Gerais; à Zona da Mata, em 1883, ficava reservada a quantia de 86.635 cativos que dedicavam-se à produção agrícola destinada ao abastecimento do Rio de Janeiro; “em 1872, Minas Gerais abrigava 15% da população cativa do país e, em 1877, a província somou quase 40% desse percentual” (BATISTA, 2006, pp. 49,50 e 63). Portanto, podemos concluir que, em linhas gerais, quando analisamos os dados de Volta Redonda, ser um trabalhador negro e migrante da Zona da Mata mineira implicava ser descendente direto de cativos.

O ponto interessante a salientar é o fato de que, numa história associada à industrialização, a contraposição entre rural versus urbano flanqueada por uma teoria de modernização relegou o rural ao esquecimento e com ele a questão da raça-cor. Um “esquecimento” que vinha de cima, por parte do governo, quando da construção de um discurso desenvolvimentista que era potencializado por noções genéricas de “classe trabalhadora”, “brasilidade” e que influenciou determinados grupos e estudos acadêmicos. Como exemplo, podemos citar uma obra clássica do sociólogo Juarez Brandão Lopes, que teve como objeto de pesquisa fábricas existentes naquela mesma região de Minas Gerais:

“Em outras palavras, pretendemos ver a quebra do padrão patrimonialista de relações de trabalho em cidades industriais de Minas Gerais, como componente de um processo global de desintegração da ordem tradicional no Brasil, provocado, a seu turno, pelo desenvolvimento social e econômico” (LOPES, 2009, p. 1).

Ao analisar o desenvolvimento das novas relações de trabalho, Lopes, no capítulo 2, faz um recorte para o resgate do passado da localidade. As referências às questões raça-cor ou étnicas são ventiladas. Contudo, quando o autor cita a questão da formação da elite local, o patrimonialismo aparece como característica de um passado arcaico e visto como característica forte no campo<sup>49</sup>. O rural vira sinônimo do atraso e a raça-cor parece estar mais introjetada no atraso a ser superado do que na realidade presente das fábricas analisadas e em operação.

<sup>48</sup> Este parágrafo foi pautado sobre a pesquisa de DINIUS, 2004, pp. 171-181.

<sup>49</sup> O parágrafo anterior foi construído tendo por referência LOPES, 2009, pp. 16-29.

Reconhecemos a importância do trabalho de Juarez Brandão Lopes e fazemos coro à análise de José Sérgio Leite Lopes quando este demonstra que uma das maiores contribuições daquele texto foi o de demonstrar que o controle da mão de obra, via moradia, seria “o cerne da dominação da força de trabalho” (LOPES, 1983, p. 156). Tanto o foi que isso se tornou uma constante em tantos outros empreendimentos fabris e também caracterizou o projeto da CSN.

Cientes estamos de que naquele momento, a ênfase dos estudos do trabalho se colocava em outras questões, mas as fontes (provavelmente) e a localidade (certamente) estavam repletas de elementos característicos do pós-abolição, cheias de gente negra e preta, como a história da região demonstra muito bem. Acreditamos que tanto na Zona da Mata como em Volta Redonda os espaços de trabalho foram laboratórios que combinavam formação de classe e identidade racial, mediando a reutilização de mecanismos do passado ou endossando novas formas de ação e dominação.

Imagem 1.7  
 “Construção da rede telefônica subterrânea” 20/08/1948.



Fonte: CDOC – CSN Armário 2, gaveta A pasta 13, envelope 64.

Retomando o argumento de Philippou a respeito do modernismo, podemos argumentar que um dos aspectos dos ideais de modernização e de classe trabalhadora formatados na Era Vargas era a ressignificação do marginalizado como expressão da evolução do país. Assim, a valorização do trabalho duro e braçal caracterizou o trabalhismo associado ao esforço

industrializante. Mas o passado (com essas mesmas características no universo do trabalho) seria considerado sinônimo do atraso e, portanto, fadado ao esquecimento. Acreditamos que isso explique a facilidade de vermos apenas *trabalhadores* nas imagens 1.6 e 1.7 e não trabalhadores negros, pois o plano de fundo que desvela uma transformação espacial da localidade condicionou nosso olhar para o moderno, se o fundo fosse de aspecto mais rural talvez identificássemos mais facilmente homens negros, seus capatazes e feitores, pois a tríade rural-atraso-escravidão compõe o imaginário de um passado anterior à industrialização.

Como veremos no capítulo II, muitos dos relatos dos trabalhadores negros indicam a constante do trabalho duro, antes e depois de adentrarem a usina. Mas o trabalho duro na usina era o ponto que os colocava em pé de igualdade com o conjunto dos trabalhadores, pois em linhas gerais todos estavam a construir o país do futuro. Mesmo aqui, nas imagens e pelos dados a que tivemos acesso notamos que, em sua maioria, eram trabalhadores do campo que chegavam para a construção da CSN e foi no chão de fábrica que alguns costumes foram reafirmados e outros quebrados, que os trabalhadores sentiam sua real condição pautada ou não na raça-cor e em diálogo com o novo status: trabalhadores da CSN. Muito do que sentiam e viam pareciam ser parte de uma grande corrente nacional pró-modernização. Podemos notar tanto nas publicações da CSN como em vários outros periódicos do período.

O Brasil de ora em diante tem conquistado o seu lugar no círculo das nações vencedoras. Em poucos anos a nossa economia terá como alicerces as bases representadas pela nossa grande metalurgia. Os elementos materiais necessários ao Exército e a proteção do nosso território e da nossa soberania, não ficarão mais à mercê de amizades externas sempre precárias e incapazes de garantir a segurança e a independência de um povo<sup>50</sup>.

A modernização era saudada como um ponto de virada na história da nação: o país não estava mais “refém de interesses privados”. O autor da matéria chega a separar os povos em duas categorias: os povos soberanos que dominam a produção do aço e os “povos sem indústria metalúrgica sobre os quais paira a sentença de morte lavrada pelo destino histórico, como castigo dos fracos e incapazes”.

Nossa incapacidade estava atrelada a nosso passado, e nossa força se fazia a partir de um discurso de confiança no futuro, pois ele traria a soberania. No mesmo periódico que publicou o artigo citado, quase um ano depois aparecem várias cartas de apoio à criação da CSN. De Passo Fundo-RS, encontramos carta assinada por Joaquim Sá, secretário do Rotary Clube. Do Rio de Janeiro, vinha a mensagem de um Juiz (Ribaz Carneiro). Até mesmo de Gênova chegava um texto do Consul Geral (Adriano Quartín). Todos eles na mesma linha de

<sup>50</sup> *O Jornal*, Rio de Janeiro, 03 out. 1940, p. 5.



elogio à iniciativa do Governo Vargas e depositando esperanças na transformação do país que já se processava. Dentre todas essas cartas, uma nos chama particularmente a atenção:

“Belém – Tenho a honra de congratular-me com v. excia. pela instalação da Companhia Siderúrgica Nacional que sob o alto patrocínio do governo federal vae atacar o problema fundamental da produção de ferro nacional. Apesar da situação menos favorável das finanças públicas do Pará, comunico a v. excia. que tanto o Estado como seus municípios subscreverão ações da Companhia acorrendo ao nobre apelo destinado a dar ao Brasil uma indústria que será a base para uma grande riqueza e de segurança e soberania de nossa nacionalidade. Cordeais saudações– José Malcher, interventor federal.<sup>51</sup>”

Essa mensagem explicita um elemento a mais para o enredo, que talvez estivesse apenas subentendido nos outros textos, mas que teria conexão direta com a nova realidade sócio-política brasileira e voltarenondense: o conceito de cidadania como resultante da soberania e da nacionalidade. Se fizermos uma breve busca em periódicos de caráter nacional à época, notaremos que havia uma clara contraposição entre o Brasil e outros países. Naquele contexto, essa singularidade às vezes se expressava na visão da nossa tolerância racial em contraponto aos preconceitos existentes na Europa, como se via diante do nazismo (ZWEIG, 1941, p.11). Posteriormente, o mesmo raciocínio levava à exaltação da nossa “democracia racial” como superior às discriminações e mortes, perseguições e radicalismos, que se viam nos estados do sul dos Estados Unidos. Por fim, seríamos o exemplo que a África do Sul deveria ter seguido para não agudizar seu apartheid social<sup>52</sup>.

### **3. Dinâmica de Raça e Classe: Volta Redonda e o Cenário Nacional (1940 e 1950)**

Na busca por documentos que falassem abertamente sobre a discriminação contra homem de cor nos primeiros anos de Volta Redonda, nada conseguimos localizar. Os primeiros relatos que achamos sobre a discriminação na cidade foram dados por entrevistados que só chegaram à região na década de 1950 (tanto entrevistas realizadas por nós quanto por outros pesquisadores) e se limitavam a problemas fora do ambiente fabril. Apesar dessas dificuldades, entendemos que a partir da relação entre o debate nacional da temática no período e da relação da CSN com o projeto de modernização do país podemos localizar

<sup>51</sup> *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 de abr. de 1941, ano XXIII, N. 6.701, p. 7. “A instalação da Companhia Siderúrgica Nacional: novos telegramas de apoio a esse empreendimento dirigidos de todo o país ao presidente Getúlio Vargas”.

<sup>52</sup> Constatação a que chegamos depois de pesquisar periódicos através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e checar uma amostra de periódicos das décadas de 1940 a 1970.

algumas pistas sobre como as conexões entre raça, classe e cidadania se estabeleciam naquele contexto.

A CSN foi fruto direto do envolvimento do Brasil na Segunda Grande Guerra Mundial. Foi em meio à configuração de forças para o conflito que Vargas conseguiu captar recursos para a Usina diante de um intrincado jogo político internacional e contraditória questão nacional<sup>53</sup>. Assim como Alexandre Fortes, acredito que a “incorporação muito mais ativa dos trabalhadores à cidadania, foi, em grande medida, uma consequência inevitável do envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial” (FORTES, 2014, p.8).

Se por um lado as implementações industrializantes no Brasil ocorriam pari passo com a Segunda Guerra tendo a migração, industrialização e a urbanização como características mais acentuadas desta transformação, por outro lado os trabalhadores aprenderiam que muitas vezes a lei deveria ser reivindicada e através de mobilizações e protestos eles ressignificavam o trabalhismo estatal, que deixava de ser a valorização do trabalho e se transformava em uma lógica de luta por direitos.

Para o caso de Volta Redonda, os trabalhadores eram migrantes e de origens diversas, mas majoritariamente de Minas Gerais e negros. Eles adentraram uma estrutura que disseminava nivelar a todos e no período inicial da CSN a sensação deveria ser justamente esta, pois a massa de trabalhadores migrantes compartilhava alojamentos, áreas de lazer, trabalho braçal e leis trabalhistas. Ratificando uma virada interpretativa que negava nosso passado racista e valorizava a “maneira de ser brasileiro”. Brasilidade esta que negava o racismo e a discriminação racial, “raças não existem” (GUIMARÃES, 1999, pp. 148,149).

A Segunda Guerra abriu os cofres americanos para a construção da CSN, a CSN virou laboratório de formação de classe e o Brasil vivia grande processo de ressignificação de conceitos. Como detectado por Fortes (2014, p. 9), o processo vivido pela classe trabalhadora “transformava não apenas o significado de ser ‘trabalhador’, mas também o significado de ser ‘nacional’”, e ser nacional era ser composto por três raças formadoras que conviviam harmonicamente. Se no século anterior estávamos em processo de racialização, na primeira metade do século XX o discurso de brasilidade e nacionalismo a negava e ao mesmo tempo negava o racismo. Essa confusão conceitual acabou reforçando a ideia que vivíamos em uma *democracia racial*. Além disso, em decorrência da Guerra e de nosso alinhamento político

---

<sup>53</sup> Internacionalmente o Brasil agia pendularmente ora indo ao encontro do Eixo, ora se aproximando dos Aliados. Nacionalmente era um país que ainda dependia em muito de uma economia pautada na agricultura. Vargas assume em 1930, mas só consegue implementações industrializantes de larga escala na década de 1940, durante o período de guerra. Para uma análise mais abalizada ver FORTES, 2014.

com as Aliados, o nazismo passou a ser um contraponto ao nosso *ideal* integrador e era contra ele que o exército brasileiro lutava na Itália.

Quando das comemorações do décênio do Governo Vargas a brasilidade enquanto discurso de superação apareceu. A superação da condição de atraso do país se devia à união, e nas palavras do representante dos operários (o senhor Luiz Augusto França<sup>54</sup>) Vargas “uniu os **brasileiros debaixo da mesma bandeira**, depois de acabar com o antagonismo entre empregados e empregadores”<sup>55</sup>. O mesmo periódico, em 1941 e através de seu colunista Bezerra de Freitas, asseverava que “(...) As velhas lutas de classe terão de desaparecer – como sucedeu no Brasil – em todos os países civilizados, e serão substituídas, com o apoio e incentivo do Estado, por ideais mais altos, mais nobres e mais puros”, diante do conflito mundial ele acrescentava como aspirações da comunidade “a defesa coletiva e a paz social”<sup>56</sup>.

A visão de unidade adentrou releitura de nosso país e nela as *raças formadoras* atuavam com as mestiças a lutar pela pátria já no Brasil colônia: “Antes de Sermos uma Nação, já éramos uma pátria” afirmava o acadêmico Oswaldo Orico<sup>57</sup> para o periódico *A Manhã*. O acadêmico usou a frase anterior, que também compõe o título da matéria, quando depunha sobre a “resistência do Brasil na luta contra os holandeses – a obra dos brancos, mamelucos, índios e negros”<sup>58</sup>.

O “Matutino de Maior Tiragem do Distrito Federal”<sup>59</sup> trazia em suas páginas uma resposta a questionamentos de treze leitores que enviaram críticas por telegrama. O teor da crítica talvez possa ser deduzido ao lermos parte do argumento inicial da resposta: “(...) bem apuradinhas as coisas, somos todos mulatos (...)”. O matutino não publica a crítica textualmente, reservava a ela as seguintes linhas: “Que fizemos nós na crônica em causa? Condenamos aquela tentativa e aludimos ao trabalho feito nesse sentido pelos inimigos dos Estados Unidos. Imputação caluniosa!”. Continua o texto defendendo a democracia que, para ele, era exercida através da liberdade de expressão e diversidade de opiniões. Aclamou a

<sup>54</sup> Que também era o presidente da Federação Nacional de Comércio Hoteleiro e Congeneres e representante dos operários no Conselho Nacional de Trabalho.

<sup>55</sup> Este parágrafo e o anterior foram feitos com base na fonte: *Correio da Manhã*, 12/11/1940, pp. 3, 12. *Grifo Nosso*.

<sup>56</sup> *Correio da Manhã*, 19/04/1941, p. 4.

<sup>57</sup> Orico foi um intelectual brasileiro que nasceu em Belém do Pará e se formou em Direito em 1924 na Universidade do Rio de Janeiro. Após a revolução de 1930 tornou-se diretor de propaganda do primeiro diretório da Frente Única Parlamentar (FUP) e no Estado Novo teve vários cargos, dentre eles foi diretor da divisão de Educação Extra-Escolar do Ministério da Educação, diretor da seção de Cultura do pavilhão brasileiro na Exposição do Mundo Português. Foi diplomata, escritor, trabalhou na Organização das Nações Unidas e compôs o quadro de várias academias de história e literatura, inclusa a Academia Brasileira de Letras (ALZIRA ALVES DE ABREU *et al*, 2001b, p. 4195).

<sup>58</sup> *A Manhã*, 15/04/1942, p.3.

<sup>59</sup> Segundo ele próprio mais de cem mil leitores-dia. *Diário de Notícias*, 19/05/1946, p. 3.

“união nacional”, mas que esta não fosse feita à custa da liberdade humana e se assim fosse estariam a apoiar Hitler e o despotismo e não a democracia. Justificou posição revelando que desejava “(...) outra ‘união nacional’” e por isso discordava “de campanhas” que propiciavam “desconfianças entre os brasileiros”. O texto que gerou a crítica dos treze leitores e engendrou a acentuada resposta era um texto feito por Raquel de Queiroz especificamente para o periódico.

14 dias antes, no dia 05/05/1946, o Diário de Notícias publicava a coluna de Raquel de Queiroz, intitulada “Mulatarias”. Ela começa a coluna expressando sua preocupação na aproximação de Brasil e Estados Unidos, pois “(...) técnicos que vão aprender coisas, mocinhos que tiram bolsas de estudo, aviadores que fazem cursos, professores que dão e recebem aulas, todos correm o risco de apanhar em maior ou menor proporção o micróbio racista”. Até então ela comparava o Brasil aos Estados Unidos assumindo que no último o racismo aparecia, mas não deixava claro a sua posição em relação ao Brasil. Raquel chega a se perguntar como que os brasileiros, longe de serem brancos, estariam sendo tratados em terras norte americanas. Ao demonstrar sua preocupação com a polarização racial no Brasil ela argumentava que:

“(...) Nem todo mundo é um Gilberto Freyre, cuja residência entre americanos só fez desenvolver e acirrar mais a reação contrária, tornando-o uma espécie de cavaleiro Roldão a combater de lança em riste em prol da desamparada donzela que é a mulataria nacional.

Em sã consciência, não pode ninguém manifestar repulsa pela alucinação racista dos alemães sem confessar idêntico desprezo e indignação pela atitude que assumem os povos anglo-saxões de todo o mundo ante os povos ditos ‘de cor’”.

Até então Raquel deixava claro que desprezava o racismo. Pelo que escrevia, o modelo a que o Brasil se contrapunha era o de racialização e racismo alemão e americano. Gilberto Freyre, pai do conceito *democracia racial*, era um intelectual admirável, pois não se deixou contaminar pela questão racial americana mesmo vivendo por lá.

“(...) Infelizmente, nesses cinco anos de guerra, foram os Estados Unidos o único país mais adiantado que o nosso que podemos visitar facilmente; em consequência já se espalha pelo Brasil um pouco do veneno racista. A ditadura foi um bom caldo de cultura para essa infecção.

Dantes, a questão de cor no Brasil, confundia-se completamente com a questão de classe, branco era quem tinha dinheiro e negro rico ficava branco. Se a população de cor é mais miserável, isso decorre apenas de ser grande massa e de sua precária economia. Aliás, o branco pobre viveu em absoluta promiscuidade com o negro pobre”.

Raquel de Queiroz fala sobre ditadura e acreditamos que se referia ao primeiro governo Vargas, findo em 1945, e não emite argumento sobre como “a ditadura” ajudou na infecção racista, mas deixa evidente outras questões. A identificação da população negra com

pobreza era vista com naturalidade, pois era maioria, naturalidade também nas relações “promíscuas” entre brancos e negros no Brasil, principalmente entre os pobres, pois isso era a forma com que a autora apresentava nosso nivelamento, nossa falta de racialização e, por tudo isso, vivíamos em uma sociedade sem racismo, vivíamos em uma democracia racial. Com estranheza e indignação ela cita os fatos narrados pelo Senador Constituinte Hamilton Nogueira, em que chiques botequins e cassinos de Copacabana não permitiam a entrada de pessoas “de cor”, mas Raquel acreditava que os choques que estavam a ocorrer internamente no país eram frutos do contato com os Estados Unidos. Vivíamos uma condição de democracia racial e qualquer questionamento, mesmo vindo de baixo, era encarado como uma americanização da questão racial.

“(…) Então se fundando aqui no Brasil sociedades negras, teatro do negro, partido do negro, etc. A ideia é engraçada porque na realidade negros, negros depois de todos os séculos de mestiçagem, deve haver poucos no Brasil. E sendo todos mulatos, como traçar a linha divisória e saber até onde o sujeito pode ou não se chamar de negro? O mais fácil seria fazer clubezinho de brancos puros, porque nos quarenta e tantos milhões de brasileiros eles é que são minoria, uma gota de água, talvez menor ou igual à dos japoneses de São Paulo.

Maioria não faz clubes, maioria não se isola, maioria é quem manda. Minoria, sim é que se reúne e esperneia e pede direitos.

(…) E pois, se fazemos questão de estar na moda, e ter uma minoria oprimida, toca a oprimir os brancos. Eles são tão poucos que não poderão reagir quase nada. Talvez nem tenham quociente bastante para eleger um deputado e sejam obrigados a entrar num cordão de mulataria se quiserem alguém que chore com eles no Congresso”<sup>60</sup>.

Não tenho ciência da concepção racial de Raquel de Queiroz ao longo de sua vida<sup>61</sup>, o que pude aferir é que ela escreve dias antes das comemorações de treze de maio e provavelmente pensou no texto “Mulatarias” ao ver, ler ou ouvir alguma manifestação de grupo, possivelmente de pessoas negras, a reivindicar direitos e cidadania que não sentiam ter ou demonstravam como eram tratados fora de seu lugar social. No texto, quando ela usa termos como “clubezinhos”, “esperneia”, se faz irônica ao falar de “oprimir os brancos” ou que estes não teriam “quociente bastante para eleger um deputado” acredito que Raquel atua de maneira sarcástica. Dispara contra o que achava ser polarização criada, contra grupos que tentavam implementar uma moda americana para a questão racial brasileira. Penso que ela não conseguia ver as linhas de continuidade entre pobreza, cor e escravidão, via a integração

<sup>60</sup> *Diário de Notícias*, 05/05/1946, p.1 e 4. Seção Letras e Artes – Ideias Gerais. **Grifo nosso.**

<sup>61</sup> Em uma pesquisa rápida, encontramos dois artigos que tratam da questão racial e a escritora brasileira. Se para Cunha (2012) o texto *Linha de Cor*, que foi escrito por Raquel de Queiroz em 1948, questionava o leitor sobre a democracia racial no Brasil e teve boas críticas de Abdias do Nascimento (intelectual negro), por outro lado encontramos Oliveira Filho (2009) que ao escrever sobre o racismo brasileiro e a criação das cotas raciais coloca Queiroz ao lado de outros intelectuais brasileiros que pareciam sugerir a inexistência de divisão entre negros e brancos no Brasil.

do negro por aspectos culturais e ao fazer isso, argumentando da maneira que fez, seguiu uma linha bem ao estilo do racismo brasileiro (dissimulado e não declarado, sem notar a questão estrutural).

A visão de que, no Brasil, a questão racial seria pautada pela integração e que viveríamos uma condição cidadã não-racializada e inclusiva despertou a curiosidade da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) que, entre os anos de 1950 e 1952, patrocinou uma série de pesquisadores que se debruçaram sobre o estudo das relações raciais no Brasil<sup>62</sup>. A UNESCO não chegou a validar a visão da nossa “tolerância racial” e seus pesquisadores mostraram uma série de disparidades na composição social brasileira com base na raça-cor.

Em conformação com as constatações da UNESCO e demonstrando situação de questionamento à democracia racial brasileira encontramos texto de periódico, de 1945. Acredito que seu conteúdo seja um exemplo de texto ao qual o texto “Mulatarias”, de Raquel de Queiroz, tentou se contrapor. A data da edição é 13 de maio de 1945, exatos 57 anos da carta de abolição. A coluna do texto recebeu o seguinte nome “Manifesto dos homens de côr do Distrito Federal aos seus compatriotas e à nação brasileira”<sup>63</sup>.

“Os negros se dispõem apenas a lutar, legal e pacificamente, por seus legítimos direitos, não se conformando em continuar **a ter uma posição subalterna e inferior, o que de certo, constitui um atentado ao ideal democrático.**

A campanha para a humilhação dos negros no Brasil tem sido quase vencedora, apesar dos esforços despendidos pela forte e altiva raça, que jamais deixou abater”.

O contexto é de fim da Segunda Guerra, na qual lutamos contra um sistema totalitário em terras estrangeiras, mas ainda estávamos sob um governo não eleito e que duraria até outubro do mesmo ano. Os autores do texto prezam a democracia, não sabemos mensurar o quanto que o conceito estava formatado diante das contradições internas vividas pelos Estados Unidos em relação à questão racial, mas havia clara referência à luta contra o nazismo e o quanto democracia engendrava igualdade de condições, um nivelador comum.

Aquilo que havia causado estranhamento em Raquel de Queiroz, através das palavras do Senador Constituinte, era colocado no texto por seus autores com claras referências a uma continuidade com o passado escravista brasileiro e não como uma contaminação viabilizada pelo contato com cultura norte-americana:

<sup>62</sup> Para uma visão mais matizada sobre o tema vide Marcos Chor Maio (MAIO, 1999).

<sup>63</sup> As próximas duas páginas terão por base esta fonte: *Correio da Manhã*, 13/05/1945, p.24. *Grifos nossos.*

“Em Recife, marinheiros negros, num dos principais Cafés não foram servidos, sob o fundamento de proibição a pessoas de côr.

(...)

No grande e heroico Estado da Bahia, um miserável grupo inimigo do regime democrático desencadeou uma campanha de mistificações e perfídias, com o objetivo de inutilizar o capitão Zacarias Justiniano dos Santos, oficial de côr preta que, naquele Estado, tinha ascendido as mais altas posições, exercendo a função de prefeito de um dos importantes municípios.

(...)

Em São Paulo, o pretencioso Sindicato dos Lojistas, num dos maiores desrespeitos às Leis Supremas do nosso País teve a desenvoltura de requerer aos Poderes Públicos, naquele Estado, a medida violenta da proibição em uma de suas artérias, do trânsito de homens de côr.

Êstes fatos, entregamos ao julgamento das consciências livres da Nação, **principalmente quando na Europa, soldados negros ajudaram o esmagamento total do racismo intolerante.**

(...) **a campanha pela total libertação dos negros ainda não está concluída.**

Urge a necessidade de nos unirmos para combater os abusos que são cometidos sistematicamente contra nós na vida social. Para isso, devemos estar reunidos numa organização social, agrupando os elementos de todas as classes, de todas as profissões, velhos e moços, sem distinção de sexos, de credo religioso ou de tendências filosóficas, mais fiéis aos princípios democráticos, afim de atuar no sentido de que haja uma atmosfera onde não seja possível subsistir o preconceito racial”.

Formalizavam a criação da União Reivindicadora Nacional (negros do Rio de Janeiro com o apoio de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina), demonstravam força ao evidenciar mais de 4.000 assinaturas ao fim do manifesto e declaravam o seu programa:

**“Nosso programa é lutar pela Democracia, pelas liberdades públicas, pelas reivindicações do negro, pelo direito do cidadão, zelando sobre tudo pelos destinos do país nesta hora em que com bravura e denodo, os nossos soldados souberam escrever a maior página da história brasileira.**

Conclamamos todos os líderes negros brasileiros, sem distinção de côr partidária a tomar parte na União que fundamos a qual só visa exclusivamente, a defesa dos nossos interesses, [ilegível] os laços de sentimento entre todos os negros do Brasil nesta hora solene de Vitória da civilização.

Rio de Janeiro, 13 de Maio de 1945”.

Em uma argumentação que mescla os efeitos da Segunda Guerra com raça, classe, democracia e cidadania a União se declara instituída. Tentando rastrear a União Reivindicadora Nacional encontrei mais uma referência no mesmo ano. Em 02 de dezembro de 1945<sup>64</sup>, ela assinava conjuntamente com a Sociedade Protetora dos Homens de Cor e a Comissão Organizadora dos festejos de 13 de maio na capital do país um documento endereçado ao Jornal do Brasil. As instituições se posicionavam em relação à eleição presidencial, reafirmando que: “os negros do Brasil, tem experimentado uma série de humilhações, proibições e preterições em todos os campos de suas atividades”. Ao mesmo

<sup>64</sup> *Jornal do Brasil*, 02/12/1945, p.6.

tempo destacavam que os negros sempre foram vanguarda dos movimentos liberais e que: “(...) Na presente campanha política que empolga do norte ao sul das massas brasileiras, nós os negros que somos, sem falsa modéstia, um dos sustentáculos da vida da nação não podemos permanecer indiferentes à grande luta”. Chamavam a atenção para o fato de que um dos candidatos (o general Eurico Gaspar Dutra) recebera a adesão dos integralistas que eram “reminiscências do fascismo e do nazismo, inimigo irreconciliável da raça negra”. Portanto, aconselhavam que nas eleições de 2 de novembro todos os negros votassem para presidente da república no Major Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), “verdadeiro amigo da democracia”.

Curioso fiquei com estas instituições principalmente pela União que parece ter feito um grande esforço para ter uma coesão nacional e obter informações sobre a condição do negro no país, mas não encontrei outras fontes e ou artigos que as mencionassem. No entanto, em um quadro mais geral, podemos notar o efeito que a Segunda Guerra causava na questão racial. O apoio ao Major Brigadeiro era justificado como um posicionamento contra o nazismo, pela democracia e essa democracia se pautava em direitos. No texto publicado no Correio da Manhã, vimos que a União encarava a posição subalterna e inferior dos negros como um atentado contra a democracia. Tudo isso corroborava para a construção de um ideal democrático inclusivo e de direitos e, como evidente, muitos negros e suas instituições se posicionavam e exigiam isso.

O ideal de democracia racial e a prática da discriminação racial são questões que conviveram no Estado Novo, não só no tecido social, mas em instâncias do governo. Segundo Olívia Gomes da Cunha (CUNHA, 1999), enquanto uma parte da estrutura governamental acenava com o ideal de integração racial nas comemorações do 13 de maio, outra fazia coro com ideias do século XIX e enveredava pela racialização na construção da criminologia. A contradição acima era expressa nas figuras de Artur Ramos e Afrânio Peixoto, o primeiro tentando reconfigurar a visão sobre a população negra (através dos festejos que envolviam o cinquentenário da Abolição), pois os negros, até então, eram sinônimo de “trabalho não-qualificado e da marginalização social” (CUNHA, 1999, p. 258); o outro, que desde sempre teorizou sobre higiene e profilaxia social, conseguiu influenciar o aparelho policial do Estado através de seu discípulo Leonídio Ribeiro que atuava no Laboratório de Antropologia Criminal (Idem, pp. 272-281).

A construção de um ideal trabalhista com a valorização do trabalho duro, braçal resgatava parte da história brasileira sob a ótica governamental, transformava a palavra “trabalhador” em nivelador social. A discriminação estava presente no tecido social e era de



caráter estrutural, mas o discurso Estatal pregava unidade e tinha adesão. Para os que não sentiam ou viam a unidade propalada ficava o ônus da prova, tal o caso da União e do Manifesto dos Homens de Cor do Distrito Federal.

Os problemas e as diferenças eram vistos como questões a serem superadas pelo empenho e superação pessoais, pois o foco maior era a construção do país do futuro para todos os brasileiros e Volta Redonda, da forma como aparecia constantemente na imprensa nacional, simbolizava isso. Em um discurso proferido em 1956 por Edmundo Macedo Soares, podemos notar a continuidade com a visão dos anos 1940. Em uma seção intitulada “Nada mais brasileiro”, ele dissertou sobre o esforço desses homens e mulheres construtores da CSN: “Não é o esforço localizado, embora louvável, de um em benefício de todos; é o esforço de todos em favor da coletividade, um trabalho consciente, de cuja utilidade ninguém duvida e que enche de orgulho os que realizam” (MACEDO SOARES E SILVA, 1957, p. 6). São argumentos que se destinam à construção de uma brasilidade unificadora, permeada pelo discurso de trabalhador que levava a uma condição cidadã.

Sabemos dos limites na assimilação dessa construção pelos trabalhadores, pois era uma visão que vinha de cima e a construção das sociabilidades e relações no ambiente de trabalho não desprezavam os costumes historicamente instituídos. A questão aqui é tentar demonstrar como esse discurso de cidadania envolto em trabalho e nacionalismo foi integrador e problematizado.

As formas de posicionamento em relação à realidade não foram únicas, e a leitura do passado não poderia estereotipar os personagens. Por essa razão é que discordamos dos apontamentos de Jessé de Souza, quando ele conceitua a virada do pós-abolição para o trabalho assalariado como o período formador do que o mesmo provocativamente chama de *ralé brasileira*. Segundo ele:

“(…) Para o negro, sem a oportunidade de competir com chances reais na nova ordem, restavam os interstícios do sistema social: a escória proletária, o ócio dissimulado ou a criminalidade fortuita ou permanente como forma de preservar a dignidade de ‘homem livre’. Ao perderem a posição de principal agente do trabalho, os negros perderam também qualquer possibilidade de classificação social. A ação concomitante da extinção das estratégias de acomodação do passado, que propiciaram a negros e mulatos ocupações compensadoras e até nobilitantes, mostra o grau dramático para esse setor da nova configuração de vida econômica” (SOUZA, 2017, p. 48).

Acreditamos que Jessé acaba por voltar a uma visão de coisificação do negro (presente nos anos 1950 a 1970), não dando espaço para uma visão da população negra como agente, nem deixando margem para análises ou leituras de clivagens internas ou processos de

transformação, indo de encontro ao processo de criação de instituições de homens de cor como a União Reivindicadora Nacional, ao Teatro Experimental do Negro, etc. O raciocínio de Souza implica em aceitarmos que os negros se resignaram a ser eternamente uma “ralé”, ao invés de enfrentarem a situação à qual foram relegados com base na sua experiência individual e coletiva.

Como podemos buscar entender o modo como os trabalhadores negros se concebiam em Volta Redonda nos anos 1940 e 1950? Se na mesma década encontramos, na capital do país, instituições que se posicionam fortemente contra a desigualdade racial, se colocando politicamente ao afirmarem a luta contra a subalternização, por uma democracia com direitos e inclusiva, o que as fontes podem nos mostrar sobre a integração dos trabalhadores ao ambiente fabril e como que a questão racial perpassava esse processo?

A imagem 1.6, retratando a “Construção de Linhas Férreas da Aciaria”, que analisamos na seção anterior, nos levou a um exercício interessante. Quando nos deparamos com ela pela primeira vez, ficamos intrigados em identificar quem eram os trabalhadores pretos, pardos, etc.. Apesar de estarmos cientes de que havia mais trabalhadores negros na foto e na CSN, nessa, assim como em outras fontes e imagens do período, notamos que naquele primeiro momento a raça-cor não gerava um problema de integração na atividade produtiva. A chegada de trabalhadores migrantes na implementação da CSN envolveu esforço de todos que chegavam e o aparato estatal criado reforçava a sensação de igualdade para os trabalhadores.

“O único cara que conseguiu igualar todo mundo no Brasil foi Getúlio Vargas, através de quê? Da carteira de trabalho”. “(...) havia aquela cidadania: eu posso chegar lá, depende de mim”<sup>65</sup>.

“O operário se dedicava mais naquela época, porque tinha tudo, tinha conforto, tinha carinho, no fim do mês não faltava dinheiro, tinha roupa, tudo. Veja bem você, naquela época você quando ia a loja, você comprava dois, três sapatos de uma vez, hoje pra você comprá um tem que pagá prestação”<sup>66</sup>.

“Na época de Getúlio todo mundo trabalhava, trabalhava, trabalhava contente né. Porque comia bem, ninguém chorava nada, não tinha choradeira, conforme tem hoje, tinha tudo, andava bem vestido, comia bem né, tinha hospital, se ocê quisesse fazê uma operação não tinha como é isso hoje, é plano de saúde e o diabo a quatro, se o pobre adoecê e se não tivê dinheiro ele morre, o INPS naquela época valia era INPS, hoje o INPS não vale nada, o que quê o INPS hoje vale? Nossa, naquela época não, ocê tinha internação, cê tinha operação, cê tinha

<sup>65</sup> Ronaldo Gori, branco e ex-engenheiro da CSN, entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 27 de janeiro de 2009.

<sup>66</sup> Sabemos que o senhor Jouvacy Milheiro Neto era negro e se concebia como tal pois o entrevistamos em 2009 quando da realização da pesquisa para a conclusão de nossa dissertação de mestrado.

tudo, tudo por conta do governo, e hoje?”<sup>67</sup>.

Embora os autores dos relatos sejam trabalhadores da CSN, o primeiro era engenheiro e os outros dois eram operários da construção e produção. Sabemos que o primeiro é branco e o segundo é negro, não temos informação sobre o terceiro. Contudo os relatos apontam na mesma direção, que é a construção de um discurso de classe trabalhadora, tendo a CSN como meio e Vargas como a ponta de lança da transformação. Se para o primeiro a carteira de trabalho é o elo da mudança e da igualdade de todos, para os demais a questão do acesso aos bens de consumo e facilidade de acesso aos serviços públicos igualava o pobre aos outros. Os excluídos estavam sendo incluídos, pois todos estavam a sentir a melhoria das condições de vida. O interessante é que o último relato vai ao encontro dos coletados por Hebe Matos em trabalho sobre o pós-abolição. Seus entrevistados expressaram a opinião de que a Princesa Isabel apenas assinou a carta de abolição mas foi Getúlio que com sua “força” “deu” a lei que realmente libertou o povo negro (MATTOS, 2005, p. 56).

Sabemos que os trabalhadores ressignificaram essas leis em direitos e que usaram delas para se mobilizarem nos espaços fabril, não fabril e político. Em nossa dissertação de mestrado escrevemos sobre isso e entendemos que estes movimentos se faziam desde os anos 1940, em Volta Redonda. O que não tínhamos notado lá e que analisamos aqui é o quanto a mudança de trajetória para os trabalhadores negros conseguiu dar a sensação de igualdade e união. Talvez por isso, no mestrado, tenhamos enveredado pela questão da classe sem dimensionar a desigualdade estrutural pautada na raça. Classe e raça se imbricaram em um contexto em que classe estava hipertrofiada.

“Muito trabalho, mas tudo com muita fartura, tudo, era pão a vontade, era comida a vontade, leite a vontade, tudo a vontade, percevejo, muquirana a vontade (risos), muquirana é piolho.

(...)

É, protegido pelo carinho né, quando falava que Getúlio Vargas vinha em Volta Redonda era uma alegria, porque sabia que ele andava no meio de nós todos aí, não precisava de... vinha o Gregório que era o santo dele né, e carro aberto, que ele andava de carro aberto dentro da usina aí, pra lá e pra cá, mas se nós menor chegava lá e queria fala com ele, não falava porque a gente não tinha instrução pra aquilo naquela ocasião, não podia chegá perto por causa disso né, mas se via que quem queria pegá na mão dele, ele deixava, ele olhava, deixava pegá né”.

---

<sup>67</sup> Os últimos dois relatos foram retirados de DINAMARCO (2004, p. 139). Sobre o trabalho de Dinamarca é importante ressaltar que ela pesquisou a primeira geração de trabalhadores de Volta Redonda. A pesquisadora realizou as entrevistas no início dos anos 2000, sem preocupação com a autoclassificação ou mesmo atribuição de classificação da raça-cor dos entrevistados.

O relato acima é o do senhor Joaquim Dias Sargento que chega a Volta Redonda no início da década de 1940. Não tenho ciência de como ele se classificava em relação a cor e nem como a pesquisadora que o entrevistou o poderia ter classificado, o que destaco é que ele expressa uma saudação da mudança de sua realidade objetiva mesmo diante das inúmeras dificuldades que apareciam. No centro dessas transformações figurava a imagem de Getúlio, que mesmo diante de pessoas humildes estendia a mão, mas sempre acompanhado de seu *santo*.

Imagem 1.8  
Visita de Vargas à CSN, sem data.



Fonte: CD recebido por entrevistado em 2009.

A imagem acima revela Vargas e Gregório em visita à CSN, Gregório está atrás do ombro direito de Vargas, com o rosto parcialmente encoberto pelo chapéu do presidente. Na imagem, era o homem negro mais próximo de Vargas e ficando à frente de tantos outros, inclusive os militares. Segundo o senhor Dias Sargento, Gregório era o santo de Vargas. Talvez, o entrevistado pode ter feito referência à proteção que Gregório fornecia ao presidente quando usou a palavra santo, mas acredito ser mais plausível que ele pretendesse usar o apelido de Gregório à época, “anjo negro” (GRANDO e NIEDERAUER, 2016). A lembrança do senhor Dias Sargento, a alcunha de Gregório e seu papel como “chefe da guarda pessoal de Vargas” (FURTADO, 2015, p. 3) chama a atenção para a história dessa personagem e sua representação no imaginário popular.

Gregório nasceu em São Borja (RS), em 1900. Acabou se aproximando do irmão de Getúlio após a Revolução Constitucionalista de 1932, quando se destacou em combate. Em 1938, após a tentativa de Golpe Integralista, Benjamim Vargas (chamado de Beijo) organizou uma guarda pessoal para proteger seu irmão. Segundo Ernâni do Amaral Peixoto, Gregório “era o que tinha mais qualidades, mais liderança”. Acabou assumindo na prática a chefia de guarda que acompanhou Getúlio durante “todo o período restante do Estado Novo” (Alzira Alves de Abreu *et al.*, 2001a, p. 2299).

“Uma das fotos mais conhecidas de Gregório Fortunato é a que ele aparece penteando os cabelos de Getúlio Vargas” (DE SOUZA, 2009, p. 106). Pensando no papel reservado a Gregório e nele como sendo um homem negro de origem pobre, comum, humilde e sem instrução penso que isso o aproximava da condição de grande parcela das pessoas que foram para Volta Redonda, dos trabalhadores da CSN. Assim como Gregório essas pessoas estavam a experimentar mudanças de trajetória e em ambos os casos Vargas era o elo. A família Vargas abriu as portas para Gregório e a CSN, criação de Vargas, abriu a porta para muitos como ele.

Simbolicamente, as fotos em que Vargas aparecia ladeado por Gregório (às vezes o único negro na imagem) e as memórias que ficaram dessas personagens no imaginário dos trabalhadores, trouxeram a visão de um processo de transformação, mesmo que contraditório. Se por um lado a imagem dos corpos negros ainda detinha muito de negativo<sup>68</sup>, por outro, um

---

<sup>68</sup> O mesmo artigo que citou Gregório como muito próximo a Vargas, a pentear seus cabelos, coloca Gregório como personagem “reduzido a um fiel cão de guarda” de “mulheres e homens brancos”, pois ele tinha os “atributos físicos do Negão” que “encarnou o estereótipo do leal escudeiro que seria capaz de sacrificar a própria vida”(DE SOUZA, 2009, pp. 105, 106). Em outro artigo, destinado ao debate sobre a construção argumentativa do livro Agosto, de Rubens Fonseca, enquanto a figura de Vargas é apresentada por uma aura “condescendente que inspira piedade”, Gregório é o oposto, é pintado com o caráter violento e vingativo (FERREIRA, 2000, pp. 168, 169). Não negamos a associação dos corpos negros à violência, sexualidade exacerbada, etc., como

corpo negro em evidência e com claro depósito de confiança pela instância maior de poder representava mudança para outros corpos negros que agora podiam tê-lo como referência positivada.

Pensamos que a imagem de Gregório ajudou a dissipar a visão da existência de racismo, pois se o racismo brasileiro não é tão evidenciado no ambiente de trabalho e sim na vida privada, quando Vargas tem um negro a pentear seus cabelos e este recebe a qualificação de anjo, receptor de confiança do presidente, o racismo não poderia existir em Vargas e consequentemente no país. Talvez isso tenha relação direta com o que notamos quando da realização das entrevistas: os relatos de racismo quase nunca ocorriam durante o período varguista e a CSN, filha diletta de Vargas e mãe dos trabalhadores, sempre era vista como quem dava tudo.

Interessante, em relação às operações da memória, é que com a privatização da CSN (em 1993) o senhor Joaquim Dias Sargento começa a notar em Volta Redonda um “cado de racismo”, pois não havia mais vaga para todos os trabalhadores e os filhos tinham que deixar os pais para arrumar emprego. Ele completou dizendo que “Ah, na época de Getúlio Vargas não tinha isso não, até o povo da lavoura, até o trabalho na lavoura era com muito mais estímulo do que é hoje. (...)” (DINAMARCO, 2004, p. 169).

“A Companhia dava comida, dava tudo, eu fui juntando um dinheiro, eu juntei dinheiro pra mim casá, comprei tudo novo, como a Companhia não tinha casa ainda, aí mostrei falei: ‘Dr. eu pretendo casar em 43, no final de 43’.

(...)

“Há, então tá bom”, aí o próprio caminhão da Companhia trouxeram o pessoal aí, lavaram a casa, deixaram tudo bonito, tudo limpinho, novinho né, me levaram lá, ela gostou, eu falei: “Graças a Deus”, tava naquela felicidade, uma felicidade [chorou], era dois corpo num pensamento só, viu que beleza?” (Idem, p. 111,112).

O relato acima é do senhor Henrique Alves da Silva, nascido em São José do Parapanema, Paraná, em 14/06/1914, que chegou a Volta Redonda em janeiro de 1943. Nele, como em muitos outros, a CSN é descrita como uma empresa que “dava tudo”, no caso, especialmente a casa, que podia amenizar a sua insegurança estrutural. Aliás, é fato que os funcionários pagavam um valor muito baixo para poderem ficar nas casas da empresa.

Relatos como o acima se avolumam na obra de Dinamarco, e neles sempre há um momento em que a propagandeada transformação do país se torna expressão da vida dos trabalhadores do chão da fábrica da CSN: “Getúlio veio em Volta Redonda durante as construções, ele veio inaugurar o forno 2 na ventaneira 17, eu olhei pra ele assim, e falei:

---

construção social, o que acreditamos é que para o período de construção de um discurso de classe trabalhadora a imagem de Gregório era muito mais do que sinônimo de violência para os trabalhadores.

‘Eh... eta homem ocê transformou esse Brasil viu?’ nanico, pequeno assim né, baixinho (...). (Relato do senhor Raimundo dos Reis, nascido em Barão de Cocais-MG, em 1910. Idem, p. 158).

Raimundo não conhecia todo o Brasil, Raimundo veio trabalhar na CSN e provavelmente viu muitas transformações na localidade até a inauguração do alto-forno 2, transformações que com certeza ele sentiu em sua própria vida e notou na de muitos companheiros que estavam a ladeá-lo. Ficamos a pensar se os homens das imagens 1.6 e 1.7 não estavam a sentir a transformação de suas trajetórias como Raimundo, ou seja, mais como trabalhadores e menos como trabalhadores negros, pois até então as estruturas assistenciais tinham sido construídas para atender às demandas dos trabalhadores como um todo.

A imagem 1.8 nos oferece um ponto de vista peculiar para abordar a questão do registro da classe trabalhadora voltarrredondense. Nela podemos ver o que provavelmente eram os jurados da competição, com o Dr. Paulo Mendes ao centro (terno mais claro). Ele estava ladeado pelo que provavelmente era a comissão julgadora do concurso e enfermeiras ou pessoas da equipe técnica da área de saúde. De Paulo à equipe todos eram brancos, na mesa, entre os filhos e filhas dos trabalhadores é que encontramos vários bebês de vários tons de pele. Penso que a integração das mães nos centros e eventos de saúde ajudava a veiculação

Imagem 1.8

“Concurso de Robustez Infantil na semana da Criança do Centro de Puericultura com a presença do Dr. Paulo Monteiro Mendes” 16/10/1948.



Fonte: CDOC – CSN Armário 2, gaveta A pasta 17.

de um discurso nivelador, afinal muitas mães deveriam estar a levar seus filhos para vacinar pela primeira vez e ter acesso à saúde vendo outras mães negras e brancas, no mesmo processo, deveria ser algo muito impactante, talvez diferente do universo originário dessas pessoas.

O centro de puericultura se responsabilizava pela entrega de leite às famílias, vacinação de crianças, entre outras coisas, era um braço de uma estrutura de política de saúde que a CSN forjou para o atendimento de seus funcionários. O Centro foi inaugurado em 1946, quando Macedo Soares proferiu que “a matéria prima principal é o homem (...) Sem homens fortes, sem saúde física, sem saúde mental é impossível que um país se desenvolva”(DINIUS, 2013, p. 165). Em 1948, a CSN inaugurava mais um Centro de Saúde<sup>69</sup>.

A política paternalista da empresa, através do controle ostensivo da mão-de-obra, não conseguiu forjar a classe trabalhadora à imagem que desejava, mas, ao menos em alguma medida, conseguiu fazer com que o discurso de unidade (somado à estrutura assistencialista) diminuísse as clivagens internas para a construção de um ideal de uma classe trabalhadora integrada harmoniosamente num projeto de desenvolvimento nacional. As contradições e diferenças estavam lá, mas o discurso governamental e os registros das imagens tentavam demonstrar o oposto.

Em 1943 foi citada, pela primeira vez, no relatório anual da empresa a construção de um Grupo Escolar em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro. O governo instalaria “na cidade operária” o grupo e a CSN doaria uma “área de 12.002, 94 m<sup>2</sup>, as fundações do edifício projetado e a mão de obra total”, ao Estado caberia “as despesas com as obras” e instalações do edifício, tudo ficaria pronto em 1944<sup>70</sup>. Pelo volume de trabalhadores migrantes que chegavam para a construção da usina pensamos que tanto a cidade sede de Volta Redonda (Barra Mansa), o Estado e CSN tiveram de atuar na demanda educacional.

A CSN não mantinha estabelecimento de ensino, mas subvencionava grande parte das escolas “seja complementando a reduzida remuneração das professoras estaduais, seja concedendo locais e recursos para instalação ou ampliação das escolas particulares”. A própria empresa levantou números através de seu Departamento Educacional, para o ano de 1955: eram 22 estabelecimentos de ensino com 5.547 crianças matriculadas, não entraram na conta “os matriculados no curso de admissão do Colégio Macedo Soares nem os do curso

---

<sup>69</sup> Companhia Siderúrgica Nacional. Relatório da Diretoria Correspondente ao ano de 1948, apresentado à Assembleia Geral Ordinária.

<sup>70</sup> Companhia Siderúrgica Nacional. Relatório da Diretoria Correspondente ao ano de 1943, apresentado à Assembleia Geral Ordinária.



preparatório da Escola Industrial Pandiá Calógeras”<sup>71</sup>. O curso de admissão era realizado quando as crianças passavam do quarto para o quinto ano escolar.

Se a CSN não possuía escolas, mas as subvencionava era porque a demanda de matrículas era grande, precisavam de um grande número de vagas para dar conta das crianças que já estavam na localidade e para as que ainda iriam chegar. Os filhos de funcionários as frequentavam e como demonstrado no relatório, em 1955, eram mais de 5.547 crianças matriculadas.

A Imagem 1.9 traz um registro do carnaval de 1955 e, assim como as crianças na mesa da imagem 1.8, há que se notar a presença de pretos, brancos e pardos no mesmo ambiente. Diferentemente dos bebês da Imagem 1.8, as crianças desta imagem estão cientes do registro fotográfico, em grande parte posam para a foto. Os braços abertos e o grito ou cantar que deixaram as bocas entreabertas estão mais evidentes quando próximos ao ponto de registro da foto, notamos isso ao acompanhar os olhares que seguem na mesma direção. Com o distanciar, ao direcionarmos nosso olhar mais para o plano de fundo, notamos que crianças e adultos se mesclam, os braços não se mantêm levantados, os olhares ficam mais difusos e nem todos estão a posar. A imagem registra para além do Grupo D, registra crianças, filhas e filhos de trabalhadores e trabalhadoras da CSN em um momento de integração para além do ambiente escolar e esta integração perpassava a racial. A questão aqui é pensar o quanto que

Imagem 1.9  
 “Baile de Carnaval realizado no Grupo D. Ceci na Rua 4, Conforto” 19/02/1955. P/B A-1620



Fonte: CDOC – CSN Armário 2, gaveta 2, pasta 22.

<sup>71</sup> Companhia Siderúrgica Nacional. Relatório da Diretoria Correspondente ao ano de 1955, apresentado à Assembleia Geral Ordinária.

os momentos registrados para crianças poderiam ser representativos da integração entre adultos.

Aproveitando o registro carnavalesco gostaria de colocar outras duas imagens para análise, ambas do mesmo ano de registro da anterior mas de locais diferentes. A Imagem 1.10 traz o registro de baile em local que penso não existir mais na cidade<sup>72</sup>. No ambiente não há crianças e pelo número de homens com bonés ou chapéus, no estilo marinheiro, parece ter sido um baile temático. A posição do público deixa a impressão de um fluxo de movimento, principalmente ao analisarmos os carnavalescos que estão mais no primeiro plano, parecem seguir da esquerda para a direita, meio que em filas indianas, mas há outras correntes de movimentação mais ao centro da imagem. Percebo que quase ninguém olha para a câmera

Imagem 1.10  
 “Aspecto de um Baile de Carnaval no Salão do Cine Santa Cecília” 19/02/1955. P/B A-1632



Fonte: CDOC – CSN Armário 2, gaveta 2, pasta 22.

fotográfica e alguns parecem estar tão concentrados em se divertir que o corpo evidencia a dança e o êxtase. Homens e mulheres seguem o fluxo e é nítido o ambiente de diversão, expresso tanto pelo sorriso flagrado quando pela posição livre e solta de corpos que se embalavam pela música. Fortes características destes carnavalescos? Eram jovens e majoritariamente negros.

A Imagem 1.11 foi de baile promovido pelo Clube dos Funcionários, considerado um dos mais chiques para a época. Ademais, o baile foi realizado no Hotel Bela Vista, ainda hoje um dos locais mais elitizados da cidade e que à época fora criado para receber estrangeiros. Diferentemente da imagem anterior o ângulo da imagem é mais fechado e dá a impressão de

<sup>72</sup> Um debate mais matizado e com a análise dos clubes será apresentado no Capítulo 3.

que o objetivo era de focar o palco com a banda. Embora o palco esteja no fundo, muitos carnavalescos foram registrados de frente ou de lado para a câmera, não penso que a ação esteja envolta com o registrar da imagem mas com questão similar ao da foto anterior, ou seja, um fluxo de movimentação durante o baile, tanto é que apenas dois músicos e uma senhorita no canto inferior direito da imagem foram os que parecem ter olhado para a câmera no momento do registro. Não sabemos se o espaço e o número de carnavalescos eram maiores do que o da imagem anterior, contudo fica evidente que o público também era composto de pessoas mais novas e, diferentemente da imagem 1.10, majoritariamente brancas.

Na foto existem pretos apenas no palco. Em outras fotos da empresa podemos notar que no início as bandas da CSN eram compostas majoritariamente por trabalhadores negros<sup>73</sup>, estes atuaram na construção da Usina e na formação da classe trabalhadora dentro das possibilidades que tinham no momento, então a imbricação entre classe e raça passava a ser validada no sentido de que ambientes compostos por maioria branca, provavelmente, representavam locais frequentados por funcionários com melhores cargos dentro da empresa. Essa questão perpassou tanto a composição dos bairros construídos pela CSN como o quadro social e de frequentadores dos clubes da cidade.

A diferença de público entre as duas imagens também pode indicar certa segregação.

Imagem 1.11  
 “Baile de Carnaval do Hotel Bela Vista, promovido pelo Clube dos Funcionários”  
 19/02/1955. P/B A-1634



Fonte: CDOC – CSN Armário 2, gaveta 2, pasta 22.

<sup>73</sup> Especificamente a foto A91-5: “Banda de música da CSN”, 07/04/1944 e da A91-1 a A91-17. Todas se encontram no CDOC – armário 2, gaveta A, pasta 18.

Como veremos no capítulo três, o final dos anos 1950 e início dos anos 1960 foram marcados pela expulsão dos negros dos clubes da empresa. Até então, pelo que podemos notar, todos os trabalhadores tinham acesso ao entretenimento, mesmo que em ambientes racialmente diferentes. Acredito que no caso dos clubes, tanto a divisão de ambientes como a posterior proibição da entrada de negros, contaram com elementos de moralidade e que perpassavam a questão de gênero, afinal, como já ventilado, as implementações do período Vargas foram contraditórias ao se pautarem em uma modernização (urbana e industrial) de caráter conservador (nos costumes e sociedade).

O código penal de 1940 evidencia como a questão moral era apregoada. Segundo Diva do Couto Contijo Muniz, o código via a “crise moral” da sociedade e a “liberdade excessiva das mulheres modernas” como condições de possibilidade de “degeneração da família” e “degradação dos costumes” (MUNIZ, 2005, p.2). Como a mulher poderia estar se degenerando e saindo do seio de sua família? Acredito que o caso de Bergonsil de Oliveira Magalhães seja bem elucidativo.

Bergonsil saiu de Ubá, Minas Gerais, aos 18 anos de idade, e veio sozinha para Volta Redonda, onde um irmão mais velho já a esperava, em 1943. Ela foi trabalhadora da CSN e teve promoções proteladas por ser mulher, mas foquemos aqui no que ela conta sobre as dificuldades sofridas quando de sua chegada à cidade: “Solteira, e no meio de muitos homens, estranhei muito, porque onde eu morava era uma cidade pacata e fui censurada por muitos por vir sozinha, eu e meu irmão”. Conta que uma das primeiras coisas que fez ao chegar em Volta Redonda foi arrumar um namorado. Pôde escolhê-lo no primeiro dia, entre os colegas do irmão que a recepcionavam<sup>74</sup>.

O fato de ter escolhido seu namorado quando de sua chegada em Volta Redonda é fato revelador, pois estratégico. Aparentemente a dignidade de uma mulher estava atrelada à proteção de uma figura masculina ou de sua família. Muniz escreveu que o conceito que precedeu o código penal presumia que “ao saírem da presumida proteção de seus lares e dos olhares vigilantes da família para irem trabalhar ou frequentar os ‘modernos’ colégios laicos e mistos, tornaram-se um ‘perigo’ social, pois vistas como assujeitadas a ‘todas as classes de sedução’” (MUNIZ, 2005, p. 3). A proteção serviria para a manutenção da virgindade física que indicava sua virgindade e inocência moral.

Segundo César Castro Coelho:

“A virgindade era vista como um certificado de pureza, honestidade e honra, qualidades desejadas para todas as mulheres como uma forma de impedir um

<sup>74</sup> MAGALHÃES, Bergonsil de Oliveira. Bergonsil de Oliveira Magalhães (depoimento, 1999). Rio de Janeiro, CPDOC/FUNDAÇÃO CSN, 1999. 40 p. dat., p. 4..

caminho desviante em suas vidas. Para o discurso jurídico, a sexualidade feminina deveria estar restrita ao casamento, o que evitaria os perigos da vida moderna; em contrapartida, a sexualidade masculina poderia abranger o casamento, a casa da concubina e as casas de prostituição” (COELHO, 2007, p. 43).

A demonstração da inocência ficava a cargo da mulher e sua virgindade seria seu bônus, tanto é que a lei de 1940 categorizava como estupro apenas as relações carnavais forçadas que fossem caracterizadas pela introdução do pênis na vagina. Para ambos os sexos, relações sexuais que utilizassem apenas boca ou anus eram categorizadas como atentado violento ao pudor (DANCKWARDT, 2015, p. 16). O mesmo código penal era imbuído de uma visão criminológica que colocava “homens de cor” como potenciais infratores, pois o pós-abolição foi permeado pela “ineducação” e “condições miseráveis de vida” em que muitos se encontravam. Então, o código instituiu uma “pedagogia corretiva” e do uso de “medida de segurança tutelar” como métodos para reverter a situação (DE CALAZANS *et al*, 2016, p. 451).

Penso que o quadro jurídico-penal corrobora para o entendimento da separação entre brancos e negros em seus espaços de entretenimento. A julgar pela idade dos participantes das imagens 1.10 e 1.11 e pelo ambiente dos bailes, considero que o flerte era ponto pacífico, se este levaria ao casamento ou sexo casual já é outra questão. Por tudo exposto até aqui entendo que uma coisa era atuar como classe trabalhadora em ambiente fabril, lutar por melhores salários, se filiar a sindicato, militar ao lado ou com um partido político, outra era potencialmente ter relações mais próximas ou mesmo íntimas com pessoas negras. Acredito que mesmo diante de um discurso de família e de unidade de classe a convivência inter-racial ainda era ponto de muita tensão.

As imagens 1.9 e 1.10, ambas de 1955, mostraram uma composição racial majoritariamente negra. Segundo Oliver Dinius, esta era a lógica desde os anos iniciais de implementação da Usina.

**Habilidade por cor dos Trabalhadores (1941-1946)**

<b>Trabalhadores que permaneceram ao menos 5 anos</b>				
<b>Tez</b>	<b>Nível de Qualificação (ao contratar)</b>			<b>Total</b>
	<b>Especializado</b>	<b>Semi-Especializado</b>	<b>Não-Especializado</b>	
<b>Branco</b>	12,00%	6,20%	17,40%	<b>35,60%</b>
<b>Negro</b>	6,20%	4,90%	17,70%	<b>28,90%</b>
<b>Pardo</b>	8,60%	4,00%	22,90%	<b>35,50%</b>
<b>Total</b>	<b>26,90%</b>	<b>15,20%</b>	<b>58,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dinius, 2004, p. 211

Oliver<sup>75</sup> demonstra como a insegurança estrutural dos trabalhadores negros foi maior. Ao olhar os números e comparar os trabalhadores contratados com os que permaneceram por mais de 5 anos na empresa ele mostra que se os trabalhadores negros eram 69,2% dos contratados ao final de 5 anos, perfaziam 64,4%, ou seja, eles não permaneciam no emprego e havia uma sensível diminuição entre os trabalhadores pretos que decresceram em 4,8%. Ao mesmo tempo da contratação à permanência o número de trabalhadores brancos era crescido em 5,1%.

Sair do campo e adentrar a cidade recebendo maior salário significava um sentimento de mudança de vida, contudo, conforme já demonstramos nas imagens que retratam aspectos do trabalho na empresa, o recorte racial tinha caráter estrutural. Havia uma forte ambiguidade, pois se de um lado permaneciam as disparidades, por outro havia uma sensação de igualdade para todos, que remetia ao discurso de democracia racial. As contradições dessa realidade, entretanto, no registro fotográfico, se tornavam mais visíveis.

Até aqui vimos que o discurso de unidade de classe trabalhadora, de uma família siderúrgica pode ser questionado pelas fotos que apresentaram o espaço de entretenimento da CSN, pois a separação entre brancos e negros era evidente. Por outro lado, ao mesmo tempo em que os números apontavam para uma maioria negra no início de construção e produção da Usina as fotos do ambiente escolar corroboraram com os dados, demonstraram inclusive que os filhos dos trabalhadores conviviam em ambiente mais integrado racialmente. No entanto, ao vasculharmos o acervo da empresa notamos que as imagens registradas evidenciaram outra contradição pautada no racial, tendo como local ambiente escolar.

As imagens 1.12 e 1.13 retratam um recreio cotidiano no grupo escolar que existia nos anos finais de construção da CSN. Pelo que vemos, não são fotos posadas, e foram tiradas em momento de descontração dos alunos que, com duas exceções (uma em cada foto), não notaram a ação do fotógrafo. As imagens nos revelam alguns aspectos: uma escola multirracial, com grande espaço fora da sala de aula, um recreio de caráter integrador pois muitos parecem participar das mesmas brincadeiras, interação entre meninos e meninas que possuíam faixa etária similar e, dentre o universo de personagens expostos, um significativo número de crianças descalças. As fotos estão cadastradas em uma mesma ficha nomeada de “Grupo Escolar Barão de Mauá”.

---

<sup>75</sup> Dinius teve acesso à ficha de pessoal dos trabalhadores e conseguiu aferir uma série de dados, as tabelas são referentes ao período de construção da Companhia Siderúrgica Nacional.



Imagem 1.12  
“Alunos em Recreio no, no G.E ‘Barão de Mauá’. Set. de 1944. P/B S35-436



Imagem 1.13  
“Alunos em Recreio no, no G.E ‘Barão de Mauá’. 06/09/1944. P/B S35-445



Fonte: CDOC - CSN

Imagem 1.14  
“Educação e Ensino”. 04/04/1946. P/B S766.



Fonte: CDOC - CSN

A imagem 1.14, para minha surpresa, destoa totalmente das anteriores, a começar pelo ângulo da foto que enquadrava as meninas de baixo para cima, fazendo-as parecer maiores que a realidade que as circunda. Apresentam uma postura quase heroica com um olhar fixo, que não sabemos se a contemplar ou analisar. O que menos aparentam fazer é esperar um ônibus, como se suporia pela placa a demonstrar que teriam condução fornecida pela empresa até a escola. As duas vestem roupas parecidas com as de outras meninas das fotos anteriores, mas estão impecavelmente arrumadas, golas perfeitamente postas, com bolsas padronizadas, aparentemente de couro. Por fim, são meninas brancas, com uma imagem quase europeia que contrasta fortemente com a aparência da maioria das crianças das fotos anteriores. Esta foto compõe um grupo de outras imagens que foram cadastradas na ficha “Educação e Ensino”, um tratamento genérico que também se diferencia da identificação precisa de um grupo escolar concreto como ocorre nas anteriores.

A partir de 1946, a CSN começaria a produzir aço, e conseqüentemente aproveitaria parte da mão de obra que participara da sua construção. Mas precisaria de trabalhadores



especializados para o objetivo de iniciar suas operações industriais. Um ano antes, é inaugurado pelo interventor do Estado o Grupo Escolar Trajano de Medeiros. Segundo matéria de periódico à época, o grupo seria um “(...) moderno estabelecimento de ensino primário, com capacidade para 1.200 escolares”<sup>76</sup>. Obviamente, parte das fotos da ficha “Educação e Ensino”, foi tirada com o intuito de propagandear a estrutura existente para os trabalhadores qualificados que poderiam vir para o novo ciclo da empresa.

“(...) O operário que manobrava a cabine chama-se José Simão de Freitas e ingressou em Volta Redonda como um simples apontador. Hoje, é operador de máquinas, função especializada. Satisfeito e bem disposto, José de Freitas responde a algumas perguntas feitas pelo Ministro Macedo Soares. Disse que ganha Cr\$ 1.482,00 por mês, paga 140 cruzeiros por casa com água e luz elétrica, situada no bairro operário de Volta Redonda. Tem três filhos dois dos quais estão no Grupo Escolar Trajano de Medeiros, para os filhos dos operários (...)”<sup>77</sup>.

O relato acima corrobora minha reflexão sobre a imagem, pois mostra toda a estrutura que amparava o operário. O artigo jornalístico encerra afirmando que José Simão ganhava em Volta Redonda mais do que ganhava em São Paulo e por isso mesmo não queria outra vida que não a de voltarredondense.

A mesma análise já apresentada sobre a imagem 1.14 pode ser aplicada à 1.15. Crianças brancas perfiladas pois demonstrando disciplina e com uma variedade de roupas e formas de carregar o material que poderiam fazer parte de uma tentativa de mostrar diversidade no ambiente escolar, mas uma diversidade controlada. Quando comparada às imagens 1.12 e 1.13 esta ganha contornos de artificialidade e suas perfeições demonstram a tentativa de controle do ambiente fotografado. Este fica evidente ao repararmos no cuidado com a trança totalmente simétrica da menina mais à esquerda, nas meias brancas à altura do joelho das duas crianças mais à frente, no laço que sobressaía na menina mais ao centro (mesmo que ela esteja de costas), na padronização do tamanho de saias e shorts que não encontramos nas imagens do recreio do Grupo Barão de Mauá, na postura padrão que assumem seus corpos e, principalmente, no fato de todos os estudantes estarem calçados.

<sup>76</sup> O Jornal, 03/07/45, Ano XXVII, N. 7.723, p. 2, Segunda Seção. Visitou Volta Redonda o Interventor Fluminense.

<sup>77</sup> A Noite, 02/09/1946, p. 6, ANO XXXVI, n. 12.354, Rio de Janeiro. Em Volta Redonda: Na Coquerie.

Imagem 1.15  
“Educação e Ensino”. 04/04/1946. P/B S773.



Fonte: CDOC - CSN

As fotos abaixo (1.16 e 1.17) estão registradas na ficha “Grupo Escolar Trajano de Medeiros (Colégio Estadual Manoel Marinho)” e também fazem parte do acervo do CDOC-CSN. Um ano e um mês distam o registro destas duas das imagens 1.12 e 1.13, mas julgando pelo que elas apresentam houve um severo branqueamento na nova escola. Se a 1.16 demonstra uma postura mais posada para registro a 1.17, mesmo não a tendo, demonstrou que a ideia de registro tinha muito a ver com propaganda pois o quadro negro deixou evidente a frase “Educar é fazer algo de significação social”, contudo, do outro lado do quadro o conteúdo versava sobre as Invasões Holandesas, isso nos leva a crer que a frase em evidência foi colocada ali apenas para registro.

A professora negra presente na primeira imagem foi uma das fundadoras do Clube Palmares, criado em 1965 e composto por pessoas majoritariamente negras em decorrência do fechamento dos clubes da CSN para trabalhadores de cor. Abordarei esta temática e a referida personagem no capítulo 3 da tese.

Não sei afirmar se com a construção do G.E. Trajano de Medeiros outras escolas foram fechadas. Pode ser que a referida escola estaria mais voltada a receber alunos que fossem filhos de outros estratos de funcionários (operários qualificados e trabalhadores de escritório) e isso implicaria diretamente na composição racial dos estudantes, contudo, se as

imagens também evidenciam caráter mais propagandista, o branqueamento pode ter sido pensado quando do registro. Conforme já comentado, o imbricamento entre raça e classe reduzia os espaços para os negros nos estratos superiores da empresa.

Imagens 1.16 e 1.17

“Flagrante de uma aula no G-E. Trajano de Medeiros”. 15/10/1945. P/B S425 e S426.



Fonte: CDOC - CSN

Tanto a professora negra da imagem 1.16 quanto a aluna negra da imagem 1.17 estão no plano de fundo e poderiam estar presentes para demonstrar a diversidade e a construção de um ideal de ascensão social. Outro ponto que chama a atenção é a contradição entre a descrição que acompanha as imagens e o que está a ocorrer. Na 1.17 fica claro que não houve

um flagrante, pois vários alunos estão a olhar em direção ao fotógrafo. Já na primeira, o olhar da professora e o sorriso do menino mais à direita parecem denunciar a tentativa de simular um flagrante da turma a estudar. Nas duas fotos há uma questão curiosa, pois ambas apresentam alunos brancos em primeiro plano, note-se que mesmo que na segunda havia uma aluna negra na primeira fila, o local da câmera foi invertido e a foto foi registrada do fundo para a frente, o que pode revelar ciência de recursos por parte ou procedimento sutil de branqueamento da imagem do ambiente escolar.

As fotos são de 1946, um ano após o fim do Estado Novo. Se pensarmos na frase em destaque no quadro negro em relação à questão racial, podemos considerar que a educação fornecida aos trabalhadores negros visava às correções determinadas pelo código penal de 1940, pois educar neste período compreendia que:

“Os professores ensinavam aos alunos, que, ser parte da raça era a chave para a cidadania e para o sucesso. Na prática isso significava o ‘embranquecimento’ comportamental: ou seja, descartar as práticas culturais africanas e indígenas. Na escola comemorava-se o Dia da Raça, ou seja, da raça branca. O Estado Novo expandiu os programas e as práticas que lidavam com a raça” (ELITA RENK, 2014, p. 227).

#### **4. Considerações Finais**

O discurso de modernização que identificou o rural como atraso foi o mesmo que escondeu os números e a situação dos trabalhadores negros no processo de industrialização do país. Isso remete à questão levantada por Cooper sobre até que ponto inserir esses trabalhadores na ótica do trabalho fabril não seria ocidentalizá-los, ou embranquecê-los tirando deles tudo que simbolizasse o atraso, como a cultura africana e a indígena. É tentador pensar dessa forma, pois muitos dos elementos envolvidos no processo de industrialização não faziam parte da população negra.

Edmundo Macedo Soares foi um dos grandes responsáveis pela implementação da indústria siderúrgica em Volta Redonda, ele era sobrinho de José Eduardo Macedo Soares, um oficial da marinha declaradamente racista. Soares, o tio, publicou um livro criticando a Revolta da Chibata, cheio de considerações sobre o mal que os negros representavam na formação do povo brasileiro. Parte de suas considerações podem ser encontradas na análise crítica realizada por Álvaro Nascimento (NASCIMENTO, 2007). Ficamos a pensar o quanto do discurso do seu sobrinho, Edmundo Macedo Soares apresentado neste capítulo, quando falava do despreparo do trabalhador que chegava à Volta Redonda, era caudatário de uma

visão de progresso que pressupunha a “civilização” (e o embranquecimento) de quem o adentrasse.

Contudo a história não é feita apenas pela vontade dos dominantes. Os trabalhadores que vieram construir e operar a usina eram majoritariamente negros, e o discurso de classe trabalhadora das décadas de 1940 e 1950 incidiu diretamente na formação identitária do trabalhador voltaredundense. Ter na CSN uma imagem de mãe e provedora impactou fortemente esses trabalhadores, principalmente os da primeira geração. Mas, ao mesmo tempo, homens e mulheres trabalhadoras em suas lutas por direitos e melhores condições de trabalho se reconheciam como classe. Isso os mobilizava, fazia redefinir estratégias de ação individuais e coletivas, e, em alguma medida, refreava os estranhamentos identitários internos, como o racial.

Muitos pesquisadores olharam para a formação de classe de Volta Redonda e viram apenas seus caracteres unitários, que se expressavam com muita força, especialmente entre os trabalhadores da primeira geração. Assim, muitos podem ter percebido nos relatos e nas fontes momentos em que as vozes de um ideal de família siderúrgica e construção de classe (mobilizada ou não) andaram juntas e sem grandes clivagens internas. Mas se classe não for concebida numa visão etapista, em que atingido o fim o processo as transformações cessam, há que se percebê-la para além dos ecos de uma unidade momentânea e em construção.

O que a nossa pesquisa aponta, é que o processo de formação de classe na localidade estudada foi perpassado também por uma formação hierárquica com base no racial. Isso ficou evidente ao tabularmos dados de nossos entrevistados, ao estudarmos e vermos o tabulamento feito por outros pesquisadores e ao notarmos certas tendências atreladas à raça-cor/função. Por muitas vezes, a impressão que tivemos foi a de que as desigualdades entre raça-cor foram introduzidas e ou ressignificadas dentro de uma percepção de classe pelos próprios trabalhadores, imbricadas no jogo de concorrência por mercado de trabalho e posicionamento hierárquico. Se o trabalhador negro chegava à concorrência marcado por certas desvantagens construídas historicamente, o trabalhador branco navegava com maiores possibilidades de sucesso. Isso ficou bem demonstrado nos dados de Oliver Dinius, particularmente quando ele analisa os números de permanência na empresa após 5 anos de trabalho.

A desigualdade racial, nas décadas de 1940 e 1950 no cenário do complexo CSN, foi integrada num processo de formação de classe, mas não foi algo simples ou direto. As formações hierárquicas reproduziam a desigualdade racial e os trabalhadores se viam como componentes do mesmo universo, pois o foco na classe estava presente desde a estrutura paternalista construída pelo Estado, passando pelos espaços de integração e entretenimento

dos trabalhadores, até as lutas sindicais e a participação política. Com o passar dos anos e o desmontar de determinadas estruturas, as contradições evidenciaram raça como um outro elo identitário e um processo reformulador da classe ocorreu. É interessante notar que somente nos anos 1980, quando uma forte configuração da identidade racial se consolidou na cidade é que as greves de “trabalhadores da CSN” começaram a ocorrer.

## **CAPÍTULO 2:**

### **UM LINGOTE DE INFORMAÇÃO: A REPRESENTAÇÃO DE MULHERES E HOMENS BRANCOS E NEGROS NO JORNAL MENSAL DA CSN (1953-1957)**

Como a CSN via e divulgava a transformação de sua própria força de trabalho, das regiões onde estava implantada e as transformações do país? Como disseminava um ideal nacionalista ao mesmo tempo que trabalhava a imagem de uma nova classe trabalhadora brasileira? Foi com essas questões que parti para a construção deste capítulo e para tanto escolhi trabalhar com um periódico oficial da empresa, “O Lingote”.

Trabalhar com uma fonte que declaradamente estava atrelada ao discurso governamental e endossava uma visão de democracia racial me instigou para além das perguntas de praxe (quem produziu? Com qual sentido? Etc.), me levou a uma tentativa de ler as entrelinhas, assim, tanto os textos (palavras e seus sentidos) como as imagens apresentadas passaram por meu escrutínio tendo em vista a construção racial e de gênero que o periódico demandava.

No Capítulo 1 trabalhei sobre as fotos que a CSN arquivou, mas não havia muita informação da empresa sobre os registros, somente as legendas (que acompanhavam as fichas) ou os carimbos (atrás das fotos). Do estranhamento causado pelo número de trabalhadores negros nas fotos veio a questão de buscar mais informações sobre os trabalhadores. A ideia era ter acesso às fichas de funcionários e com elas em mãos olhar cada foto, classificar os funcionários por cor, saber o setor, origem, etc., poderia montar tabela de análise dos dados. O acesso às fichas foi negado pela empresa e a opção que tive foi o uso da pesquisa de Oliver Dinius, pesquisador já citado no capítulo anterior.

Acho importante ratificar que Dinius, estrangeiro e branco, teve acesso às fichas e com elas pautou o trabalho de um capítulo em sua tese de doutoramento (DINIUS, 2004)<sup>78</sup> e, diante da documentação que obteve, a parte racial apresentada na pesquisa foi tabelada e trabalhada com a ajuda de um assistente de pesquisa brasileiro. Foi através de Dinius que descobri que a empresa não possuía nenhum dado racial.

Diante da ausência dos dados raciais e na procura por uma fonte que trouxesse mais do que as imagens, foi com agradável surpresa que me deparei com O Lingote, periódico da CSN que assumirá papel de fonte central deste capítulo. O periódico traz reportagens sobre os

---

<sup>78</sup> Abordarei este autor mais abaixo.

personagens apresentados e agrega fotos às matérias. Isso enriquece a informação sobre a personagem além de desvelar como a própria empresa as via e conceituava. Vejamos alguns exemplos:

#### Caso 1 - Euclides Gonçalves:



“Euclides tem sempre um ‘cafezinho’ gostoso para oferecer, na copa do sétimo andar. De permanente bom humor, ele nunca deixa de dirigir uma palavra amável aos seus ‘fregueses’ e é tamanho o ambiente de familiaridade na sua ‘tenda’ de trabalho que muita gente gostaria de ficar por ali, mais tempo do que o estritamente necessário, não fossem as obrigações do serviço.

Euclides, segundo é voz geral, resolveu o problema da copa. O café, agora, sai a tempo e à hora. E a sua eficiência não é fruto, como se poderia julgar, de longa experiência neste ‘metier’. Pois antes de ingressar na Companhia a sua profissão era a de - construtor civil licenciado. E ao pleitear emprego, **desejava ir para o quadro de motoristas. Mas foi aproveitado como copeiro e acabou se adaptando bem entre bandejas, bules, cafeteiras e xícaras.**

(...) Quando lançaram a subscrição pública para formação do capital da companhia, ele adquiriu, com algum sacrifício, ações da Companhia. Era ainda menor de idade e teve de ser assistido por dois abonadores. E mesmo antes de vir trabalhar, há pouco mais de dois anos, sempre acompanhou com entusiasmo o desenvolvimento da CSN. E por isso é que trabalha com afinco, **na sua modesta função**, pois, em última análise, sabe que está contribuindo para valorizar as suas ações”<sup>79</sup>.

#### Caso 2 - Helena Ganime:



“Helena Ganime é assim. **Sabe usar com propriedade os seus encantos de moça bonita e educada** a serviço da assistência social no setor. Tem sempre um gesto de simpatia e uma palavra amável aqueles que recorrem à Divisão de Serviços Sociais de Lafaiete. É o braço direito de Luiza Isabel Biagioni (O Lingote n. 25) encarregando-se da parte administrativa da Divisão, na qualidade de secretária. Além disso, faz o serviço social propriamente dito, providenciando assistência hospitalar e habitacional, encaminhando crianças às escolas, auxiliando noivas nos preparatórios de casamento, cuidando de funerais, etc.

Helena é perito-contadora e já exerceu a profissão durante três anos, inclusive na Contadoria Seccional de Lafaiete. Mas foi no serviço social que encontrou funções condizentes **com o seu temperamento de mulher**. Ao invés de lidar com cifras e números, frios e impassíveis, passou a tratar com seres humanos, compartilhando de suas dores e alegrias. E isso faz-lhe bem à sensibilidade, porque lhe dá oportunidade de ser útil e ter resultados mais satisfatórios”<sup>80</sup>.

#### Caso 3 - Expedito Teixeira de Souza:



“Sempre que surge na Fundação da Oficina de Lafaiete **um trabalho que requeira maior esforço físico, solicita-se, logo, a ajuda do ‘guindaste’.** Não se trata de máquina, como pode parecer à primeira vista, mas dos músculos de **Expedito, um robusto soldador elétrico da Oficina**, cuja resistência e força física o tornam a pessoa mais indicada para ajudar em certos serviços, como o da corrida de ferro, por exemplo. Expedito, que sempre foi de porte avantajado, desde criança, tornou-se verdadeiro atleta, depois que serviu ao Exército. Foi invencível na “boia militar” e no ‘cabo de guerra’ e ganhava todas as provas de levantamento de peso (50 quilos com um braço), lançamento de disco, de granado, salto livre (marcou 1,60 m) e salto triplo. Por causa de sua força, era sempre designado para conduzir presos, pois não havia quem ousasse rebelar-se e fugir, tendo que se haver primeiro com ele. E não era à toa que servia em bateria

<sup>79</sup> *O Lingote*, 25/08/1954, p.2. **Grifo nosso.**

<sup>80</sup> *O Lingote*, 25/07/1954, p.3. **Grifo nosso.**



pesada, no Regimento de Obuses, 105”<sup>81</sup>.

#### Caso 4 - Luiza Izabel Biagioni:



“Há criaturas que nascem fadadas a dedicar suas vidas às dos outros. Para elas, o conceito de solidariedade humana é muito mais do que o sentimento nobre – é quase uma religião. Quando se aproxima da dor e do desespero, para ajudar seus semelhantes, **obedecem a um imperativo da própria natureza, a um impulso emocional irresistível**. Melhor do que os outros, sempre acham que a palavra de carinho que consola e alivia e transmitem a mensagem de confiança que mitiga e faz renascer a fé. Acompanham com interesse e desvelo todas essas fases atribuladas da vida de cada um e quando se desfazem os últimos vestígios da tormenta rejubilam-se, como se fossem elas próprias que acabassem de reconquistar a paz interior. Luiza Isabel Biagioni é uma dessas criaturas. Como sub-chefe da Divisão de Serviços Sociais da CSN é a boa samaritana do Setor de Lafaiete. Sente especial satisfação em ser útil aos seus companheiros e, em compensação, é queridíssima por todos eles. No exercício de suas funções não tem mão a medir. Desdobra-se em múltiplas atividades e jamais deixa de atender com solicitude aos reclamos de sua presença”<sup>82</sup>.

#### Caso 5 - Paulo Alfred Bigler:



"Aos vinte e um anos de idade estava ele à procura de emprego, no Rio e fora pleitear uma vaga na Navegação Aérea Brasileira, cujos escritórios ficavam no mesmo edifício onde se instalara a CSN. Mal sucedido, descia os elevadores, já desanimado, quando ouviu comentários sobre a grande procura de pessoal para trabalhar em Volta Redonda. E ainda por acaso, o elevador parou no andar da CSN. De relance, Paulo Bigler viu a sua oportunidade e sem hesitar saltou do elevador e foi se colocar no fim da enorme fila de candidatos a emprêgo. Ali permaneceu poucos minutos, pois um dos encarregados de fichar o pessoal dirigindo-se a ele, em inglês, convidou-o a sair da fila e entrar na sala de espera, onde conversariam. Paulo, por sua vez, supôs, também, que o seu interlocutor era americano e ficaram os dois a papear durante um bom tempo. Finalmente Paulo disse a que vinha, o que espantou o empregado que o atendera. E quando se desfez o equívoco, com uma boa e gostosa gargalhada, os dois passaram a conversar no bom e puro português".

No dia seguinte, Paulo Bigler prestou exame para auxiliar de escritório e aguardou mais algum tempo, até que recebeu uma circular-convite para comparecer a Volta Redonda. No mesmo dia embarcou para lá, com a roupa do corpo apenas, alguns trocados no bolso e a passagem de volta ( 2º classe do Expressinho) . E quando se apresentou ao capitão Magalhães, este indagou se estava disposto a ganhar seiscentos cruzeiros mensais. Paulo exultou. Disse que sim e perguntou a partir de quando.

‘Agora mesmo’ - foi a resposta. Mesmo desprevenido, o nosso amigo ficou ‘tendo de meter vales’ no primeiro amigo que fez, para poder manter-se na Cidade do Aço. No mês seguinte foi aumentado para mil cruzeiros e já era o encarregado do material importado para o Alto Forno nº 1, servindo, ainda, como intérprete e responsável pelo serviço de carga e descarga feita pelos guindastes”<sup>83</sup>.

#### Caso 6 - Renato Siqueira:

“Aos setenta e um anos de idade, o contra-mestre Renato Siqueira é de uma vitalidade impressionante. Ele mesmo proclama, orgulhoso, que não se troca por qualquer "brotinho" das novas gerações e nem mesmo por seus filhos em matéria de resistência física e disposição para o trabalho. E o ‘seu’ Renato é mesmo um

<sup>81</sup> *O Lingote*, 10/09/1954, p.3. **Grifo Nosso.**

<sup>82</sup> *O Lingote*, 25/03/1954, p. 2. **Grifo Nosso.**

<sup>83</sup> *O Lingote*, 10/07/1954, p. 3.



velho rijo. Faz proezas de causar inveja a muita gente nova, como, por exemplo, ir de bicicleta de Lafaiete a Casa de Pedra (40 quilômetros de distância) duas vezes por dia. Gosa uma saúde de ferro e ainda recentemente veio ao Rio para receber o prêmio quinquenal em dobro, fruto de sua exemplar assiduidade ao serviço.

O segrêdo da velhice sadia e sem achaques de Renato Siqueira reside, sobretudo, no seu regime de vida. Metódico ao extremo, não faz e nem suporta extravagâncias. Não fuma, não bebe e não joga. Deita-se cedo, acorda de madrugada e alimenta-se com sobriedade, à hora certa. Em vista disso, não admira que tenha uma progênie sadia. Sete filhos e dezenove netos todos vivos e um Bisneto, que morreu. Para êsse, aliás, Renato Siqueira tem uma explicação engraçada. **Diz que na terceira geração já houve tanta mistura que êle, como tronco da família, não pode mais se responsabilizar pela eugenia dos descendentes**<sup>84</sup>.

Os seis casos acima possuem vários pontos em comum: têm discurso que foca a classe trabalhadora, demonstra o esforço e dedicação enquanto positivamente do trabalho e, além disso, apresenta o resultado do empenho enquanto transformação de própria trajetória. Contudo, esmaecem ou deixam oclusos outros pontos, tal qual a abrupta diferença entre gêneros. Pelos grifos e pela construção argumentativa notamos que há um lugar socialmente construído para homens e mulheres.

Os homens descritos pela equipe das reportagens comungam a marca do “self made man”, todos são ativos atores de suas vidas e trajetórias, mas há um elemento que poderia nos ajudar na reanálise dos relatos e que não é o argumentativo, de construção textual apenas, mas sim visual. Tanto Euclides Gonçalves como Expedito Teixeira de Souza eram negros, a partir daí o entendimento dos casos descritos ganham outros contornos pois ao vermos a imagem e relacioná-la aos casos, nos questionamos se estariam os trabalhadores negros presos a certos estereótipos raciais historicamente construídos, tal qual o de submissão e o da força física para trabalhos pesados como alguns dos atributos dados e ou desejados para esse grupo.

A questão racial está posta em várias partes do periódico e de maneiras diversas pois a branquura aparece como elemento valorizado ou pretendido. Assim, fica mais fácil de entender a história de Paulo Alfred Bigler, branco, de sobrenome e fenótipo estrangeiros que arruma emprego quase sem querer na CSN. Como compreender o relato de Renato Siqueira e a referência à “progênie” e “eugenia” sem notar que há clara referência à questão racial e ao que era desejado? Foi com esses estranhamentos que optamos por adentrar a análise do periódico da CSN.

O *Lingote* foi publicado de 1953 a 1977 e nos anos de 1953 a 1957 existiu a coluna “Conheça seu colega de trabalho”, em que a CSN articulava e expunha seus trabalhadores (em muito menor número, suas trabalhadoras) de todas as áreas geográficas de produção da

<sup>84</sup> *O Lingote*, 10/06/1954, p. 3. **Grifo nosso.**

empresa. Então, encontramos personagens de Volta Redonda (localizada no sul-fluminense do Estado do Rio de Janeiro e local da planta de produção de aço), de Minas Gerais (onde se realizava a exploração do minério), de Santa Catarina (onde se realizava a extração de carvão mineral), do Rio de Janeiro (local da sede do escritório central), do mar (sobre trabalhadores embarcados em navios da empresa), de São Paulo e até de Nova York. As palavras do General Sylvio Raulino de Oliveira, presidente da CSN em 1953, na primeira edição de *O Lingote*, foram:

“SURGE este jornal com expressivas finalidades. Pretendemos que seja o veículo de intercomunicação dos diversos setores de trabalho da CSN, o elemento por meio do qual nos conheçamos melhor, de Volta Redonda a Casa de Pedra, de Lafaiete a Tubarão, de Campo Belo a Siderópolis, em qualquer parte, enfim, onde estejamos servindo à Siderúrgica Nacional. E que valha, também, em cada comunidade ligada à C.S.N., como o elemento de integração social que faltava. É portanto, um jornal dedicado aos interesses de todos que mourejam quaisquer que sejam as suas atividades na Companhia Siderúrgica Nacional, e através dêle encontraremos as indispensáveis oportunidades de contato esclarecedor e benefício à vida da organização a que servimos como nossa própria.  
(...)

Embora separados pela distância geográfica, estamos presos por um ideal comum, que se traduz em servir o País, dando-lhe a matéria prima siderúrgica, base do desenvolvimento industrial que é trabalho, riqueza, poderio. **“O LINGOTE” deve ser aqui um elo entre os vários setores, realçando aquele ambiente social a que me referi e ajudando-os a conquistar este ideal.**

É comum nas grandes organizações a existência de jornais ou revistas que refletem a sua parte humana. Na Companhia Siderúrgica Nacional, em virtude de circunstâncias particulares, esta publicação se impunha com dois aspectos principais – **o de ultrapassar os limites simples da fábrica, para atingir a comunidade instalada pela própria C.S.N. junto a seus setores de trabalho, verdadeiras cidades que ela fez surgir, e o de ligar os grupos humanos que a servem.** Isto, por certo, independente daquela vasta e universal missão que vai desde a informação correta, orientando devidamente o trabalhador, até o conselho amigo que ajuda no trabalho”<sup>85</sup>.

“Conheça seu colega de trabalho” geralmente expunha texto e foto sobre personagem apresentado (vide imagem 2.1), em geral eram apresentados quatro personagens por edição e sempre de regiões diferentes da empresa, o que dava um caráter nacional para a CSN. Ao mesmo tempo em que colocava a CSN como a indústria que levava o país para o futuro, mostrava a integração produtiva e crescimento das áreas produtoras, sempre apontando Volta Redonda como o Eldorado brasileiro, colocando visitas à fábrica como sonho dos empregados e empregadas de outras localidades, tanto que a excursão à cidade virou uma forma de premiação<sup>86</sup>. Enfim, reforçando o discurso do então presidente da empresa.

<sup>85</sup> Além das regiões citadas pelo General aparecem na seção analisada: em Minas Gerais - Água Preta e Rodeio de Baixo; em Santa Catarina - Capivari e Laguna. Acreditamos que eram regiões distritais das respectivas áreas citadas. *O Lingote*, 25/03/ 1953, p. 1. **Grifos Nossos.**

<sup>86</sup> *O Lingote*, 25/12/1954, p. 2; *O Lingote*, 25/01/1953, p.3; *O Lingote*, 25/02/1955, p. 3.

Imagem 2.1



Fonte: “O Lingote”, 25 de Março de 1953, p.2 e 3.

O periódico manteve o número total de 12 páginas até a década de 1970, quando então este número começa a oscilar até atingir 35 páginas. Detalhe interessante é que somente em 1973, quando o periódico começa a ganhar cara de revista, é que há menção ao editor responsável, Antônio Vial Corrêa da Silveira. “O jornal circulou, quinzenalmente, de março de 1953 a abril de 1957 (até o número cem). Em maio de 1957 passou a ser mensal e editado pelo serviço de imprensa da referida Companhia” (BOPPRÉ, 1990, p. 14). Três edições após esta mudança a coluna “Conheça seu colega de trabalho” deixa de existir.

Antônio Vial foi o editor até a extinção do periódico e teve longo histórico na imprensa carioca e suas instituições. Nos anos 1950 passou por “O Jornal”<sup>87</sup> e foi jornalista associado junto à sala de imprensa do Palácio do Catete<sup>88</sup>, nos anos 1960 fez parte da Relações Públicas do Jornal do Comércio<sup>89</sup> e foi empossado como Primeiro Secretário da

<sup>87</sup> *O Jornal*, 23/03/1950, p.1.

<sup>88</sup> *Jornal do Brasil*, 05/01/1955, p.5.

<sup>89</sup> *Jornal do Comércio*, 05/05/1960, p.5.

Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP)<sup>90</sup>. Finalmente nos anos 1970 aparece como Assessor de Relações Públicas da CSN<sup>91</sup> e, em 1973, como editor responsável pelo periódico. Confesso que foi com agradável surpresa que consegui rastrear Antônio pois em geral as informações sobre o periódico são bem restritas. Embora o periódico seja de ordem pública, pois de período anterior à privatização da CSN (1993), acessá-lo não é tarefa fácil. O consegui quando em visita ao CDOC-CSN<sup>92</sup> (Centro de Documentação da Companhia Siderúrgica Nacional) e só tomei conhecimento de sua existência por ter trabalhado na Comissão da Verdade de Volta Redonda, assim, tive contato com material retido na usina e consegui o material digitalizado com a encarregada do setor, como outros pesquisadores.

O Lingote chegou a ser mencionado em outros veículos de imprensa<sup>93</sup>, quando isso ocorria, geralmente se dava por O Lingote ser uma fonte primária para assuntos da CSN, ou seja, aparentemente a CSN reservava informações apenas para seu periódico, o que obrigava os outros veículos a o usarem por base. Segundo Maria Regina Boppré, “O Lingote” era editado no Rio de Janeiro, possuía sistema de fichário próprio e, no caso de Capivari, “cada exemplar era destinado ao destinatário” (BOPPRÉ, 1990, p. 14), além disso, a autora assevera que até a década de 1950 pouca integração havia na parte de comunicação entre os núcleos produtivos da usina e o periódico veio para acertar isso.

Entendo que o periódico tinha função informativa e propagandista, que ia ao encontro de um forte discurso de família fabril. Ao mesmo tempo o ideal familiar se consolidava interagindo com um discurso de classe trabalhadora que pretendia agregar todos os trabalhadores, independentemente de suas cores. Diante disso, minha questão de método e análise objetivou demonstrar como que os trabalhadores, principalmente os trabalhadores negros, apareciam nas páginas do periódico. Os estranhamentos que apresento abaixo são os decorrentes do cruzamento de leituras sobre classe e raça e a análise do periódico.

Não sei como os trabalhadores apresentados no periódico se autodeclaravam em relação a sua própria cor-raça, contudo dei uma classificação de cor a eles com a mesma base

---

<sup>90</sup> *Última Hora*, 07/05/ 1960, p.6.

<sup>91</sup> *Jornal do Brasil*, 28/09/1972, p. 25.

<sup>92</sup> Toda a documentação oficial ainda se encontra sobre a guarda da CSN e há questão entre CSN e o Arquivo Nacional, pois este pretende a liberação desta documentação em acervo público. Além disso, após o término da Comissão da Verdade, parte do banco de dados que identifica a documentação sob a guarda da CSN pode ser consultada no Centro de Memória da Universidade Federal Fluminense de Volta Redonda (UFF-VR). Até 2017 a CSN não havia cedido a documentação para a outra instituição pública, aparentemente não se avançou na liberação da documentação e os órgãos públicos (UFF-VR e Arquivo Nacional) pretendem uma negociação com a empresa para 2018.

<sup>93</sup> *Correio da Manhã*, 28/10/1958, p. 7. Resenha: resumo de notícias de publicações econômicas diversas (G. de W.M.), 4 caderno; *O observador econômico e financeiro*, 01 de 1959, p. 42. Reportagem: Volta Redonda supera o programa de milhão; *Jornal do Brasil*, 18/02/1959, p. 1.

utilizada no Censo de 1950, em que o processo de autodeclaração foi pela primeira vez utilizado (PETRUCCELLI e SABOIA, 2013)<sup>94</sup>. Nem todas as fotos são nítidas e, por vezes, na incerteza, coloquei em meu tabelamento o termo “não identificada”, para a coluna cor. Tentei instrumentalizar os conceitos ao classificar as fotos, assim, quando Munanga traz o histórico do conceito raça (MUNANGA, 2004) e suas alterações ao longo do tempo ele também traz os elementos classificatórios, aos quais nos pautamos.

Basicamente adotei o critério que pauta a identificação racial no Brasil e que também foi descrito por John French<sup>95</sup> sobre a distinção racial entre Brasil e Estados Unidos (FRENCH, item 1.3, p. 43), que seja a combinação de fatores que se baseiam na cor da pele e caracteres fenotípicos como o formato do nariz, da boca e o cabelo. Ainda sobre o método, após as constatações visuais analisei o histórico da personagem retratada na reportagem, pois para algumas delas há a citação de país de origem, descendência ou outra informação que direcione melhor a classificação. Enfim, tendo em vista a questão de analisar os trabalhadores (as) negros (as) e ciente de que o periódico não os classificou, nem deixou margem para autoclassificação, este foi o recurso que imaginei ter aplicabilidade.

A metodologia não é uma inovação, já foi utilizada por outros pesquisadores, a questão que deve estar clara é quais são os critérios pois sem a exatidão deste ponto podemos comprometer a análise. Gostaria de citar a pesquisa de Paula Cristina da Silva que trabalhou da mesma forma sobre a ficha dos funcionários de uma metalúrgica baiana e embora tenha trabalhado com categorias diferentes (preto, mestiço e branco) se pautou sobre os mesmos pontos que adotamos:

“ O critério utilizado foi a maior ou menor presença de traços negroides, tais como cor da pele negra, tipo do cabelo, formato do nariz e dos lábios. Aqueles que apresentavam a cor da pele negra, nariz arredondado, lábios grossos e cabelos crespos foram classificados como ‘pretos’; aqueles que não apresentavam uma dessas características foram classificados como ‘mestiços’. Nessa categoria, portanto, estão inclusos todos os que poderiam ser chamados de mulatos, morenos ou pardos; aqueles que não possuem nenhuma dessas características foram classificados de ‘brancos’; chamamos ‘negros’ o resultado do somatório de ‘pretos’ e ‘mestiços’”. (DA SILVA, 1997, p. 16)

<sup>94</sup> Em 1950 foram adotadas as seguintes cores: preta, branca, parda e amarela. Vale lembrar que a construção das cores para o Censo sempre esteve atrelada à questão racial, tanto que o censo de 1890 usava a categoria “cabocla”. Há um pequeno debate sobre cor e raça na citada obra do IBGE, na parte de “Notas Técnicas”

<sup>95</sup> Com base em seus estudos sobre raça e cor, French estrutura uma tabela com 18 páginas em que demonstra as diferenças entre Brasil e Estados Unidos quando da questão racial. Neste item específico ele evidencia que os Estados Unidos possuem um sistema baseado em descendência bi racial que leva em conta o dueto genótipo-cor (fundamentalmente uma concepção biológica sobre raça com sobreposições culturais), enquanto isso o Brasil adota um sistema baseado em aparência multirracial, com o dueto fenótipo-cor (fundamentalmente uma concepção biológica e cultural sobre raça).

Assim como Paula adotei o uso da categoria negro tanto para os mestiços de ancestralidade africana como para as pessoas que apresentaram traços totalmente negroides, os chamados pretos. Pontuamos que o IBGE faz uso desta categoria no mesmo sentido que estamos a usar e geralmente quando esta instituição apresenta as categorias há sempre uma parte de histórico das mesmas e dos conceitos, bem como acertos e mudanças de seus significados ao longo dos processos aferidos pela instituição (PETRUCCELLI e SABOIA, 2013).

Outro pesquisador que utilizou esta metodologia foi o já citado Oliver Dinius. O curioso é que grande parte dos dados, tabelas e conclusões que o autor elaborou pautado em um recorte racial e apresentado no capítulo 3 de sua tese (DINIUS, 2004, 169-214), foi suprimido do livro publicado (DINIUS, 2010). Somos levados a acreditar que tanto o mote de sua tese quanto a execução metodológica tenham relação direta com essa desistência de usar o capítulo 3 da tese em seu livro. Embora consideremos sua pesquisa uma das de maior fôlego sobre o tema (em nosso ponto de vista comparada a de Regina Morel), especificamente sobre a parte metodológica há que se fazer ressalva. Segundo o próprio autor, quem classificou os operários racialmente foi seu assistente, um estudante de engenharia que se autotranscreveu como preto. Isso está explícito na nota 32, página 182, quando Dinius explicita que:

“(...) “Meu assistente de pesquisa - um estudante brasileiro de engenharia que se classificou como negro - usou as fotografias nos arquivos pessoais para codificar funcionários. Infelizmente para o historiador, a empresa nunca registrou a cor como categoria demográfica no arquivo de pessoal”<sup>96</sup> (DINIUS, 2004, 182).

Afora as críticas decorrentes do fato acima compartilho outras críticas como as de French (2012) e Fortes (2012) pois considero que mesmo sendo uma obra de fôlego por tratar da temática através de um amplo leque de fontes (documentação da empresa, relatórios nacionais e internacionais, acervos pessoais, periódicos e uma vasta gama de entrevistas) o autor desconsidera a produção historiográfica brasileira, a classifica como deficiente por pautar os trabalhadores como atores políticos, além disso a considera embrenhada de um viés cultural (DINIUS, 2010, pp. 7-8), o que acredito poder ser uma certa resistência em validar análises de caráter thompsoniano, assim, envereda pelo que considero uma caminho unilateral e engessado ao apontar para uma análise pautada no econômico em que os trabalhadores seriam atores que “se viam como contribuintes decisivos para o desenvolvimento econômico

---

<sup>96</sup> “(...)My research assistant - a Brazilian engineering student who categorized herself as Black - used the photographs in the personnel files to code employees. Unfortunately for the historian, the company never recorded color as demographic category in the personnel file”. *Tradução livre*.



nacional” (Idem, p. 8) e que teriam estratégias pautadas na individualidade fortificados por suas posições estratégicas na empresa. Como evidente, o autor não comunga da ideia de classe.

Alexandre Fortes pontua que as hipóteses do autor não se validam, principalmente na construção do capítulo 6 em que “(...) após uma precisa e detalhada descrição do processo de trabalho na CSN, Dinius é obrigado a reconhecer, embora acanhadamente, que a hipótese sobre o papel decisivo dos trabalhadores ocupando ‘posições estratégicas’ não se confirma na prática” (FORTES, 2012, p. 389). Fortes continua a elencar uma série de constatações que questionam as conclusões de Dinius e que mostram lacunas em suas considerações por não ter adentrado com mais propriedade as produções brasileiras. Ademais, existem alguns pontos lacunares na obra de Dinius que vão ao encontro de nossos questionamentos.

Segundo French (FRENCH, 2012, 600), embora Dinius tenha demonstrado detalhadamente que a maior parte dos trabalhadores que vieram construir a CSN, atuando nos primeiros anos de construção e operação da usina, fosse de trabalhadores negros e que em sua maioria vinham de regiões de Minas Gerais ele não vai muito além disso. As informações que ele não aprofundou poderiam ajudar a explicar o que ele mesmo chamou de paternalismo de estado (DINIUS, 2010, pp. 72-77). Paternalismo este que era uma “cultura dos trabalhadores adotando uma estratégia paternalista remanescente da Europa do século dezenove, que combinava o uso da coerção com medidas de bem estar” (DINIUS, 2010, p. 70)<sup>97</sup> e embora Dinius tenha ido ao encontro das considerações de Morel, ou seja, de que o paternalismo da CSN poderia ser expresso pelo ideal de família siderúrgica (tendo Vargas como pai<sup>98</sup> e a CSN como mãe) ele deposita a raiz desse paternalismo em uma cultura intelectual católica colocando-a como protagonista e desconsiderando as experiências dos trabalhadores.

O que os trabalhadores que vieram do campo poderiam ter de experiências para que este paternalismo fosse aceito e usado? Qual a relação de uma cultura de apadrinhamentos e compadrios do período escravista com as práticas paternalistas do período Vargas? Como os trabalhadores negros entraram nesse jogo? Cito os trabalhadores negros por duas questões: primeiramente o próprio autor demonstrou que era a maioria dos trabalhadores da fábrica e em segundo pois dentre as experiências destes trabalhadores existia o compadrio, política de apadrinhamento forte em Minas Gerais e que ia ao encontro das práticas chamadas de paternalistas.

---

<sup>97</sup> “CSN management to shape the workers’ culture by adopting a paternalist strategy reminiscent of nineteenth-century Europe that combined the use of coercion with welfare measures”. *Tradução livre*.

<sup>98</sup> Regionalmente esta imagem masculina seria a de Macedo Soares, diretor da empresa.



Encerrados os comentários sobre a obra de Dinius gostaria de apresentar os dados que tablei através de O Lingote. A tabela abaixo é a quantificação de todos os trabalhadores e trabalhadoras apresentados na seção Conheça seu Colega de Trabalho (1953-1957), separamos as colunas com base na cor e gênero e as linhas com base no local de trabalho, sobre isso há linha nomeada “Mar” que se refere aos trabalhadores que trabalhavam embarcados e que o periódico não atreleu a nenhum Estado da Federação.

*Tabela 1<sup>99</sup>*  
*Trabalhadores (as), cor e Estado-Local de trabalho*

	Branca		Preta		Parda		Não identificada	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
MG	31	4	21	0	22	0	12	0
RJ	95	8	13	0	55	2	7	0
Volta Redonda	44	3	10	0	32	0	3	0
SC	51	1	4	1	22	0	15	0
SP	2	0	0	0	1	0	0	0
Mar	1	0	0	0	1	0	0	0
<b>Total</b>	<b>180</b>	<b>13</b>	<b>38</b>	<b>1</b>	<b>101</b>	<b>2</b>	<b>34</b>	<b>0</b>
<i>Percentual por Gênero</i>	<i>93,3%</i>	<i>6,7%</i>	<i>97,4%</i>	<i>2,6%</i>	<i>98,1%</i>	<i>1,9%</i>	<i>100%</i>	<i>0%</i>
<i>Total por Cor</i>	<i>193</i>		<i>39</i>		<i>103</i>		<i>34</i>	
<i>Percentual por Cor</i>	<i>52,3%</i>		<i>10,6%</i>		<i>27,9%</i>		<i>9,2%</i>	

Um ponto que gostaria de evidenciar aqui é número de trabalhadores brancos que o periódico evidenciou, se considerarmos os dados colhidos por Dinius (2004, p. 182) para os anos de 1941 a 1946, veremos que 69% da mão de obra total da CSN era negra. Aparentemente a empresa tratou O Lingote com a mesma lógica das imagens propagandistas expostas no Capítulo I, ou seja, evidenciou a maior presença de pessoas brancas. Mais abaixo trataremos melhor este ponto.

Quando pegamos o Censo de 1950 e analisamos os dados para a cidade de Barra Mansa, da qual Volta Redonda ainda era distrito, notamos que o percentual de pessoas brancas, pretas e pardas são, respectivamente, 62%, 21% e 17% (IBGE, 1950 p. 67), ou seja, termos um percentual de 38% de negros na cidade. Os dados que tablei do periódico da empresa se aproximam dos dados do IBGE pois perfazem 38,5% de pessoas negras. Se os números se aproximam em relação ao número de trabalhadores brancos e negros estes se

<sup>99</sup> Volta Redonda aparece enquanto subdivisão do Estado do Rio de Janeiro, contudo, os valores desta linha já estão contabilizados dentro do Estado.

distanciam abissalmente em relação ao percentual de mulheres. Segundo o Censo estas perfaziam 48,5% da população de Barra Mansa e no periódico este percentual não chega a 4,3%. Ao analisar a questão das mulheres negras o periódico reserva números ainda menores, enquanto a cidade possuía 18,2% de mulheres negras o periódico reservou espaço de apenas 0,8%, na seção Conheça seu Colega de Trabalho, para este grupo.

Sobre as questões mais regionais pude aferir outras questões. Em Minas Gerais e Santa Catarina o extrativismo mineral era a tônica do trabalho e Minas despontou com o maior número de trabalhadores (as) negros (as) (43) em relação aos brancos (as) (35). É interessante ver os números de Volta Redonda pois na cidade com grande migração mineira, os negros (as) (42) possuem quase o mesmo montante que os brancos (as) (47). Minas e Volta Redonda comungavam de áreas com trabalho pesado e braçal, contudo, Volta Redonda apontava maior diversidade funcional no pós-1946 pois com o início da produção na usina levou de novos trabalhadores e funções (de vários níveis) adentram os muros da fábrica para a produção de aço. Ademais, Volta Redonda possuía uma população majoritariamente migrante. Ainda sobre Volta Redonda é interessante notar que mesmo que os trabalhadores negros fossem a maioria para os primeiros anos de construção e produção da CSN (vide Capítulo I) as mulheres negras não apareceram nas páginas do periódico da empresa.

Rio de Janeiro e São Paulo eram cidades que se dedicavam mais ao trabalho de escritório (compras, vendas e documentação) o que envolvia um profissional com maior nível educacional tendo a contabilização ou domínio de outras línguas e isso acaba por incidir sobre o número de trabalhadores negros presentes nesses locais.

Santa Catarina segue com o maior número de “não identificado” e isso em muito tem a ver com a qualidade das fotos que vinham no periódico, mas também com os fenótipos apresentados em determinados casos e acredito que isso possa ter relação com a miscigenação.

Como já foi dito antes o periódico demonstra mais trabalhadores (as) brancos (as) do que negros (as) e os une pelos laços de esforço e superação que sempre estão atrelados a um viés trabalhista, mas o que diferenciaria o esforço de brancos e negros nos relatos do periódico?

### **1. “O Lingote” em Preto e Branco**

Voltando nossa atenção para o discurso do General Raunilo de Oliveira notamos que a criação de O Lingote vai ao encontro do discurso e metodologia de Alexandre Marcondes Filho quando Ministro do Trabalho, pois ambos objetivavam aproximação com o trabalhador

de maneira que instruísem os mesmos sobre seus direitos e para tanto se portavam da mesma forma, ou seja, um discurso de proximidade com a classe trabalhadora em que a mesma passa a ser valorizada, adjetivada ao mesmo tempo que recebia “instruções” e conselhos (GOMES, 2005, pp. 211-216).

O periódico, meio oficial de comunicação da empresa para com seus trabalhadores, não rompia com a tradição trabalhista, pelo contrário, a agudizava ao mostrar a empresa como mãe, evidenciando o Estado como agente do progresso, mostrando as histórias de mudança de trajetória de quem o incorporava, apresentando os trabalhadores sem distinção de cor-raça pois havia espaço para todos, valorizando o trabalho manual e pesado dos operários, afinal, a dignidade vinha do trabalho duro e honesto.

Segundo Ângela de Castro Gomes, o Estado Novo se pautou na valorização do trabalhador brasileiro e, neste particular “destacava-se a presença do trabalhador negro, que marcava positivamente a ‘raça brasileira’ e devia ser respeitado e glorificado, sobretudo diante de seu terrível passado escravista”. Angela cita que o *Dia da Raça* era a maneira pela qual o Estado Novo adotou postura que objetivava tratar “os preconceitos de cor e de elogio ao ecletismo étnico do povo brasileiro”, sepultando assim “os ideais de eugenia e branqueamento” (GOMES, 2005, pp.222, 223), contudo, não é o que outras pesquisas, principalmente as mais recentes, demonstram.

Já em 1992 aparece artigo que tratou do pensamento eugenista dentro da área educacional (VIEIRA, 1992). O autor, através das análises de textos de revistas e matérias sobre educação física conseguiu rastrear vários informes da área que pautaram discussões sobre ações educacionais na tentativa de preservar ou formatar indivíduos “da raça brasileira”. Temas nacionalistas e civismo eram atrelados ao vigor físico e dentre as sugestões para a manutenção e criação desse vigor nacionalista estavam a “esterilização de pessoas que pudessem enfraquecer a raça” e análises que estabeleciam relações lógicas diretas entre “os métodos de Educação Física e as ideologias autoritárias em vigor no período” (Idem, p. 88).

Outras pesquisas mais recentes<sup>100</sup> têm demonstrado que a raça festejada durante o Estado Novo tinha relação direta com a brancura. O projeto do Estado tinha em vista a construção de “uma raça brasileira forte, branca e católica” (GONÇALVES, 2011, p. 151) e para isso o Ministério da Educação e Saúde e toda a sua aparelhagem (como o Serviço de Propaganda Sanitária) tiveram papel essencial. Assim, se não havia uma posição declarada do Estado Novo sobre uma raça superior havia a admissão de que existiam grupos sociais avançados e atrasados no campo cultural, posição que dava margem ao atuar do segundo

---

<sup>100</sup> Vide Geraldo (2009), Cassília (2011) e Renk (2014).

escalão estatal em atitudes de clara desvalorização do cultural negro. Como exemplo temos o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental do Instituto de Pesquisa Educacional, chefiado por Arthur Ramos, que “isolou aspectos da cultura afro-brasileira, considerando-os como inferiores, considerados patológicos e necessários de serem eliminados” (RENK, 2014, p. 226).

Estranha foi essa relação de valorização do trabalhador brasileiro, que em sua maioria era negro, e da desvalorização velada de suas características físicas e culturais. A análise de *O Lingote* vai ao encontro disso pois o discurso é sempre na elevação da classe trabalhadora brasileira como se todos os trabalhadores tivessem a oportunidade de ascensão, independente de cor ou raça pois a destinação de todos era a modernização. A modernização implicava num esquecimento de cor, contudo, por mais que tenha constatado que essa postura do periódico levasse a uma conciliação com o discurso de democracia racial (afinal, todos podiam alterar suas trajetórias) não foi com paridade ou isonomia que negros e não negros aparecem nas páginas do periódico.

Nas páginas de *O Lingote* aparecem 53,7% de trabalhadores<sup>101</sup> (as) brancos (as) e 38,5% de trabalhadores (as) negros (as) e os 7,8% de cor “não identificada”. Posso questionar a disparidade entre o número de trabalhadores brancos e negros apresentados com base no quantitativo de trabalhadores/cor-raça apresentados no Capítulo I, mas não tenho como saber qual era o número total de funcionários por sua cor-raça, mesmo assim, como já visto no primeiro capítulo, sei que os primeiros anos de construção e produção da usina contaram com número massivo de trabalhadores negros. Talvez, quando da abertura dos documentos em posse da CSN e com o maior acesso às fontes, especificamente aos prontuários, essa questão possa ser dirimida, por hora posso fazer algumas divagações a partir dos dados captados no periódico.

Ao consultar os dados do periódico notei que, de um universo de 369 trabalhadores (as) analisados (as), os (as) brancos (as) registraram um montante de 33,9% com progressão em suas funções e ou profissões, já os negros (as) perfizeram 26,5%. Pegando apenas os dados por grupo, de um universo de 193 brancos (as), 64,8% dos que aparecem nas páginas do jornal conseguiram progressão profissional e dos (as) 142 negros (as), 69 % também conseguiram.

---

<sup>101</sup> Existem no total 16 mulheres apresentadas nas páginas do periódico e sabemos que a maioria dos funcionários da CSN eram do sexo masculino. A única categoria de cor da tabela que não teve mulheres foi a “não identificada”. Algumas vezes usaremos o termo “trabalhadores” durante a redação

A progressão funcional dos trabalhadores(as) vai ao encontro da ideia vendida pelo periódico: a de modernização do país. Juntamente com a modernização vinha o ideal de forjar um novo trabalhador, mas quais as condições de trabalho deste novo trabalhador? Ao analisar casos específicos notei que a modernização jogava com a precarização das condições de trabalho e que esta precarização era uma continuidade para os (as) trabalhadores (as) negros (as).

O caso do senhor Thomaz Antônio da Silva (imagem 2.2) pode ilustrar melhor o que estou a dizer. Thomaz, trabalhador negro que chega em Volta Redonda em 1941 (no início da construção da usina) só tinha trabalhado em lavoura. Começa como Servente de Pedreiro, passa por Mestre de Pá por 5 anos<sup>102</sup> (trabalho braçal que se restringia a retirar areia do Rio Paraíba do Sul). Em decorrência do esforço se vê impossibilitado de trabalhar por lesão nas costas e é transferido para o Departamento de Manutenção Mecânica, mas por fim se torna Encarregado do Depósito de Ferramentas, entregando ferramentas e as recolhendo no fim do expediente. Por mais que a trajetória de Thomaz tenha a continuidade do esforço físico, a progressão na empresa (mesmo que por lesão) e a mudança de ambiente (de rural para urbano) são vendidas pelo periódico como positivas<sup>103</sup>. O esforço físico e o trabalho braçal são constantes que perpassam o antes e o pós industrialização da vida de Thomaz.

Imagem 2.2



Fonte: “O Lingote”, 10 de Outubro de 1953, p.2.

No trabalho de Dinamarco (2004) há uma série de relatos similares ao relato que o periódico faz ao caso Thomaz. Dinamarco se pauta no relato da primeira geração de

<sup>102</sup> Os nomes das funções desempenhadas apresentados neste capítulo são os que captamos nas histórias apresentadas pelo periódico.

<sup>103</sup> *O Lingote*, 10/10/1953, p. 2

trabalhadores da CSN. Estes se sentem agraciados pela empresa pois em seus relatos a empresa concedia uma série de benesses, esta visão é questão contínua que acaba por influenciar a memória de outras gerações. A ideia de uma CSN mãe, de uma cidade de oportunidades permeia o ambiente, questões como igualdade para todos, cidadania e democracia começam a aparecer e um caso específico de entrevista que realizei (em 2009) pode dar maior propriedade ao que estou a construir.

Já usei parte do relato de Ronaldo Gori no primeiro capítulo da tese, ele dizia que Vargas foi o único que conseguiu igualar todos através da carteira de trabalho e seguia considerando sobre cidadania:

“(...) havia aquela cidadania: eu posso chegar lá, depende de mim. O cara estudava, tinha escola para todo lado. O Nazário, conheci o Nazário. O cara era filho de pobre coitado na CSN. O cara conseguiu engenharia, foi chefe da expansão da CSN”.

O senhor Ronaldo Gori assevera que em Volta Redonda existia uma “verdadeira democracia”<sup>104</sup> e coloca essa democracia em um sentido liberal, de autoconstrução de trajetória, uma opção feita que engendrava trabalho individual. Aliás, o seu relato cruzou classe e raça quando colocou a carteira de trabalho como forma de igualar a todos. A classe estava acima da raça e para demonstrar isso usou o nome do senhor Nazário que ascendeu através dos estudos, mas por que coloquei Nazário na parte racial da questão? Nazário foi um dos primeiros engenheiros negros da CSN, foi um dos criadores do Clube Palmares (criado em 1965), clube que recebia majoritariamente o público negro já que a CSN proibiu, a partir de meados da década de 1950, a participação de negros nos seus outros clubes sociais.

Quando Gori usa Nazário ao concluir seus argumentos sobre a “cidadania” e “democracia” ele faz menção ao acesso à educação, justamente o diferencial entre as trajetórias do senhor Thomaz e do senhor Nazário. A educação é ponto que não passou em branco no pós-abolição e foi um dos questionamentos dos libertos sobre a lei de 28 de setembro de 1871 (GOMES, F; PAIXÃO, M., 2008, pp. 174, 175). Historicamente, a falta de acesso à educação para as pessoas de cor as deixou na condição de trabalhadores em serviços braçais, mais pesados, o que também significou menos autonomia e maior exposição ao controle sobre a mão de obra de libertos e outros trabalhadores negros. Assim, a situação do senhor Thomaz evidencia as contradições existentes em um país que fazia discurso para a classe trabalhadora, mas o fazia sob estrutura herdada do pós-abolição. Situação característica

---

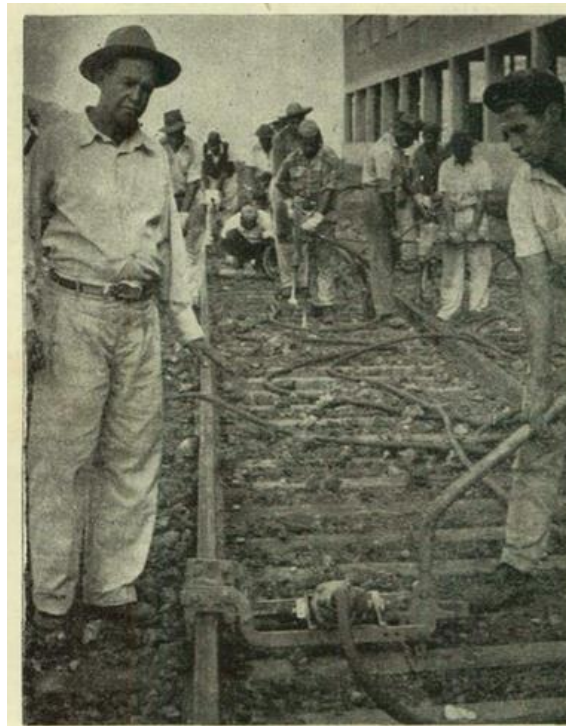
<sup>104</sup> Ronaldo Gori, branco e ex-engenheiro da CSN, entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 27 de janeiro de 2009.

da concorrência de um mercado de trabalho que se via aquecido mediante grande processo de industrialização-migração e em que a cor não era aspecto irrelevante.

Mesmo entre os trabalhadores negros devemos entender que havia distinções, pois pretos e pardos não eram apenas categorias, eram e são lugares sociais em um país que também tem um longo histórico com a pigmentocacria ou colorismo. O citado senhor Thomaz era preto e isso está intrinsicamente ligado à sua trajetória, os dados quantitativos do periódico me ajuda a demonstrar isso: dos 142 negros apresentados no periódico 39 (27,5%) eram pretos (as) e 103 (72,5%) pardos (as). Dos 39 pretos, 25 (64,1%) conseguiram ascensão funcional e do universo de 103 pardos, 73 (70,9%). Mesmo que os números percentuais de trabalhadores (as) intragrupos possuam proximidade devo lembrar que o periódico focava histórias de sucesso e superação. O número de trabalhadores pretos (as) já é bem reduzido dentro do universo total de trabalhadores (10,7%) e se analiso a história dos que conseguiram ascender o número diminui (6,8%). Se me pauto pela herança das desvantagens que impactaram a insegurança estrutural dos trabalhadores (as) negros (as), em especial dos pretos (as), há de se convir que os números demonstraram uma lógica histórica de continuidade mesmo sob o discurso de mudança.

O Lingote faz discurso de igualdade entre os trabalhadores, demonstra a ascensão dos funcionários e evidencia a mudança de vida pela qual eles passaram, geralmente do rural para

Imagem 2.3



Fonte: “O Lingote”, 10 de Julho de 1953, p.2.

o urbano, da precarização para a modernidade via industrialização. Mesmo que as páginas do periódico tenham reservado maior espaço aos trabalhadores não pretos acredito que muitas das imagens nos fazem pensar que o número destes era bem maior do que o evidenciado.

Na última imagem, o senhor José de Almeida Chaves, branco e Mestre de Linhas do Departamento do Tráfego Ferroviário (primeiro plano à esquerda), estava na cena de seu escritório. Como podemos ver está em posição de mando, vistoriando o trabalho de outros funcionários que se dedicavam a trabalho mais pesado e braçal. A qualidade da imagem não propicia exatidão, mas ao analisarmos os personagens apresentados por sua cor e características fenotípicas fica evidente que a imagem traz trabalhadores negros como agentes do trabalho, mas não como protagonistas da reportagem.

Aparentemente, a exposição de casos cumpria uma meta de demonstrar mudança de trajetória e valorização do esforço individual, pelo número de trabalhadores negros (em especial os pretos) estes largavam em piores posições tanto na concorrência do mercado de trabalho como na corrida para ter sua história exposta no periódico, mesmo que o seu montante fosse maior do que o exposto em *O Lingote*.

Gostaria de ressaltar que por raras vezes o periódico colocou as palavras do entrevistado diretamente em sua página. Como regra geral a equipe de *O Lingote* optou por colocar os relatos em terceira pessoa, contando a história do entrevistado ao invés de citá-lo em aspas, sendo assim, algumas palavras carregadas de significado que aparecem em determinados casos me direcionou para qual seria a visão da equipe editorial: acreditavam ou defendiam a igualdade para todos (e por tabela a racial) mas estavam imbuídos de uma construção histórica em que a naturalização de estereótipos, para a população negra, reforçava o preconceito racial.

O caso do senhor Renato Siqueira (já tratado no início do capítulo) que teve vários filhos e que infelizmente teve morte prematura de bisneto é um caso revelador do tipo de conceito racial que o periódico expunha. Na matéria sobre Siqueira o periódico expõe que ele não poderia “mais se responsabilizar pela **eugenia dos descendentes**”<sup>105</sup>, isso é bem típico do tipo de vocabulário que a equipe utilizava. Além disso, reforçando a visão que tinham sobre as pessoas de cor encontramos o caso do senhor Hélio Noronha Marques, branco e então Chefe da Seção de Expediente, que morava no Rio de Janeiro e trabalhava por lá. Ele adotou três crianças negras e sobre isso o periódico declara que:

---

<sup>105</sup> *O Lingote*, 10/06/1954, p.3. **Grifo nosso.**



"Noronha preocupa-se pelos deserdados da sorte e procura ajudá-los, na medida de suas possibilidades. Em sua própria casa recebeu três crianças. **E com uma particularidade: tódas de cor. Porque devido a uma série de preconceitos injustificados, os pretos são os que encontram maiores dificuldades para serem adotados** e Noronha entendeu que eles **careciam mais da sua proteção**. Os três filhos de criação (duas meninas e um menino) recebem educação e **tratamento igual ao dispensado à filha única do casal**"<sup>106</sup>.

Penso que ao citar a preferência pela adoção de crianças negras e o tratamento igualitário na família, a matéria assume que a atitude de Noronha foi uma exceção. Ademais, a passagem do periódico é interessantíssima por várias questões: a primeira delas é que ao mirar a precariedade das crianças negras o periódico está a assumir que o negro estava exposto a maior insegurança estrutural que os brancos e isso desde tenra idade; a segunda está atrelada diretamente a uma suposta resolução do primeiro problema, ou seja, os negros terem a necessidade de proteção, as redes de patronagem, apadrinhamento e clientela determinavam a menor acidez da insegurança estrutural; e por último mas não menos sintomática é a questão do tratamento igual ser ditado por relação pessoal, opção individual, ou seja, em direção a um sentimento de igualdade pautado na caridade e não na justiça social em que todos seriam iguais por serem iguais perante o Estado, por terem os mesmos direitos cidadãos. O periódico que reflete que "por uma série de preconceitos injustificados" os negros possuem tratamento desigual é o mesmo que estampa em suas páginas a questão da "eugenia".

Outras tantas histórias demonstraram a relação entre continuidades e rupturas com a precarização dos trabalhadores (as) negros (as) e sua conexão com a falta de acesso à educação, o que colocava os trabalhadores (as), mais uma vez, em rede de apadrinhamento ou condição de trabalho mais pesado, em determinados casos, em ambos.

Seguindo a linha de raciocínio que tracei sobre a adoção do senhor Hélio Noronha Marques, apresento outros dois casos: o senhor Sebastião Leal, pardo (quase preto), trabalhador em Casa de Pedra, Minas Gerais. Galgou posições, foi ajudante, funileiro e mecânico. Antes de lá chegar, trabalhou como motorista de fazenda, retireiro e lavrador, fabricante de arreios, mudou-se para o Rio de Janeiro onde sobreviveu trabalhando em um estábulo e envolvendo-se com a entrega de leite. Voltou para Minas Gerais, trabalhou em outra fazenda e conseguiu emprego em Casa de Pedra, onde, ao ser retratado pelo periódico em 1955, já trabalhava há 17 anos<sup>107</sup>.

Como o periódico não expõe a idade de Sebastião, deduzi que os seus primeiros trabalhos tenham começado em tenra idade e ele só começou a trabalhar em Casa de Pedra 50

<sup>106</sup> *O Lingote*, 09/04/1954, p.3. **Grifo Nosso**.

<sup>107</sup> *O Lingote*, 10/03/1955, p.3.

anos após a abolição de 1888. O que teria enfrentado? O que pode pensar é que sobreviveu lidando com a herança da desvantagem, em que o trabalho precarizado e falta de acesso à educação formavam um dueto que agudizava suas condições de vida. Contudo, o periódico evidencia o caso de esforço e luta pela sobrevivência como vocação à indústria e para isso usa construções como: “sempre insatisfeito”, “não se agradou e não se deixou seduzir”.

Outro estranhamento que tive foi o uso de certos termos por *O Lingote* e isso ficou mais evidente após as leituras que fiz quando decidi mudar a temática de pesquisa. Diante das leituras sobre o período da escravidão, do pós-abolição e sobre a questão racial o estranhamento sobre determinados termos-palavras na redação do periódico ganhou um questionar de suas origens ou continuidades. Na edição de 10/01/1954 encontramos o termo **casa grande** para descrever a sede da fazenda Santa Cecília em Volta Redonda<sup>108</sup> e em outras edições encontramos as funções de feitor e capataz.

*Tabela 2*<sup>109</sup>  
*Trabalhadores, cor, Estado e função-profissão*

	Minas Gerais				Santa Catarina			
	Branca	Preta	Parda	Não Identificada	Branca	Preta	Parda	Não Identificada
Feitor	2	3	4	0	2	0	1	1
Capataz	0	0	1	1	0	0	0	0
Total por Cor	2	3	5	1	2	0	1	1
Total por Estado	11				4			

As funções-profissões de feitor e capataz só aparecem nos Estados em que a CSN possuía algum tipo de exploração mineral e majoritariamente foram funções encontradas no Estado de Minas Gerais, com 11 ocorrências. Os personagens apresentados pelo periódico evidenciam que, para se chegar nestas funções, exigia-se uma longa experiência e conhecimento do local de trabalho. O senhor Jaime de Moraes (preto), por exemplo, começa como “Pinante de Turma”<sup>110</sup>, “Carvoeiro”, “Mineiro de Subsolo”, “Encarregado de Turma” e por fim “Feitor”.

<sup>108</sup> *O Lingote*, 10/01/1954, p. 2.

<sup>109</sup> A tabela foi criada com base nas seguintes edições de *O Lingote*: 10/04/1953, p.2; 25/04/1953, p.2; 10/06/1953, p.3; 01/11/1953, p.3; 01/01/1954, p.3; 01/09/1954, p.3; 10/11/1954, p.3; 10/01/1955, p.3,10; 10/02/1955, p.3; 25/11/1955, p.2; 10/11/1956, p.2; 10/11/1956, p.3; 25/12/1956, p.2; 09/04/1957, p.2 e 25/05/1957, p.2;

<sup>110</sup> Era a função que estava encarregada de levar água e alimentação para os trabalhadores dentro das minas.

A trajetória de Jaime (Imagem 2.4) demonstra que ele era um trabalhador experiente. Quando do registro da imagem ele tinha 33 anos, penso que sua experiência na mina pautou seu envelhecimento precoce, pois não deveria ser trabalho dos mais leves. Trabalhando longos anos e em várias funções no mesmo local de trabalho, Jaime era portador da cultura das minas, ele trazia características que o colocavam em posição de melhor administrador como feitor. Segundo Aires da Mata Machado Filho, esta também era uma exigência para feitores, vigias e mesmo para os donos de lavras durante o período escravista, eles precisavam entender o contexto cultural (inclusive a língua) e de trabalho dos escravos para maximizarem sua fiscalização (MACHADO FILHO, 1985, p. 118).

Imagem 2.4



O Lingote, 10/04/1953, p.3.

Assim como no Capítulo I pontos aparecem demonstrando laços entre a questão da migração de Minas Gerais e do cenário do pós-abolição e trabalho livre, principalmente quando analisamos os trabalhadores e seus descendentes. Acredito que as análises de trajetórias que apresentarei no Capítulo 3 poderão ajudar a pesar melhor essa hipótese e demonstrar como que certas continuidades se perpetuaram mesmo diante de um forte discurso desenvolvimentista. Se a CSN era a expressão da modernização do país e tinha em seus trabalhadores a expressão da nova classe trabalhadora que incluía a todos, o que seria o desenvolvimentismo visto através das páginas do periódico?

## 2. Desenvolvimentismos

Ao expandir o olhar e tentar ver o conceito de desenvolvimentismo para além de Volta Redonda e do complexo CSN, notei que este era utilizado para atenuar o atraso em que se

julgava estar grande parte dos países. Atraso, esta era a palavra definidora da África, Ásia e América Latina e com a Guerra Fria, para refrear as condições que poderiam gerar avanço comunista começa-se a discutir o termo desenvolvimentismo com o caráter de modernização dos Estados, aliás, nesse primeiro momento desenvolvimento é discutido antes de Estado e, quando muito, é a função do Estado.

O atraso ainda era por muitos encarado como a falta de ocidentalização ou colocado como característica formativa do local, até mesmo encarado como problema étnico-racial. Contudo para a superação do atraso, do subdesenvolvimento, colocava-se como opção a ação keynesiana de intervenção estatal pois esta, durante o período de guerra, demonstrou-se efetiva nas ações estatais que geraram índices positivos via intervenção (maximizar produção, gerar empregos, movimentar recursos ociosos, etc) e isso poderia ser usado diante do subdesenvolvimento (BUSTELO, 1999, p. 107).

Do pós-1930 à Segunda Guerra alguns países tentam seus caminhos próprios, mas a teoria desenvolvimentista só entraria no *hall* de opções dos Estados subdesenvolvidos a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. O caso brasileiro é interessante e a CSN um exemplo pois a ideia de modernização chega diante de um jogo político feito no pré-guerra, em que Vargas, ao se balançar entre o Eixo e os Aliados, conseguiu os recursos com os EUA à implementação da Companhia Siderúrgica Nacional e começou a obra de implementação ladeado por oficiais das Forças Armadas<sup>111</sup>.

O desenvolvimentismo possuía um caráter etapista para os militares e para o Estado brasileiro, o que nos leva a pensar como que esse desenvolvimentismo foi encarado pelos protagonistas da implementação da indústria de base, a CSN, pois se havia uma visão etapista esta também se aplicava ao trabalhador brasileiro e se para o Estado a contabilização de vagões de ferro, carvão, dolomita e a capacidade produtiva entrava na alça de mira o que dizer dos trabalhadores, os que sentiam no chão de fábrica esse ideal modernizante?

Segundo o General Sílvio Raulino de Oliveira, presidente da CSN quando da primeira edição do periódico, os trabalhadores da CSN estavam “presos por um ideal comum, que se traduz em servir o País, dando-lhe a matéria prima siderúrgica, base do desenvolvimento industrial que é trabalho, riqueza, poderio”<sup>112</sup>, mas como que os trabalhadores que chegaram para a construção da empresa foram considerados pelos gestores da mesma?

---

<sup>111</sup> Para uma visão mais matizada e que analisada o contexto de uma “Revolução Industrial” no Brasil dos anos 1940 ver Dinius (2010, pp. 15-38).

<sup>112</sup> *O Lingote*, 25/03/1953, p.1.

O General Macedo Soares fez menção a isso em discurso proferido em uma das datas comemorativas da CSN. Para ele os trabalhadores que foram construir a CSN eram desprovidos de um conhecimento que pudesse ajudá-los na compreensão do funcionamento industrial, desconheciam até a energia elétrica e conheciam apenas quatro ferramentas “a enxada, a foice, o machado e o facão” (MOREL, 1989, Pp. 76). Os trabalhadores com o ímpeto industrializante eram os ignorantes e ignorados pela energia elétrica, uma das características da transformação do país de rural em urbano, mas ao mesmo tempo também uma característica do esquecimento de cor dos trabalhadores de origem rural. O periódico nos conta mais dessa odisseia do trabalhador brasileiro na luta pela modernização do país.

“A integração do Sul de Santa Catarina no regime de economia industrial só foi possível com o aparecimento da CSN. A lavoura, que até então absorvia as disponibilidades do mercado de mão de obra, **impunha limitações à capacidade realizadora dos filhos da região**. Outras atividades industriais, inclusive a extração de carvão, eram pouco desenvolvidas. Foi a Companhia Siderúrgica que implementou uma indústria de bases modernas na região, trazendo novas condições de vida e de trabalho para considerável parcela de brasileiros”<sup>113</sup>.

O relato acima é parte do texto sobre Bruno Scaini (branco), Operador Chefe em Siderópolis-SC. O texto, além de demonstrar o esforço de uma transformação do trabalhador brasileiro, demonstra que essa transformação o colocou em posição de pessoa “útil” ao Estado, isso fica mais evidente quando o relato aponta que Bruno pretendia “cuidar dos filhos, educá-los e fazê-los cidadãos úteis à sociedade”. Essa jornada ao desenvolvimento era entrecortada por trabalho contínuo e extenuante, parecido ao trabalho braçal e cansativo da lavoura, mas este já não cabia mais como discurso de trabalho válido para o novo trabalhador brasileiro e seu empreendedorismo industrial. O mesmo tom pode ser encontrado na passagem de João José de Oliveira (branco) que se transformou de Encarregado em Feitor de Terraplanagem Capivari - SC:

"Houve um período que passou oito dias sem ir em casa, dormindo poucas horas no próprio serviço, tão imprescindível era a sua presença. Isso porque não havia quem o substituísse. O mercado de mão-de-obra local é deficiente de operários especializados. Quem não trabalhava na lavoura era empregado da ferrovia federal (Estrada de Ferro D. Teresa Cristina). Quase não havia indústria na região na época. E João, como feitor geral tinha de se desdobrar, para atender às necessidades imperiosas do serviço”<sup>114</sup>.

O periódico faz várias considerações sobre a transformação do trabalho de rural para urbano, para industrial e é regra acharmos adjetivos de positivação na construção do moderno,

<sup>113</sup> *O Lingote*, 25/03/1954, p. 2. **Grifo nosso**.

<sup>114</sup> *O Lingote*, 10/01/1954, p. 3.

do desenvolvimento em contraposição ao passado, acompanhando a ideia de Macedo Soares, de depreciação quando se trata do trabalhador de origem rural.

O caso de Arestides Ferreira da Silva (pardo) corrobora essa visão. Trabalhador de Volta Redonda-RJ, começou como Rebatedor de Laminação, foi Operador de Ponte Rolante, Operador de Fornos e por último Laminador de Trilhos e Perfis. Era um “egresso da lavoura” (onde trabalhou por 26 anos) e o “(...) que sabia, exclusivamente, era plantar arroz, feijão, milho, café, etc”. No campo, Arestides **“não aprendeu nada que viesse constituir subsídio para as funções que desempenharia futuramente em Volta Redonda. A não ser o gosto pelo trabalho bem executado, qualquer que fosse a sua natureza”**<sup>115</sup>. O que o salvou foi sua alma, sua psique de trabalhador brasileiro que mesmo passando pelo trabalho rural, não útil à sua carreira como operário, se esmerava pelo “trabalho bem executado” na indústria.

A construção argumentativa do periódico sempre coloca ares de contraposição entre o trabalho rural e urbano. A modernização e o desenvolvimento brasileiro se alimentavam desta polarização em duplo sentido: em âmbito argumentativo era enaltecida com a contraposição ao atraso e em aspectos práticos utilizava-se do trabalhador que sobreviveu desse atraso. Assim, mesmo quando a descrição do histórico de um operário passava por elogios ao seu trabalho e à sua competência, o trabalho rural aparecia como sua origem e seu passado, em paralelismo com a evolução do país que se transformava com as implementações da CSN. Este foi o cenário pintado para o senhor José Quarti (branco) que trabalhava no Departamento de Estrada de Ferro de Siderópolis- SC e que mesmo tendo origem rural veio a ganhar medalha e diploma de mérito por mais de dez anos de serviço na CSN<sup>116</sup>.

A contraposição chega a ganhar ares cômicos. O senhor José Antônio da Costa e Sá (branco) que trabalhou tanto no Arquivo de Fichas de Pessoal como foi Superintendente de Matérias Primas e Transporte, estava lotado no Rio de Janeiro-RJ quando saiu sua história em O Lingote. Ele trabalhou em Volta Redonda quando da construção da usina, chegando à localidade em 1943. Dentre os episódios “engraçadíssimos” que ele pode lembrar, “os protagonistas”, em sua maioria, “eram egressos da lavoura”<sup>117</sup>.

Penso o quanto de um Zé Brasil<sup>118</sup> ou de um Jeca Tatu estavam presentes nesses episódios mencionados, mas não detalhados, afinal a matriz de Monteiro Lobato e dos trabalhadores citados como protagonistas tinham o trabalhador rural como fonte. Jeca, mesmo

<sup>115</sup> *O Lingote*, 25/01/1956, p. 2. **Grifo Nosso.**

<sup>116</sup> *O Lingote*, 10/12/1953, p. 2.

<sup>117</sup> *O Lingote*, 09/06/1955, p. 2.

<sup>118</sup> Algumas das referências que utilizamos para a temática de migração e trabalho industrial foram Antônio Luigi Negro (2004a e 2004b) e Paulo Fontes (2008).

sendo um matuto caboclo, era originário do Vale do Paraíba, área de população egressa não só da lavoura mas da escravidão. Talvez esse esquecimento de cor dos personagens, tanto da CSN como de Monteiro Lobato, vá ao encontro de não explicitar o racial pois este sempre acende as diferenças, ocasiona o atrito e isso não era o que o discurso desenvolvimentista da CSN objetivava realizar. Para a empresa o trabalhador brasileiro era uma categoria positivada e de todas as cores.

No emaranhado que envolvia a corrida industrializante do complexo CSN todos que representassem modernização eram aceitos. Segundo Fábio Koifman (KOIFMAN, 2015, pp. 40, 41.), o Decreto-Lei número 3-175/41 que alterava a sistemática para a concessão de vistos vigorou de 1941 a 1945. Em linhas gerais a entrada de imigrantes deveria ser contida pois “naquele momento, o país era procurado quase que totalmente por refugiados, estrangeiros que os homens do governo consideravam de ‘má qualidade’ como imigrantes e potencialmente prejudiciais ao Brasil”, contudo o decreto também se preocupou em manter a porta aberta para “‘técnicos de mérito notório’, uma vez que a respeito desses existia a convicção por parte do Estado – e de Vargas – de que seriam imprescindíveis para o desenvolvimento do país (...)”.

Manoel Cardoso (branco), chegava à Volta Redonda em 1941. Português e Perito em Concretagem<sup>119</sup> trabalhou na CSN desde seu período de construção. Em 1942, um italiano identificado apenas como Gaspar (branco) aparece nas folhas do periódico<sup>120</sup>. Ele era Chefe de Cozinha e também foi direto para Volta Redonda. Em 1945, Vicente Orsetti (branco) também entra na CSN através de trabalho em Volta Redonda<sup>121</sup>, ele foi Cargo de Confiança do Departamento de Estudos e Projeto. O periódico menciona outros, mas há uma lacuna na exatidão do ano de entrada no Brasil.

Até para os estrangeiros, Volta Redonda foi pintada com ares oníricos nas folhas do periódico. Assim, citam que Francisco Kowalski (branco e polonês), trabalhador de Capivari-SC, não pensava mais em voltar para a “sua pátria”, mas alimentava o sonho de conhecer Volta Redonda. Kowalski talvez pretendesse ver com seus olhos o sonho de empresa que ele como Auxiliar de Engenheiro ajudava a construir, mesmo à distância<sup>122</sup>. Sonho também permeia o texto do senhor Antônio Oswaldo Freschi (branco, italiano e que chega ao Brasil

---

<sup>119</sup> *O Lingote*, 09/04/1954, p. 3.

<sup>120</sup> *O Lingote*, 10/11/1953, p. 2.

<sup>121</sup> *O Lingote*, 25/02/1956, p. 2.

<sup>122</sup> *O Lingote*, 25/12/1954, p. 2.

em 1927<sup>123</sup>), mas neste caso de maneira literal. Antônio foi pego pela equipe do periódico recalculando a topografia de uma área, e disse à equipe que havia sonhado com um processo topográfico realizado erroneamente naquele local. Segundo o periódico, o erro foi confirmado, e os cálculos refeitos pelo italiano ofereceram a correção necessária. Antônio galgou posições dentro da empresa e de Topógrafo se tornou Chefe da Divisão de Topografia e Meteorologia<sup>124</sup>. Por último, temos José Maria Gomes de Carvalho (branco e português) que se encontrava na posição de Cravador de Rebites. O periódico não declara quando ele chega à Volta Redonda, mas assevera que com sua rapidez e destreza batia recordes e trabalhava mais que “um operário americano”<sup>125</sup>. Talvez aqui, o sonho de um trabalhador industrial que superasse um operário americano fosse o da equipe do periódico e do Estado brasileiro. José Maria deveria ser mostrado como fruto de uma CSN produtiva e impulsionadora de um novo Brasil e tudo isso se entrecruzava com as expectativas e planos de imigrantes brancos e suas novas vidas.

Imigrantes trabalhando de um lado, captação de especialistas em empresas públicas de outro e forte processo de formação do trabalhador nacional, principalmente o migrante rural, eram a tônica para a modernização. Na formação do trabalhador moderno e nacional havia muita disciplina e valorizava-se o espírito inventivo que era vendido como empreendedorismo. É nessa situação que o periódico descreve a tarefa de José Furtado de Araújo (pardo), que teve carreira majoritariamente voltada para a formação de outros trabalhadores. Foi Professor, Encarregado de Serviço de Apropriação na Coqueria, Secretário da Escola Profissional e quando entrevistado era Diretor da mesma escola. Entre suas funções estava a de despertar nos seus alunos um “elevado senso de responsabilidade”. O periódico segue descrevendo parte do que envolvia o método de ensino: “(...) O regime disciplinar é elevado e desenvolve-se, principalmente, à base da tradição e do amor ao trabalho, para a formação de uma elite impregnada de verdadeiro espírito siderúrgico”<sup>126</sup>.

O espírito siderúrgico parecia se confundir com um ideal militar de cumprimento de ordens mesmo quando a estrutura dada não satisfizesse ao bom resultado da missão. O senhor Heredon Teles (pardo) que trabalhava em Volta Redonda, oferece nas páginas do periódico um bom exemplo disso:

"Muitas vezes emendava o dia com a noite, pois mal acabava de consertar uma,

<sup>123</sup> No início como trabalhador da Light, posteriormente vai para a CSN, ver mais em *O Lingote*, 25/03/1954, p. 3.

<sup>125</sup> *O Lingote*, 25/07/1953, p. 2.

<sup>126</sup> *O Lingote*, 10/05/1954, p. 2.



tinha que socorrer outra. E note-se que se mais tarde pôde contar com recursos da modelar Oficina Mecânica de Volta Redonda, com seu eficiente equipamento. Naquela época tinha de se valer do que estava ao seu alcance e mesmo assim deu conta do recado, confirmando a reputação com que veio precedido de São Paulo"<sup>127</sup>.

Se os ideais de desenvolvimento, precursores do conceito desenvolvimentista, pautavam-se na Industrialização por Substituição de Importações (ISI) e havia debates sobre comércio internacional, propagação e perpetuação da desigualdade internacional<sup>128</sup>, a modernização se viabilizava com as armas que os trabalhadores tinham, dentre elas a improvisação e a adaptação. O relato do periódico sobre Nathanael Telles dos Santos (pardo), que estava como Chefe da Divisão de Prevenção de Acidentes, é sintomático dessa situação. Em tom de alívio, o periódico comparava o número de acidentes de 1946 (3.068 acidentes registrados), com 1947 (1.803) e 1954 (953). O tom sobe para consagração do trabalhador brasileiro quando narra o feito de Nathanael que lia os manuais de segurança do trabalho em inglês, coisa que aprendeu quando trabalhou na Light, no Rio de Janeiro. Nathanael era um autodidata, era além disso a expressão do trabalhador da CSN com sua adaptação, improvisação e persistência. Contudo, a informação que o periódico imprime em tom de superação é a de que em determinado período a empresa operou com apenas “1” inspetor de segurança<sup>129</sup>. Se os dados acima são apenas para Volta Redonda o que podemos pensar sobre a relação acidentes e desenvolvimento para todo o complexo CSN?

Ainda que com informações parciais e vindas de uma fonte primária da própria empresa, acredito que houve a construção de uma visão de trabalhador que muito se pautou na persistência e superação<sup>130</sup>. Afinal, tanto a estrutura para a construção da CSN precisava disso como era um discurso que conseguia encobrir a insegurança estrutural dos trabalhadores, pois se trocava o possível questionamento à empresa pela falta de equipamentos ou pelo número de acidentes pelo questionamento ao trabalhador pela falta de fibra, de ação.

O Lingote mostra que para um carpinteiro de Minas Gerais (José Mendes, branco) sofrer alguns acidentes por excesso de trabalho era uma forma de se valorizar<sup>131</sup>. Do mesmo modo, para Demerato Bainha (branco), radicado no Rio de Janeiro, emagrecer “14 quilos” em poucos meses diante do esforço de trabalhar “dia e noite” e de não conhecer “domingos e feriados” era o demonstrar garra na construção do futuro do país. Demerato demonstrava estar

<sup>127</sup> *O Lingote*, 10/06/1954, p. 2. Herdon foi Mestre de Manutenção Mecânica e Auxiliar de Manutenção Mecânica.

<sup>128</sup> Vide citação sobre Raúl Prebisch (economista, intelectual e fundador do Banco Central Argentino em 1935) em Bustelo (1999, p. 189).

<sup>129</sup> *O Lingote*, 10/02/1955, p. 2.

<sup>130</sup> Não encontramos nos Relatórios da Diretoria número referente a acidentes de trabalho.

<sup>131</sup> *O Lingote*, 09/04/1954, p. 2.

acolhido pela empresa mãe, pois afirmava que a CSN cuidava de tudo, inclusive do enterro dos mortos, no início das obras<sup>132</sup>. Por fim, Bento Paes (pardo), chamado de Tio Bento pelos companheiros, chega em Volta Redonda em 1942 e deve ter passado, assim como a maioria dos entrevistados, por várias funções dentro da empresa, mas na matéria só mencionam que ele era Chefe do Setor de Reforma Geral e Recuperação das Viaturas. Segundo o periódico, Tio Bento não tinha hora certa de repouso pois os acidentes não tinham hora marcada, mas ele tinha disposição para “atender chamados a qualquer hora do dia ou da noite” e até conservou esta disposição mesmo que os tempos tivessem mudado<sup>133</sup>.

As matérias mostram brancos, pardos e negros envoltos no esforço desenvolvimentista, e o periódico se esforça em mostrar um etapismo na empresa, em que a década de 1950 simbolizava um novo patamar em comparação aos anos de construção da usina (1941-1946). Porém, noto que houve uma certa diferenciação no narrar desse esforço pelo desenvolvimento pois se o trabalho era valorizado e o trabalhador da CSN era visto como uma nova classe trabalhadora brasileira havia um esforço mais específico no caso dos trabalhadores negros.

### **3. Trabalhismo ou Trabalhismos?**

No contexto dos anos 1950, com a abertura político-institucional e a transformação dos trabalhadores e trabalhadoras em eleitores é imprescindível considerar a ação dos mesmos no cenário político, mobilizações e lutas. Concebo o que tradicionalmente foi chamado de período populista numa perspectiva de mão dupla, ou seja, não apenas como um período de manipulação do eleitorado por líderes carismáticos e seus partidos. Assim, se paternalismo e clientelismo faziam parte do cenário e se davam dentro de relações assimétricas de poder, as regras e construções desse jogo político não eram feitas apenas por um jogador, os trabalhadores também jogavam<sup>134</sup> e agiam dentro das fissuras que se metamorfoseavam como possibilidades de ação.

Os (as) trabalhadores (as) se viam também como moradores-eleitores e uma vasta gama de quereres foi colocada na agenda política, dentre elas, várias demandas reprimidas de outros momentos históricos. Se, por parte do Estado, o momento era de justificar e fortalecer um ideal de classe trabalhadora ao mesmo tempo que lançava mão de um partido que a personificasse e atraísse (o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB), para os trabalhadores (as),

<sup>132</sup> *O Lingote*, 25/04/1954, p. 2. Demerato foi Encarregado de Escritório da Superintendência de Pessoal, Chefe da Secretaria de Departamento de Serviços Gerais e Sub Chefe do Departamento Central de Vendas, nesta última posição é que ele foi entrevistado.

<sup>133</sup> *O Lingote*, 10/10/1954, p. 2.

<sup>134</sup> Vide Alexandre Fortes (FORTES, 2004, pp. 20-28).

uma gama de vivências mudava sua experiência e faziam enriquecer o próprio sentir-se, o fazer-se e pautava sua interação.

No caso da população negra, esse fazer-se tinha muito da herança das desvantagens que colaborava imensamente com sua insegurança estrutural. Assim, negros e negras não atuavam apenas como classe no contexto de abertura política institucional, usavam da identidade racial para pautar intervenções. Isso não era coisa nova, segundo Flávio Gomes, do final do século XIX ao início do XX, a população negra queria atuar na política “com lógicas e significados próprios” (GOMES, F., 2005, p. 79). E se adentramos o período chamado de populista, por que essa lógica seria diferente?

Petrônio Domingues (2015) segue a mesma pista e demonstra que a exigência de demandas e transformação de quereres históricos em direitos entrou em cena perante a concorrência eleitoral na década de 1950. Petrônio analisa a ação da Ala Negra Progressista e sua aproximação do governo de Adhemar de Barros, enfatizando que

“ (...) a população negra no decurso da experiência democrática foi versátil, estabelecendo alianças e negociações com várias forças políticas. Por outro, pretende-se elucidar como o populismo buscou se aproximar desse segmento populacional, **sem exigir que ele abdicasse de seus ‘costumes em comum’ e lealdades raciais.**” (DOMINGUES, 2015, p. 8)<sup>135</sup>.

Então, o caminho político era de mão dupla e se a população negra não abriu mão de seus costumes em comum, agiu pautada em sua historicidade, em sua racialidade. Historicamente, mesmo que ela não tenha obtido sucesso eleitoral<sup>136</sup> pois sempre foi sub-representada entre os candidatos eleitos, suas organizações, mobilizações e ações pautaram muitas disputas no cenário político eleitoral e isso me leva a pensar que a interação da população negra com a política, para as décadas de 1940 a 1960, poderia ser concebida dentro de um populismo negro. É uma conclusão ainda ensaística e que não é o mote de minha pesquisa, mas que acredito ter sentido pois o laço entre populismo e trabalhismo foi forte.

Durante o período populista o discurso trabalhista era acionado fortemente e, como já demonstrado, a seção “Conheça seu colega de trabalho”, de O Lingote, tem um papel privilegiado na demonstração dessa construção discursiva. Valorizava-se todo tipo de trabalho dentro da fábrica ao mesmo tempo em que se demonstrava um perfil de modernidade e proatividade da classe trabalhadora brasileira, para além das escolhas textuais demonstradas na

---

<sup>135</sup> **Grifo nosso.**

<sup>136</sup> Para uma visão mais matizada sobre negros, mobilização e política ver Flávio Gomes (2005) e Campos e Machado (2015) que tratam da relação cor-voto-eleições para período mais recente.

construção do que o periódico achava das pessoas de cor, como foi evidenciado o discurso trabalhista quando os trabalhadores negros foram protagonistas?

Em se tratando de todos os trabalhadores (brancos e negros) ficou evidente, com a leitura do periódico, que as áreas de trabalho mais duro eram as áreas de mineração (Santa Catarina – carvão mineral e Minas Gerais – minério de ferro) e dos 109 negros que analisamos 54 (49,5%) se encontravam nesses locais, também foi nestes locais que encontrei as funções de “Feitor” e “Capataz”. Fico a pensar o quanto dessa herança das desvantagens para a população negra foi absorvida pelo discurso trabalhista exposto em O Lingote.

Pensei em formas de demonstrar como que o trabalhador negro apareceu no periódico e para isso tentei montar uma tabela com a relação de trabalhadores e suas especializações. Contudo, notei que em decorrência da informação parcial que a fonte me oferecia e da forma tão peculiar como algumas funções eram criadas-explicadas, talvez o esforço não valesse o resultado e os decorrentes questionamentos. Ademais, nas páginas do periódico ficou evidente que muitas funções foram criadas para enquadrar funcionários que não poderiam ser mandados embora. Enfim, decidi apresentar alguns casos e complementar a explicação das hipóteses com tabela que teve outra lógica de recorte.

Imagem 2.5



Fonte: O lingote, 25/05/1953, p.3.

Ao olharmos a imagem acima logo pensamos que a profissão do senhor era a de músico, maestro ou algo do tipo, mas ele estava fichado como Encarregado de Alojamentos. Segundo o periódico, Faustino se forma em 1929 pelo Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro, “em teoria e solfado” o que aumenta mais o estranhamento de o encontrarmos em outra função. Em contato com outros pesquisadores, porém, notamos que sempre houve uma

certa persistência histórica no não reconhecimento dos músicos enquanto profissão<sup>137</sup>. Enfim, na função de maestro da banda da CSN (a que a foto se refere), Faustino recebe uma série de predicados “figura avantajada”, “professor”, “orientador e mestre”. O periódico cita que Faustino foi músico da polícia militar e do Exército, com 33 anos de carreira militar. Um dos maiores elogios que recebeu foi dado pelo então ministro de Guerra, Pandiá Calógeras, “pelo seu comportamento na revolta da esquadra, em 1910”. O periódico ainda cita outras “refregas” em que o personagem esteve envolvido: a revolta dos “18 do Forte, integrando as forças legais, e a Revolução de 30, quando comandava a guarda do 2º batalhão da Polícia, ocasião em que passou por muitas aperturas, tendo de defender o prédio da unidade com apenas 8 soldados”.

Os feitos militares de Faustino o colocam em condição de um legalista, de um anti-revolucionário, um negro com comprovada lealdade à ordem estabelecida. Isso acaba por explicar os elogios de Pandiá Calógeras. Racialmente, talvez, um dos maiores feitos de Faustino tenha sido o de lutar contra a Revolta da Chibata, ele estava com o Exército. Faustino nasceu em 1887 (SOUZA, 2016, p. 125), um ano antes da abolição. Tinha 67 anos quando saiu na edição de O Lingote e já havia sido reformado como músico em 1941<sup>138</sup>. Sua realocação na CSN provavelmente ocorreu através de uma rede de favores e contatos (questão que trataremos mais abaixo) forjada durante sua estada no exército e ou na polícia, afinal a ingerência de militares sobre o alto comando da CSN era grande.

A questão aqui é notar que o periódico enaltecia passado de Faustino mas em uma análise que levava a bravura do passado como força motriz das atitudes do presente. Faustino, como “encarregado de alojamentos e acampamentos provisórios”, percorria uns três quilômetros em caminhada (do Laranjal ao Conforto, dois bairros que faziam parte da cidade planejada para a CSN) e para tanto, mesmo tendo 67 anos, tinha “uma disposição fora do comum” revelando “mais agilidade do que muita gente nova”.

O que em primeiro momento poderia ser apenas um elogio aos aspectos físicos e joviais de Faustino se tornou um alimentador de meu estranhamento pois outros casos de negros valorizados no trabalho por desempenho físico já haviam passado diante de meus olhos.

A modernização pautada na dualidade rural versus urbano era a passagem do trabalho físico e não qualificado para o intelectual e qualificado, expressão da transição de um Brasil atrasado e remanescente do pós-abolição para uma nação do futuro, industrial. Até quando a

<sup>137</sup> Vide Pereira (2001), Giacomini (2015) e De Siqueira (2016).

<sup>138</sup> *Diário de Notícias*, 31/10/1941, p. 4.

positivação do trabalho e valorização do novo trabalhador brasileiro era um tampão para a cor desse mesmo trabalhador e o esconder de sua histórica precarização? Enfim, até quando o discurso trabalhista ajudou a ofuscar a questão racial?

Voltemos ao periódico. Em 1953 um trabalhador negro considerou seu superior muito rígido ao mesmo tempo que assumiu que trabalhava muito duro<sup>139</sup>, na mesma edição outro trabalhador negro se orgulha do trabalho duro que tem e pede dispensa do restante da entrevista pois não poderia ficar muito tempo parado<sup>140</sup>. São esses trechos que revelam um certo movimento pendular entre trabalho duro, extenuante de um lado e dignificante, valorizado do outro.

"(...) Quando a Companhia anunciou que precisava de operários, apareceram muitos candidatos, atraídos pelos bons salários, mas poucos, muito poucos, eram os que tinham uma habilitação própria, porque a maioria vinha de lavoura. E se foram aceitos é porque a CSN contava com **as aptidões inatas ao homem brasileiro, de adaptação rápida a qualquer tipo de trabalho**. Na base de um puro empirismo, êsses ex-agricultores tornaram-se excelentes operários, assenhorearam-se prontamente dos segredos das máquinas e realizaram, em pouco tempo, trabalho igual ao que fariam os mais experientes operários, com longa atividade na indústria"<sup>141</sup>.

A parte acima revela bem o caráter positivador do trabalhador brasileiro e a sua transformação. A citação se referia a João Orlandi (pardo) um foguista da CSN em Santa Catarina. Este entra na Usina sem muito conhecimento fabril, mas com muito afinco galga posições e se estabelece, afinal as histórias tinham de ser positivas, ser operário “implicava que o homem assumisse plenamente sua personalidade de trabalhador, pois ela era central para a sua realização como pessoa e sua relação com o Estado” (GOMES, 2005, p. 201). O mesmo caso de Luiz Manoel Saturnino (pardo) que:

"(...) se apresentou sem nenhum lastro de conhecimento técnico, mas forrado de enorme força de vontade de aprender alguma coisa **e ser útil**. Sua profissão anterior era a de padeiro na cidade de Laguna. E como não tinha habilitação especial, foi trabalhar como servente de operário. Mas, em pouco tempo demonstrou especial atração pelas máquinas, e o **feitor** resolveu aproveitá-lo melhor, colocando-o como auxiliar de maquinista de locomotivas e guindastes (...)"<sup>142</sup>.

Luiz Manoel não levou uma só punição e recebeu o prêmio quinquenal da empresa, dado aos funcionários mais dedicados e sem ocorrências disciplinares. Se a imagem de

<sup>139</sup> *O Lingote*, 10/04/1954, p.3.

<sup>140</sup> *Idem*, p.3.

<sup>141</sup> *O Lingote*, 10/10/1953, p.2. **Grifo Nosso**.

<sup>142</sup> *O Lingote*, 10/11/1954, p.3. **Grifo Nosso**.

trabalho duro guiava-nos para um ideal de mérito e reconhecimento via ascensão funcional por outro lado resistência, físico e robustez eram as armas dos trabalhadores negros:

"O depoimento mais expressivo que possa haver sobre a dedicação de Alfredo de Oliveira Fogaça à causa da CSN, no sul, são os seus registros de ponto, na época do início de montagem da Casa de Lavagem, em Capivari. Quando foi preciso apelar para a capacidade de trabalho e resistência física dos operários".  
 "(...) Amanhecia no serviço e muitas vezes emendava a noite com o dia, reservando apenas poucas horas para dormir e alimentar-se, quando não acontecia esquecer-se inteiramente das refeições. E nesse ritmo, absorvido pelas obrigações, Alfredo chegou a trabalhar **500 horas por mês**, ou seja, **a incrível média de mais de dezesseis horas por dia**, numa tarefa de natureza pesada. Para suportar esse esforço, **o que lhe valeu foi sua excepcional robustez**, aliada à força de vontade e espírito de colaboração com técnicos que tinham a responsabilidade de colocar em funcionamento a Usina de Beneficiamento de Carvão"<sup>143</sup>.

Alfredo de Oliveira (pardo, Santa Catarina) é citado com os mesmos atributos de Guindaste (Expedito Teixeira de Souza, preto e Soldador em Minas Gerais)<sup>144</sup> e o relato acaba por aproximá-lo do senhor Thomaz Antônio da Silva (preto) que por excesso de esforço sofre lesão na coluna e é desviado de função<sup>145</sup>. Se há laço entre o senhor Alfredo e personagens já apresentados, estes laços também se estendem a outros trabalhadores negros.

Júlio Emídio Possa (preto) era Servente de Departamento de Oficinas e Manutenção, em Minas Gerais e executava serviços perigosos pois reparava as linhas aéreas (cortava fios, etc.). Uma vez teve que pular 14 metros para não ser apanhado por um “cabo de aço”<sup>146</sup>. Já Raimundo Firmino (preto), usava botas curtas para se defender das cobras que poderiam aparecer nas encostas por onde passava. Também trabalhava na manutenção de linhas aéreas, mas era chefe em Minas Gerais. Tinha atributos que o periódico valorizava: “rosto queimado pelas intempéries”, “mãos calejadas pelo trabalho árduo”, mas sempre “alegre e confiante”<sup>147</sup>. Por fim, passamos à história de Antônio Paulino da Silva (preto), trabalhador da CSN em Minas Gerais.

"Antônio Paulino é um dos mais antigos empregados do Setor de Lafaiete. Em 1935, começou a trabalhar no carregamento de minério em Água Preta, ali permanecendo até 1937. Nessa data, transferiu -se para Lafaiete, ajudando nos trabalhos de aterro da linha Decovil, que existia no pátio da Oficina. Depois, passou alguns anos como rondante do Setor. Por necessidade de serviço, voltou ao carregamento do minério da plataforma em São Gonçalo e ainda em Santa Matilde, onde baldeava o manganês de Jurema e Cocoruto para os vagões da Central do Brasil. Tôdas essas tarefas eram de natureza pesada, mas delas

<sup>143</sup> O Lingote, 1954.04.25, p. 3. **Grifo Nosso.**

<sup>144</sup> O Caso 3 do início do capítulo.

<sup>145</sup> Se tornou encarregado por não poder mais trabalhar em serviço pesado. Sofreu lesão nas costas em decorrência de anos trabalhando na pá, retirava areia do Rio Paraíba do Sul. Já citado anteriormente.

<sup>146</sup> O Lingote, 25/08/1955, p. 3.

<sup>147</sup> O Lingote, 25/10/1955, p. 2.

Antônio Paulino se desincumbia satisfatoriamente, pois sempre teve muito ânimo e energia para o trabalho, servido por ótimas condições físicas. (...) Atualmente, como recompensa ao trabalho árduo que desenvolveu na mineração, deram-lhe uma tarefa de natureza leve. Como servente da Oficina, é hoje o encarregado do serviço de limpeza e zeladoria, com o qual obtém o sustento para a sua família"<sup>148</sup>.

Na imagem 2.7 vemos o Senhor Antônio Paulino em sua recompensa por anos de trabalho árduo e duro. Na foto estava a executar tarefa mais “leve”.

Imagem 2.6



Fonte: O Lingote, 10/03/1956, p. 2.

A foto apresentada pelo periódico em muito me lembrou as fotos apresentadas por George Ermakoff (2004)<sup>149</sup> pois acabam por retratar os trabalhadores negros em seu ambiente de trabalho mas pautando-se no cotidiano, revelando ambientes e situações que acabam por nos remeter a um Brasil não tão moderno, como o periódico esforçava em demonstrar. Aliás, a foto nos demonstra continuidade antes de ruptura, por mais que a mudança fosse propagandeada pelo ambiente fabril, o trabalhador negro estava em situação similar à de seus antepassados.

Outro traço de continuidade com o passado, já no âmbito cultural, era o fato de que Antônio Paulino, no universo extra fabril, tinha papel de destaque na congada. Segundo Larissa (GABARRA, 2007, p. 5), “no contexto da sociedade mais ampla, os congadeiros se

<sup>148</sup> *O Lingote*, 10/03/1956, p. 2.

<sup>149</sup> Livro dedicado a mostrar fotografias do cotidiano do século XIX. A proposta era a de ressaltar o ambiente em que os escravos do período colonial viveram suas vidas durante o Segundo Império brasileiro.



reúnem para encontrarem paz através da expressão de suas *batidas*” e essas batidas se remetiam aos escravizados. A autora cita relato do capitão Brijia do terno Catupé do Martins em que o “Congado é uma hierarquia democrática, que foi formado, que nois batia a caixa numa senzala pra te nosso sossego. Trás paz”.

Paulino começa a trabalhar na extração de minérios em 1935, 47 anos após o fim da escravidão, participa de congada que remete a um senso de pertencimento, de comunidade. O periódico não dá material para pensarmos nas redes de sociabilidade dos trabalhadores negros, acredito que essas poderiam ser densas e de longo alcance e, assim como para os outros trabalhadores, funcionaram no ambiente de trabalho, no processo migratório, na ação e mobilização<sup>150</sup>. Pensamos que em muitos momentos era difícil definir o que era construção de uma formação de classe e o que era identidade racial, ainda mais quando um ideal de nação estava a bombardear os trabalhadores, contudo com o agudizar das condições de vida as disparidades se evidenciavam.

Desvela-se aqui situação interessante, pois o periódico acabava por traçar atributos que condicionavam determinadas funções para os trabalhadores negros e suas aptidões físicas o que não ia ao encontro do ideal maior divulgado pelo próprio Estado, um ideal de trabalho que rompia com a época escravista tornando o trabalhador “digno da proteção da sociedade” (GOMES, 2005, p. 201).

Se a cor era esquecida na construção argumentativa do periódico quando tablei e cruzei dados cheguei à mesma hipótese de outros historiadores<sup>151</sup> que estudaram a relação cor-raça e o trabalho industrial: o negro entrou no mercado de trabalho assalariado durante o processo de industrialização brasileira, mas teve a mobilidade social extremamente limitada.

O periódico mostrava histórias de sucesso e superação e se esforçava em demonstrar que era uma coisa natural em todos os escalões da usina, isso fica evidente na variedade de funções e profissões dos trabalhadores apresentados e suas trajetórias narradas, contudo voltamos à questão de como esse universo de possibilidades e transformações atingia os trabalhadores e trabalhadoras negras pois como demonstrado pela Tabela 1 o periódico colocou mais não negros que negros em suas páginas, mesmo que possamos cogitar que o número de trabalhadores negros fosse bem maior que o apresentado<sup>152</sup> na coluna “Conheça seu colega de trabalho” (1953-1957). Tentando abordar a questão da mobilidade social dentro da empresa elaboramos a Tabela 3 que combina cor, gênero e ascensão profissional.

---

<sup>150</sup> Para um aprofundamento sobre redes e formação de classe ver Mike Savage (2011).

<sup>151</sup> Dentre eles Reeve (1974), Andrews (1991) e Adamo (1983).

<sup>152</sup> Segundo Oliver Dinius (2004, p.182), 69,2% dos trabalhadores da CSN contratados entre os anos de 1941-1946 eram trabalhadores negros.

Tabela 3

*Trabalhadores, cor e gênero por cargos de subchefia e chefia*

	Branca		Preta		Parda	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Chefe	58	1	4	1	31	0
Subchefe	2	1	0	0	1	0
Total por cor	62		5		32	

Os trabalhadores apresentados nas reportagens são da primeira geração de operários da CSN, mesmo que alguns viessem com alguma experiência profissional a maioria só a teve no chão da fábrica. Ao tentar montar tabelas para analisar a relação entre cor e ascensão profissional me deparei com a disparidade entre as funções, não tive acesso aos prontuários ou documentos que escalonassem funções-profissões e contei apenas com o relato do periódico que muitas vezes só citou a função que o trabalhador executava no contexto da entrevista, mas deixava evidente que este teve uma progressão funcional em outros momentos.

Alguns trabalhadores vinham progredindo em empresas distintas. O caso da Companhia A. Thun, em Minas Gerais, é um exemplo disso, pois essa companhia foi encampada pela CSN na década de 1940 e muitos dos trabalhadores que começaram em funções de principiante na A. Thun foram apresentados no periódico com apenas uma função ou cargo de chefia, houve progressão, mas o periódico só mostrava o histórico, fora isso, algumas funções em áreas de extração mineral não existiam na área de produção de aço. Enfim, decidimos criar a Tabela 3 apenas com os cargos de Chefe e Subchefe pois são os que existiam em todas as áreas de produção da Companhia Siderúrgica Nacional e geralmente deixavam a pessoa nessa função como responsável pela seção ou setor.

Como evidente a maioria das pessoas colocadas em cargo de chefia ou subchefia foram pessoas brancas, 62,6%. Os pardos seguiam com 32,3% do total e apenas 5,1% eram pretos (as). Em relação às mulheres o abismo era maior pois perfaziam um total de 3% dos cargos. Os dados extraídos do periódico reforçam o pensamento de que a cor da pele era um condicionante de mobilidade social, no caso, mobilidade funcional.

Trabalhadores pretos e pretas demonstram bem como essa progressão era realizada, suas histórias evidenciam a questão do esforço físico, experiência e valorização da educação como melhoria das condições de vida mesmo não saindo da condição de trabalho extenuante. Analisemos os 5 casos.

Em Lafaiete (MG) o senhor Raimundo Firmo era Chefe de Manutenção de Linhas Aéreas, tinha tarefa de serviço “árdua” pois combinava força física e coragem. Quando acionado:

“Localizada a avaria, muitas vezes ocorrida sobre vertiginosos precipícios de mais de 100 metros de altura, Firmo nem sequer pestaneja. Com a agilidade de um gato, sobe pela torre mais próxima e só desce quando vê, quase sempre com um sorriso de vitória e satisfação, as caçambas da linha aérea confiadas aos seus cuidados, reiniciarem sua faina”.

Firmo chegou ao cargo de chefe após longos anos de trabalho na mineração, conhecia como poucos o sistema de linhas aéreas e trabalhou aprendendo a função desde 1936, desde a Companhia A. Thun<sup>153</sup>. Como visto antes, Minas Gerais era a localidade em que o periódico revelou maior número de trabalhadores pretos (vide Tabela 1), então, encontrar um chefe preto executando trabalho que dependesse de aptidão física e agilidade não foi um ponto fora da curva, contudo revela que essas características, em local de trabalho braçal e mais pesado, eram consideradas para uma progressão funcional.

Não muito diferente da história de Firmo o senhor José Coelho da Silva chega em Volta Redonda nos anos iniciais de construção civil e o que conseguiu foi a função de pedreiro.

“Os seus conhecimentos sobre construção civil davam para uma posição mais destacada, mas quando pleiteou colocação, a vaga de pedreiro era a única existente. E ele resolveu aceitar, assim mesmo, confiante em que os seus conhecimentos técnicos seriam melhor aproveitados, na primeira oportunidade. Com efeito, esta surgiu talvez mais cedo do que esperava. O encarregado das obras preliminares de Volta Redonda, que já tinha notado a competência do Coelho, na construção das oficinas da ferraria, de garagens e adaptação da casa da Fazenda Santa Cecília, resolveu dar-lhe uma tarefa de maior responsabilidade - a de locar as obras do Restaurante do Acampamento, marcando-lhe um prazo de três dias para fazer o trabalho. Coelho até se surpreendeu com o prazo, pois não precisava mais do que algumas horas para tal. Ao receber a incumbência, pôs-se logo em campo e quatro horas depois apresentava o plano completo para a locação das obras do RA”<sup>154</sup>.

Com sua experiência na construção civil Coelho rapidamente consegue várias progressões funcionais e chega a Chefe da Seção de Manutenção e Conservação de Edifícios. Novamente o periódico demonstra que Coelho e os mais de “100 operários” de sua equipe, passaram por “períodos árdus”.

Astor dos Santos era quase um subchefe, não era com essa nomenclatura que foi apresentado mas como de Pintor de Categoria 4, contudo era como “substituto eventual do Chefe de Seção de Pintura da Divisão de Manutenção Auxiliar” e comandante de quase uma

<sup>153</sup> *O Lingote*, 25/10/1955, p. 2.

<sup>154</sup> *O Lingote*, junho de 1957, p.3.

dezena de pessoas no trabalho. Resolvi inseri-lo como subchefe já que o periódico deu a entender que era o subchefe extraoficial. Sou levado a acreditar que o caminho por ele traçado até ser considerado um subchefe tenha passado pelas mesmas características de Raimundo Firmo, em que a determinação e as aptidões físicas eram muito valorizadas. Quando o periódico não encontrava esta trajetória de dedicação e superação no histórico de trabalho formal tendia a construir uma destinação a essas características usando a história de vida da personagem. No caso de Astor eles usaram sua trajetória no futebol e relataram que Astor foi jogador de futebol desde a década de 1930, no Rio de Janeiro, “defendendo as cores do Bonsucesso, São Cristóvão, Carioca e Andaraí”. Exímio jogador com boas aptidões físicas ele fazia muitos “goals” e chegou ao “selecionado nacional para participar do campeonato do mundo, na Itália, ele treinou e muito bem, ficando cotado para a posição”<sup>155</sup>, mas não foi levado. Dedicação e superação que o levaram ao selecionado de futebol e que agora o colocavam no selecionado da CSN, da construção de um novo país.

Os próximos casos indicam uma mudança de estratégia em relação ao trabalho, descendentes e mudança de trajetória, flertam com continuidades, mas demonstram rupturas.

Renold Howard, então trabalhador de Volta Redonda e no Cargo de Chefia do Arquivo Técnico de Desenhos e Fotocópias chega à localidade em 1942, o periódico não relata nada de trabalho pesado em seu histórico, afirma apenas que com esse nome muitos operários e chefes acreditavam se tratar de mais um estrangeiro que veio para a implementação da usina mas se deparavam com uma pessoa que tinha pronúncia do português perfeita e sem sotaque, o mistério era desvelado ao saberem que Renold era um brasileiro filho de pais ingleses. Na construção narrativa de uma história de sucesso, como a de todos os trabalhadores apresentados pelo periódico, Renold é apresentado como um funcionário que recebe uma “série de progressões” e que chegou sem experiência ao trabalho, mas aprendeu tudo. Contudo, O Lingote informa que os trabalhos anteriores de Renold foram na Atlantic Refining e Consulado Inglês, sendo que a primeira empresa era envolta com o refino de petróleo. Quando o texto adentra a parte familiar o “papai-coruja” se orgulhava dos 7 filhos sendo que “a primogênita (...) se formou professora e” exercia “(...) o magistério no Grupo Escolar ‘Barão de Mauá’”, enquanto todos os outros filhos estudavam<sup>156</sup>.

Por fim, dona Normélia de Souza Martins que tinha um grande histórico de colaboração indispensável em “banquetes, casamentos, batizados e bodas”, não perdeu a oportunidade que apareceu à sua frente. Na falta de um chefe de cozinha para a Casa de

---

<sup>155</sup> *O Lingote*, 25/04/1956, p. 2.

<sup>156</sup> *O Lingote*, 25/11/1955, p. 3.

Hóspedes de Tubarão (SC) e diante de uma plateia exigente, dona Normélia foi sugerida por um amigo do encarregado do setor, ela apareceu para o trabalho temporário e não mais saiu. Em sua história aparece a vocação para a cozinha “desde menina” e seu sonho era de “ser uma boa cozinheira”, contudo, Normélia investia nos filhos, era mãe de 14 (“dos quais 12 vivos”), fazia sacrifícios pela educação dos mesmos. As duas filhas mais velhas eram “professoras, exercendo o magistério nos grupos escolares de Tubarão”<sup>157</sup> e outras 3 se formariam, enquanto os mais novos seguiam o mesmo caminho<sup>158</sup>.

Normélia e Renold têm trajetórias diferentes, mas ambos valorizaram a educação como forma de mudança. Renold, presumivelmente, dominava o inglês e provavelmente teve acesso à educação formal pois trabalhou em multinacional e no Consulado Inglês. Sua experiência pautada no acesso à educação em muito deve ter direcionado o estudo de seus filhos e estes já trilhavam um caminho de formação que os tiraria da precarização laboral futura. Dona Normélia, teve acesso à cozinha, e como mulher preta navegou entre estereótipos e se fez boa no que se propôs e podia fazer, mas com uma renda maior na família e tendo sua própria história como exemplo, estimulava os filhos a estudar e isso já gerava frutos. Ambos viam na educação uma forma de rompimento ou continuidade com suas próprias trajetórias, mas um rompimento com a situação dos negros no Brasil.

Tanto o livro de Flávio Gomes (2005, p. 30) como o artigo de Flávio Gomes e Marcelo Paixão (2008, p. 175) se referem a lei de 1871 (Lei do Ventre Livre) e o pedido de libertos, em uma carta a Rui Barbosa, que solicitava intervenção para que escolas fossem construídas com o fundo de emancipação. A educação seria umas das formas de diminuir a insegurança estrutural dos libertos. Segundo os mesmos:

“Para fugirmos do grande perigo que corremos por falta de instrução, vimos pedi-la [educação] para nossos filhos e para que eles não ergam mão assassina para abater aqueles que querem a República, que é liberdade, igualdade e fraternidade”.

Se a República inspirava isso aos autores da carta ou se isso era um recurso argumentativo para conquistar a atenção e ação de Rui Barbosa é questão que podemos pensar, contudo o fundo de emancipação nunca foi utilizado com o fim proposto.

<sup>157</sup> Os sonhos de dona Normélia se realizaram, pois sua filha ganhou notoriedade em Criciúma pelo papel significativo na educação. Clotildes Lalau foi militante negra contra o racismo na cidade e virou tema de uma dissertação (KRAUSS, 2012), recentemente uma das filhas de Clotilde, que possui o mesmo primeiro nome da avó (Normelia Ondina Lalau de Farias), defendeu dissertação sobre a trajetória de docentes negros (as) (FARIAS, 2019).

<sup>158</sup> *O Lingote*, 10/01/1956, p. 3.

“Os dominados sempre participaram do processo de criação, e não somente como vítimas e pessoas desamparadas” (ANDREWS, 1991, p.40), doravante, se o processo de migração e industrialização não trouxe a igualdade e cidadania para que os trabalhadores negros atingissem patamar similar ao dos brancos, trouxe novos elementos para esse grupo, agora eles poderiam usar estratégias históricas pautadas na cor combinando-as com lutas, mobilização e mudança de trajetória pautadas na classe. Se o senhor Renold e dona Normélia, como preto e preta, viam a educação como fonte de transformação para eles e seus descendentes e fizeram seu próprio fundo de emancipação, o fizeram sendo trabalhadores industriais e usufrutuários das estratégias de luta e ação da classe trabalhadora.

Embora o periódico não evidencie as lutas coletivas os relatos que traz impõe a mescla de continuidades e rupturas com o passado. A quantificação dos dados do periódico deixa evidente toda a disparidade estrutural que os trabalhadores negros vivenciavam.

#### **4. A mulher em “O Lingote”**

As mulheres apareceram em apenas 4,3% do universo de personagens do periódico, ou seja, de um montante de 369 indivíduos apenas 16 mulheres. Como demonstrado na Tabela 1 em sua maioria eram mulheres brancas (13) e metade lotada no Rio de Janeiro (8), local de trabalho de escritório. Às mulheres negras foram reservadas apenas 0,8% das histórias de trabalhadoras relatadas em todo O Lingote.

Com certeza o periódico conceituava a fábrica como um universo masculino, então mostrar as mulheres em suas atividades corriqueiras fugia aos objetivos da seção “Conheça seu colega de trabalho”. Quando apareceram foram retratadas na mesma linha que os trabalhadores rurais, ou seja, seus atributos estavam a ajudar o desenvolvimento da nação mesmo que anteriormente esses não tivessem um fim útil, na verdade o desenvolvimento e a cultura trabalhista as direcionavam para posição de utilidade<sup>159</sup>, assim, não apareceram em cargos de produção, mas sempre estavam enredadas com cargos de suporte à produção, no segundo plano<sup>160</sup>. Se as histórias apresentadas no periódico sempre mostravam superação e sucesso na construção de um Brasil do futuro, as mulheres entravam em cena com seus atributos femininos e mostrando como que os mesmos estavam a contribuir nessa construção.

Dagmar Basílio (parda) é um exemplo: telefonista que mesmo saindo com muita dor de cabeça do trabalho em decorrência do peso do arco que carregava e de não ter vontade de

<sup>159</sup> Como nos textos de O Lingote, 25/03/1954, p. 2 e 25/07/1954, p. 3.

<sup>160</sup> Cargos como Datilógrafa (O Lingote, 25/03/1953, 25/02/1954 e 25/09/1955), Secretária (O Lingote, 10/08/1953, 25/02/1954 e 25/02/1955), Professora (O Lingote, 10/11/1955 e 25/04/1957), Encarregada de Tráfego Telefônico (O Lingote, 10/09/1954) entre outros.

conversar o resto do dia, tinha a “paciência” como virtude para aguentar todas as reclamações<sup>161</sup>. Didima Silva de Attayde (branca) era Secretária do Presidente, e com sua “jovialidade e simpatia pessoal irradiante” auxiliava em várias outras atividades demonstrando sua polivalência<sup>162</sup>. A descrição de Didima se assemelhava em muito a de Luiza Izabel Biagionni (branca e o caso 4 do início deste capítulo), Subchefe da Divisão de Serviços Sociais, pois esta também desdobrava-se “em múltiplas atividades” e jamais deixava de atender “(...) com solicitude aos reclamos de sua presença”<sup>163</sup>. Paciência, simpatia e polivalência cercavam essas mulheres em suas descrições.

Questão interessante na análise entre homens e mulheres é a da ascensão no trabalho, pois das 16 mulheres apresentadas pelo periódico apenas 5 tiveram progressão em suas carreiras (31,2%) e todas eram brancas. A constante entre homens e mulheres era o discurso de valorização do trabalho, o viés trabalhista.

Para as mulheres, não ter hora para parar era corriqueiro, pois se trabalhava em mais de uma função<sup>164</sup>. Daí encontrarmos a valorização do esforço através da narrativa de que se “trabalhava até tarde na tradução de documentos”<sup>165</sup>, ou caso de sacrifício de almoço e lanche em prol da rentabilidade do trabalho<sup>166</sup>. O periódico sempre enaltece o valor do trabalho e faz lembrar os anos iniciais de construção e produção da Usina (1941 a 1946) como anos de trabalho duro e esforço.

Gênero é um tema interessante para trabalhar com essa fonte, pois foi escrita dentro de uma perspectiva masculina e isso vai ao encontro dos termos usados no periódico para o feminino, explica o esconder das mulheres em suas folhas pois a fábrica não era seu lugar social e o próprio periódico as evidencia mais nas seções de festas e atividades de entretenimento.

O periódico trazia sempre na sua página 8 ou 9 uma seção exclusiva para as mulheres, a seção “Tudo para o lar”. A seção focava na apresentação de receitas e em maneiras de se consertar roupas ou fazê-las. A partir de meados da década de 1950 começou a aparecer uma parte de dicas chamada de “Sabedoria do lar” que se dedicava a dar dicas de como tirar manchas de roupas, como passá-las, como utilizar melhor determinados produtos, etc.

---

<sup>161</sup> *O Lingote*, 1954.01.25, P. 2.

<sup>162</sup> *O Lingote*, 1954.02.25, P.3.

<sup>163</sup> *O Lingote*, 1954.03.25, P.2.

<sup>164</sup> *O Lingote*, 1954.03.25, p.2

<sup>165</sup> *O Lingote*, 1953.05.25, p.2.

<sup>166</sup> *O Lingote*, 1953.08.10, p. 2.

“Seu marido gostará muito se ao procurar as gravatas, encontrá-las bem passadinhas. E você pode fazer isso facilmente. Basta cortar um papelão do mesmo feitio da gravata e introduzi-lo antes de passar. Coloque, depois, um pano úmido e passe a ferro.

- Não fique tão aborrecida se o seu filho derramou tinta na blusa do colégio. Ponha sobre a mancha sal com um pouco de sumo de limão e deixe ficar por algum tempo. Em seguida lave com água e sabão e a mancha desaparecerá.

- Ao enxaguar as suas toalhas da cozinha, mergulhe-as numa solução de goma. Dessa maneira elas enxugarão muito bem os copos, sem deixar fiapos”<sup>167</sup>.

Como visto a seção se dedicava ao bom funcionamento do lar e como era destinada às mulheres, imprimia em suas páginas a melhor forma de cuidar de seus maridos e filhos. Contudo, para além das páginas do periódico outras situações e funções existiam e as mulheres eram protagonistas.

Imagem 2.7

**SABEDORIA DO LAR**

Seu marido gostará muito se, ao procurar as gravatas, encontrá-las bem passadinhas. E você pode fazer isso facilmente. Basta cortar um papelão do mesmo feitio da gravata e introduzi-lo antes de passar. Coloque, depois, um pano úmido e passe a ferro.

- Não fique tão aborrecida se o seu filho derramou tinta na blusa do colégio. Ponha sobre a mancha sal com um pouco de sumo de limão e deixe ficar por algum tempo. Em seguida lave com água e sabão e a mancha desaparecerá.

- Ao enxaguar as suas toalhas da cozinha, mergulhe-as numa solução de goma. Dessa maneira elas enxugarão muito bem os copos, sem deixar fiapos.

Bem na moda, em algodão estampado com grande decote atrás. É uma sugestão de Oppenheim Collins, especialmente para o verão. A saia é bem franzida e a blusa tem um decote atrás. Na frente a gola é alta. Repare como as saias agora estão mais curtas.

**Tudo para o lar**

**BÔLO FELIZ**

É um bôlo rápido e econômico. Quando coberto com uma glace fica ótimo para aniversários de crianças.

**INGREDIENTES :**

2 ½ xícaras de farinha de trigo; 3 colheres de fermento em pó; 1 ½ xícara de açúcar; ½ xícara de manteiga; 1 xícara de leite; 2 ovos; 1 colherinha de sal; essência de baunilha.

**MODO DE FAZER :**

- 1 - Misture bem a manteiga com o açúcar, batendo até ficar uma massa unida.
- 2 - Junte a farinha, o fermento e o sal peneirados juntos, alternadamente com ½ xícara de leite, continuando sempre a mexer. (Bata fortemente durante 2 minutos).
- 3 - Adicione então os dois ovos e mais ½ xícara de leite, e bata por mais dois minutos.
- 4 - Deixe descansar um pouco a massa. Enquanto isso unte a fôrma com manteiga.
- 5 - Asse em forno moderado durante 25 minutos.

Sua filhinha ficará um encanto com esse modelinho. É bem simples, mas a cabeça de cachorrinho na blusa, dá um tom original e interessante. A blusinha é de alças e para fazer o "cachorrinho" aproveite retalhos de "pôis" e outros de fazenda lisa mais escura. O bolsinho também leva um entremeto de "pôis", é uma sugestão de Oppenheim Collins.

Fonte: O lingote, 10/11/1956, p.

Fiquei a pensar o porquê do periódico não ter retratado em sua página a atividade das mulheres que eram conhecidas dentro da empresa como as “vira-latas” (FRESCHI, 1998, p. 26). O trabalho desenvolvido por elas (o de classificadoras) estava muito mais voltado para um controle de qualidade das chapas do que por apenas virá-las, contudo o termo vira-latas acabou ganhando um sentido pejorativo e preenchido por outros adjetivos dados à feminilidade, tal como a descrição do “Correio da Manhã” ao falar dessa função: “(...) produzindo barras, trilhos, lâminas, chapas grossas que, pouco a pouco se vão afinando, para chegarem às folhas de flandres e, mais adiante, ainda mais finas, flexíveis, polidas para se deixarem examinar **por frágeis mãos femininas**”<sup>168</sup>. A matéria do Correio da Manhã é datada

<sup>167</sup> Texto extraído da Imagem 2.8, seção Sabedoria do Lar. **Grifo nosso.**

<sup>168</sup> *Correio da Manhã*, 28/01/1954, p. 7. **Grifo Nosso.**



de 1954 e isso só reforça a hipótese de que não seria interessante apresentar mulheres imersas em local de trabalho considerado masculino, como a linha de produção.

O texto do *Correio da Manhã* se junta ao sentido dado às mulheres em *O Lingote* quando colocava determinadas características como femininas e estas acabavam por direcionar as mulheres para determinadas funções dentro da fábrica. A sensibilidade, paciência, delicadeza, polivalência e atenção estavam para as mulheres assim como o trabalho pesado, resistência física, agilidade e força estavam para os trabalhadores negros. Ambos, por questões históricas, acabavam herdando um lugar social.

A questão maior é cruzamento de classe e raça dentro de uma perspectiva de determinadas continuidades na insegurança estrutural, como a notada por Mirla Cisne. Ao analisar as trabalhadoras Mirla cita que as “de baixa renda, [são] mais atingidas por este modelo econômico e cultural de sociedade pois elas são as mais exploradas, oprimidas e discriminadas pelo sexo e pela classe (...)” (CISNE, 2012, p. 85). Gostaria apenas de acrescentar o fator cor-raça pois se o periódico da CSN não reservava espaço para as mulheres negras as mesmas tiveram espaço reservado, não foram esquecidas durante os primeiros anos de produção, como demonstra a Imagem 2.8.

A imagem estava acompanhada da seguinte legenda: “Nos primeiros tempos da Siderúrgica o trabalho dos pioneiros não raro se fazia em condições precárias, como na descarga do trem de minério registrada nestas duas fotos, ambas de 1948”. Procuramos a imagem no CDOC-SCN mas nada foi encontrado, não sabemos se é uma imagem do Rio de Janeiro, Minas Gerais ou Santa Catarina.

Imagem 2.8



Fonte: (DANTE, 2010), foto 19.

O Lingote evidenciou que mesmo com o discurso de valorização do trabalho e do trabalhador brasileiro os trabalhadores e trabalhadoras negras viviam sob maior pressão da insegurança estrutural e que as trabalhadoras negras eram menos valorizadas, recebiam menor salário e encaravam uma dupla ou tripla jornada de trabalho, talvez por isso não permeiem numericamente os relatos feitos pelo periódico pois este além de afirmar e propagandear algumas ideias o fazia sob o manto do sucesso, da mudança de trajetória pessoal que geralmente era protagonizado pelo masculino.

O periódico tentou fazer com as mulheres o que fez com os outros trabalhadores que mostrou, ou seja, casos individuais enredados pela coletividade de um discurso trabalhista, mostrando que as dificuldades de vida apresentadas nas histórias logo eram entendidas como parte de um passado (da personagem e do país) deixado para trás, os tempos eram outros. Contudo, se muitas dessas histórias revelaram estruturas novas elas também demonstravam velhos alicerces e os atores que atuavam naquele cenário o faziam pautados em uma perspectiva de seus costumes. Isso nos levou a pensar em como a abertura política e a perspectiva de ser um trabalhador-morador-eleitor impactou a estrutura da CSN ou vice-versa.

## 5. Apadrinhamento, Redes Sociais e Clientelismo Fabril?

Imagem 2.9



Fonte: O Lingote, 10/09/1953, p. 2.

“COM vinte e cinco anos de Rio de Janeiro, Bianor parece ter chegado ontem da Paraíba. Ele é desses que jamais perdem contacto com as suas origens. E quando fala sobre a sua terra, inflama-se. Parece até que dá uma inflexão especial na voz, essa voz cantante dos nordestinos, para dizer que nasceu ‘no Monteiro, ao pé da serra do Jabitacá’.

Bianor veio do Departamento de Aeronáutica Civil para a CSN. Mas, para um serviço da mesma natureza - o de compras. No DAC, era o chefe do Serviço do Material das Obras do Aeroporto Santos Dumont. Quando se constituiu a Companhia, havia necessidade de uma pessoa que conhecesse bem a praça do Rio de Janeiro, para adquirir material para a construção da Usina. **Por indicação do dr. Guilherme Guinle foi requisitado para trabalhar na CSN**, em maio de 1941. Mas só assumiu efetivamente mês e meio depois, porquanto o Ministério da Aeronáutica o reteve o quanto pode, a fim de que sua saída abrupta não causasse um hiato nos trabalhos de construção do aeroporto.

(...) E os pedidos não eram apenas para as obras da Usina. **Havia-os também de caráter particular, de empregados de Volta Redonda que recorriam aos seus préstimos, para comprar artigos em falta na praça e que somente Bianor, com suas boas relações, era capaz de conseguir.**

Bianor Lafayette Bezerra já completou doze anos de CSN, sem nunca ter faltado mesmo por doença. **Mas não recebeu prêmio em dôbro, por causa da política. Correligionário fiel do atual Ministro da Viação, por duas vezes (1945 e 1950) pediu licença de três meses para fazer a campanha política em sua terra e foi vitorioso em ambas, como já o havia sido anteriormente, em outros prélios eleitorais**<sup>169</sup>.

Bianor (branco) era um migrante que não perdeu seus laços com a terra de origem, a Paraíba, o relato do periódico mostra seu vínculo com a política institucional bem como o uso de seu cargo e posição para atendimento de outras demandas que não as da empresa. Bianor era cabo eleitoral do então Ministro da Viação e coincidentemente era chefe do Serviço do Material das Obras do Aeroporto Santos Dumont, para ir para a CSN houve uma indicação direta de Guilherme Guinle (rico empresário, diretor e acionista da CSN). Tudo isso me fez pensar sobre uma arquitetura de rede social que o envolvia e me inspirou a buscar questões

<sup>169</sup> O Lingote, 10/09/1953, p. 2. Grifo nosso.

similares pois poderiam envolver o uso da estrutura empresarial-estatal para alcançar determinados objetivos, quiçá eleitorais.

As histórias do periódico revelam que a maioria dos trabalhadores ia para os locais de contratação da CSN e realizava testes e entrevistas para assumir a posição de trabalho na empresa, mas Bianor foi indicado diretamente por Guilherme Guinle, presidente da CSN de 1941 a 1944 e empresário de muita influência. Isso é uma questão que poderia ser desenvolvida no futuro ou em outras pesquisas: a relação entre os altos cargos da CSN e as suas indicações, bem como a relação de cargos da diretoria e sua ocupação por políticos<sup>170</sup>.

Enfim, a peculiaridade do caso de Bianor é conseguir licenças para virar assessor político na Paraíba para o então Ministro da Viação, o senhor José Américo de Almeida<sup>171</sup>. Além disso, se Bianor usava do cargo de comprador da empresa para atender pedidos de companheiros de trabalho e para isso ele acionava sua rede de contatos, conseguia os produtos e usava de sua posição e influência para atender esses interesses. Quando o periódico coloca Bianor como bem relacionado obviamente tenta direcionar essa questão para a capacidade e competência do funcionário de resolver os problemas da empresa, mas pensamos que isso também era expressão de sua posição na empresa e do uso dela para atendimento de sua clientela.

Assim como Bianor, outros funcionários terão ligações declaradas com o universo da política institucional. Ao tabelar os dados do periódico notei que 9 funcionários se encontraram nessa situação e tinham ligação direta com cargo legislativo ou político enquanto funcionário da Companhia Siderúrgica Nacional. Excluí Carlos Eugênio Flores (Branco) da tabela pois não foi durante seu trabalho como Tesoureiro, no Rio de Janeiro, que ele assumiu como Prefeito (em 1945) quando “o antigo interventor do Pará chamou-o para administrar a municipalidade de Almeirim, no Baixo Amazonas, zona inóspita e insalubre, embora rica em recursos naturais”<sup>172</sup>.

---

<sup>170</sup> Vide Companhia Siderúrgica Nacional. Diretores da CSN de 1941 a 1983. Sem Data. Datilografado, onde pode ser constatada uma alternância de nomes do cenário político na direção da empresa.

<sup>171</sup> Ministro da Viação de 19/06/1953 a 24/08/1954 (Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/equipe-de-governo/ministerios>, acessado dia 17/01/2018), contudo, antes de 1953 foi eleito governador do Estado da Paraíba pelo Partido Libertador, em 1950 (*O Jornal*, 15/11/1950, p. 1)

<sup>172</sup> *O Lingote*, 25/05/1954, p. 2.

Tabela 4

*Trabalhadores, Ocupação e Cargo Político por Estado e local de trabalho.*

<i>O Lingote</i>	<i>Pg.</i>	<i>Nome</i>	<i>Ocupação na CSN</i>	<i>Cor</i>	<i>Cargo Político</i>	<i>Partido</i>	<i>UF</i>	<i>Cidade</i>
25/03/1953	3	Augusto Resende	Chefe de linhas aéreas	Parda	Vereador	-	MG	Casa de Pedra
25/06/1953	3	João Coelho Neto	Bombeiro Hidráulico	Branca	Vereador	UDN	MG	Casa de Pedra
25/08/1953	2	Euclides Gonçalves	Copeiro	Preta	Suplente	-	RJ	Rio de Janeiro
10/09/1953	2	Bianor Lafayette Bezerra	Comprador	Branca	Assessor Político	UDN	RJ	Rio de Janeiro
25/10/1953	3	Olímpio Esteves dos Santos	Fiscal de Mina	Parda	Vereador	-	MG	Casa de Pedra
25/10/1955	2	Hélio Maurey	- Serviço de Pessoal de Volta Redonda - Departamento de Oficinas Mecânicas - Encarregado de encomendas e embarque em Nova York	Branca	Vereador	-	RJ	Volta Redonda
10/02/1956	3	Edgard Caporal	- Almoxarife - Chefe do Almoxarifado	Branca	Vereador	-	SC	Capivari de Baixo
25/05/1957	3	José Gonçalves da Faria	- Encarregado de Escritório - Serviços de Secretaria	Parda	Vereador	-	MG	Lafaiete

Acima foram listados os personagens, sua ocupação na CSN e seu cargo político. Nem todos possuíam seus cargos nas cidades citadas na tabela, estas compreendem as cidades em que os listados executavam seu trabalho. Como exemplo, Euclides Gonçalves trabalhava no Rio de Janeiro, mas era suplente em Duque de Caxias. Fora isso, outra curiosidade foi encontrar 3 funcionários da CSN compondo a mesma legislatura, é o caso de Augusto Resende, João Coelho Neto e Olímpio Esteves dos Santos, todos vereadores em Casa de Pedra, Minas Gerais.

Olhando a lista de ocupações pude deduzir que alguns funcionários poderiam usá-las em uma concorrência eleitoral, afinal trabalhar no Serviço de Pessoal, ou no Escritório, assim como demonstrado na função de Comprador, poderia trazer alguns benefícios pessoais ao atender demandas coletivas e foi com essa hipótese que seguimos na investigação dos casos. O curioso é que eu já havia notado essa mesma preocupação em alguns pesquisadores que se debruçaram sobre o tema no fim dos anos 1980 e início dos 1990.

Cristiane Tomke Lask afirmou que apesar de manter-se uma fachada de racionalidade institucional, os laços e vínculos pessoais, familiares eram muito fortes (LASK, 1991, p. 98), assim, conseguir benefícios hipoteticamente coletivos através de redes pessoais, amigos

com superiores na hierarquia da empresa e apadrinhamento político. Tudo isso compunha o leque de cartas sobre a mesa e reforçava a indefinição entre público e privado que acompanhou a implantação da CSN. Considero que a política clientelista não era algo novo no cenário local.

Verifiquei, durante minha dissertação de mestrado, que focou a região de Barra Mansa e Volta Redonda, que esta foi uma situação recorrente dentro dos muros da usina<sup>173</sup>. No interior da empresa, instalou-se uma política de bilhetinhos e favores pessoais, por meio da qual os trabalhadores barganhavam benefícios individualmente e esta rede funcionava tanto para baixo como para cima. Vejamos o que o periódico pode nos mostrar.

Jair (branco) um telegrafista no Rio de Janeiro, consegue emprego em Volta Redonda através do Magalhães, Chefe da Divisão do Rádio<sup>174</sup>. Alberto Gargim (branco) foi contratado mediante intervenção do Contador Seccional de Capivari, Santa Catarina<sup>175</sup>. José Luiz Freitas (preto) que inicialmente trabalhava de Contínuo e chegou a posição de Atendente Noturno ingressou na CSN a convite do senhor Alexio Menezes, no Rio de Janeiro<sup>176</sup>. Gelson Martins (branco) um ajustador, passou a trabalhar como responsável pelo serviço de ajustagem de máquinas depois que seu irmão Gilson assumiu a Chefia da Oficina de Automóveis<sup>177</sup>. Neyzir Couto (branco) entra como arquivista na CSN, lotou-se no Rio de Janeiro, veio através de convite do embaixador Fernando Lobo<sup>178</sup>. Onofre Gargiulo (branco) um assistente de engenheiro veio de São Paulo, onde trabalhava na Divisão de Obras Públicas, para Volta Redonda quando recebeu um convite do engenheiro França Pinto pois precisava de seus serviços<sup>179</sup>. Casos como esses aparecem com relativa facilidade no periódico, o que evidencia que redes pessoais e amizades também norteavam as contratações em todas as instâncias produtivas da CSN.

Capitão Ariston Moreira (cor não identificada) que era Chefe da Divisão de Serviços Sociais de Lafaiete, Minas Gerais, conseguia grande sucesso em suas funções e obtinha “lastro de popularidade” pois “com um simples telefonema ou um cartão para um amigo, resolve os mais intrincados problemas num abrir e fechar de olhos”<sup>180</sup>. Gilberto de Almeida

---

<sup>173</sup> Tal como a procura dos trabalhadores por engenheiros da CSN pois estes poderiam dar um jeitinho na lista para acesso mais rápido e facilitado às casas da usina (DA SILVA, 2010, p. 41); a doação de material de construção pela CSN aos trabalhadores, para a construção de barracos, pois muitos não conseguiam casas mas eram necessários ao funcionamento da usina (Idem, p. 37) entre outros casos.

<sup>174</sup> *O Lingote*, 25/06/1955, p. 2.

<sup>175</sup> *O Lingote*, 09/05/1955, p. 3.

<sup>176</sup> *O Lingote*, 25/03/1956, p. 3.

<sup>177</sup> *O Lingote*, 25/08/1955, p. 3.

<sup>178</sup> *O Lingote*, 10/02/1954, p. 3.

<sup>179</sup> *O Lingote*, 10/05/1954, p. 3.

<sup>180</sup> *O Lingote*, 10/07/1955, p. 3.

Rodrigues (branco) era o Subchefe da Divisão de Comunicações no Rio de Janeiro, quando tinha problemas de abastecimento na empresa

“(...) sempre conseguia, na base de compensações, pois vêzes sem conta socorreu companheiros em idênticas situações de abertura. E assim, verdadeira política de ‘uma mão lava a outra’ era feita entre os encarregados dos depósitos, em benefício de um patrimônio comum que era a Usina”<sup>181</sup>.

José Calaça Gomes (branco) era Chefe da Divisão de Manutenção Auxiliar, em Volta Redonda, função em que mais de 200 homens eram seus subordinados, mas ele nunca teve problema com isso pois tinha um jeito muito paternal no comando. Como exemplo, se algum de seus subordinados quisesse comprar um terreno antes de fechar negócio iam consultá-lo. Se desejassem transferência de serviço era a mesma coisa. E Calaça, com bom senso e equilíbrio resolvia “inúmeros casos pessoais de seus subordinados”<sup>182</sup>.

Os casos acima demonstram uma mescla de favores pessoais e apadrinhamento em relações assimétricas de poder, mas estão nas páginas do periódico e se anteriormente argumentei que os termos e situações empregados para a questão raça e cor no periódico tinham o aval de sua equipe e diretoria o mesmo acontece nos casos relatados acima, ou seja, essas relações e o uso do aparelho público eram considerados normais.

A maioria das personagens citadas acima eram brancas e eles também foram a maioria dentre os 369 casos analisados na seção. Se a equipe do periódico imprimia esses casos na seção os imprimia com o aval da diretoria e se o periódico se esforçava em positivar a classe trabalhadora e a empresa como uma nova cara do país inclinada ao futuro esse tipo de relação assimétrica de poder tinha laços com o passado.

Logicamente que as novas estruturas políticas e de poder do pós-abolição geraram novas relações intra e interclasses mas em uma visão retrospectiva notamos que os jogos de trocas ao longo da história na formação do cenário estatal seriam caracterizados por suas relações assimétricas e com benefício maior a um dos doadores (BAHIA, 2003, p.178), embora muitas vezes esse tipo de relação também fizesse parte da perspectiva de ação do lado mais fraco. O que estamos a apontar aqui é um certo laço de continuidade dessas práticas com as constituídas em período anterior à abolição.

As práticas de compadrio e apadrinhamento eram questões comuns durante o Segundo Reinado no Brasil e usadas por todos os grupos sociais. Se por uma lado notamos que elas se faziam presentes dentre as estratégias de cativos em várias regiões do Brasil (como aponta o

---

<sup>181</sup> *O Lingote*, 10/02/1956, p. 2.

<sup>182</sup> *O Lingote*, 10/08/1953, pp. 2,3.

texto de Tarcísio Rodrigues Botelho) como estratégia de estabelecimento de “relações sociais na luta pela (re)construção de suas vidas comunitárias” demonstrando as “redes construídas pelo cativo ao longo de sua vida, das quais ocasionalmente lança mão” (BOTELHO, 1997, p. 109), por outro lado permeava os grupos proprietários e da nobreza do mesmo período, foi o que demonstrou Patricia Falco Genovez (GENOVEZ, 2011) quando analisou as redes sociais e os Barões de três cidades da Zona da Mata de Minas Gerais. Genovez trabalhou com uma perspectiva teórica e metodológica pautada na História Política, na História Cultural e da Prosopografia e partiu de algumas observações de Hanneman<sup>183</sup>, através da ARS (Análises de Redes Sociais) para demonstrar como que os Barões se utilizaram de suas redes para manterem-se no poder e como isso impactou a construção e administração da Estrada de Ferro União Mineira (EFUM).

Acredito que os textos anteriores apontem na mesma direção que aponta o sociólogo Mike Savage (SAVAGE, 2011) quando trata do espaço, redes sociais e formação de classes. Esse último ponto pode ser o elemento de maior problema ou discordância entre as produções, contudo ao olhar essas redes imbuídas de densidade (quando os laços são fortes internamente em sentido intraclassista) e de longo alcance (quando de caráter mais interclassista) penso ter a ponte para uma certa continuidade pois as práticas retratadas no periódico distam 65 anos da abolição. Essa proximidade temporal com costumes instituídos talvez jogue luz no funcionamento das redes sociais e sua relação com a cor-raça. Voltemos os olhos para mais dois casos.

Firmino Eduardo, preto, trabalhador de Lafaiete, Minas Gerais “rompeu as barreiras estaduais” pois sua “técnica aprimorada de preparo” levou a fama do café para as outras instâncias da usina. Ele era uma pessoa “de confiança” e por isso foi escolhido pela senhora Thun<sup>184</sup> para ser “mordomo de suas residências em Lafaiete e no Rio”, ficou nessa função até a morte da referida senhora. Quando “da reorganização de pessoal foi designado para o serviço de Zeladoria e limpeza”<sup>185</sup>, em 1936, desempenhava esta função quando saiu na matéria. Firmino foi escolhido pela senhora Thun e isso garantiu a ele o emprego e com a encampação da empresa A. Thun ele também se manteve na CSN. A relação se deu passando de um foro pessoal, de escolha individual para outro plano, em aspecto empresarial, com a empresa assumindo ou justificando escolhas pautadas em laços individuais, aparentando um

<sup>183</sup> Como as de que “qualquer conjunto de atores pode estar conectado com diferentes tipos de relações” e a de que o “poder é inerentemente relacional porque o indivíduo não tem poder abstratamente mas o tem porque poder dominar outros” (GENOVEZ, 2011, pp. 247-248).

<sup>184</sup> A família Thun tinha relação direta com a exploração de minério de ferro em Minas Gerais, a CSN adquire a empresa A.Thun e usa parte de seus funcionários na produção.

<sup>185</sup> *O Lingote*, 25/05/1955, p. 3.



certo apadrinhamento. Não sei precisar quando e o porquê de Firmino ganhar esta confiança, mas posso deduzir que Firmino desenvolveu determinadas habilidades e competências que o fizeram ser escolhido ao mesmo tempo que usou dessa rede para se beneficiar dentro dos limites estabelecidos.

Caso similar é o que a história de Candido Augusto nos demonstra. Ele chega em Volta Redonda em 1933, foi trabalhar na fazenda, mas em pouco tempo “revelou-se um hábil lustrador e foi requisitado pelo patrão para os serviços da **casa grande**, à qual deu novo aspecto utilizando como instrumento apenas o escovão”. “Candinho”, assim chamado pelo periódico, é descrito como “muito prestativo” e adquiriu “nova vida, bem mais dinâmica” quando passou para os quadros da CSN (a empresa comprou a propriedade em que ele trabalhava). Na vida mais dinâmica Candinho é fichado como “Lustrador de Assoalhos” e devido a toda a dinâmica em que se envolve tem de operar os dois joelhos em decorrência do trabalho<sup>186</sup>.

No caso de Firmino houve uma continuidade funcional da casa grande para a empresa e Candinho faz o mesmo caminho, assim, se as redes sociais os favoreceram na sobrevivência, fizeram dentro de limites bem estabelecidos pois suas redes mais densas foram construídas com outros indivíduos de mesma dimensão de poder. Contudo esse tipo de relação ganha novo espaço de ação com a concorrência eleitoral e a abertura política.

A relação de todos os casos apresentados nesta seção com o cenário político eleitoral vem no sentido de que a naturalização de práticas de apadrinhamento e clientela dentro da usina condicionou e se reformatou em novas práticas que determinaram certos sucessos eleitorais.

A eleição de Edgard Magalhães da Silva (branco), pela UDN, para a legislatura de 1947 a 1950, na Câmara de Barra Mansa, vem evidenciar a questão de como a concentração de poder e a concessão de benefícios podem qualificar indivíduos no cenário eleitoral. Na região ele era conhecido como Capitão Magalhães, homem temido como implacável e violento, “tido como o ‘Prefeito de Fato’ de Volta Redonda” (LOPES, 2004, p. 90). Era Capitão reformado do Exército em decorrência de um problema de saúde, ligado a Edmundo Macedo Soares e respondia diretamente ao alto escalão da CSN, concentrando muitas funções, tais como: conceder transferências de setor dentro da usina<sup>187</sup>, fiscalizar funcionários e o devido cumprimento de horários (MAGALHÃES, 1999, p. 14), tinha autonomia para

---

<sup>186</sup> *O Lingote*, 10/01/1954, p. 2.

<sup>187</sup> Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ). Coleção CSN (Regina Morel): Djalma, hoje advogado, conta renúncia na presidência da CMVR. *Gazeta do aço*, 24 a 30 de julho de 1981, p.2.

fazer admissões e demissões, e, seguindo determinados critérios, indicava quais funcionários obteriam a moradia da empresa (RAMOS, 1989, p. 13).

O fato de conhecer a máquina burocrática da CSN e poder alterar trajetórias de trabalhadores através de sua ação credenciava o Capitão Magalhães, nas relações com seus subordinados, a um “contrato por doação”, uma lógica similar àquela exposta por Ângela de Castro Gomes, quando comenta que “retribuir não é pagar uma dívida; é reconhecer uma obrigação que extrapola a dimensão utilitária. A obrigação para com quem dá reforça-se com o passar dos anos. A dinâmica do dar-receber-retribuir institui uma relação de reconhecimento” (GOMES, 2005, p. 250).

Edgard Magalhães é um exemplo de ascensão política via Clientelismo fabril, atendendo a interesses privados através de sua posição pública, fazendo suas bases políticas dentro da CSN com base nas demandas dos operários.

Dando uma olhada no quadro de vereadores eleitos para a legislatura de 1947 a 1950 da Câmara Municipal de Barra Mansa encontrei informações para dezessete deles<sup>188</sup>. Seis deles residiam em Volta Redonda, sendo que pelo menos quatro estavam diretamente ligados ao movimento sindical e à Companhia Siderúrgica Nacional. O que podemos avaliar sobre a votação em Volta Redonda com os dados obtidos foi que o PCB, já na ilegalidade, aparentemente elege um único candidato, pela legenda do PSD (Partido Social Democrático). A chamada Coligação Democrática, que agregava PSD e UDN (União Democrática Nacional), elege dois moradores de Volta Redonda e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) outros dois. Os candidatos dos demais distritos de Barra Mansa pertenciam majoritariamente ao PSD e à UDN<sup>189</sup>.

Tabela 5

Nome	Anos	Cargos	Legendas	Votos	Eleito?
Omar Goulart Villela	1947	Ver.	PTB		Sim
Omar Goulart Villela	1947	Dep. Est.	PTB	720	Não
Omar Goulart Villela	1954	Dep. Est.	PTB	941	Não
Paulo Monteiro Mendes	1947	Ver.	PTB	257	Sim
Paulo Monteiro Mendes	1950	Dep. Est.	UDN	2.239	Não
Paulo Monteiro Mendes	1954	Dep. Est.	UDN	2.774	Não

<sup>188</sup> As informações para os vereadores se encontram em fichas existentes no setor de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Barra Mansa, porém não existem fichas para todos os candidatos eleitos e há algumas que não possuem informações completas, como o partido ou a cidade onde moravam os candidatos.

<sup>189</sup> Sobre o cenário político institucional de Volta Redonda no pré e pós emancipação ver Da Silva (2010, pp. 67-150).

A Tabela 5 foi construída a partir de três fontes, a primeira é uma publicação com dados de eleições no Estado do Rio de Janeiro (CARDIANO, 1990, pp. 35, 58, 83 e 87); a segunda são as fichas de vereadores eleitos da Câmara Municipal de Barra Mansa; a terceira é um documento da Câmara Municipal de Volta Redonda contendo informações de vereadores e suplentes. Ela evidencia dois personagens que encontrei na pesquisa para a dissertação: Omar Goulart Villela e Paulo Monteiro Mendes.

Paulo Monteiro Mendes (branco) era médico da CSN e Omar Goullart (branco) era advogado, ambos conseguiram alçar-se de funcionários da CSN (com certo acesso e controle de benefícios a outros funcionários) a políticos eleitos pelo distrito de Volta Redonda e estiveram presentes e a atuar na fundação do SMVR, em 1945, com “um grupo de homens ligados ao getulismo”<sup>190</sup>. Villela, como assessor jurídico da primeira chapa eleita, o segundo, como assessor de Edmundo Macedo Soares, ex-diretor técnico<sup>191</sup> da CSN. Paulo Mendes veio a intervir favoravelmente na legalização do sindicato. Ambos estiveram dentre os fundadores do PTB em Volta Redonda. Paulo Monteiro Mendes consegue perpetuar sua carreira política e se elege deputado estadual, pela ARENA, em 1966 e, em 1970, se reelege pelo mesmo partido.

Os trabalhadores e trabalhadoras não votaram por transferência no PTB, ou seja, não fluíram do discurso trabalhista para o voto somente no partido trabalhista, muitas questões perpassavam o cenário eleitoral. Haja visto que mesmo o PCB na ilegalidade consegue eleger vereador em 1947, pelo PSD, e em muito por este estar envolto na luta dos e com os trabalhadores, mas também por defender os ideais e leis trabalhistas. O desenvolvimentismo era um pacote que trazia o trabalhismo em seu bojo, contudo o discurso moderno de desenvolvimento combinava com práticas antigas e isso permeava o cenário eleitoral. Enquanto isso, na Companhia, tanto no alto escalão como no chão de fábrica, todos possuíam seu acúmulo de práticas e jogavam com suas experiências.

Acredito que o cientista político José Nunes Bahia acertou quando escreveu que o “(...) processo de formação do Estado, a extensão do governo central para a periferia, e a construção da nação (isto é, o desenvolvimento da identificação com símbolos nacionais) estão ligados à formação e à manutenção das relações de clientela” (BAHIA, 2003, p. 137), pois no emaranhado do discurso de desenvolvimento, dos implementadores governamentais e do processo de abertura política com sua concorrência eleitoral:

---

<sup>190</sup> Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ). Coleção CSN (Regina Morel): Silvestre relata criação do Sindicato em Volta Redonda. *Gazeta do Aço*, 12 a 18 de junho de 1981, p1.

<sup>191</sup> Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro. Coleção CSN (Regina Morel). Companhia Siderúrgica Nacional. *Diretores da CSN entre 1941 e 1987*.

“Era, sem dúvida, grande a tentação de utilizar recursos de um Estado que se expandia – empregos, verbas especiais, investimentos privilegiados etc. – como estratégia de melhor posicionamento na competição. Trocar benesses públicas por votos privados constitui a essencial definição de políticas clientelistas e, por certo, a história brasileira oferece múltiplos exemplos de sua vitalidade” (DOS SANTOS, 2006, pp. 58-59).

O que me resta das evidências deixadas pelos casos expostos no periódico em combinação com minha pesquisa anterior é que um clientelismo que utilizava da estrutura fabril combinou-se com o novo cenário democrático de expansão das funções do Estado capitalista e suas políticas distributivas.

A classe trabalhadora conseguia se articular perante seus interesses e em colaboração com os interesses de outras classes pois em seu horizonte estava sua insegurança estrutural, em que sua precária condição ao mesmo tempo que a pressionava para soluções individuais ou em acordo com outras classes a aglutina para uma identidade de classe, principalmente diante de sua nova condição em que os trabalhadores se articulavam como ator multifacetado. Isso a colocava diante de estratégias de sobrevivência e contemplação de demandas que utilizam a estrutura clientelista, que controla e oprime ao mesmo tempo que dá, imersa em política populista, a possibilidade de atender as suas demandas e tencionar outras.

“(…) as políticas clientelistas não tendem somente a ser distributivas, mas sim distributivas, regulatórias e autorregulatórias. Só nos discursos é que elas parecem ser redistributivas; **na ação política concreta o clientelismo de massa, do tipo populista ou corporativo**, é inorgânico e continua favorecendo interesses particularistas através de políticas distributivas, regulatórias e autorregulatórias”<sup>192</sup> (BAHIA. 2003, p. 178). **Grifo Nosso.**

Fugindo das polarizações dos conceitos populismo e clientelismo e contemplando a peculiaridade da CSN enquanto constituição do espaço urbano como terreno de ação política diante de período de abertura democrática, é que contemplo que a dinâmica interna das classes sociais, a interatividade entre elas, o modo como a classe trabalhadora se articulava em relação às outras classes, implicou numa dinâmica social em que clientelismo e mobilização dos trabalhadores poderiam engendrar sinergia e autonomia de ação, além de contemplar as estratégias do novo cenário político-institucional e seus partidos.

Gostaria de reforçar questão que construí na dissertação de mestrado, quando analisei a formação da classe trabalhadora de Volta Redonda e sua relação com a emancipação do

---

<sup>192</sup> Grifo nosso.

distrito<sup>193</sup>. A constatação que tive foi de que tanto a classe trabalhadora como os atores políticos (líderes carismáticos, partidos, CSN e emancipadores) atuaram, de certa maneira, conjuntamente no cenário da emancipação do distrito. O objetivo comum da emancipação era polvilhado por sentidos diversos do que ela poderia trazer para cada grupo.

O foco na dissertação era o de demonstrar que as estratégias geradas pela classe trabalhadora para suprir suas necessidades básicas incluíram tanto a participação política quanto a interação com outras classes sociais nos marcos estabelecidos pelo “sistema político populista” (FRENCH, 1995), um sistema interclassista. Mesmo que a fonte que utilizei como base deste capítulo não evidencie a luta dos trabalhadores esta demonstrou outras questões que atuaram na formação da classe.

O Lingote evidenciou que o ideal desenvolvimentista tinha um alto teor de democracia racial. Para tanto, utilizava-se do trabalhismo que discursivamente nivelava todos à condição de trabalhadores e mesmo nos momentos de mobilização e ação evidenciava uma construção de classe deixando, até o fim da década de 1950, a questão racial em segundo plano. Ademais, a emancipação da cidade corroborou para essa unidade pois irmanava os “arigós” em um sentido comum e maior, emancipar a cidade dos trabalhadores. Mesmo os outros atores adotaram esse discurso. Sobre tudo isso pairava um forte ideal de Família Siderúrgica que era divulgado e utilizado pela Fábrica, pelos trabalhadores e pelo periódico.

Regina Morel, descreve a família siderúrgica como um “jogo articulado de estratégias” em que se desejava tanto o “mercado permanente de força de trabalho saudável e produtiva” quanto controle e bom comportamento (1989, p. 117), para tanto a CSN forneceria toda uma estrutura para seus trabalhadores que muitos nunca haviam tido acesso. A questão aqui é pensarmos o quanto esta estrutura impactou personagens negros, migrantes da época, pois além de estarem deixando para trás o ambiente rural, se deparavam com uma estrutura que ratificava a ruptura com seu passado e acentuava a mudança, isso fica evidente em vários dos relatos colhidos por Dinamarco (2004)<sup>194</sup> quando esta lida com a primeira geração de trabalhadores da CSN.

Pensando sobre esta primeira geração de trabalhadores e sobre o pós-abolição, suas continuidades e rupturas com o período varguista retomo relatos do livro de Hebe Matos:

“Quem deu a liberdade foi a Princesa Isabel, mas contudo ( ... ) não tinha força como Vargas. Ele (Getúlio) deu a Lei( ... ) só as palavras dele ( ... ) Só a Lei dele

<sup>193</sup> Volta Redonda era o oitavo distrito de Barra Mansa até 1954.

<sup>194</sup> A autora não evidencia a cor-raça de seus entrevistados.

que acabou com esse negócio de a pessoa ser cativo. Deu a liberdade ( ... ) acabou O cativo” (MATTOS, 2005, p. 56)<sup>195</sup>.  
 “Getúlio foi tudo para o nosso povo, foi muito bom pro pessoal da lavoura ( ... ) Antes de Getúlio não tinha lei. Nós éramos bicho. A Princesa Isabel só assinou, Getúlio é que libertou a gente do jugo da escravatura” (Idem)<sup>196</sup>.

Como a autora mesmo adverte, ambos personagens viveram entre as décadas de 1920 e 1940 um processo de migração do rural para o urbano. O recorte que ambos fazem da Princesa Isabel para Vargas é realmente interessante, a autora se ateve a esta questão por mais 3 laudas e suas reflexões passaram pela independência dos tribunais com Vargas, ampliação dos serviços públicos, mitologia de Vargas, etc. A constante, da escravidão à liberdade, “foi a continuidade de uma ética paternalista” (Idem, pp. 56-59). Os entrevistados de Hebe possuem algo em comum com o Sr. Joaquim Milheiro e seu samba enredo:

“Na nova era o índio desapareceu, desapareceu  
 Princesa Isabel e Conde Deu, em 1800, por aqui passaram  
 No alto de sua passagem, estabeleceram a Estação  
 Lá na esquina da Paulo de Frontin acabaram com a navegação  
 De barcos que navegaram com escravos no Rio Paraíba  
 Quando acabaram, quando acabaram com a capitania de Minas Gerais  
 Com homens de braços fortes descarregando minerais  
 Café e barras de ouro espalhados pelo continente  
 Vem mostrar quem pode com a história, mostrando a nossa gente  
 O passado sem metalurgia, com barras de aço fazendo a economia  
 Por nosso país, país, país  
 Em condições fantásticas. Alô, alô, alô Brasil, fazendo alguém feliz!”<sup>197</sup>

Princesa Isabel e marcos de transformação estão presentes mas as condições “fantásticas” vieram após a metalurgia e a Era Vargas.

Vargas e, no caso, a CSN foram sinônimos de ruptura com o passado, marcadores do pós-emancipação para a primeira geração de trabalhadores da usina, agregando vários outros valores aos ideias e conceitos estatais disseminados, ou seja, um processo de ressignificação.

O que O Lingote acrescentou às minhas constatações foi o evidenciar que o discurso trabalhista em paralelo com o de família siderúrgica realmente pautaram a classe trabalhadora para um espectro de igualdade no universo coletivo, mesmo que diante de várias contradições, incluindo as raciais.

#### 4. Considerações Finais

Duas construções notadas na composição argumentativa do periódico me chamou a atenção, a primeira é a que negava aos trabalhadores a positividade de uma experiência

<sup>195</sup> Depoimento de Manoel Seabra, 2003.

<sup>196</sup> Depoimento de Cornélio Cancino, 1995.

<sup>197</sup> Jouvacy Milheiro Neto, entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 29 de janeiro de 2009.

anterior ao advento da indústria, positivava-se o etos do trabalhador brasileiro, sua predestinação à indústria e à evolução, mas o trabalho rural sempre vinha como questão que não deixava esse trabalhador ser útil. A relevância deste negligenciar se dá, pois, com isso também se negava todo o passado, negava-se a questão da raça-cor desses mesmos trabalhadores. A outra construção vai ao encontro desta pois havia um esforço em todos os casos analisados de positivação do trabalhador brasileiro representado por um trabalhador de novo tipo, o trabalhador da CSN. Na busca por esta positivação apresentaram-se trabalhadores de todas as cores nas páginas do periódico e, principalmente para os oriundos do meio rural, para os trabalhadores negros, o periódico demonstrou trabalho duro como trabalho digno, num processo de construção argumentativa em que o discurso de igualdade de condições e de esforço reforçava a ideia de democracia racial.

O negro era evidenciado, mas ao enquadrá-lo no novo perfil de trabalhador transformavam características do trabalho rural em potencialidade para o avanço industrial. Não se tocava e por isso mesmo não reconheciam a herança da desvantagem do trabalhador negro, mas o apresentavam como o provedor de trabalho braçal, esforço físico e sem acesso à educação. Assim, o periódico se utilizou de alguns estereótipos raciais na positivação do discurso do trabalho e os empregou ao tratar a migração do rural para o urbano. Em linhas gerais o progresso era urbano, masculino e branco e o percentual de trabalhadores masculinos e não negros apresentados pelo periódico demonstram isso.

Para o esquecimento de cor se trabalhava a visão de classe trabalhadora, mas de maneira não conflitiva e sim conciliadora pois o trabalhador da CSN se irmanava aos esforços de outras classes na construção de um Brasil do futuro. O Lingote ao mesmo tempo que direcionava o olhar dos trabalhadores para um ideal de nação colocava os trabalhadores negros imersos em uma lógica de participação na concorrência pelo mercado e obtentores de sucesso, por isso mesmo estavam nas páginas do periódico que se reservava a essas histórias.

O que notei para além disso é que as redes sociais das personagens apresentadas ajudaram a conformar algumas questões. Em primeiro lugar fica evidente que os trabalhadores não negros estavam em melhores posições de trabalho em muito pela extensão e intensidade de suas redes, isso fica evidente na última seção trabalhada neste capítulo. Por outro lado, as redes dos trabalhadores negros eram redes que atuaram fortemente no sentido migratório e se estes eram desqualificados para trabalhos mais elaborados suas redes tinham uma limitação essencial para arrumar posição em cargos-funções mais elevados dentro da empresa. Acredito que a limitação destas redes se somava a racialização para posição no trabalho, o que ajudou na diferenciação de dados entre pretos e pardos.

A Tabela 3 (Trabalhadores, cor e gênero por cargos de subchefia e chefia) demonstra bem a disparidade entre pretos e pardos. Nela tabulei 99 personagens das 369 apresentadas e obtive a seguinte composição de trabalhadores (as) por cor: 62,62% brancos, 5,05% pretos e 32,33% pardos. Aos trabalhadores (as) pretos (as) era reservada uma ínfima parcela das posições de chefia e subchefia mesmo quando estes chegaram a compor 33,7% da mão de obra total, de 1941 a 1946 (DINIUS, 2004, p.182). Como tempo de trabalho na empresa era algo essencial na aquisição de melhores posições dentro da mesma, acredito que mais trabalhadores pretos poderiam ter sido apresentados pelo periódico em cargo de chefia e ou subchefia. Se o periódico não os apresentou, existiu um recorte racial de apresentação evidenciando uma construção discriminatória e se de fato não existiam pretos nessas posições, há indícios de um racismo estrutural dentro da empresa.

O periódico se esmera em demonstrar que as condições de trabalho eram as mesmas para pretos, pardos e brancos (de mesmo nível de formação) mas se brancos e pardos conseguiam maior ascensão profissional a questão da cor não era uma questão desprezível, de fato a discriminação por cor atuava em todos os níveis, da concorrência por uma vaga à recolocação em melhores posições dentro da empresa. Assim, fica fácil de entender dois relatos que colhemos para a composição do Capítulo 3 da tese, mas que podemos adiantar, em parte, aqui.

Quando o senhor Geraldo Orozimbo<sup>198</sup> chega a Volta Redonda em 1956 e arruma emprego na cozinha da empresa, uma das primeiras coisas que escuta ao passar pelo setor que dava acesso à cozinha e que foi falado em alto tom para seu chefe: “esse aí deveria ir para a Coqueria!”. O senhor João Laureano fez curso técnico na escola profissional da usina e foi o último a ser classificado dentre os estudantes de sua turma, uma coisa que ele considerou não ter explicação. Ele seria alçado ao cargo de Chefe de turno caso a classificação ocorresse. Ao interpelar um engenheiro pelos corredores da fábrica buscando alguém que o pudesse colocar em setor compatível com sua nova formação recebeu a resposta: “Vou te dar a vaga não, por que você não faz engenharia?”, segundo João ele não quis falar “Porque você é negro... ser chefe de turno?”. Laureano fez nova tentativa e conversou com outro chefe do setor, que também tinha uma vaga de técnico, mas recebeu a seguinte resposta: “Tem sim essa vaga, mas se eu tiver que trazer alguém pra cá eu vou trazer fulano de tal”. “Eles nunca diziam o que era... Né?” disse João Laureano, em clara referência à questão racial<sup>199</sup>.

---

<sup>198</sup> Geraldo Orozimbo, preto e funcionário aposentado pela CSN. Militante da Pastoral Operária de Volta Redonda e um de seus coordenadores nacionais. Entrevista realizada pelo autor 08/03/2018.

<sup>199</sup> João Estanislau Laureano, ex-funcionário da CSN e um dos membros fundadores do Clube Palmares em Volta Redonda. Entrevista concedida ao autor em Volta Redonda, 07 de março de 2018



Com certeza a migração do rural para ao urbano trouxe transformações para a maioria dos trabalhadores negros ou não. Nas cidades construídas pela CSN ter casa de alvenaria, água encanada, asfalto e transporte não era ponto desprezível, de tal maneira que adentraram as demandas políticas e pautaram a concorrência eleitoral do pós-1945. Acredito que entre os discursos que surgiam o sentir guiou os trabalhadores, desde o sentir fome ao sentir os benefícios da urbanidade que eles mesmos construía. Penso que para o caso do complexo industrial CSN a década de 1950 foi marco de maior conciliação entre raça e classe para os trabalhadores e trabalhadoras pois estes eram cozidos aos sabores dos discursos de família siderúrgica e do clamor nacionalista, contudo mesmo esta década já revelava algumas fraturas e exaustões e à década de 1960 ficou reservada a ruptura desvelada: a criação do Clube Palmares, um clube majoritariamente negro e o início dos movimentos negros na cidade de Volta Redonda.

### CAPÍTULO 3:

## A VEZ E A VOZ DE NEGROS E NEGRAS EM VOLTA REDONDA

Os capítulos anteriores contemplaram os anos 1940-1950, quando acredito que um forte processo nacional de formação de classe perpassou a construção da CSN e de seus trabalhadores ao mesmo tempo em que trouxe, em si, a construção de uma cultura trabalhista. Os mesmos capítulos demonstraram que essa *construção cultural* era tensa, pois as disparidades raciais estavam lá, estavam na base da formação de classe aparecendo muitas vezes na naturalização de posições hierárquicas pautadas na herança da desigualdade racial. Contudo, o foco na classe trabalhadora era evidente, desde os esforços da estrutura paternalista da empresa aos discursos de vertentes mais progressistas como a atuação sindical e mesmo dos partidos políticos (inclusive o Partido Comunista). A questão da raça-cor estava presente, mas ainda não se apresentava como um forte elo identitário coletivo.

Quando ainda estava na Duke University, durante o trabalho de pesquisa, me deparei com uma série de documentos que contradiziam uma visão de unidade de classe e colocavam a questão da raça-cor. Por exemplo, em 1987, o *Jornal do Brasil*<sup>200</sup> publicava uma pesquisa sobre discriminação racial que tinha como base as cidades de Volta Redonda e Nova Iguaçu e os comentários dos leitores não foram nada receptivos, pois a ideia de uma igualdade e democracia racial parecia ainda funcionar, a mencionada pesquisa foi realizada e divulgada pelo IBASE<sup>201</sup>. Por último, “CSN: EXTERMÍNIO DE NEGROS”<sup>202</sup> estampava em letras garrafais a capa do periódico *Maioria Falante* que trazia a situação dos casos de trabalhadores negros atingidos pelo benzenismo e que a CSN não indenizava.

O estranhamento diante de um novo elo identitário levou meu orientador na Duke University, o Professor John French, a sugerir um recorte cronológico maior, que extrapolasse os anos 1940 e 1950. Segundo ele, isso me daria melhor condição de análise de mudança e ou continuidade no processo de transformação identitária dos trabalhadores da CSN. Acredito que a sugestão foi ao encontro do texto de meu orientador brasileiro, o Professor Alexandre Fortes. Este, ao repensar “classe” no Brasil para os anos 1980, lembra que Thompson ao rebater a crítica sobre sua ingenuidade colocou que “a classe é definida pelos homens ao

<sup>200</sup> *Jornal do Brasil*. 11/11/1987, p. 36.

<sup>201</sup> IBASE/Comissão de Religiosos(as) Seminaristas e Agentes da Pastoral Negros do Rio de Janeiro, 1987, dados publicados em *Negros no Brasil: Dados da Realidade - co-edição COM Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e Vozes*.

<sup>202</sup> **Maioria Falante: um serviço ao combate ao racismo e à discriminação**. Abril e Maio – 1991

viver sua própria história’, enfatizando que classe é uma categoria histórica, derivada da observação sobre comportamentos coletivos” (FORTES, 2016, p. 594). Nesta observação histórica e na específica imbricação entre classe e raça sou partidário de uma reflexão, pautada em Neville Kirk, levantada por meu orientador: a de que “não se trata de ‘conceber a classe trabalhadora como uma totalidade cultural fechada’, mas sim de vê-la como ‘um espaço de mudanças [...] marcado pela tensão permanente entre elementos integradores e desintegradores’” (Idem, p. 599).

Se a classe está em um contínuo fazer-se e por assim em eterna tensão (interna e externa) em que momento os trabalhadores negros da CSN se viram mais próximos ou distantes por sua raça-cor do que por seu vínculo com a empresa? Melhor, em que momentos eles puderam usar uma concepção pautada em classe ou uma em identificação racial (ou ambas) diante da insegurança estrutural que os envolvia? Para responder a estas questões (e outras) a lógica de um recorte de no mínimo quatro décadas era válida, porém trazia pontos problemáticos de superação (em decorrência do tempo de realização da pesquisa): como realizar entrevistas, procurar e serializar fontes? Se o tema era incomum para a localidade pesquisada quais caminhos, temática seguir? Que pistas eu já possuía? A quem recorrer? Diante destas questões e da falta de fontes sequenciais penso o atual capítulo como uma construção de caráter ensaístico.

Como apontado em outros capítulos a estrutura criada para a classe trabalhadora de Volta Redonda e CSN trouxe um forte discurso pautado na unidade de classe, essa unidade foi vivenciada pela classe trabalhadora de Volta Redonda através de uma forte perspectiva de família siderúrgica, a partir dos anos 1960 o discurso de família siderúrgica bem como outras estruturas destinadas à classe trabalhadora começam a ser desmontados. Pautei-me na hipótese de que a quebra da estrutura paternalista criada para a recepção dos primeiros trabalhadores e as políticas de arrocho salarial dos anos 1970-1980 corroboraram para o aumento da insegurança estrutural e conseqüentemente com o evidenciar das contradições pautadas na raça-cor.

Até este capítulo por mais que fotos e outras fontes demonstrassem disparidades estruturais baseadas na raça-cor, foram poucos os entrevistados que se referiam à fábrica como local de discriminação, mesmo quando fizeram isso mantiveram uma perspectiva dual pois assumiam que a fábrica também dava tudo. Os relatos mudam quando os mesmos entrevistados tratam do ambiente extra-fábrica de propriedade da CSN, especificamente quando retratam a situação dos clubes. Assim como já apontado no Capítulo I, penso que o racismo e separação de público vivenciado à época continham aspectos moralistas e criminalizantes do

negro, pois uma coisa era o ambiente de trabalho em equipe e inter-racial em que aspectos profissionais e de amizade pudessem ser levados a frente, outra era se expor ou deixarem-se expor (descendentes, etc) a ambientes em que o flerte e relações inter-raciais (sexuais e afetivas) pudessem ocorrer.

Os relatos abaixo nos reservam uma gama de experiências e acontecimentos que desvelam mudanças de estratégias entre gerações, continuidades e rupturas em relação à educação, mapeamento e fichamento de determinados movimentos por parte do Estado e foram organizados de maneira que evidenciassem a escalada simultânea do novo sindicalismo e do movimento negro pois, com verão, o Centenário da Abolição e a Greve de 1988 em Volta Redonda, em muito evidenciaram essa construção.

Trabalho aqui com uma perspectiva de análise que integra outros trabalhadores e trabalhadoras para além da CSN e os documentos que serviram de base para este capítulo foram as entrevistas que realizei e que tiveram como majoritárias e protagonistas trabalhadoras e trabalhadores negros. Assim, outras questões se tornaram importantes para entendê-los como as que perpassam branquitude, negritude, etc.

### **1. Uma Família de Trabalhadores, Duas Gerações e Muitas Identidades Raciais:**

*“Eu sou negão! (...)”*

*“Minha mãe era toda complicada, ela era clara, do olho azul e cabelo crespo”*

O subtítulo acima é parte da entrevista que realizei com o senhor Sebastião da Silva, com a senhora Maria Aparecida da Silva (esposa) e Muara Cristina da Silva (filha). O senhor Sebastião tinha 69 anos, teve com dona Maria (61) três filhas, ele se autodeclarou negro. Era ex-trabalhador da CSN e viveu sua adolescência na década de 1960, em Volta Redonda. É ex-presidente da associação de moradores do Bairro Santa Inês que pertence a Barra Mansa, mas fica na divisa com Volta Redonda. A fala de Sebastião expressa um orgulho em se considerar negro ao mesmo tempo em que demonstra uma visão problematizadora da condição de sua mãe, pois o “complicada” era justamente sua indefinição fenotípica associada à cor. Ele continuou a falar sobre:

“O interesse delas [mãe e avó] era melhorar a raça. Vou dar um exemplo claro, era mais isso, não era preconceito da cor, ela não tinha raiva de negro. Ela se relacionava muito bem com as pessoas negras, tanto é que eu tenho uma irmã negra de criação. (...) Melhorar a raça era o seguinte: se for negra você tem que casar com um cara claro, branco, aí os seus filhos vão nascer mais claros. Então,

vai melhorar a família, a árvore gene... genealógica”.<sup>203</sup>

Sebastião considerou que melhorar a raça estava dissociado de preconceito racial, se considerou negro e no desenrolar da entrevista disse que a mãe dele não tinha preconceito, que ela até adotou uma menina negra, sua irmã. Acredito que o termo negro usado para a sua irmã fosse uma referência à cor preta, pois Sebastião possui a pele clara e por vezes, em seu relato, flerta com contradições de quem teve a vivência no limite, aceito como branco por um lado e negro por outro, contradições do colorismo brasileiro.

Selecionei o relato sobre a “melhoria da raça”, pois acredito ter clara relação com o quadro “A redenção de Cam”. Na obra do final do século XIX uma senhora preta estende suas mãos para o alto em sinal de agradecimento aos céus ao ver sua filha mestiça (parda) com criança branca no colo, ao lado, um homem branco, de lado para as duas, o marido europeu que sorri sentado em seu banco. As ancestrais do senhor Sebastião provavelmente não conheciam o quadro, mas a ideia que a obra de arte expressava estava presente para as suas familiares. Embranquecer era algo importante para a valorização social e era um desejo delas, adquirir características da brancura era um norte!

Mãe e avó do senhor Sebastião pensavam como a Rosa Negra que Lilian Schwarcz relatou em artigo inspirador de seu livro sobre a temática racial no Brasil. Segundo Schwarcz este conto fazia parte de um livro que foi publicado no Brasil em 1912. Nele a princesa nasce negra, mas possuía pais brancos e para se tornar branca deveria ficar no castelo até seus 16 anos quando então se transformaria. Contudo a princesa sai do castelo e acaba caindo em ciladas, casa-se com Urubucarú (figura relatada como extremamente feia) e não conseguiria mais se tornar branca e linda. Como de praxe em todo conto de fadas, por um passe de mágica, Urubucarú se torna Príncipe Diamante e Rosa Negra se torna branca. “Belo e branco, o casal conheceu para sempre ‘a real felicidade’” (SCHWARCZ, 1998, p. 176).

Antes do desfecho embranquecedor do conto a princesa se desespera e solta a frase "Eu agora perdi todas as esperanças de me tornar branca. (Idem, p. 177) coisa que não ocorria com as ancestrais do senhor Sebastião ao abençoarem apenas relacionamentos de seus descendentes com pessoas de pele mais clara, contudo, ele mesmo sabendo de toda a questão que envolvia suas matriarcas não apresentou desespero ou se afetou quando se autodeclarou negro na entrevista. Acreditamos que a análise da entrevista de Sebastião e família nos ajude a entender melhor o caso.

---

<sup>203</sup> José Sebastião da Silva, Maria Aparecida da Silva e Muara Cristina da Silva. Entrevista concedida ao autor em Barra Mansa, 24/08/2017. O entrevistado descrevia discurso de sua mãe e avó, ambas negras, e originárias da Zona da Mata de Minas Gerais (Lima Duarte) em relação à questão racial e familiar. Toda esta seção foi feita com base nesta entrevista.

Vários autores tratam da questão do ideal de branqueamento e os efeitos deste para o final século XIX e início do século XX (dentre outros vide Bento, 2014; Schucman, 2012; Elita Renk, 2014; Lotierzo e Schwarcz, 2013) e Schwarcz é uma deles. Ela cita que no fim do século XIX o Brasil se deparou com vários discursos que defendiam o branqueamento, neles a “mestiçagem era a falência da nação”. Em contrapartida, os anos 1930 foram de virada na posição, pois “o mestiço transformou-se em ícone nacional, um símbolo de nossa identidade cruzada no sangue, sincrética na cultura” (Schwarcz, 1998, pp. 177 e 178). Relacionando esses momentos, com o que pensavam a avó, a mãe e o senhor Sebastião, observamos gerações que nasceram e passaram por períodos com conformações raciais diversas, viveram o discurso de branqueamento, de democracia racial, de negritude e se formaram perante uma diversidade de percepções e vivências que ditaram suas concepções sobre raça e cor.

Quando entrevistei a família Silva o fiz de maneira coletiva. Pai, mãe e filha foram entrevistados ao mesmo tempo por questões de agenda. Durante as entrevistas a temática de pesquisa ficava mais clara para os entrevistados, em geral eles acabavam pensando que seriam entrevistados sobre Volta Redonda antiga, das origens e as transformações que a cidade sofreu. No caso da família Silva a lembrança sobre a visão racial de seus antepassados somada à percepção dos progenitores e à da filha tornaram a entrevista um bom ponto de partida para esta seção da tese.

O senhor Sebastião se declarou “negão”, dona Maria Aparecida, branca e Muara, negra. Os três possuem as mesmas características fenotípicas com narizes mais achatados e largos, bocas carnudas e peles pardas, sendo que apenas Muara tem a pele mais clara e as linhas da face mais finas. O senhor Sebastião é calvo, mas mantém um comprimento mediano para o seu cabelo crespo. No dia da entrevista dona Maria Aparecida estava de cabelo preso, mas dias antes em uma festa de família, da qual tive a oportunidade de participar, ela estava de cabelo alisado e solto, aliás, Muara possui cabelo alisado e o pinta de loiro. Dona Maria e o senhor Sebastião possuem mais duas filhas que são mais velhas que Muara, uma mantém o cabelo cacheado e casou-se com homem preto, enquanto a outra possui cabelo alisado e casou-se com homem branco.

Muara, que tinha 27 anos, acreditava que ela e os pais eram negros e não lembrava de discriminação por parte de suas avós, mas diante do relato do senhor Sebastião lembrou que sua avó paterna “não gostava que as meninas chegassem com namorado negro” e disse que isso era “engraçado” pois sua avó havia casado com um. Segundo o senhor Sebastião a sua mãe “era toda complicada”, pois “ela era clara, do olho azul e cabelo crespo”, ele disse que não herdou quase nada das características dela, mas alguns de seus irmãos sim. Dona Maria

também lembrou de sua sogra e disse que ela era filha de um português com uma mulher negra. As falas demonstraram concepções raciais diferenciadas.

Dona Maria em determinado momento da entrevista me questionou: “Posso te fazer uma pergunta? (...) O verdadeiro, quer dizer, a pessoa preconceituosa é o negro. Você não acha?”. Isso ocorreu no meio da entrevista, antes mesmo dela se autodeclarar branca, aliás, quando questionei o que ela concebia por pessoa negra ela disse que mesmo que a pessoa fosse branca, mas tivesse cabelo “ruim” era negra. Ainda sobre as pessoas negras ela asseverou que “(...) Eles se voltam muito contra eles mesmos, como se eles tivessem preconceito da cor deles. (...) Muitos deles não aceitam serem negros embora eu ache uma cor muito bonita, tanto que eu casei com esse aqui [risos]”.

Não ficou evidente na entrevista se dona Maria passou por alguma situação em que se sentiu discriminada, imagino que ela não tenha vivenciado situação explícita de preconceito, pois segundo Neuza Souza (1983), esta faria parte de um processo de reconfiguração identitária e política que guiaria a pessoa a se autodefinir e se posicionar. Penso que dona Maria tenha vivido mais intensamente o ambiente do bairro e isso se expressou nos exemplos que ela deu sobre discriminação entre pessoas negras. Quando falou que os negros se discriminam citou vizinhas que culpavam o filho de outra por traquinagens no bairro e em seu ponto de vista isso se dava por ele ser negro.

Maria Aparecida usou exemplos e comentou a partir de suas vivências, o que evidenciou lado menos fabril e mais familiar. Não quero aqui dividir as experiências entre público e privado, entre masculino-fabril e feminino-do lar. Concordo com Sofia Aboim (2012) quando esta questiona os limites entre estas duas esferas. Segundo ela, muito dessa divisão se pautou em uma construção de cunho liberal em que a parte racionalista seria a do espaço público e a sentimental a do privado, em que pese que o primeiro fora formatado enquanto masculino e o último como feminino. Isso traz a visão de lugar social para homens e mulheres e simplifica a ação dos mesmos, além disso, ela afirma que é necessário “fazer do privado um assunto público”, pois isso seria “essencial no processo de obtenção de igualdade social” (ABOIM, 2012, p. 96). Seguindo a mesma linha, Novaes observou que “se o privado for considerado exclusivamente como lugar da privação, pode-se cair numa armadilha, pois isto seria, para a autora, uma forma de considerar público e privado como duas esferas estanques e excludentes” (NOVAES, 2015, p. 53).

Dona Maria e o senhor Sebastião tiveram falas complementares durante a entrevista, pontos levantados por um eram rebatidos ou complementados por outro e a fusão de uma visão mais fabril era combinada a de outra mais pautada em demandas urbanas e de moradia.

A visão dos entrevistados assumiu postura dinâmica e dona Maria relatou muitas questões de demandas urbanas que se tornariam bandeiras políticas, o que demonstrou que os limites entre a esfera doméstica e pública eram mais fluidos. A estratégia de vários personagens que se enquadravam na tríade trabalhador(a)-morador(a)-eleitor(a) era elaborado(a) com o somatório de experiências que não tinham caráter apenas dual ou binário.

O pai de Dona Maria saiu de Minas Gerais e veio tentar emprego na CSN, chegou a Volta Redonda e não teve dinheiro para buscar a família. A filha mais velha, dona Sebastiana, saiu sozinha de Prados-MG e veio atrás do pai, o localizou e conseguiu agregar a família de volta. O fato ainda é lembrado como uma ação de muita coragem e protagonismo de dona Sebastiana, o que demonstra que as estratégias, acertos que envolviam tanto a migração como a sobrevivência passaram por experiências para além do universo do trabalho, a família inteira se envolvia na ação e, no caso, tínhamos uma protagonista.

Após o reencontro da família dona Maria Aparecida morou até seus 15 anos na rua 249 (área perto dos limites entre Volta Redonda e Barra Mansa) e depois se mudou para o Retiro, bairro criado sobre a área de uma fazenda de propriedade do próprio prefeito (Sávio Gama, primeiro prefeito de Volta Redonda no pós-emancipação do distrito), mais precarizado, fora da área da CSN e que foi constituído numa mescla de ocupações e vendas de terrenos por parte de especuladores. Dona Maria Aparecida citou que na 249 “era igual uma favela, cheia de barraco” e disse que não existia nenhum preconceito à época e que todo mundo se ajudava.

Em seu interessante artigo sobre o papel da mulher nos movimentos sociais e na conquista de direitos na história, Novaes (2015) ao analisar a questão do espaço público e privado asseverou que a construção desses espaços sempre esteve mesclada para a classe trabalhadora, a tentativa de separação se deu no pós-revolução industrial em que o fabril se tornou sinônimo de masculino e o residencial-familiar do feminino, pois até o ambiente produtivo não possuía muitos limites para com o doméstico. Para a autora, em se tratando do Brasil, esta divisão inexistiu durante o período colonial e imperial e afirmou que a tentativa de dividi-los foi uma construção do fim do século XIX através da intervenção do Estado que tentou impor e controlar normas para ruas e casas. Ela comentou que outros autores demonstraram que “a falta de infraestrutura das periferias e a falta de fortalecimento do ser cidadão, fazia com que os brasileiros persistissem em suas próprias noções de intimidade, habitação e vizinhança” (Idem, p. 57).

Acredito que a perspectiva de Novaes vá ao encontro do trecho em que dona Maria cita que “todo mundo se ajudava”, pois em decorrência das próprias construções, em que



muitas (tanto nos alojamentos construídos pelas fábricas como nas favelas), tinham áreas coletivas como banheiros e tanques de lavar roupa, fizeram com que as estratégias de sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras se tornassem coletivas. A imbricação da vida privada à pública acabava por se dar nas conversas familiares que muitos tinham acesso e nas estratégias de sobrevivência (de construção de um barraco à obtenção de uma vaga em novo emprego). Ao mesmo tempo, como a CSN tinha forte discurso pautado na classe trabalhadora e na família siderúrgica a questão racial estava encoberta para muitos que viviam de maneira precária, principalmente para quem chegou no início da construção e operação da usina em que todos, de mesmo nível de formação e função, viviam sobre as mesmas condições, questão que começa a mudar somente após meados de 1950.

O curioso no relato de dona Maria foi sua autotransclassificação como branca em comparação com a afirmação de sua filha, para Muara sua mãe é negra. Neste ponto, penso que algumas mudanças objetivas na trajetória de Dona Maria, que se remetem diretamente para um imaginário que imbrica raça e classe, tenham relação direta com seus apontamentos. Voltaremos a esta questão, por hora quero enriquecer o argumento com outro exemplo.

Segundo Oliveira (2015), em pesquisa que se dedicou ao estudo de trabalhadores negros e negras da passagem da República Velha para o período Vargas, muitos optaram pela classificação parda “pela estigmatização que o uso do termo preto obteve, uma vez que o termo fora outrora usado para aqueles que foram condicionados a situação de escravos” (Idem, p. 178). Fischer (2004) demonstrou como a questão da cor, de ser negro, na cidade do Rio de Janeiro, passou a ter relação direta com a marginalidade social e conseqüentemente criminal para início do século XX. A constante, nos dois casos foi a brutal insegurança estrutural dos trabalhadores e trabalhadoras de cor. Pensamos que isso tenha passado para uma visão mais abrangente, nacional e, assim, ser negro tornou-se lugar análogo à precarização.

A entrevista com Dona Maria foi realizada na casa da família, uma casa muito grande e bem localizada no bairro que, em grande parte, é composto por casas simples. A casa deles possui dois andares, com o primeiro flanqueado por janelões de vidro (blindex), tem um grande terraço e um enorme quintal, o que contrastou com parte da entrevista em que foi relatado que anos antes moravam em uma “meia água” do outro lado da rua enquanto se construía a atual casa. Ademais, Sebastião era o presidente de uma cooperativa de reciclagem de óleo (EcoóLeo) que tinha certo renome na cidade<sup>204</sup>.

---

<sup>204</sup> Disponível em <https://diariodovale.com.br/cidade/projeto-arrecada-cerca-de-15-toneladas-de-oleo-por-mes/>, acessado dia 13/03/2018.

Considero que viver em uma relativa segurança estrutural incidiu sobre a visão de dona Maria quando esta optou por se autotransclassificar como branca, afinal, a mudança vivida e sentida ao ter boa moradia, as três filhas com curso superior (Muara fazendo mestrado em universidade federal) e não ter dificuldades como outros vizinhos a colocava nessa condição, mesmo sem características físicas da branquitude. A questão não é imputar à dona Maria alguma classificação sobre as concepções (social e racial) que ela possui, mas demonstrar uma construção social dessas concepções que evidenciou a diversidade de concepções dentro de uma mesma família.

O senhor Sebastião fez pontuações no relato de dona Maria. Quando ela falava da precariedade vivida na adolescência ele asseverou: “Normalmente o padrão de vida era o mesmo, então não tinha preconceito”. José Sebastião chegou a Volta Redonda em 1952, o distrito nem havia se emancipado e ele tinha apenas 4 anos, pelos cálculos de Morel (1989) o ideal de família siderúrgica, criado pela própria CSN, ainda tinha muita força na cidade e tanto Sebastião como dona Maria vivenciaram esse processo enquanto se construíram como moradores e cidadãos.

Sebastião tem a mesma visão de muitos outros trabalhadores sobre os anos iniciais de funcionamento da empresa, resumidamente o argumento era de que trabalharam muito, carga excessiva, mas que a CSN dava tudo para seus trabalhadores e nessa narrativa, que também teve complementação da esposa, a questão racial fica obscurecida e a igualdade era defendida como parte integrante do processo de trabalho.

“Na CSN não havia preconceito, de funcionário para chefia e da chefia para funcionário. (...) Ela atendia as pessoas com problemas, dava casa, dava assistência dentária, dava piscina para você nadar, praticar esporte, cooperativa para você fazer compra, pra todo mundo (...). Na CSN não existia preconceito, acho que era uma empresa perfeita no meu ponto de vista atual”.

Nos anos 1950 não existia uma fratura identitária racial (como demonstrado no Capítulo I), mas pela data de chegada de Sebastião à cidade ele só entraria na empresa mais de uma década depois, quando esse ideal mais assistencialista e de família operária estava sendo desmontado, inclusive era visto como um erro pelo governo federal que então estava sob o controle dos militares. O que notamos é que o discurso de uma família siderúrgica e de unidade da classe trabalhadora conseguiu ultrapassar a geração de trabalhadores que mais tiveram acesso a eles. Sebastião parece ter formatado tanto a concepção de classe quanto sua visão sobre a questão racial sob esses discursos, principalmente quando se trata de análises que ele faz sobre o passado. Segundo ele:

“(...) A dificuldade era igual para todo mundo (...). A CSN quando trouxe o pessoal, eles ficaram muito próximos, eles viveram juntos. Como você vê nas fotos [que apresentei a eles] a maioria era negra e isso aí fez com que o pessoal interagisse e fez aquilo que minha mãe queria, a miscigenação [risos]. O pessoal começou a casar, se misturar e começou a vir branco. Acho que os brancos de Volta Redonda são tudo igual eu, a maioria [risos]”.

Há uma flexão para a igualdade entre classe e raça, pois se juntos para uma empreitada laboral e vivenciando a mesma condição de vida estavam aptos a se misturar. Segundo o relato, a insegurança estrutural era a mesma para todos os trabalhadores e isso os deixava na mesma condição de igualdade e de relações. Ao mesmo tempo em que o senhor Sebastião concebia o passado de fundação da empresa como composto por igualdade entre negros e os outros, ele tinha a visão de que o racismo era um dos elementos remanescentes da escravidão: “todo mundo que herdou um parente dessa raça antiga” que pensava no branco como superior, assim pensava por causa da escravidão. Aqui ele não usou raça como análoga à cor, mas raça no sentido de grupo de pessoas, em um sentido geracional, no caso as mais antigas.

No tocante aos costumes remanescentes da escravidão e o contexto de Minas Gerais, Sebastião lembrou daquilo que ele chamou de hábito, o de sempre ter um “negão ou uma neguinha” para ajudar em casa. Segundo ele, as mulheres sempre arrumavam uma neguinha para arrumar a casa. Sua mãe criou uma menina desde os 7 anos que “precisava realmente de ajuda, ela ajudava a menina e a criava como filha, mas explorava, porque a menina não tinha salário, não estudou como deveria”. A mãe dele “reconheceu a menina” como filha e foi até no casamento, mas segundo dona Maria “isso não é tudo”. O senhor Sebastião complementou dizendo que teve de brigar muito com sua família para que sua irmã adotiva tivesse direito na herança deixada por sua mãe, pois a menina não era “registrada nem nada”.

Quando perguntado se passou por alguma questão de discriminação racial o senhor Sebastião disse que desde que se entendeu por gente sempre foi contra o preconceito, que em sua família ainda existe esse problema (não entrou em detalhes) e disse que desde cedo começou a questionar várias coisas na escola e na Igreja Católica. Demorou algum tempo descrevendo suas críticas ao papado anterior ao de João Paulo II pois para ele era um papado elitista, de trono de ouro, e sem estar no meio do povo. Depois disso assumiu ter sido vítima de preconceito, mas afirmou que não foi a partir disso que ele teve maior consciência racial, pois sempre foi contra preconceito de cor.

“Eu não sinto diferença de cor entre negro e branco, acho que todo ser humano é igual pra mim, mas eu me identifiquei mais para o lado do negro, pois a história diz a respeito dos negros, quando eu comecei a estudar e me entender por gente

que existia uma visão diferente. Já no colégio tinha muitas coisas que eu questionava”.

Interessante notar em seu relato como que as ideias de discriminação racial e preconceito são similares, talvez por ter uma visão pautada em raça e classe e por ver que distinções sociais se misturavam às raciais, ainda mais quando ele diz ter se identificado mais com o lado negro. Procuramos explorar esse lado na entrevista e o senhor Sebastião relatou que havia vários clubes na cidade quando ele estava em sua mocidade. Existia o Clube Paulo Mendes que ficava ao lado do Clube Náutico e que os dois clubes eram meio que concorrentes, o diferencial era que no Paulo Mendes a maioria era composta por negros e negras, no Náutico, brancos e brancas. Os problemas de Sebastião ocorriam, pois sua cor indicava uma coisa e seu fenótipo outra, assim:

“Eu era o cara que tava sempre na pior, pois eu não podia entrar no Paulo Mendes e nem entrar no Náutico (...). Porque no Paulo Mendes eu era branco e no Náutico eu era negro [risos]. Eu fiquei muito injuriado com esse lance, eu custava entrar nos clubes. Eu tinha uma dificuldade real em entrar nos clubes”.

Sebastião ainda cita outros clubes da cidade, dentre eles o Comercial e o Palmares. Para ele, o Comercial era o “clube mais pó de arroz que existia” e lá era muito difícil de entrar. A dificuldade de entrar e o elitismo expresso pelo “pó de arroz” demonstram que o Clube Comercial era um lugar social de gente branca, frequentado pelo quadro mais alto da empresa, bem como por pessoas de classe social mais alta, um claro recorte que demarcava os limites para pessoas de determinada classe, raça e que obviamente tinham seu denominador comum nas pessoas negras.

O Clube Palmares era diferenciado, era o oposto do Comercial pois lá havia estudo da raça negra, tentavam trazer a memória negra, valorizar os negros e “normalmente não era uma militância agressiva, eles chamavam para estudar”, inclusive quem não era negro.

A primeira questão que surge é recorrente em quase todas as entrevistas e principalmente para quem não esteve envolto com militância racial, a de que nas entrevistas o ambiente fabril era isento de discriminação. Sebastião demonstra a discriminação no entretenimento, nos Clubes, era situação complexa que formatou sua identidade, pois quanto considerado negro foi barrado no Náutico, quando considerado branco foi barrado no Paulo Mendes, mas no clube “pó de arroz” (de maior status social) é muito provável que sua cor fosse considerada assim como sua função na empresa. Com certeza, essas experiências atuaram em sua formação classista e racial e por vezes entrecortaram ambas.

Para a filha mais nova a questão da cor foi tema mais natural de debate pois no ambiente de sua criação e no contexto de sua adolescência se viu diante de debates sobre cotas e leis contra o racismo se tornarem realidade, contudo ela lembra que suas duas avós eram bem retrógradas em relação à cor mas que a avó paterna era bem avançada sobre outros pontos, inclusive comentários sobre relacionamentos: “(...) Ela dava ótimos conselhos, ela era bem atualizada”. Dona Maria confirma a visão de Muara sobre sua mãe e afirmou que a avó de Muara era “uma pessoa super preconceituosa e negra”.

Muara se autotranscreveu negra e afirmou que: “branca eu não sou por hipótese alguma. Nasci careca, talvez seja por isso [risos]”, mas há um movimento de reflexão por parte dela: “O que é parda? É aquele papel pardo? Definição do pardo eu não tenho. (...) Pardo é o quê, é a mistura de tudo? Então eu sou parda”. Talvez a concepção racial que ela adotou tenha muito mais relação com a história de sua família, com a formação e contradições que teve acesso e com suas experiências anteriores do que com sua cor, pois “quando se trata de cor da pele eu não sei o que eu coloco, às vezes eu me sinto até mal... Por causa de cota”. Se por um lado ela evidencia uma dúvida sobre a classificação racial se dar apenas sobre a cor da pele, por outro ela demonstra um desconforto ao se autotranscrever como negra e ser entendida como cotista, pois em seu argumento as cotas seriam um flerte com facilidades. Como mestrande de universidade pública e pelo discurso que fez imagino que ela não se candidatou via cota racial, mas as reflexões de Muara abrem portas para um debate mais profundo sobre colorismo, sobre o que representaram as últimas décadas para o avanço de ações afirmativas e transformações no Brasil, bem como abre espaço para reflexões sobre o discurso meritocrático e o questionamento das cotas raciais e sociais.

A experiência da família Silva foi uma agradável surpresa por demonstrar uma diversidade de concepções e temáticas. Penso que muitas questões foram levantadas nas linhas anteriores e cada entrevistado traz em si as marcas identitárias de seu tempo, mesmo que contraditórias. Os próximos casos terão o objetivo de mostrar o quão diverso foi o jogo entre classe e raça e o quanto que a negritude foi formatada à luz das experiências herdadas e ou conformadas diante das novas experiências, o que causou choques e diferenciações. No entanto, gostaria de pontuar algumas questões que a entrevista apresentada trouxe a tona.

Branquitude, brancura e negritude são temas para os quais os pesquisadores brasileiros tem se voltado mais nas últimas décadas, embora citadas ainda nas décadas de 1950 e 1960 por outros escritores brasileiros como Guerreiro Ramos e Gilberto Freyre (CARDOSO, 2010, pp. 616-618), mesmo que com sentidos diversos.

Concebo a branquitude como uma questão de construção diversa, mas de lugar de fala do branco que se vê em posição de poder e que muitas vezes não possui motivo para pensar em sua *raça* ou seu lugar de fala. Considero que esta forma de identidade racial branca possui privilégios simbólicos, subjetivos, objetivos e que ajudaram na manutenção do preconceito racial, pois para que um grupo se mantivesse em posição de poder este sustentava a diferenciação (ver Da Silva, H.F., 2011).

“Na verdade, quando se estuda o branqueamento constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro. Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa a sua identidade racial, danifica a sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais” (BENTO, 2014, p. 26).

Para citar um exemplo há um excelente artigo de Edith Piza que aponta problemas nos estudos feitos sobre os negros, anteriores aos anos 1980, pois foram feitos por brancos que como pesquisadores se achavam “neutros em relação aos brancos”, ela aponta para Gilberto Freyre e o próprio Florestan Fernandes em suas obras. A questão é complicada, pois muitas vezes na tentativa de tratar da temática racial incorre-se no erro de buscar como esse negro embranqueceu ou se adaptou ao *mundo dos brancos*, mas esquecemos de lastrear a construção da negritude (da construção de uma autoestima negra) e nem passamos perto da branquitude (PIZZA, 2014, p.60, 61).

## **2. Negritude Enquanto Construção: Renold Howard<sup>205</sup>, “*um negro de alma branca*”?** (1950-1960)

A frase em itálico acima é do senhor João Laureano<sup>206</sup> quando ele lembrou do senhor Renold Howard. Perguntei sobre Howard, pois na seção de O Lingote (periódico da CSN) ele apareceu com grande relevância, foto imponente de um senhor negro que chefiava o Arquivo

<sup>205</sup> Segundo as entrevistas que realizamos o senhor Renold Howard possuía irmãos que trabalharam na CSN, no entanto a personagem de referência nesta seção será o senhor Renold, tanto pela matéria sobre ele em O Lingote como por sua própria história e relatos de seus descendentes.

<sup>206</sup> João Estanislau Laureano, ex-funcionário da CSN e um dos membros fundadores do Clube Palmares em Volta Redonda. Entrevista concedida ao autor em Volta Redonda, 07 de março de 2018.

Técnico de Desenhos e Fotocópias e que havia chegado à localidade em 1942<sup>207</sup>. Um negro em cargo de chefia na CSN destoava tanto da maioria dos negros expostos no periódico como de todos os negros que eu havia entrevistado. Como o nome era difícil e incomum resolvi perguntar sobre “os Howard” e o senhor João Laureano falou que “todas as famílias da sua cor [olhando para mim], né? Não assumiam como negro, era mulatinho” e continuou a narrativa falando dos clubes de Volta Redonda e a questão racial. Fiquei curioso com o caso e resolvi procurar pelos Howard nas redes sociais.

Realizei busca e encontrei cinco nomes, testando os contatos dois retornaram e eram netos de Renold. Estabeleci contato com a neta Ana Luisa Howard de Castilho, sua mãe era a filha mais velha que foi citada na matéria como professora do Colégio Barão de Mauá. Ana Luisa morava em São Paulo e, então, era arquiteta e urbanista. Se declarou influenciada por Volta Redonda e pela história de sua família, ao ponto de desenvolver pesquisas e pós-graduação sob a temática de vilas operárias e preservação de arquivo. O apreço pelos temas é por ela creditado à sua infância em Volta Redonda: “Volta Redonda era tipo um paraíso, parecia que você estava fora do Brasil, com a ideia dos EUA sempre muito presente com aquelas casas sem muro e com os jardins muito bem cuidados”. Ela adorava a Mata da Cicuta e o Cine Nove de Abril, nele Tom e Jerry era a atração de todos os domingos. Em seus áudios essas lembranças ganham ares muito afetivos e fica evidente que a ideia do espaço volta-redondense foi relevante em sua formação.

Ana Luisa guardava alguns documentos do seu avô e tinha lembranças dele. Conviveu com ele, em Volta Redonda, até os 10 anos quando ele faleceu. Ela acaba reforçando o relato de muitos dos primeiros trabalhadores da empresa ao afirmar que seu avô contava que passou a pão e água no início da construção da CSN. Especificamente sobre seu avô, ela considera que o senhor Renold Howard construiu um conhecimento com base no empirismo, afinal trabalhou com documentos desde a época do Consulado Inglês, quando ainda era muito jovem. Além de ter em seu currículo o trabalho no Consulado Inglês o senhor Renold lia os documentos em inglês o que provavelmente o alçou mais alto na hierarquia de uma empresa que em seu início estava repleta de documentos e corpo técnico americano, porém os seus pais não eram ingleses como asseverava a matéria e sim de Barbados, uma ilha no Caribe que foi empossada pela Inglaterra da Espanha ainda no século XVII.

---

<sup>207</sup> *O Lingote*, 25/11/1955, p. 3. O periódico não trazia classificação ou exibia a autoclassificação de cor das personagens que apareciam, contudo, no Capítulo II criei uma tabela com dados raciais por cargo de chefia (Tabela 3), utilizei como base para a racialização as fotos do próprio periódico e das 369 personagens apresentadas em *O Lingote* apenas 5 personagens eram pretas (4 homens e 1 mulher).

Pelo que tudo indica, os bisavós de Ana Luisa vieram para o Brasil e se estabeleceram primeiro em Belém do Pará. A foto do passaporte que ela apresentou coloca seu avô com registro brasileiro, nascido em 16/11/1905 no Pará. Ana não sabe bem da história ocorrida, mas em sua família há uma versão de que sua bisavó (Alicia Loreta Howard) se mudou para o Rio com os quatro filhos (Renold era o mais velho). Ainda segundo Ana, sua mãe nunca quis explorar a história da família, saber mais de suas origens e por isso não sabem mais sobre o fato, mas a mesma afirma que sempre imaginou que seu avô fazia parte do grupo popularmente identificado como: “negro de alma branca”. O que fazia com que ela imaginasse isso eram suas vestes, impecáveis, e como ela era muito jovem, nunca observou que houvesse algum tratamento sobre o tema racial dentro de casa. Renold Howard faleceu no início dos anos 1970<sup>208</sup>.

O caso de Renold Howard me fez refletir sobre a complexidade da identificação racial para esta família naquele período, eram imigrantes negros que vieram no início do Brasil República e quando o país possuía severas regras contra imigração originária da África e Ásia. À época, o ideal de branqueamento como salvação da nação se somava aos esforços de incentivo à imigração europeia e à remodelação de capitais brasileiras ao estilo europeu. As ideias se transformavam em ações concretas e os esforços diplomáticos, assim como o policiamento nas fronteiras, objetivavam “prevenir o desembarque desses estrangeiros, bem como de mendigos e indigentes” (ROCHA, 2014, pp. 4,5).

Pesquisar sobre a origem da família Howard que se estabeleceu no estado do Rio de Janeiro e neste estudo está representada por Renold (que era irmão de Luis, Marieta, e Olga), conduziu ao estudo sobre os chamados barbadianos, grupo que chegou à região norte do Brasil no início do século XX. Penso que a identidade racial dos barbadianos tenha relação com o caso, especificamente na construção racial do senhor Renold Howard, pois este parece ter assimilado muito do que os imigrantes negros de Barbados cunharam como uma identidade negra.

Barbadiano era o outro. O outro negro que não o brasileiro e que chegava das ilhas do Caribe falando inglês e trabalhando nas companhias inglesas que se instalavam na região norte do país. No Caribe, o porto de chamada situava-se em Bridgetown, na pequena ilha de Barbados e de lá muitos caribenhos partiam para o Brasil pois as empresas obtinham sucessivas concessões para a exploração de serviços no Pará e Amazonas, isso condicionou um processo imigratório sem um modelo convencional pois ocorreu em decorrência do

---

<sup>208</sup> Ana Luisa Howard de Castilho, parda e doutora em arquitetura e urbanismo. Entrevista realizada por este autor no dia 26/04/2018.



interesse empresarial estrangeiro que se instalava no Brasil. Chegando aqui, mesmo de origens diversas, todos recebiam a designação de barbadianos.

Os imigrantes negros que chegavam “entraram com facilidade mesmo tendo uma legislação contrária, entraram mediante celebração de contrato (Light and Power Ltd., Port of Pará e a Madeira Mamoré Railroad Co.) com as empresas brasileiras” (ROCHA, 2014, p. 5). O que eles tinham a oferecer? Uma média de cinco anos de estudo e a fluência na língua inglesa. Em termos de trabalho acabavam assumindo um papel de relevância abaixo dos engenheiros e chefes, mas acima dos trabalhadores braçais de origem nativa.

Vieram para o Brasil pois em suas terras originárias faltava oportunidade de trabalho, a maioria vivia como trabalhador rural. Mesmo que nas colônias inglesas a escravidão tenha sido abolida nos anos 1830 a situação de trabalho não foi alterada significativamente. Os países se centravam em uma forte produção açucareira, sem oportunidades para quem conseguia ter mais anos de estudo e com ciclo produtivo muito à mercê de desastres naturais, como furacões, secas ou enchentes (ROCHA, 2014, p. 6).

Há uma questão similar com os trabalhadores que chegavam em Volta Redonda pois também criaram distinções entre os que eram nativos e os, no caso, migrantes que chegavam. Estes eram chamados pelos moradores de Barra Mansa (cidade sede de Volta Redonda antes da emancipação) pela alcunha de arigós. A ideia era dar aos que chegavam um apelido depreciativo que os colocasse em escala inferior aos moradores da cidade mesmo que os migrantes trabalhassem em empresa federal e recebessem salários maiores do que a maioria dos barra-mansenses. Em Belém a questão não foi diferente. O termo barbadiano era depreciativo, usado não somente para distinguir os imigrantes caribenhos por falar inglês e que possuíam mais anos de estudo que os brasileiros, isso estava na equação, mas outras *qualidades* eram colocadas em evidência como o cheiro ruim, sua cor mais fechada e até o fato de não serem católicos (em linhas gerais os imigrantes eram anglicanos). Segundo um jornalista brasileiro que relatava a chegada dos imigrantes “os barbadianos eram ‘tipos de cara antipática’, gente feia que vinha para comprometer ainda mais o perfil racial da população local” (ROCHA, 2014, p. 7).

Não eram somente as características físicas e ou religiosas as lembradas como coisas de barbadianos, outras, comportamentais, entravam na lista de diferenciações: os barbadianos trabalhavam de calça e camisa de linho, usavam chapéu (tanto homens como mulheres) e isso causava estranheza nos nativos. Alguns relatos colocam os barbadianos como altivos e “elegantes” mesmo no calor que fazia na região (Idem). Segundo Maria Roseane Corrêa Pinto Lima, ao tratar este mesmo perfil e entrevistar pessoas sobre um barbadiano específico,

ao pesquisado era imputado “postura como um profissional muito rígido, descrito como alguém que se destacava por sua rispidez no trato com as pessoas, e, também, por seu modo de vestir e portar-se, polido e ‘alinhado’”. O mesmo se aplicaria ao filho do pesquisado que manteve “altivez no olhar (...), homem bem posto, fino” (LIMA, 2013, p. 42).

Assim como em Volta Redonda o termo criado para uma distinção de classe foi ressignificado por quem o recebeu. Barbadiano, com o passar do tempo, foi se tornando a distinção de pessoas negras que não queriam ser vistas como os negros brasileiros. “Barbadianos? Quem são os barbadianos? Quando eu tentava convencer a minha mãe de que ela deveria se assumir como uma negra, ela, depois de tanto relutar, afirmou: eu não sou uma negra, sou uma barbadiana”. Esse foi o relato de uma das mais antigas militantes do movimento negro de Belém, filha de uma orgulhosa barbadiana (LIMA, 2006, p. 26). Esse é outro ponto de intersecção entre barbadianos e arigós pois a primeira geração ressignificou o conceito e o usava com orgulho, contudo, se arigó era aplicado à classe de trabalhadores (tendo variações, como arigó de penacho para trabalhadores de escritório) o caso dos barbadianos corre em uma vertente que mescla classe e raça. Simbolizava a distinção de trabalhadores imigrantes negros, em geral, não braçais e se diferenciavam dos trabalhadores negros brasileiros.

Não é a intenção do presente trabalho analisar o quanto que a religião influenciou na cultura laboral dos barbadianos ou mesmo influenciou na disciplina e estudos. Penso que as análises de Thompson tenham demonstrado essa influência no cotidiano da classe operária inglesa (THOMPSON, 1987c; THOMPSON, 1987b e THOMPSON, 1987a) e que seja plausível imaginar essa mesma equação, com outros vetores, sobre os barbadianos que vieram comungar de um ideal religioso anglicano na região norte do Brasil. Como escreveu Elaine Pereira Rocha sobre os barbadianos de Belém:

“Ali, o grupo estabeleceu uma forte rede social centralizada na igreja de Saint Mary, onde os serviços religiosos eram prestados por um pároco vindo da Inglaterra. Em Rondônia, os imigrantes caribenhos, sem dispor do mesmo tipo de atenção, valeram-se dos serviços de missionários da Igreja Batista, que vinham dos Estados Unidos periodicamente” (ROCHA, 2014, p. 127).

A Igreja era um dos aglutinadores comunitários mas também nela existia discriminação. Barbadianos não podiam assumir lugar na diretoria das mesmas. A situação é contraditória pois ao mesmo tempo que se excluía os emigrados da parte de cima, pois deveriam permanecer em seus lugares sociais, eram incluídos através da ratificação de um ideal de comunidade e no aumento dos índices de escolarização (Idem). Tanto a Igreja como o

termo barbadiano ajudaram na conformação de um processo de construção de identidade, pois homogeneizou a diversidade cultural, dando uma identidade ideológica. Ao enxergar no outro um igual, passando pelas mesmas dificuldades, pela mesma experiência, os emigrados se uniam e queriam a permanência e continuidade da tradição que acabaram por fundar no novo local. Assim, a questão de manter a cultura erudita transpassou gerações, saber falar inglês, formar dinastias de professores desta língua nas escolas do norte do Brasil, tudo fazia parte deste valorizar comunitário (ROCHA e ALLEYNE, 2012, p. 316).

Os Howard pouco ficaram em Belém, segundo Sonja Howard<sup>209</sup>, neta dos avós emigrados de barbados, eles ficaram no Norte por mais ou menos 6 meses e depois vieram para o Rio de Janeiro. Pensando que eram imigrantes de Barbados que provavelmente se envolveram na construção do ideal comunitário no norte do país e eram trabalhadores negros que possuíam suas convicções raciais formatadas sob influência de origem, como reformataram ou sentiram a questão racial fora do norte do país? Como viveram os dilemas de classe e raça quando já com identidades tão definidas?

Ana Luisa acredita que o nome Howard possa ter a mesma lógica ou relação com os nomes dados aos cativos no Brasil<sup>210</sup>. Segundo ela, “(...) Os Howard existiam em barbados, eles eram donos de alguma fazenda, donos de escravos. Os meus avós (...) vieram dos escravos”. Possivelmente o nome Howard foi dado como designação de posse. Assim como outros barbadianos eles saíram de Barbados pela falta de oportunidade de trabalho e vieram para “Belém do Pará”. Segundo Sonja Howard da Silva, tia de Ana Luisa Howard de Castilho, seu avô trabalhava em embarcações, o que nos leva a crer que ele pode ter sido funcionário da Port of Pará. Ela explica que sua avó ficou em Belém por apenas 6 meses. Existe a possibilidade do bisavô de Ana ter falecido em uma das viagens. Diz Ana que “(...) Ninguém sabe a história de meu bisavô, pai do meu avô, mas sabe que a minha bisavó, a vó Alicia [Fitzgerald] desceu para o Rio de Janeiro. Não se sabe se ela desceu com meu avô, se não desceu”. No Rio, Alicia, mulher negra e mãe de quatro filhos (Renold, Loius, Marieta e Olga Orita), viveu até seus 82 anos, nos contou a neta Sonja.

No Rio de Janeiro, a história de Alicia e sua família traz um pouco de situações que podemos interpretar como mediações, continuidades e rupturas com sua identificação racial construída em Barbados e seu breve período como barbadiana no Brasil. Segundo Sonja, ela era Anglicana mas mudou de religião, se tornou Batista. Acredito que este fato esteja

---

<sup>209</sup> Sonja Howard, parda e assistente social. Entrevista realizada por este autor nos dias 09/01/2019, 03/0/20019 e 02/04/2019.

<sup>210</sup> O texto que segue até o final desta seção terá por base as entrevistas realizadas com Sonja Howard da Silva e Ana Luisa Howard de Castilho, filha e neta de Renold Horward e ambas já citadas neste capítulo.

relacionado com a mudança para o Rio de Janeiro. Ana conta que moraram perto do Jornal O Globo, perto do Sambódromo. “Eles nunca moraram no morro, sempre moraram de aluguel e no centro da cidade. (...) Eles tinham recursos por conta do trabalho dos filhos ou de casamentos posteriores”.

No final da vida dona Alicia Fitzgerald Howard teve problemas de saúde, aparentemente de ordem mental, o que as entrevistadas classificaram como possível demência (disse Ana) ou mesmo a possibilidade de Alzheimer (segundo Sonja). Uma das características que marcaram o fim da existência de Alícia foi o ato de falar inglês publicamente. Sonja não sabe definir se era demência ou idade mas diz que sua avó não “era tão assim... sem lucidez” e que mesmo antes do fim da vida ela adorava falar inglês não se sabe se “por exibição”. Até com os netos ela insistia em falar inglês e quando solicitado que falasse em português ela “dava risada”. “Ela adorava falar o inglês dela”, mas Sonja não sabe dizer o que “ela queria transmitir com aquilo”.

As reflexões de Ana Luisa Howard de Castilho sobre o falar inglês de sua bisavó são pontuais, pois trazem questões que perpassam a identificação racial de Alicia e a problematiza: “(...) o que contam é que ela (...) saía falando inglês pela cidade e as pessoas não entendiam e ela era um pouco arrogante em relação a isso, isso pode ser um dado interessante. Ela não queria saber muito se a pessoa entendia ou não entendia (...) Minha bisavó era negra e eu tenho uma análise pessoal de que era muito difícil ser negro (...) na década de 1940, 1950, mesmo no Brasil. Então podia ser uma defesa estar falando inglês e falar ‘olha, eu não sou igual aos negros daqui’ já começar a criar um certo diferencial, né? Que faria um... Talvez, constituiria a personalidade do meu avô [Renold Howard], mais tarde”.

Acredito que cabe à análise de que na postura de Alicia existia a mesma postura da entrevistada em Belém que afirmava não ser negra, mas barbadiana. Morar no Rio de Janeiro, não viver entre imigrantes de mesmo costume e língua pode ter influenciado a conduta de Alicia que não queria ser igual aos negros daqui. Não que ela não assumisse ser negra, mas possuía outra conformação de negritude. Provavelmente, como a maioria das pessoas negras no Brasil, ela sofreu discriminação que a levou a uma mediação interna e suas reflexões podem ter gerado a dor resultante do choque de conformações identitárias raciais diferentes. Penso que a Alicia em muito influenciou seu filho (Renold Howard), ele é lembrado como um senhor muito bem vestido, de pouca conversa e direto e assim como um imigrante barbadiano se preocupava com as vestes.

Renold Howard teve uma conformação racial pautada na experiência racial dos emigrados de Barbados. Falava inglês fluente, fazia questão de se vestir muito bem para os padrões da época, sua filha Sonja chega a afirmar que ele se vestia “elegantemente como um executivo”, tinha vida recatada e priorizava o estudo para os filhos<sup>211</sup>, no mais se diferenciava de um barbadiano por ser católico e não estar entre camadas, entre a chefia e os trabalhadores braçais, mas era um chefe de seção. Sabendo da trajetória de sua família é difícil resumir sua atitude como apenas a de *um negro de alma branca*, acredito ser mais plausível que ele possuísse outra visão racial que se mesclava com a questão de seu posto no trabalho e que não ia na mesma direção da identificação racial da maioria dos trabalhadores negros que vieram para Volta Redonda.

Renold Howard e família moravam na Rua 21, uma das principais avenidas de Volta Redonda, como lembrou o senhor João Laureano (no início desta seção) eram mais pardos que brancos mas o chefe da família era preto. Ser negro e morar em uma das áreas centrais da cidade, ter cargo de chefia na CSN, ser sócio de clubes tendo os filhos como frequentadores e viver em ambiente em que o discurso de classe trabalhadora tentava nivelar a todos também deve ter surtido efeito sobre a concepção racial de Howard e sua família. Sei, por experiência própria, que identidade racial não é questão estanque e que em muito é ditada pela mediação das experiências. Vejamos as experiências relatadas pela neta e filha de Howard.

Sonja afirmou que frequentava todos os clubes da cidade, nas décadas de 1950 e 1960. Segundo ela, seu pai não era de ficar para a parte de danças, etc pois sua mãe era muito caseira. Então, o senhor Howard levava as filhas e depois as buscava. Sonja citou que os clubes mais “elitizados eram o Umuarama, Aero Clube e Clube dos Funcionários” mas também colocou o Comercial como um dos clubes elitistas. Em sua opinião o Comercial era mais frequentado pelo “pessoal do comércio, o pessoal que tinha loja na Volta Redonda velha” (fora da cidade nova construída pela CSN). Ela gostava muito de Volta Redonda e se “aventurava” pelos Clubes. Confessa que ia muito ao Clube Náutico que “era um clube de pessoal mais humilde mas tinha uma frequência boa”, como o pai dela era sócio de todos e muito prestigiado ela aproveitava para ir em todos.

Perguntada sobre a cor dos frequentadores dos clubes ela afirma que:

“Volta Redonda sempre teve muita gente negra, mas frequentar esses bailes, esses clubes de elite era muito esporadicamente, era muito esporadicamente mesmo. Então eu não sei informar se eles eram tratados do mesmo jeito. Tinham alguns mais humildes que nem podiam frequentar, pagar clube... Então eu não sei, era difícil. A gente não via muitas pessoas escuras lá não. Acho que podia se

---

<sup>211</sup> *O Lingote*, 25/11/1955, p. 3.

contar [os negros] nos dedos das mãos nos clubes de elite da época”.

Perguntada sobre qual sua autodefinição de cor, Sonja respondeu:

“Olha, na minha certidão de nascimento a minha cor é parda, mas quanto a minha cor eu a adoro. Eu não tenho esse negócio de preconceito, de ser negra, de ser isso... Como agora falam muito da raça negra eu me incluo como negra, mas para mim isso não é problema. Eu acho que a gente tem (...) que ter o caráter, a conduta. Pra mim isso [definição racial] não importa o que eles acham. Às vezes eles.... ‘Ai que morena bonita. Ai que isso e aquilo’. Pode me chamar de negra que pra mim não faz falta não. Eu adoro a minha raça... Nós não temos raça não. Eu adoro minha cor (...). Pra mim tanto faz me incluir como mulata, parda ou negra, pra mim não é problema.

Ainda sobre raça, trabalhadores e clubes Ana Luisa comenta algo interessante quando descreve o que viu e ouviu de sua mãe<sup>212</sup>. Segundo ela o Clube mais sofisticado era o Comercial e o mais popular era o Náutico e a mãe de Ana sempre teve apreço por coisas mais elaboradas e sofisticadas. “Minha mãe conviveu muito com a vó Alicia [mãe de Renold Howard]. (...) Minha mãe tinha essa coisa do Clube, que não era o Náutico, era o Comercial (...)”.

Ao ser perguntada sobre a cor de sua irmã, Sonja cita que “Alicia é mais clara, ela puxou minha mãe e eu já sou neguinha igual meu pai. Lá em casa tem uns mais clarinhos e uns mais moreninhos”. Essa informação elucida algumas questões pois **conscientemente ou não** Sonja gostava e frequentava um clube de pessoas mais humildes, esses mais humildes eram trabalhadores da CSN em posições mais subalternas e de trabalho braçal. Como apontou Oliver Dinius (2004, p. 182), havia forte relação entre trabalhadores menos especializados e ser negro no início de construção e operação da CSN (mais de 70% dos trabalhadores menos especializados eram negros). Acredito que esta tenha sido a lógica que perdurou nas décadas posteriores.

O Clube Náutico foi o mais citado em relação à discriminação durante as entrevistas que realizei pois foi nele que ocorreram vários casos em que trabalhadores negros e negras foram barrados na entrada, na década de 1960. Foi esta questão a motivadora da criação do Clube Palmares. Acredito na possibilidade de que a preferência de Alícia por um clube mais elitista e sofisticado passe pela questão do colorismo, pois da cútis mais clara vinha menor cobrança de um lugar social definido para negros, ou seja, possivelmente tinha e conseqüentemente usufruía mais acesso.

“Os Howard não frequentavam o Palmares”, disse Sonja ao ser questionada sobre o clube. Ela sai de Volta Redonda justamente no ano de fundação do Palmares, um clube criado

<sup>212</sup> Alícia Howard de Castilho, mesmo primeiro nome de sua bisavó.

por negros em um bairro chamado *Jardim Europa*, localizado em uma quadra cercada pelas ruas *Roma e Paris*.

### **3. O Clube Palmares: integração do negro ou militância negra? (1960 -1970)**

***“Teve que morrer alguém pra eu subir!”***

***“Então, foram os negros que fizeram essa Volta Redonda!”***<sup>213</sup>

As frases em itálico acima são de João Estanislau Laureano e Eunice Nazário, ambos membros fundadores do Clube Palmares em Volta Redonda, no ano de 1965.

Na seção anterior as entrevistadas citaram vários clubes que primavam pelo entretenimento para os trabalhadores da CSN e comerciários de Volta Redonda, como visto havia clubes mais populares que mesclavam trabalhadores de vários níveis da empresa e tinham a maioria dos frequentadores oriundos dos níveis mediano e baixo. Acredito que isso também enegrecesse esses clubes e é justamente nesta questão que entra a história do Clube Palmares e o processo de identidade racial dos entrevistados desta seção.

Aterriormente, quando Sonja disse que o clube que mais frequentava era o Náutico, enquanto sua irmã frequentava clube mais elitizado, já havia um indício de que a cor era um parâmetro de separação. As palavras de João ao comentar sobre o Náutico são bem esclarecedoras sobre isso: “(...) O Náutico passou a ser o local dos mulatinhos, que era o pessoal do escritório central, os Howard mais uma meia dúzia de mulatinho. Passou a ser o clube dos mulatinhos e brancos”. É interessante notar, e a questão está presente em muitos trechos dos relatos que compõe esta seção, que havia uma certa divisão social nos clubes pautada na cor, o colorismo estava presente nos critérios de adesão aos clubes e, como historicamente construído, aos pretos ficava a condição de marginalizados.

A história de criação do Clube Palmares e de como o Náutico começou a exercer um papel mais seletivo com o público frequentador une e separa os dois entrevistados desta seção pois possuem concepções políticas diferenciadas em relação a postura do Clube Palmares. Não é meu objetivo analisar as lutas internas no Palmares, nem identificar as correntes e

---

<sup>213</sup> Esta seção do capítulo terá por base as entrevistas: João Estanislau Laureano ex-funcionário da CSN e um dos membros fundadores do Clube Palmares em Volta Redonda. Entrevista concedida ao autor em Volta Redonda, 07 de março de 2018; Maria Eunice da Silva Santos Dias, artista plástica e membra fundadora do Clube Palmares em Volta Redonda. Entrevista concedida à pesquisadora Gladys Guimarães, na residência da entrevistada, em Volta Redonda, 04/07/2012. Dona Eunice é viúva de Nazário o primeiro engenheiro negro da CSN e também membro fundador do Clube Palmares. A entrevista realizada com João Laureano teve a participação do ex prefeito de Volta Redonda Marino Clinger.

estratégias que fizeram parte da história do clube<sup>214</sup> mas é de meu interesse o quanto que as memórias relatadas nas entrevistas podem mostrar como e se ocorreu uma transformação da identidade racial dos entrevistados e desta para um maior ou menor posicionamento político. Acredito que as análises das entrevistas evidenciem que uma maior consciência racial engendrou uma ativa postura social.

João Laureano e Eunice contam a mesma história sobre a criação do Palmares e ambos começam com a questão do Clube Náutico, clube dentro da área da CSN. Segundo João, o Náutico fez uma covardia muito grande:

“Eu morava no acampamento central, eu e a maioria como o Nazário [esposo de Eunice] (...). Então o galpão lá era a área de lazer (...) O Náutico foi fundado no escritório (...). Como a CSN estava expandindo e eles iam precisar desmanchar os barracos. O Náutico veio para o acampamento central no barraco que era nosso, que era nossa área de lazer e diz que ia acolher todos os moradores. Então beleza, aí entramos sócio do Náutico. Era só um barraco não tinha fechamento lateral, então fizeram o fechamento lateral, melhoraram o piso e começaram as atividades... E foram melhorando. Na medida que foram melhorando foi aumentando o quadro social. Eu tinha uma namorada na época (...) que ouviu um dia no banheiro das mulheres ‘olha, disseram que o Náutico tá ficando muito bom mas tem muito negro e está parecendo gafeira’ [risos]. Você tá pensando que ser negro é fácil [perguntou ao Clinger]?

Tinha duas meninas de Barra do Piraí [cidade ao lado] e elas frequentavam a casa dos tios delas lá na São João [rua] mas para entrar no clube tinha que ser dependente de alguém, então elas ficaram como minhas dependentes (...). Num determinado dia eu chego na portaria e eles não deixaram as meninas entrar. (...) ‘O que que houve? Não, elas não podem entrar’. Eu não entrei pois eu estava com elas, no domingo seguinte eu voltei sozinho (...) e na portaria disseram que eu falei que lá tinha preconceito e lá não tinha preconceito”.

A partir de então João é barrado pois acusou o clube de ser preconceituoso e Nazário foi demitido do quadro de associados por tocar tamborim na escola de samba. Não sabemos se o ato de tocar tamborim foi o problema ou se ele foi expulso por participar de outra agremiação, o caso é que outros relatos corroboram a versão de *limpeza racial* no Náutico. O senhor Jouvacy, que era operário e também músico, lembra que ao ir fazer um show no Náutico recebeu a seguinte informação: “(...) o senhor tá expulso daqui, não precisa voltar mais não (...)”. Ao procurar o motivo da expulsão, soube através de outro funcionário que havia ocorrido uma decisão de “(...) tirar tudo que é pessoa negra daqui”<sup>215</sup>. D. Maria do Rosário, negra e moradora do bairro Retiro, reforça o caso ao descrever que preto não entrea no Clube Náutico e que estes criaram o “Clube dos Palmares”, um clube só para gente preta<sup>216</sup>.

<sup>214</sup> Para uma análise mais matizada sobre o Clube Palmares e sua Dinâmica interna vide GUIMARÃES (2020).

<sup>215</sup> Jouvacy Milheiro Neto, entrevista concedida ao autor em Volta Redonda, 29 de janeiro de 2009.

<sup>216</sup> Maria do Rosário, entrevista concedida ao autor em Volta Redonda, 09 de fevereiro de 2009.



Dona Eunice disse que depois disso a questão racial começou a ser mais debatida:

“As pessoas começaram a se reunir para debater a questão racial, né? Estava ficando feio aqui em Volta Redonda. Por quê? (...) A CSN arrumava tudo para seus operários, então tinha também um clube de lazer para os operários. Então, os operários é que mantinham (...) o clube, iam lá, trabalhavam, arrumavam. Tinha tudo de barraco mesmo mas era tudo arrumadinho, tudo bonitinho. A medida que foi melhorando, crescendo, eles começaram a segurar as carteirinhas dos negros”.

Somadas a essa situação encontram-se as palavras de João Laureano que afirmou que nenhum clube aceitava negros em seu quadro social. Penso que a questão evidencie raça-cor e classe-posto de trabalho dentro da empresa pois na seção anterior vimos que Renold Howard foi citado como componente do quadro social de todos os clubes da empresa, embora não fosse de frequentá-los. Howard era chefe e João Laureano um servente que só terminaria o curso técnico para assumir cargo mediano na empresa em 1968. Ainda segundo as palavras de Laureano:

“(...) Então era comum naquela época a gente encontrar na Praça Brasil, assim que inaugurou a fonte luminosa, e aquele grupo de rapazes brancos, negros (...). E quando ia aproximando às 22 horas esse grupo ia se desfazendo. Uns iam pro Náutico, outros pro Umuarama, outros pro Aeroclube e sobrava eu e outro amigo meu, negro, eu e Nazário”.

A inserção de negros no Náutico, aparentemente, tem relação direta com a realocação do clube. O clube foi instalado em galpão que era destinado ao entretenimento dos trabalhadores que viviam no acampamento central. Área precarizada e que provavelmente tinha muitos trabalhadores negros. Como visto, com o melhorar das estruturas do clube a CSN volta a uma postura comum, ou seja, negros fora, mas dependendo da cor. Os pretos realmente estavam fora, os pardos, como dona Sonja e mesmo o senhor Sebastião (que apresentamos no início deste capítulo) estavam, contudo, a posição social determinada pela área de trabalho em muito contava para o seu sucesso.

A forma com que os clubes selecionavam quem poderia entrar em muito se parece com a maneira que a cidade industrial foi concebida, sob um discurso de funcionalidade e pragmatismo técnico a implementação urbana não dava espaço para que trabalhadores (as) negros (as) conseguissem as melhores moradias e ficassem melhor localizados. Isso ficou bem evidente no diálogo entre o ex-prefeito de Volta Redonda e João Laureano. Clinger argumentou que:

“Não havia expressamente lei, nada escrito que não era para aceitar. O que havia é a dificuldade, mas todo clube tinha algum negro pra não... [entra João Laureano] 1, 2... entre 4 mil associados 1, 2... Exatamente [concorda Clinger e

continua]. O Náutico era um clube muito popular, era popular, era da CSN e era da classe média. O Clube Umarama, no início, só engenheiro. (...) Só era engenheiro! O Clube dos Funcionários, no início, tinha a sede. No carnaval eles iam lá para o Bela Vista [hotel]. Também havia uma grande disci... Só elite da CSN. Era até difícil quem estava no comércio aqui fora participar lá dentro, depois é que houve uma abertura”.

João Laureano afirmou que “ (...) não havia uma divisão de cor mas uma divisão de categoria profissional sim. No Laranjal [bairro] só engenheiro. Na Vila a maioria dos funcionários eram funcionários graduados (...)”. E Clinger comenta: “(...) a medida que vai abaixando a classe social vai se afastando do centro”. A visão de distanciamento do centro da cidade condicionada à classe social fez João completar: “Rústico, Monte Castelo [bairros]. Monte Castelo era uma negrada danada [risos]”. João Laureano acredita que tanto no Laranjal como na Vila Santa Cecília não morassem nenhum ou quase nenhum negro. O negro “ (...) não tinha a formação, não tinha engenheiro negro então não tinha no bairro”.

A conversa acima evidencia uma relação clara entre raça e classe, a divisão espacial da cidade e a construção de hierarquias de comando na CSN acabavam por reproduzir, sob o discurso do novo, velhas construções históricas. Assim como colocado no primeiro capítulo desta tese, o discurso de classe trabalhadora da forma que estava sendo implementado ajudou no permanecer de estrutura desigual para os trabalhadores negros pois estes não tiveram acesso à educação formal, reforçando nossa *cegueira pública* em relação ao racismo. Penso que essa construção vá ao encontro das palavras de Flávio Gomes e Marcelo Paixão quando estes asseveram que “o modelo desenvolvimentista acabou sendo forjado utilizando como motor ideológico o próprio mito da democracia racial” (GOMES e PAIXÃO, 2008, p.185). Muitas vezes, a desigualdade racial estruturante ficou encoberta pelo discurso de níveis de formação e postos de trabalho da classe trabalhadora.

A conversa entre João Laureano e Clinger evidenciou as contradições de uma cidade fabril que teve sua mão de obra pautada em migrantes e, em sua maioria, migrantes negros<sup>217</sup>. O titubear de Clinger ao usar a palavra discriminação, quando falava do Hotel Bela Vista, pode estar ancorado no fato dele ser branco e esta sua participação na entrevista ter ocorrido em seu início, contudo, João como trabalhador negro, testemunha e sujeito no caso da discriminação nos clubes não titubeou ao continuar o relato.

“Um dia a gente subindo pela 33 [rua], ele [Nazário] já estava morando em um hotel na rua 33. (...) Ele estava fazendo engenharia nacional no Rio e eu estava fazendo científico. (...) Mas um dia deu um estalo: ‘Nazário, por que a gente não

<sup>217</sup> Vide Capítulo 1, especificamente dos dados levantados por (Dinius, 2004).

funda um Clube pra que se algum dia nos casarmos nossos filhos não tenham que passar pelo mesmo constrangimento?”. Aí ele disse que era meio difícil e tal. No dia seguinte foi para o Rio, 15 dias depois ele voltou perguntou se a ideia ainda estava de pé. ‘Vamos fazer o seguinte, eu conheço a Maria da Glória [Dagó]. Que era a primeira professora negra de Volta Redonda. Estudou com ele no Macedo. Nazário e Maria da Glória estudaram no Colégio Macedo Soares. Então ele encontrou com Maria da Glória, falou sobre essa ideia do Clube e marcou uma reunião e nós nos encontramos onde hoje é a rodoviária. Ali eram os barracos de madeira da CSN (...). Decidimos pegar, arrumar o estatuto, dar uma estudada no estatuto. Eu peguei de um clube, ele pegou de outro. Resumindo, fizemos o estatuto.

(...) Naquele mesmo local convidamos mais umas pessoas (...). Aí a coisa tomou uma proporção tão grande que havia uma carência muito grande, principalmente as famílias, as filhas, as moças. Nós, rapazes ainda íamos nos bailes que eles chamavam de gafieira (...), mas os pais de família, as moças, não tinham para onde ir. Os clubes não aceitavam, não tinham outra opção, né? A coisa tomou uma proporção que em menos de 3 meses a gente já estava com 50, 60 [pessoas] simpáticas, simpáticas à ideia. Tanto é que os primeiros 100 sócios foram denominados sócios fundadores”.

(...) O estatuto praticamente rascunhado, mas qual vai ser o nome da entidade? Aí, já em um número grande de pessoas [inaudível], poderia ser 13 de maio, 15 de novembro, Feniano e Palmares. Aí cada um justificou o porquê dos nomes. Aí o nome que teve mais aceitação foi Palmares porque tem essa relação com o Quilombo de Palmares”.

Dona Eunice, viúva de Nazário, expõe que a ideia de criação do clube Palmares partiu de seu marido. Segundo ela, quando eles se juntavam na praça pra conversar e botar a conversa em dia, Nazário falou “então nós temos que arrumar um espaço para nós”. Ela ainda coloca que Nazário e Dagó (Maria da Glória, a primeira professora negra de Volta Redonda) foram de extrema importância pois eram os articuladores. Ademais, se Dagó foi a primeira mulher negra a se tornar professora em Volta Redonda “(...) A avó de Dagó foi a primeira mulher negra a trabalhar de cozinheira no Hotel Bela Vista. Então foram os negros que fizeram essa Volta Redonda”.

O clube Palmares é criado em 1965 e funcionaria inicialmente em locais diversos, de reuniões em salas solicitadas, bailes nas casas de associados, posteriormente um espaço alugado no bairro Aterrado. Somente em 1978 eles começaram a murar terreno no bairro Jardim Europa, longe do centro da cidade e mais próximo com a divisa de Barra Mansa. A dificuldade de estabelecer o clube fisicamente foi diretamente proporcional à aplicação em mantê-lo, penso que o episódio vá ao encontro da fala de Neuza Santos Souza quando ela assevera que “(...) ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro” (SOUZA, 1983, p. 77) pois parte dos trabalhadores negros de Volta Redonda se descobriram negros ao ter entrada barrada em clubes que até então eram locais de disseminação do discurso de classe trabalhadora e da família siderúrgica voltarredondense. O questionar a branquitude veio através de uma postura eminentemente política de rompimento e de criação de um rosto próprio.

“Em Volta Redonda, o Clube Palmares, integrado apenas por homens de cor, mandará celebrar na Igreja Matriz, missa em ação de graças pela liberdade de escravos”, foi o texto do *Jornal do Brasil*, em 1965, quando das comemorações do dia treze de maio<sup>218</sup>. Em 1968, ano em que João Laureano terminava seu curso técnico, o embaixador de Senegal “aproveitou a visita que fez à Volta Redonda e fez uma Conferência no Clube Palmares”<sup>219</sup>. A intelectualidade negra também se aproximou do Clube. Segundo Eunice, nos anos 1970, eles tiveram muito contato com Abdias do Nascimento e Nelson Carneiro. “Nelson Carneiro adorava a feira livre, adorava ir lá na feira”, contou ela que lembra dessa época como “uma época muito boa mesmo”

Se nos relatos existe uma certa disputa pela primazia da ideia de criação do clube isso fica fora de minha análise, a questão maior que se evidencia e que nos interessa é a da construção de uma identidade racial e autoconsciência que o clube trouxe, isso se apresenta nas duas personagens centrais desta seção. João Laureano foi e era, quando da entrevista, o presidente do Clube e parecia estar mais familiarizado com as perguntas. A entrevista foi realizada em sua casa e ele apareceu com uma pasta que continha muitos documentos sobre a história do Clube, me entregou resumo com um histórico da instituição e somente as perguntas de trajetória e sobre sua família parecem tê-lo pego de surpresa. Não entrevistei dona Eunice mas em sua entrevista encontra-se discurso menos formatado sobre o clube, seu relato é cheio de vai e vem sobre temas, o que aparenta ser uma tentativa de construção de fala enquanto reorganiza memórias, talvez ela não tenha passado por tantas entrevistas e por isso mesmo tenha feito um esforço maior para encadear fatos e eventos. Nada disso diminui o valor de cada entrevista mas sinaliza construções diferentes de memória sobre o clube e, como veremos, trouxe concepções diferenciadas do motivo criador e gerador do Clube Palmares.

A própria escolha do nome do clube revela essa conscientização dos envolvidos. Nazário e sua família eram de Sergipe e dona Eunice conta que ele brigou muito em decorrência do sotaque que tinha quando menino. O pai dele foi operário da CSN e sua família, como muitas outras, foi uma família de migrantes. Trouxeram com ele o sotaque e o conhecimento histórico que influenciaria na decisão do nome do clube.

“A ideia do Palmares é muito cultural, histórico. Até então ninguém sabia que existia Zumbi, que existia Palmares. Ninguém sabia o que era Palmares. Então foi contada a história do Palmares, o que que era o Quilombo do Palmares, tudo pela minha cunhada que era irmã dele [Nazário] e que era mais velha. Porque

<sup>218</sup> *Jornal do Brasil*, 13/05/1965, p.7.

<sup>219</sup> *Diário de Notícias*, 03/12/1968, p.6.

Palmares ficava perto de Sergipe, bem perto mesmo. Então teve outros nomes, ela fez a explanação do que significava. Que os escravos fugiam para lá, que lá tinha a ideia de liberdade, que lá era tudo dividido. Era uma república mesmo, né? Aí ganhou o nome do Palmares”.

“O nome Palmares foi escolhido no Grupo Trajano de Medeiros. Era Trajano de Medeiros, é [Colégio Estadual] Manoel Marinho agora”, contou dona Eunice.

Essa visão de engajamento e autoconsciência é tônica nos relatos de dona Eunice. Acredito que essa descoberta e o apoio constante do marido, bem como o envolvimento de ambos com o Palmares trouxeram a ela uma nova forma de se posicionar que chegou a romper com padrões de comportamento para mulheres à época.

Dona Eunice confessa que sempre foi muito calada e que estranhava o tratamento dado aos negros, estranhamento este pautado em sua própria experiência. “Eu trabalhava sim [a questão racial] mas eu não... Eu sentia, mas eu não colocava nada para fora”. A entrevistadora, Gladys Guimarães, pergunta sobre esta questão de sentir mas não se posicionar e dona Eunice responde que “(...) Foi através dele [do esposo]” que ela começou a pensar na negritude, etc. “A gente foi criado assim (...) achava que tava tudo normal mas sentia. Ah, tinha apelido nas escolas, as professoras colocavam, os próprios professores colocavam”.

“7 de setembro a gente não era convidado para o desfile, pra aparecer no desfile. A gente chegava em lugar, achava que a gente ia ser serviçal. Entendeu? A gente sentia mas como a sociedade fazia isso mesmo (...) aceitava aquilo.”

Ela relata que após sua entrada no Clube Palmares e depois que começou a participar das discussões e debates internos ela começou a mudar:

“Só não podia brigar porque ficava todo mundo na dependência do outro, mas depois que eu comecei a participar... Porque meu marido era assim, eu nem falava, eu quase não falava. Eu sentia as coisas, eu não falava. Ele me ensinou a falar, ele disse assim ‘não precisa saber falar bonito não (...), fala arroz com feijão. Aonde você tiver alguma dúvida você levanta seu dedo e fala e não se preocupe se vai falar errado, fale do seu jeito de falar. Não traga dúvidas para casa por que você não fala e tem muita gente que está querendo falar, tá sentido a mesma coisa que você. Então tenha coragem de falar, tenha coragem de falar”.

Começou a falar, pelo fato de participar dos debates no Palmares, ser negra, ter apoio do marido e apoiá-lo. Já notava que “a raça sempre foi uma forma mais ou menos codificada de divisão e de organização da diversidade, fixando-a e distribuindo-a segundo hierarquias e

divisões dentro de espaços mais ou menos estanques” (MBEMDE e LANÇA, 2014, p. 71), contudo, o processo de falar veio junto com uma construção eminentemente política. Começou a agir de forma diferente e estranhar aquilo que até então era encarado com naturalidade, como *normal*. O estranhar de um lugar social subalterno para as pessoas negras entrava em contradição com o grupo em que ela estava inserida, que participava do Palmares e que fazia uma releitura da negritude. A comum personificação do negro como não realização e submissão começou a incomodá-la e sua ação passou a ter nova postura que envolvia falar, se posicionar.

Ela conta o caso de uma festa em que chegou atrasada.

“Aí a pessoa que estava lá dirigindo e tudo falou ‘ah que bom, agora a Eunice chegou, ela termina os nossos salgados. A Eunice chegou, que bom’. Aí eu falei ‘o que que é? Dá para repetir?’. A pessoa disse ‘Você podia servir o salgadinho pra gente’.

Eunice retruca “Não, minha filha. Os meus ancestrais já serviram a vida toda e eu também já servi muito, eu estou aqui para ser servida, igual a vocês aqui”.

Com o seu novo posicionamento ela começou a notar que as pessoas passaram a mudar com ela.

“Às vezes eles queriam mexer comigo quando eu chegava, aí naquela época eu falava mais ou menos, né? Aí elas para mexer, aí falava ‘chegou a negra bonita do cabelo encaracolado’. Aí eu falava assim ‘por que que você está falando assim? Quer mexer comigo? Quer mexer, mexeu! Se você quiser me agradar me chama de negra, porque você sabe que a minha luta aqui tem esse diferencial!”.

Ela fala que tudo isso foi influenciado por Nazário. O silêncio rompido por Dona Eunice ia para além de um reformatar psicológico, ia ao encontro postura de uma nova mulher negra que, assim como as intelectuais americanas do início do século XX nos Estados Unidos, contudo Eunice rompia com a ideia de assimilar a brancura e demonstrar ser burguesa<sup>220</sup>. Ela era a negra que problematizava. A passagem que ela relatou sobre uma audiência na Câmara de Vereadores de Volta Redonda demonstra bem isso.

Um vereador, não identificado no relato, tem a palavra e quando o mesmo queria explicar uma situação de conflito ele mencionou parte da África como exemplo negativo. Dona Eunice levanta o dedo e aguarda. O vereador não podia parar o discurso, Dona Eunice se adianta e vai para traz da assessora do vereador, a funcionária pergunta o que estava a

<sup>220</sup> Para uma leitura sobre as experiências de mulheres negras que queriam criar uma nova face pública para a sua raça nos Estados Unidos e para o início do século XX ver Giovana Xavier (2013).

ocorrer e Eunice diz que “gostaria de saber o porquê de ele estar se referindo a esse lugar. Ele está falando na porcária que houve, num sei o quê, não sei mais o quê e se referindo lá. Quer dizer, ele está igualdando as coisas, a questão lá é outra. Então eu gostaria que ele explicasse porque me incomodou”. A funcionária disse que não poderia intervir mas dona Eunice questiona se ela não poderia encaminhar “um bilhete” ao vereador, o que foi feito e “ele pediu desculpas”!

Causar estranhamento ao se posicionar foi uma das coisas que dona Eunice levou para o seu cotidiano, como ela mesma disse: “Então eu acho que nós temos que incomodar sim, no bom sentido. Com bandalheira, com essas coisas não, mas no bom sentido, com seriedade”. Ela praticou isso até dentro da igreja.

“Fui na igreja evangélica, a mulher foi dar o testemunho lá. Falou que o Diabo estava, que ela sonhou, não sei o quê. Aí o Diabo estava querendo (...) iludir ela porque o anjo que apareceu lá era preto. Ah, é a segunda vez que eu sai da igreja!”.

Provavelmente dona Eunice levantou a mão e repetiu a estratégia pois alguém declarou que “Parece que a irmã aí quer falar”, então ela foi à frente de todos e disse: “Eu vivi em igreja, sou muito religiosa e pelo que eu sei anjo não tem cor não. Então está todo mundo equivocando aqui. Então se não existe anjo preto, se preto não pode ser bom, então vocês olham pra igreja aí, tá cheia de gente preta!”. E reiterou após contar mais esse caso “Tem que ter atitude, né?”.

A redescoberta de sua negritude enquanto um questionar de determinados padrões sociais acrílicos e pautados no nosso passado escravista ajudou na configuração de uma visão, para o Clube Palmares, pautada na conscientização e ação, no conhecimento e no disseminar deste. Dona Eunice faz uma releitura de Volta Redonda em que os negros são os protagonistas, como trabalhadores e como produtores da cultura da cidade (cultura aqui encarada como entretenimento).

“A parte cultural então era toda feita pelos negros. Tinha o Círculo Operário (...). O Círculo operário era uma entidade que era para distrair, pra ter cultura, tinha shows também e os artistas, a maioria, todo mundo negro. O pessoal dos Miranda. (...) Quem comandava a banda da CSN, na rua (...), era um negão, o senhor Faustino que é da família do Zero Hora (...). A família toda era de artistas, tocavam instrumentos de sopro. A família toda. Acho que eles eram 12”.

Segundo dona Eunice o Clube Palmares era referência no Estado do Rio de Janeiro, “pois o Rio de Janeiro não tinha movimento negro”<sup>221</sup>.

“Aqui eles aprendiam, aqui nessa varanda igual nós estamos aqui (...), e as ideias iam, levavam as ideias para o Rio. Às vezes o Nazário ia para o Rio (...). Porque o clube que tinha lá não era um clube assim, como o Palmares, era simplesmente um clube de dança. Que era o Renascença (...), mas era só... Não tinha cultura. Era só um clube para dançar, entendeu? (...) Não tinha cultura, então a cultura era aqui. Quando tinha festa no Renascença, depois quando começou, o grupo que ia dançar lá era o grupo da [inaudível] que começou no Palmares e Nazário que levava as meninas, as meninas tudo novinha(...), levava e tinha que entregar depois que terminava o ensaio”.

Posteriormente dona Eunice cita o nome do grupo, Nzinga, o primeiro do Estado do Rio de Janeiro a ter dança afro e originário de Volta Redonda. O fato é que o discurso de mobilização negra, de valorização de uma cultura negra e de uma mudança de comportamento para o negro que participasse do Palmares fica muito evidenciado nos relatos. O site do clube sustenta em sua página inicial um provérbio africano que vai na mesma direção: “Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão sempre glorificando o caçador”<sup>222</sup>.

Palmares era mais do que um clube social em que pessoas negras poderiam dançar e conversar, era clube engajado na causa negra e na valorização do povo negro. Na primeira seção deste capítulo o senhor Sebastião lembrou de Palmares como um clube que chamava os negros para estudar. Não sabemos se isso foi uma constante no clube ou se dependeu da postura da direção eleita, o que apuramos é que o senhor João Laureano tinha outra visão sobre a função do clube, para ele o objetivo do Palmares era integrar o negro na sociedade, não havia objetivo político, a questão do Clube era estritamente social. “Tanto é que as orquestras que tocavam em outros clubes tocavam no Palmares e as atividades no Palmares eram todas de terno e gravata”.

João citou que a partir dos anos 1970 o clube teve um decréscimo no número de associados pois os outros clubes foram se abrindo para os negros e foi justamente no final dos anos 1970 que Palmares consegue murar sua sede. Fiquei curioso sobre a influência da luta

<sup>221</sup> Encontrei texto que afirma a criação do Clube Renascença em 1951 (MACEDO, 2007, p. 399), clube no Rio de Janeiro que também se destinava aos negros, contudo, pela resenha de Márcio Macedo sobre o livro **A alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube** (Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007), fica explícito que os dirigentes e frequentadores do Clube, em sua fase inicial, “buscavam ressaltar um padrão de vida e sociabilidade da família tradicional burguesa, buscando se diferenciar dos brancos burgueses e dos negros pobres, proletários e moradores das massas” (Idem, 400). Talvez com base nesta fase inicial do Renascença é que dona Eunice embasa sua opinião do pioneirismo do Palmares.

<sup>222</sup> Disponível em <<https://www.clubepalmares.org.br/>>, acessado dia 10/03/19.



dos negros americanos pelos direitos civis sobre o clube e perguntei ao senhor João. Por mais que as lutas nos estados unidos tenham vivido árduos dias nas décadas de 1960 e 1970 ele relatou que isso só chegou ao clube nos anos 1980.

“Na década de 1980 surgiu um grupo de rapazes com essas ideias, com a ideia ai de movimento americano. Os Panteras Negras, enfim. Ficaram sabendo que existia o Clube Palmares. O Clube Palmares foi fundado com o objetivo de integrar negros na sociedade, não tinha nenhuma questão política. Até porque a época não permitia, tanto é que [inaldível] foi chamado no batalhão [22° BIB], o presidente também, né? Quer dizer, qualquer atividade que não era bem aceita pelo Exército da época era convocada a prestar esclarecimentos. Então esse grupo de rapazes com a ideia diferente de uma sociedade formada no movimento negro (...). Resumindo, foram para o Palmares mas com a ideia de movimento negro. Palmares era uma entidade, tinha estatuto, regimento e eles não assimilaram essa organização de Palmares. E para eles, nós os... Para época a gente de terno e gravata e eles com a ideia de Black Power (...), assumiam o natural e tal (...), pra eles foi uma das grandes... Foi um choque, foi um dos grandes erros que eles cometeram na época. Ao invés deles se aliarem a nossas ideias, elevação cultural do negro. Eles não estudavam, tanto é que a maioria deles ficaram por aí. Então para eles nós éramos negros elitistas, negro burguês, né? Nós como funcionários da CSN, nessa época o Nazário já estava formado e eu também, já havia terminado o curso técnico. Já estava como técnico mas para eles nós éramos negros elitistas, burguês, né? E ser negro [para eles] era ser pé no chão, cabelo ouriçado e tal, muita gíria e nos eliminou (...) de dentro do Clube. Eles foram maioria”.

João demonstra uma decepção com o ocorrido, posteriormente ele volta ao clube para sanar as dívidas e implementar a sede. Em seu relato o pessoal que ele cita como do movimento negro que estava dentro do Clube Palmares viveu uma aventura e confundiu o movimento com o clube, ao mesmo tempo penso que há uma contradição evidente entre a postura de dona Eunice, que também foi presidenta do clube, e o senhor João Laureano. Aliás, há uma questão interessante aqui, na seção anterior o senhor João chama os Howard de negros de alma branca, mas se a função do Palmares era integrar os negros na sociedade e os Howard já frequentavam os clubes, se vestiam bem e participavam da vida social da cidade ao lado da classe mais elitizada, se a função do clube era integrar os negros qual a vantagem dos Howard frequentarem o Clube Palmares?

O que há de acordo entre João Laureano e Eunice é a questão de mudança de trajetória via educação, o estudo e a estrutura que a CSN deu a essas pessoas é algo sempre lembrado e essa condição de estrutura que dava oportunidade também foi lembrada para o caso de Nazário.

João cita que seu avô “foi escravo, até os 40 anos”, em Cajuri, na Zona da Mata de Minas Gerais. “Casou aos 45 anos, teve 9 filhos e meu pai foi um deles. Filho de escravo morreu analfabeto”. O pai de João nasceu em 1901, ficou por lá mesmo na zona rural e não

conseguiu estudar. A insegurança estrutural de sua família determinou estratégias que mesclavam a integração em um ofício com a herança das desvantagens de um negro.

“Minha mãe com toda a dificuldade de criar os filhos, tinha um sonho que os filhos tinham que ter um ofício. Aos treze anos ela me colocou na sapataria. (...) Aí falava: ‘eu quero que meus fio não seja burro igual o Zé [pai], tenha um ofício’. A intenção da minha mãe era que tivéssemos uma profissão. Colocou um meu irmão na alfaiataria, eu sapateiro e o outro ia ser pedreiro. Quando a gente casasse um fazia a casa pro outro, o sapato pro outro e o terno pro outro. Essa era a visão da minha mãe. Isso era o ideal pois não se tinha outra visão”.

Ele diz que não sabe de onde sua mãe tirou isso pois seu pai nunca pensou nessa estratégia e nem em estudo. João começa a jogar futebol e um farmacêutico de sua terra arruma para ele treinar no São Cristovão, no Rio de Janeiro. Ele era lateral direito e através de amizades consegue ir para o Madureira. Foi construindo uma alternativa de vida e se distanciando da história de seus pais. Tinha parentes em Volta Redonda e em uma de suas visitas é convidado pelos familiares a tentar a vida na cidade. Vem e é fichado mas como sapateiro arruma trabalho de servente.

“Foi o Clube dos Funcionários que me despertou a estudar. Eu era servente e um funcionário queria me levar para trabalhar no Escritório Central mas eu só tinha o curso primário. Então ‘se você tivesse pelo menos o segundo ano do ginásio a gente poderia trazer o senhor para trabalhar aqui com a gente”.

Tendo oportunidade e força de vontade ele continuou na trajetória de estudos.

“Já no segundo ginásio eu despertei pra terminar o ginásio. O homem é o produto do meio, aquele grupo ali: ‘vamos terminar o ginásio’. Terminei o ginásio e estava com outra visão, um ia fazer contabilidade, o outro ia fazer científico, fazer curso superior, comecei a pensar alguma coisa diferente também. Não queria mais trabalhar no escritório central, aí fiz o científico, terminei o científico e fiz o curso técnico. Toda a minha formação foi na CSN. **De toda a geração descendente de escravo eu fui o primeiro a fazer o ginásio e o científico.** Terminei o curso técnico, com muita dificuldade consegui a vaga de técnico, casei 5 anos depois e voltei para fazer a faculdade. Pensei em fazer matemática, ia fazer engenharia mas como eu tive uma progressão que não compensava mais fazer o curso de engenharia com sacrifício. Eu fui a chefe de divisão, aí eu fiz administração de empresas depois. Terminei como chefe de divisão com administração de empresas”<sup>223</sup>.

O relato de ascensão e estudos evidencia orgulho e deixa a falsa impressão de igualdade entre todos os trabalhadores, mas aos trabalhadores negros persistir era a regra e nesse ponto retomamos algo interessante que já relatamos em outro capítulo. Todos os trabalhadores negros, em primeiro momento, evidenciam resistência em dizer que a

---

<sup>223</sup> Grifo nosso.

oportunidade não era igual para todos, me parece que a ideia de classe, de ser um trabalhador da CSN funciona como uma questão limitadora pois o denunciar de tratamento desigual pode trazer uma visão de não estar incluído. O que o relato do senhor João nos mostra é o que outros também demonstraram, ou seja, depois de um ímpeto inicial que se pauta no discurso de que a CSN dava tudo e que todos eram iguais, surgem adendos que demonstram que alguns eram mais iguais que os outros e geralmente essa “igualdade” esbarrava na cor dos envolvidos.

“Meus colegas de curso técnico... Eram cinquenta e cinco, 26 desistiram, era muito pesado. Começava às 18 horas e saíamos da Usina às 17:15 para pegar na Escola Técnica às 18 horas. Éramos 55 alunos e terminamos com 29. Aliás, éramos só dois negros, um desistiu e ficou só eu. O último a ser classificado na CSN, como técnico, fui eu”.

Sobre ser classificado por último perguntei qual a explicação para o fato, o que ele respondeu:

“Nunca deram explicação. A primeira vaga que tinha para chefe de turno (...) eu procurei o engenheiro na época e falei ‘oh engenheiro, eu terminei o curso técnico, tô sabendo que tem uma vaga de técnico de chefe de turno...’ ao que o engenheiro respondeu ‘eu não vou te dar a vaga não, por que você não faz engenharia?’. Porque eles pensavam ‘porque você é negro e vai ser chefe de turno?’.

Havia outra área para a vaga na função que João foi formado e ele persistiu na busca.

“(...) Fui lá, conversei com o chefe da divisão e ele disse ‘tem sim essa vaga mas se eu tiver que trazer alguém pra cá eu vou trazer fulano de tal’. Nunca dizia que era, né? Então eu consegui a vaga de técnico quando faleceu um chefe de divisão que eu não conheci e eles precisavam de um técnico já formado, com experiência. Então foi assim que eu consegui! Teve que morrer alguém pra eu subir [risos]”.

João Laureano trabalhou 36 anos e seis meses na empresa, aposentou-se em onze de novembro de 1990. Sua história e as dificuldades encontradas não são muito diferentes das encontradas pelo falecido Nazário. Segundo dona Eunice, Nazário veio com os pais de Sergipe, seu pai era trabalhador da CSN e Nazário pode usar da estrutura que a cidade oferecia para estudar, sempre gostou de estudar. Ele estudou no Colégio Macedo Soares e era um dos melhores alunos. Perguntada pela entrevistadora se o Macedo sempre foi um colégio particular dona Eunice afirmou que “parece que tinha bolsa. Eu acho que ele tinha bolsa”. João ratifica esse ponto, tanto Nazário quanto Dagó (primeira professora negra de Volta Redonda) tiveram bolsas de estudo no Colégio Macedo Soares.

Terminou o científico e não se tinha muita coisa para se fazer na cidade além de trabalhar na CSN. Ele então descobre que filhos de operários da CSN tinham direito a uma bolsa para cursarem universidade fora. Dona Eunice afirma que ele foi atrás.

“Então ele foi tentar a bolsa, o pai dele era... Trabalhava na CSN também, o pai dele trabalhava e ele também trabalhava. (...) Então ele pegou, ‘a CSN dá bolsa então eu posso ir para o Rio estudar’. Então ele fez o pedido da bolsa e aí veio o preconceito, ele era preto, né? Aí a bolsa foi negada, falaram que não podia que a bolsa era só para filho de operário. Ai ele não conseguiu a bolsa.

Ele argumentou que ele era filho de operário, ele era operário também mas era filho de operário. Que a lei que estava errada então. Ele argumentou mas ficou por isso mesmo e o tempo foi passando, o tempo de fazer a matrícula lá e nada.

(...) O chefe gostava dele e fez a transferência dele para o Rio que a CSN também tinha um escritório no Rio, aí ele foi. Trabalhava e estudava, com muita dificuldade também. Depois veio um outro com o mesmo problema dele mas era branco. Encontrou com ele lá [no Rio] e falou com ele ‘ué, aqui, eu consegui minha bolsa e estou aqui’..

Ele veio para Volta Redonda tentar novamente a bolsa e citou o caso do amigo que trabalhou com ele e sob as mesmas condições conseguiu a bolsa de estudos, ele via que aquilo era um problema da cor. Aí ele falou com o responsável que queria a bolsa dele, inclusive as retroativas e que a lei estava errada.

Ele conseguiu a bolsa retroativa e eles mudaram a lei”.

Nazário termina a faculdade de engenharia e quando volta para a CSN retorna no cargo de engenheiro. Começa como chefe de canteiro de obras até chegar a superintendente que era o cargo mais alto. “Chegou a superintendente e depois a superintendente geral”. Ainda, segundo dona Eunice, ele usa da estrutura que passou a administrar para alavancar a trajetória de muitos outros trabalhadores negros, para que eles pudessem estudar.

As palavras de João Laureano de que foi o primeiro descendente de escravo a ter estudo em sua família pode ser o reflexo de uma situação vivida por muitos outros trabalhadores negros que migraram para Volta Redonda. Nazário como engenheiro gerava representatividade e a ideia de João de usar o clube para uma elevação intelectual do negro em muito deve estar pautada em sua própria trajetória e na dos companheiros que o ladeavam, como Nazário.

Dona Eunice não evidenciou sua escolaridade, contudo mesmo que sem estudo formal sua visão e ação política parecem estar muito a frente da maioria das mulheres da época, principalmente em se tratando de uma mulher negra. Sua história também é muito similar a de outros negros que vieram para Volta Redonda.

“Minha mãe era completamente diferente. Os outros irmãos dela todos eram a acara da minha avó e a minha avó nasceu no ano da abolição mas no ano da abolição ninguém pode sair de fazenda. Quem saiu também não se deu bem, nem nada. Ela continuou lá sendo escrava. Então o que aconteceu, minha avó era uma negra muito bonita mesmo. (...) A boca pequenininha, o olho meio puxadinho o

nariz fininho. A minha avó era assim. (...) Era uma negrinha muito bonita mesmo, muito delicada ela.

(...) Aí veio minha mãe (...) e os irmãozinhos tudo parecendo com a minha avó. Ninguém falou como que era o pai [avô], ninguém nunca falou e a gente não sabe como é que era o pai. Eu só sei que a minha avó assinava Coelho, será que eu tenho parentesco com aqueles lados do Duarte Coelho? Tinha um Coelho que veio para cá também mas não valia nada (...).

Minha mãe era branca mas nunca falou no pai dela. (...) Foram criados pela minha avó e pelo pessoal da fazenda, lá eles tem mania de estar falando madrinha. A madrinha não sei o quê (...). Meu pai era negro, não era retinto igual os meus filhos não”.

Tanto nas palavras de dona Eunice como nas fotos que tivemos acesso do Clube Palmares o clube foi protagonizado por pessoas negras, mas especificamente por pessoas pretas. Os “retintos” eram mais aceitos nos clubes e por vezes tinham maior facilidade em adentrar e ter acesso a outros níveis profissionais.

Imagem 1.6



Fonte: pasta-acervo Clube Palmares

Se há pontos em aberto sobre a o objetivo do clube e como ele poderia ser usado pelas pessoas negras há um certo consenso de ver que “A ascensão dos negros em Volta Redonda começou com os descendentes dos primeiros funcionários da CSN” e que isso gerou uma situação para que filhos e trabalhadores da geração posterior pudessem se envolver com o Clube Palmares.

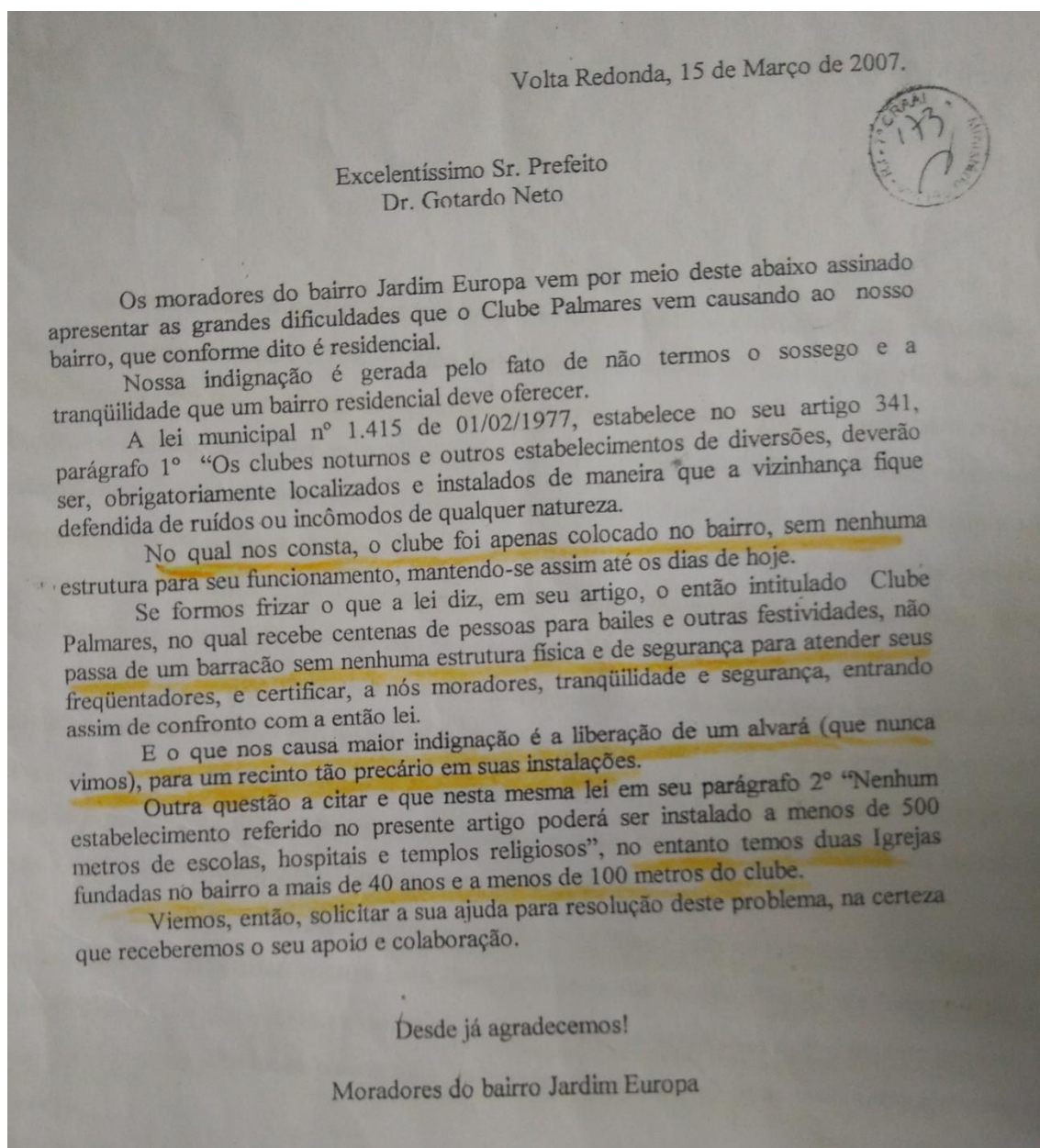
O Clube ainda existe e desde sua criação sofreu várias questionamentos e ataques. Mesmo a situação da tentativa de arrumar terreno para construção pela CSN revela relato

interessante. Mescla o reivindicar da estrutura dada pela CSN para seus trabalhadores por trabalhadores, negros.

“Como os clubes não nos aceitavam e como nós trabalhávamos na CSN e os Clubes Náutico, Aero e Funcionários estavam na área da CSN. Então nós achamos por bem que a CSN poderia até ceder um terreno. (...) Formamos uma comissão, o mestre da telefônica, eu e a Marina da Glória que já era professora e fomos ao Diretor Social da época (era o engenheiro Cotrim) reivindicar um terreno. Ficou [Cotrim] de dar a resposta e nós esperando [risos]. Não deram a resposta. Aí nós ficamos sabendo que alguém falou para eles que nós estávamos fundando um clube racista e que em Volta Redonda não existia preconceito. Nós é que éramos racistas! Mediante esta negação do terreno, não negou frontalmente, mas não cedeu o terreno. Aí nós nos vimos na obrigação de comprar um terreno”.

Encontraram um terreno no Jardim Europa mas o senhor João afirma que até hoje os moradores do bairro tem problemas com eles. Compraram o terreno por CR\$ 15.575.000,00 em 4 prestações de um milhão de entrada e dividirão o restante em 48 prestações.

Imagem 1.2



Em 1978 foi quando eles tiveram condições de murar o terreno, lote 1 e 2 da quadra A. “No imaginário de alguns moradores ali seria uma praça” e quando resolveram murar o terreno ocorreu uma série de reclamações por parte dos moradores pois “o local onde as crianças brincavam e os velhos sentavam” estava sendo murado e que “agora chegou um grupo de samba dizendo que o terreno é deles”. E os moradores do Jardim Europa ainda sugeriram que se o senhor Coronel Aluizio, então prefeito biônico, construísse uma praça, eles dariam “o nome a ela de Coronel Aluizio”.

Aferido os fatos, apresentados o compra e venda e verificado o zoneamento do bairro na prefeitura a coisa se acertou mas os moradores do entorno do clube continuaram a pensar que “Então estava chegando um clube de samba para tomar o terreno deles. Quer dizer, negro

só samba, né? Não estuda, não tem ideal. Só de dizer que era coisa de negro... Era coisa pejorativa”, relatou o senhor João Laureano.

No dia da entrevista João carregava uma larga pasta composta de fotos e documentos, nela tivemos a oportunidade de ver alguns documentos, processos e comunicados que chegam de tempos em tempos ao clube questionando sua existência e funcionamento.

Acima carta de 2007, destinada ao prefeito da cidade questionando novamente a regularidade e existência do Clube na localidade em que se encontra instalado. Contudo as reclamações não cessaram, vários comunicados foram abertos no Ministério Público denunciando desde o uso de dinheiro público nas obras do Clube e até mesmo a circulação de pessoas “suspeitas” quando da realização de eventos no Palmares. O senhor João faz questão de mostrar essas denúncias bem como outras fontes documentais que demonstram que o clube tem se adaptado ao que as leis exigem, como isolamento acústico, etc.

O endereço do clube, por si só, é questão de causar reflexão pois é uma destas contradições intelectualmente estimulantes. Um clube fundado por negros e que tem foco em eventos relacionados com negritude e da valorização da cultura afro-brasileira, entre outras questões, está localizado entre a *Rua Paris* e *Rua Roma*, ruas do bairro *Jardim Europa*. O local de construção do clube vai ao encontro das palavras de dona Eunice quando ela afirmou que o negro tem que incomodar para a desconstrução de um imaginário racista.

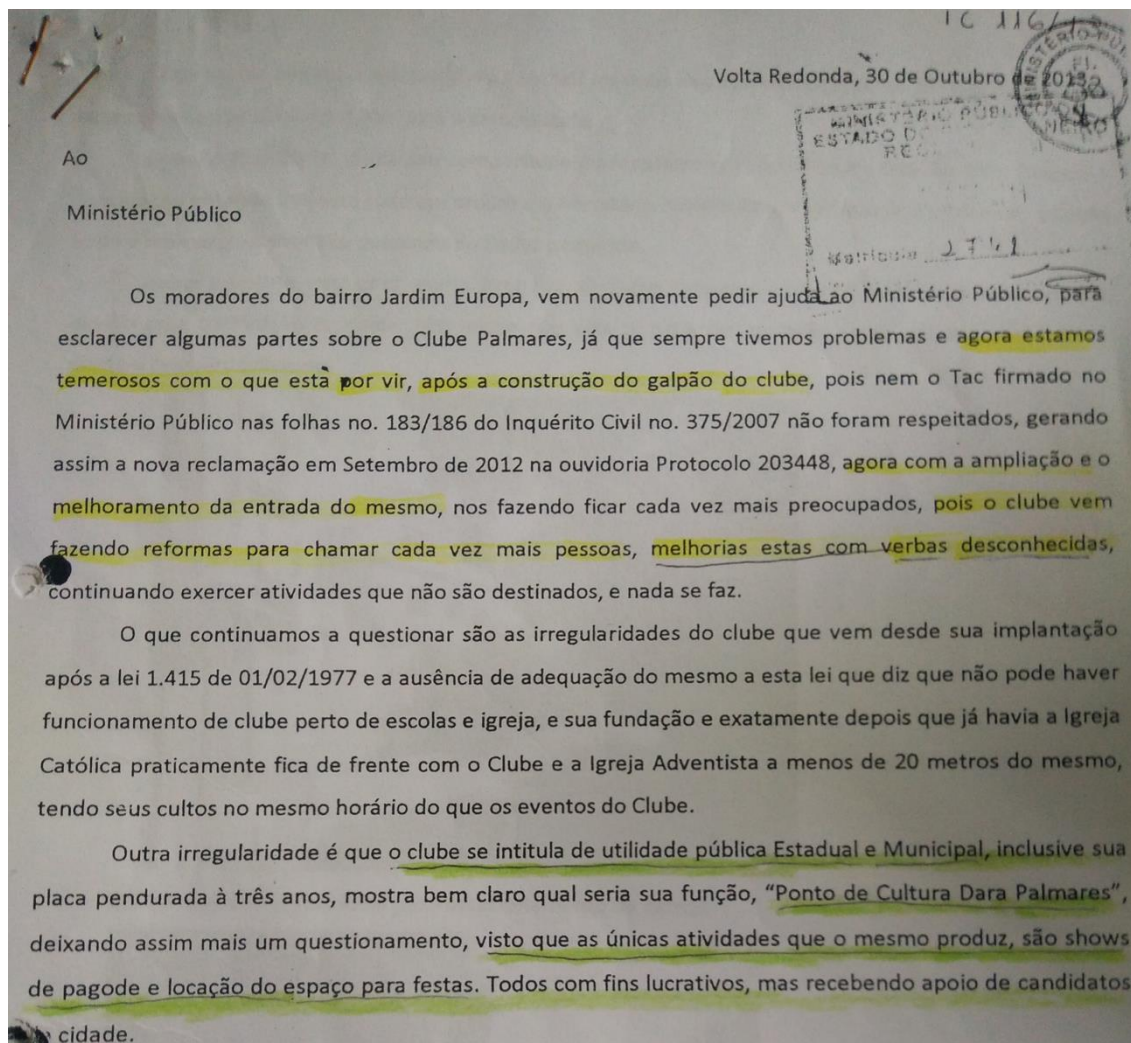
Dona Eunice e o senhor João Laureano são icônicos para o entendimento do Clube Palmares. Enquanto ele pregava um ideal de integração do negro na sociedade de classe e fazia do Clube um veículo para isso, Eunice pensava no Clube como uma trincheira cultural de valorização da cultura negra e de rompimento com um passado em que o negro, em especial a mulher negra, era a detentora do silêncio e da submissão. Continuarei a analisar essas continuidades e rupturas com as próximas personagens, contudo, gostaria de evidenciar que por mais que existissem visões diferentes dentro do Clube Palmares a comunidade que o circundava, como visto nos documentos anteriores, o via como local de balbúrdia, ilegalidade e de encontro de um povo marginal. Assim, penso que ao analisar os recorrentes pedidos e denúncias dos moradores do bairro e pensarmos sobre a história do Clube Palmares podemos usar raciocínio similar ao de Dom Waldyr Calheiros quando realizei entrevista com ele sobre outra temática<sup>224</sup>: é muito difícil afirmar que as ações contra o clube são baseadas em racismo mas é mais difícil afirmar que não são.

---

<sup>224</sup> Dom Waldyr Calheiros, Então Bispo de Volta Redonda. Entrevista realizada pelo autor na casa do entrevistado em Volta Redonda, 21/05/2008.



Imagem 1.3



#### 4. Trabalhadoras e Trabalhadores Negros em movimento e no Movimento de uma Cidade Operária: Sinergia<sup>225</sup> (1970-1980)

As personagens e situações abaixo têm como mote o demonstrar a construção dos primeiros movimentos negros em Volta Redonda para além do Clube Palmeiras, em sua maioria são filhos da primeira geração de trabalhadores e vivenciaram o agudizar do desmonte da estrutura para a classe trabalhadora na cidade, ao mesmo tempo que sentiam o aumento da insegurança estrutural em suas famílias e nas próprias existências. Contudo suas histórias evidenciam uma pedagogia nas diferenças. Da consciência de mudança de ambiente de suas famílias à valorização da educação, o aprendizado passou por uma transformação do

<sup>225</sup> Esta seção terá por base as entrevistas de Sérgio Gabriel dos Anjos, concedida à pesquisadora Gladys Guimarães, em Volta Redonda, no dia 14/06/2012 e Adelaide Maria Afonso Máximo, professora de história e uma das fundadoras do Movimento de Conscientização do Negro em Volta Redonda. Entrevista concedida ao autor no dia 09/05/2018, em Volta Redonda.

entendimento racial. A questão racial ganhava tons mais definidos e no cenário político institucional nacional ganhava páginas nos serviços de inteligência das Forças Armadas.

Entrevistei a atarefada professora de história Adelaide Maria Afonso Máximo, nascida em 1958, em Volta Redonda. Ela se orgulha e faz questão de mencionar que é uma das fundadoras do Movimento Negro de Volta Redonda e militante ativa nos dias de hoje.

A história da ancestralidade de Adelaide Maria Afonso Máximo é similar a dos outros entrevistados. A mãe de seu pai, a avó Adelaide era doméstica<sup>226</sup> e sua família é oriunda de Minas Gerais. Como ele mesmo afirma quando vieram para Volta Redonda seus avós vieram juntos, “a própria direção da CSN fazia os barracos, acolhia os operários”. Chegaram aqui no início dos anos 1950 e moraram em bairros mais marginais como Pinto da Serra e Califórnia (que faz divisa com a cidade de Barra do Piraí). Segundo ela, o último endereço foi “porque meu tio que era motorista da CSN, não se adaptou à vida urbana e morava na Califórnia que lá era roça e para os meus avós lá era melhor”.

Não conheceu os avós maternos porque a avó Filomena morreu quando sua mãe ainda era criança e a mãe foi entregue para a madrinha, foi criada pela madrinha (vovó Chiquinha). O avô materno era músico clarinetista e tocava com o Luiz Gonzaga, vovô André Martins. Ela diz que o que contam é que ele aparecia pouco, era boêmio e vivia da música. “(...) Depois da morte de minha avó ele nunca mais quis aparecer, como diz o povo ‘ele apaixonou’”. O irmão mais velho dela (Bará) toca sax e clarinete e nem sabia da história de seu avô, dizem que ele é a imagem de seu avô músico.

Da família que veio de Minas e se estabeleceu em Volta Redonda ela sabe que seu avô Affonso era meeiro e que “tinha todas as características de... Era mulato, tinha o olho claro. Então ele vem de uma história assim já mulatada, aquela coisa assim”. Ela tem uma visão bem crítica sobre o próprio avô, pois se era meeiro ele possuía regalia pois poucos negros conseguiam ter autonomia para trabalhar na terra. A desconfiança pode ter sido pautada em algo mais pessoal como os comentários da própria mãe e outras pessoas da família que falavam que “essa gente preta do olho gateado não presta [risos]” e seu avô tinha o olho “gateado”. Ela compara esse tipo de gente mestiça ao período de escravidão: “(...) Então, porque isso era a figura de capataz. Porque o capataz, o que que ele era? Era o filho do dono da fazenda com o escravo que ele não podia colocar nem na fazenda e nem na senzala. Entendeu? Então ele fica ali, de capataz”.

---

<sup>226</sup> Para uma visão mais matizada sobre o trabalho doméstico e a relação deste com as mulheres negras no pós-abolição vide Natália Batista Peçanha (2019).

Perguntei a ela com que idade ela se descobriu ou se sentiu negra, se teve alguma situação reveladora e ela afirmou que teve consciência racial desde pequena e depositou isso na questão de vir de uma família de alfabetizados. A mãe dela era de Teixeiras, da cidade, e seu pai era da roça e analfabeto. O analfabetismo de seu pai foi um dos motivos que impediram o casamento o outro era a idade de sua mãe que tinha apenas treze anos. Seu pai se casa com outra mulher, vem para Volta Redonda e quando se torna viúvo manda carta para os pais de sua mãe com um pedido de casamento, a intenção era fazer o pedido mas também demonstrar que sabia escrever. O que a história desse casamento demonstrou, segundo professora Adelaide, é que chegando aqui a “CSN colocava para estudar, pra ler e escrever”. Minha mãe lia e escrevia.

Dentro de casa eles sempre debateram a questão racial, inclusive o senhor José Garcia<sup>227</sup>, que foi outro grande ícone da cidade, era amigo de seu pai. Adelaide explica que seu pai “sempre falava que vai chegar uma hora que os pretos vão mandar nos brancos. Então meu pai sempre tinha essa fala lá dentro da CSN”. Ela acha que a consciência negra de seu pai é um dos produtos dessa mudança de um lugar para o outro, é fruto do choque de culturas que viveu como migrante pois “então ele vai ficando com essa capacidade de análise e que vai desenvolver. Deve ser pelo quadro que via dentro da usina. Porque o chefe, todo mundo era branco, poucos chefes eram negros”.

O negro saindo da área rural e se tornando autônomo, letrado e cidadão é um processo que Volta Redonda propiciou ao mesmo tempo que trouxe o estranhamento com o passado e a releitura do mesmo sob um olhar menos pejorativo e mais crítico, isso explicou na valorização de familiares apresentados como escravos ou mesmo a ação de se assumir como descendente de um, vimos isso em quase todos os entrevistados até aqui. A migração da família e a análise da professora Adelaide tem muito a ver com o processo de formação de classe e identidade racial em Volta Redonda, pois parece que a primeira, através de sua estrutura, possibilitou o acender da segunda. Um caminho oposto ao pretendido pelo ideal de classe trabalhadora e modernização disseminado pelo Estado pois para ele, discursivamente, a modernização apagaria o passado, a escravidão e traria à tona apenas a nova classe trabalhadora.

As transformações que ela narra em sua família sempre trazem um sentido de transformação e empoderamento. Mesmo situações em que o desconhecimento e falta de

---

<sup>227</sup> Realizamos duas entrevistas com o falecido senhor José Garcia, a última em 2018. Ele veio a falecer no final do mesmo ano.

experiência poderiam ser um empecilho, tal o caso da chegada em Volta Redonda e do registro dos nomes de seus tios. O nome de seu avô era Afonso José Francisco

“(...) E meu pai e alguns dos irmãos assinam Afonso. Meu pai era Manuel Affonso, o tio Vicente, Vicente Afonso, mas o tio José já era José Paulino e o outro caso interessante que quando eles vêm para Volta Redonda eles vão fazer tiro de guerra [serviço militar]. Que aí foi ter os documentos, então cada um pois a idade que quis. Pegou o Afonso do meu pai que era com dois efes e ele já pois um efe só. Eu costumo falar, o cara já era analfabeto ainda vai por dois efes por que pra escrever o nome? Então eles ficaram com as idades muito próximas um do outro, tinha de oito meses, sete meses de um para o outro. Cada um resolveu ter a idade que quis. Porque vem a coisa dessa dignidade, né? De ter nome, de dar cidadania. Porque se você vem de uma fazenda de café onde ninguém tinha nada e chega aqui você vai ter documento, você recebe dinheiro, você entende o poder de compra, entra na lógica do capital. Então você é consumidor”.

As considerações de Adelaide fizeram com que eu tivesse de mudar meu plano de entrevista pois rapidamente ela chegou no entroncamento entre classe e raça. Tomei a iniciativa de perguntar especificamente sobre esta questão. Como ela via a relação entre estes dois conceitos? Ela disse que essa hipertrofia de classe sobre raça sempre foi uma questão para o movimento negro:

“(...) o movimento negro grita isso desde o Teatro Experimental do Negro, com o Abdias. O movimento negro já fala isso, a organização dos movimentos. E mesmo se pegar o discurso de senzalas, eu estou até assistindo de novo Sinhá Moça [novela] e cada vez que eu assisto eu descubro uma coisa das falas, uma observação. Existia a consciência de pele, de cor, da comunidade negra desde sempre. Porque as diferenças se davam pela pele”.

Segundo ela, é a pele, em primeira instância, que determina o que ela chama de cota.

“(...) Qual é a nossa cota? Nossa cota é ser a faxineira, a doméstica, o gari, entendeu? Essa é a nossa cota. Eu quando vou falar eu falo que a cota sempre existiu, só que a nossa é essa, essa e essa [gesticula com as mãos]. Quando a gente foge disso aí a gente se torna problema. Porque as minhas amigas negras (de infância, adolescência e juventude) que não estão dentro desta cota e que passaram, que se tornaram advogadas ou professoras, elas todas têm uma vida fechada. Elas não interagem, tem uma vidinha lá muito... Tenho uma cunhada que é uma enfermeira aí, que todo mundo badala mas ela [diz]: ‘Sabe como é que é, porque a gente é preto, então...’. Então ela avança no profissional, mas quando a discussão é pele, é cor, ela... Ela não está, ela não interage”.

A questão do estudo como via de superação era um discurso muito disseminado entre os negros da segunda geração em Volta Redonda. Adelaide afirmou que “toda família negra da minha geração, dos filhos da minha geração, o discurso em casa era o mesmo: ‘cê estuda porque ocê é preto, porque ocê já sabe que pra nós é mais difícil’, (...) ‘filho meu não vai pôr

a mão na graxa”<sup>228</sup>. Então, para ela, todos os negros de seu círculo pessoal que estudaram, passaram por esta situação caseira. Muitos estudaram e conseguiram se colocar no mercado de trabalho, mas eram socialmente pressionados e alguns se calaram.

A questão de ser migrante e viver uma outra realidade quando chegaram a Volta Redonda, ter mais oportunidade, para si e para os filhos foi uma questão pedagógica, uma pedagogia por contraste e que não foi apenas usada por pessoas negras.

A professora conta que muito próximo de sua casa havia uma família racista, na mesma noite entes queridos das duas famílias morrem, “na mesma madrugada no Hospital da CSN” (o avô de Adelaide e a avó da família). A questão é que durante a madrugada, Vera, filha da citada família, se aproximou da casa da família de Adelaide para conversar, aceitou o café oferecido e bebeu o “café na tampa da garrafa e sem lavar”, isso ganhou o pai de Adelaide que já admirava “a menina branca” que fazia medicina e era **estudiosa**. Se a questão racial os distanciava a admiração pelo estudo os unia. As famílias são amigas hoje e Vera é amiga muito próxima da professora.

Adelaide tem uma narrativa que sempre traz a consciência de ser negra e ter vindo de família negra. As memórias e fatos são pensados dentro de um caráter construtivo, às vezes não tão dentro uma linearidade, mas sempre entendendo situações conflitivas como motivadoras de reflexão, autoconsciência e engajamento. Vejamos como ela apresentou a questão dos Clubes e seus conflitos.

Seu pai e irmãos frequentaram o Clube Palmares e ela revela que durante a ditadura militar muita repressão houve por lá. Segundo ela: “ (...) quando chega a repressão, a repressão bate lá. Prende pra fazer inquérito, o Zé Linhares. Porque era muito amigo do meu pai e convivia muito na minha casa”.

A situação que ela descreve não foi confirmada no relato do senhor João Laureano, ele não adentrou muito a temática da ditadura, apenas reconheceu que muitas vezes tiveram de prestar esclarecimentos no 22º BIB, mas a professora cita que “(...) eles foram levados até para andar de helicóptero e que eles pegaram e distribuíram os sócios do Palmares em outros clubes. Porque o Palmares vinha com a questão do cunho ideológico, cunho racial”. Se é difícil apurar a questão do helicóptero o próprio senhor João Laureano citou que a partir dos anos 1970 vários clubes que antes tinham uma política restritiva baseada na cor mudaram essa política e começaram a aceitar pessoas negras em seus quadros sociais. Não que fossem do quadro do Palmares mas causaram um certo esvaziamento no Clube pois então poderiam

---

<sup>228</sup> Questão detectada entre outros grupos de trabalhadores negros que tiveram clubes de entretenimento, vide o caso do Renascença Clube, no Rio de Janeiro (DA SILVA; BERNADINO, 2013, pp. 205, 206).

frequentar outros clubes. Mesmo assim o conflito racial nos clubes adentrou outras décadas. A professora confessa: “Eu já fui barrada na porta do Náutico e com convite na mão” e isso nos anos 1980. “Acho que não existe um preto que não tenha sido barrado no Náutico. O Clube mais racista de Volta Redonda era o Náutico”, e, segundo ela, não era o mais badalado: “classudo mesmo era o Funcionários que também era racista e barrava”.

Em entrevista com outro trabalhador de Volta Redonda, o senhor Luiz Paulo Almeida<sup>229</sup>, ficou registrada a questão de um clube ao lado do Náutico, que recebia público majoritariamente negro: O Clube Paulo Mendes. Outras pessoas afirmaram que funcionava no espaço do Círculo dos Trabalhadores Cristãos (CTC). Quando perguntei sobre o Paulo Mendes para a professora Adelaide ela automaticamente questionou: “o CTC?”. Disse que também o frequentou e que era um clube que sofria muita discriminação por parte dos brancos de Volta Redonda, tanto que foi apelidado de “Planeta dos Macacos”. Ela lembra que a música “We are the Word”, cantada por vários artistas americanos, foi apelidada de “melô do CTC”. Procurei pelo vídeo<sup>230</sup> e havia clara menção à África. “USA for Africa” é a primeira frase que aparece na abertura. No avançar da música ao aparecerem vários músicos brancos e negros, quando os artistas cantam em coro e o ângulo da câmara se abre dando uma panorâmica de todos, vê-se claramente que são artistas majoritariamente negros. A música era de ajuda à África, apresentava vários músicos negros, a situação no continente africano era lastimável e as cenas de miséria humana corriam nos jornais e televisores à época (1985), talvez por uma destas questões ou por todas elas a pecha de “melô do CTC” pegou e era para ofender.

A situação era extrema e chegava às vias de fato. Os clubes chegaram a se organizar para evitar conflitos pois sempre na saída do CTC e do Náutico ocorriam brigas. Adelaide disse que existia um acordo entre o Náutico e o CTC. No carnaval, por exemplo, num dia o CTC parava 15 min mais cedo e no outro o Náutico fazia o mesmo pra evitar o confronto. “Com isso a cidade tinha essa discussão do racismo, entendeu?”. Para Adelaide “o lazer é realmente onde você vê se tem ou não tem racismo” e diante das contradições que se apresentavam o conflito se transformava em algo pedagógico.

Diante do quadro de violência contei a ela sobre matéria apresentada pelo Jornal do Brasil de 1987<sup>231</sup>, nele havia pesquisa que teve as cidades de Volta Redonda e Nova Iguaçu

---

<sup>229</sup> Luiz Paulo Pereira, negro e ex-trabalhador da CSN. Entrevista realizada pelo autor em Volta Redonda, 11/11/2017.

<sup>230</sup> Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=Zi0RpNSELas>>, acessado dia 07/03/19.

<sup>231</sup> *Jornal do Brasil*. 13/11/1987, p. 36.

como base e o mote foi a discriminação racial. A pesquisa<sup>232</sup> e reação à publicação do jornal não tiveram boa aceitação entre os cidadãos, muitos não reconheciam a discriminação racial ou alegavam que era uma pesquisa condicionada pelas localidades, fazendo questão de criticar a metodologia. A citada pesquisa, foi encomendada pela Igreja Católica e provavelmente teve vinculação entre Dom Waldir Calheiros (Volta Redonda) e Dom Adriano (Nova Iguaçu) dentro da lógica de construções de pastorais e da teologia da libertação.

A pesquisa revelou que muitos negros não iam à delegacia prestar queixas e a professora afirmou que realmente ninguém ia. Como exemplo, ela cita a própria história de estudante, pois ao estudar no Manoel Marinho por muitas vezes caiu “na porrada por causa desta questão de cor”. Tanto nos clubes como em outros espaços a questão racial era motivo de tensão em Volta Redonda. Sérgio Gabriel dos Anjos<sup>233</sup>, conhecido como Bri ou Sérgio Bri, afirmou que o que ele sentia na década de 1970 era que antes dos Movimentos Negros de Volta Redonda “(...) O racismo não era uma coisa que se falava”, mas pelo que colhemos até aqui os negros e negras o sentiam.

Inseridos em uma cidade industrial os trabalhadores negros usufruíram da mesma estrutura construída para todos os trabalhadores da CSN e isso simbolizava ter, para além dos estudos, determinados ícones da prosperidade. A professora conta que para os que vieram da primeira geração era importante ter os filhos com estudo ou com bens materiais, como carros, etc, pois a questão era mostrar que os filhos estavam em melhor situação que os pais. Adelaide pensa que “(...) era assimilar a coisa do capital mesmo, a coisa do consumo”, penso que era a questão de status social mesclada com o posicionamento do negro na concorrência pelo mercado de trabalho. Justamente por isso o Clube Palmares passa a ser questionado por um grupo de negros mais novos.

No Palmares os negros vestiam as melhores roupas, andavam de black tie. João Laureano e dona Eunice afirmaram isso em suas entrevistas e professora Adelaide comenta o que essa nova geração pensava sobre: “(...) se o Palmares era todo mundo de back tie, terno, vestido, o que se questionava na época era ‘e a empregada doméstica, ela vai?’ Existia esse questionamento”. Adelaide via esse *vestir bem* no Palmares como uma competição e afirmou

---

<sup>232</sup> IBASE/Comissão de Religiosos(as) Seminaristas e Agentes da Pastoral Negros do Rio de Janeiro, 1987, dados publicados em *Negros no Brasil: Dados da Realidade* - co-edição COM Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e *Vozes*.

<sup>233</sup> Entrevista concedida à pesquisadora Gladys Guimarães em Volta Redonda, em 14/06/2012.

que esse tipo de questionamento surgiu dentro do próprio Palmares pois muitos dos que questionavam eram filhos dos sócios<sup>234</sup>.

Uma das discordâncias que ficaram evidentes entre as falas de Adelaide e de João Laureano foi a questão política do Clube Palmares. Para Adelaide o Palmares, desde sua criação, já tinha caráter político, principalmente porque o racismo foi vivido em Volta Redonda na questão do lazer. Como ela mesma relata, fazendo uma analogia entre a CSN e a senzala: “Na Senzala eram todos iguais, quando saíam dali é que cada um tomava seu rumo. Aí os rapazes brancos iam para os clubes e os rapazes negros iam para a zona [casa de prostituição] ou para os botequins. Iam frequentar Barra Mansa, onde tinham as zonas mais famosas, ia todo mundo pra lá”. Então, romper com essa divisão social do entretenimento era encarada por ela como uma postura política e pelo senhor João como integração do negro na sociedade.

Sobre a concepção do Palmares sob a direção de João Laureano, Adelaide comenta que: “João entendia o Palmares no mesmo molde dos clubes que existiam em Volta Redonda. A questão social, tinha lá o time de vôlei, tinha os bailes, tinha ali um monte de coisa” e diz que a nova geração já estava sendo influenciada pela TV, cita que na casa dela eles possuíam TV desde a década de 1960 e que na hora do noticiário “era igual hora de oração, todo mundo calado prestando atenção”. A TV trouxe elemento novo e conflitivo e este elemento fazia com que as reflexões sobre um clube para negros em uma cidade industrial se tornassem mais ácidas.

“A gente ia no Palmares mas foi racha lá (...), na verdade a gente queria fazer igual os americanos faziam e assimilar a luta também dos Panteras Negras. As bandeiras dos negros americanos a gente assumia aqui”. Segundo Adelaide, isso influenciava muito o pessoal mais novo, tanto que o Zacarias surge com o movimento Soul Black e somado a ele e ao Sérgio Bri vieram Paulinho e Mário Cesar.

Sérgio Bri cita a primeira vez que esteve no Palmares pois o estranhamento foi grande. Segundo ele, desde a portaria até o interior do clube todas as pessoas envolvidas com as atividades eram negras, “mas eles não tinham essa conotação de Black”. Se o espaço de entretenimento separava os trabalhadores e trabalhadoras por sua cor ele começava, nos anos 1960 e 1970, a causar nos negros um estranhamento que os unia e não somente com os negros de Volta Redonda. Assim, o próprio Bri relata que:

---

<sup>234</sup> O Palmares, no ponto específico levantado por Adelaide, não parece se distanciar muito do que era o Renascimento em seu início. Vide Da Silva e Bernardino (2013).



“Eu comecei no movimento negro mas comecei através de uma atividade recreativa porque na época estava acontecendo no Rio de Janeiro um movimento chamado Black Music e os jovens negros e as meninas também, começaram a frequentar esses bailes. Mais os meninos, mais atirados, começaram a frequentar esses bailes. Que baile é esse? Baile de Black (...), era o baile do Black”.

Bri ia ao baile Black, no Rio de Janeiro, por entretenimento mas começou a se perguntar sobre aquele ambiente. Ficou curioso e queria saber por que tantos negros e ao som de determinadas músicas, músicas americanas? Aí começou um processo de aprendizado, foi informado do movimento Black, da relação dele com os EUA e a questão dos negros. Foi pesquisar a música, a história da música e descobriu que não era apenas um movimento musical, cultural, era uma atuação política. Para ele o movimento negro americano pensa na ação em diversas frentes e uma delas é na música, chamada música negra americana. Para Sérgio Bri, eles e seus amigos e amigas que iam ao baile Black tiveram um processo transformador pois “(...) Começamos a ter consciência que aquilo ali não era apenas a música, por trás da música tinha toda uma movimentação social, todo um engajamento político, todo um direcionamento para a questão de melhores condições de vida para a população negra”.

Da participação nos bailes no Rio à organização de bailes em Volta Redonda foi bem pouco tempo:

“A turma que começou a ir nos bailes também começou a ter esse entendimento: que era Movimento. Aí começamos a fazer os bailes aqui, primeiro estávamos indo ao Rio de Janeiro, depois começamos a fazer os bailes na cidade. Chamava as equipes de som, montava as equipes, ‘vamos tocar a mesma música que toca lá’, e aí foi crescendo esse movimento musical e paralelo ao movimento musical, como nós já tínhamos a informação, foi também crescendo a movimentação de negros se encontrarem com negros, conversar sobre negros e isso foi acontecendo aqui dentro da cidade tanto que aqui na Vila [bairro central] se promoveu encontros de Blacks”.

Lembrei-me de um documento que achei no acervo do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PACC – UFRJ) que tratava de um grupo de Volta Redonda chamado União Black Produções. Perguntei, durante a entrevista com professora Adelaide, sobre ele, e ela comentou do Meia, não lembrou o nome e disse:

“Eles tinham até equipe de som, a galera fazia, eles montavam umas equipes excelentes. (...) Eles começam com o movimento Soul Black e o movimento se espelhava na negrada lá, americano. Nosso negócio... E era engraçado que esse menino que você está falando, o Meia do Nove de Abril [bairro ao lado do Metalúrgico], ele vinha de sobretudo preto, óculos escuro, uma aparelhagem de som no ombro (...). Black Power, todo mundo era Black Power, tinha cada um lindo, o meu era maravilhoso e a gente reunia na praça aqui na Vila [bairro central], na Praça do Relógio, não tinha a Raul de Leoni [Biblioteca Municipal]. E ali a gente se reunia para dançar Soul, movimento Soul Black”.

Toda essa movimentação ocorria nos anos 1970, tanto a professora Adelaide como Sérgio Bri tiveram estranhamentos com a TV brasileira. Segundo a professora:

“Foi um período que a Rede Globo [estava] crescendo, ela acabava contribuindo, pois ela falava tanto no racismo, no racismo nos Estados Unidos e fazia um paralelo que aqui vivia-se em paz, a tal da democracia racial. Aí quer dizer, ela acabou contribuindo pra gente ver que era mentira, quem não percebia começou a fazer comparação. Porque o movimento negro vem da década de 1970, porque a gente só vai chamar mãe África a partir dos anos 1980. Num primeiro momento a nossa referência era o modo de ser e viver do americano e que eu acho até que agrada o capital porque ali, a briga por direitos e tudo estava envolvida com, acima de tudo, o poder de compra. Haja visto o charme [estilo musical], as danças, todo mundo muito bem arrumado”.

Sobre o Baile Charme ela acrescenta que o jeito arrumado de quem participava não era no sentido de competir, mas uma forma de protesto. Sérgio Bri comentou que começou a ver o racismo nos Estados Unidos, mas descobriu que aqui também existia. Diferentemente de professora Adelaide que tinha uma consciência de sua negritude e dos problemas que enfrentava com e por ela, Bri a descobriu:

“Essa consciência ela foi adquirida ali através dos bailes, porque conforme eu falei com você o que me chamou a atenção foi porque antigamente a gente frequentava os bailes mas era baile comum, tocava qualquer tipo de música (...), mas você não tinha um corte racial na música e é lá no baile Black que a gente vai tomar conhecimento que tinha uma música, música negra americana, essa música era fruto de uma mobilização dos negros por causa dos acontecimentos de racismo e preconceito nos Estados Unidos e que os negros se uniram e produziram diversos momentos dentro da caminhada da vida social americana e a música era um movimento marcante dentro da caminhada dos negros”.

Bri expressou sua visão sobre movimento dos negros americanos: “os negros dos Estados Unidos (...) estão lutando pelos direitos deles”. Acredito que o discurso de democracia racial apresentado pela TV em aberta contradição com as brigas nos clubes e conflitos nas escolas realmente trouxeram esse questionar da situação do negro na cidade e influenciaram a atuação da nova geração pós-Clube Palmares. Adelaide afirmou que o movimento Soul Black foi base para muitos dos movimentos negros que surgiram em Volta Redonda e Sérgio Bri disse que esse movimento levou à ação pois o questionamento era simples “(...) por que que aqui no Brasil nós [negros] estamos parados?”. Para ambos o novo movimento já tinha uma forte conotação política e nas palavras de Adelaide porque:

“Já era um movimento político-cultural pois as bandeiras eram as mesmas bandeiras dos americanos, dos norte americanos. Então a gente ia ler sobre Pantera Negra, Rosa Parks, Martin Luther King, Malcom X e aquilo virou a nossa

literatura. A gente lia e eu era parte daquilo ali”.

Quando da descoberta ou redescoberta da negritude eles começaram a analisar a história do próprio país e a luta dos negros. Segundo Bri, ficaram cientes da Frente Negra Brasileira, de sua história e do fim precoce em 1937 por causa do Estado Novo, procuraram na própria cidade algo de raiz e lembraram no Clube Palmares e do CTC (Paulo Mendes). Para além da criação de novos movimentos houve a tentativa de trabalho conjunto com os que já existiam.

Como dito por Adelaide o Soul Black trouxe novos movimentos. A imagem abaixo é o cabeçalho de um documento do Grupo União Black Promoções (UBP), fundado em 23/09/1979 e que foi assinado por Mauro César Mario, secretário da UBP. Penso que ele possa ser o tal do Mario Cesar citado pela professora.

Imagem 1.4



Fonte: Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC) – UFRJ.  
 Pasta: Arquivo do Cultura Contemporânea da UFRJ, Impressos.

O documento da Black Promoções era um convite para o Encontro de Consciência e Cultura Negra que ocorreria no dia 28 de maio de 1988, no Círculo de Trabalhadores Cristãos (CTC) de Volta Redonda. A programação do evento trazia duas palestras em horários distintos, a primeira era sobre o “Centenário da Abolição” e a segunda sobre “O Negro na Sociedade”. Além disso, haveria um debate em que se elencava três assuntos: a) “O negro na política”; b) “Mulher Negra – Triplamente Discriminada” e c) “África do Sul – ‘O Apartheid’”. O Clube Palmares aparecia listado na programação cultural, da seguinte forma “21:00 hs – Capoeira – Resistência Cultural – Clube Palmares”. O encerramento era regado a três ritmos e ambientes: Baile (Ritmos do Funk e Soul Music), M.P.B. (música ao vivo com diversos cantores), Samba (Pagode). Estas atividades dançantes começariam às 23 horas e a previsão de término era de 5 horas da manhã.

Não sabemos se foi após a criação deste grupo que o senhor João Laureano é convidado a voltar à diretoria do Palmares, ele disse que começou a levantar o muro no terreno do bairro Jardim Europa somente em 1978 e após ter deixado a locação no bairro Aterrado. O Grupo União Black Promoções é de 1979, talvez tenha sido criado após a saída do pessoal “do movimento negro” do Palmares. A logo do grupo não poderia ser mais sugestiva e a combinação da logo com o nome do bairro (Metalúrgico) é uma feliz coincidência pois, até aqui, parece ser uma imagem representativa do que achamos da construção vivida por Volta Redonda.

A marca de ser uma cidade de metalúrgicos e ter conflitos raciais foi a tônica de Volta Redonda. Se durante o período inicial de desmonte da estrutura assistencialista da CSN (MOREL, 1989, pp. 258-291<sup>235</sup>) os clubes começaram a proibir a entrada de negros e consequentemente surgiu o Clube Palmares, é durante o agudizar de conflitos de classe na cidade e no Brasil que mais organizações negras surgem. Segundo Adelaide, o período em que João Laureano esteve afastado foi o período da efervescência política dentro do Clube Palmares e período de efervescência na cidade.

Segundo o Jornal do Comércio, de 1979:

“Das 28 greves ocorridas no Brasil durante o mês de março, 12 teriam sido proibidas se o Decreto 1.632, de agosto de 1978, que não permite movimentos paretistas em atividades consideradas essenciais para a segurança nacional, tivesse sido aplicado com todo o seu rigor. Na verdade, no entanto, apenas duas foram condenadas por atos do Ministério do Trabalho: a dos professores do Rio de Janeiro, ainda na administração do ministro Arnaldo Prieto, *e a dos motoristas de ônibus de Volta Redonda e Barra Mansa*, pelo Ministro Murillo Macedo”<sup>236</sup>.

A greve dos motoristas é uma das não mencionadas entre as pessoas que entrevistei, talvez porque muito do que tenha ficado na memória coletiva tenha a ver com a Igreja Católica e Dom Waldyr. A Igreja atuou em muitas causas, mas não foi ela que levantou as bandeiras, refletiu a professora Adelaide. Dom Waldyr, então bispo de Volta Redonda, se posicionou sobre a Greve dos Professores: “desejando ‘bom êxito’ à classe e observou que

<sup>235</sup> Segundo Morel, a CSN queria se desvencilhar de determinadas obrigações urbanas que tinha com a cidade industrial, então, não se opôs à emancipação do distrito (em 1954), contudo o regime de isenção fiscal dado à empresa começa a ser questionado no final da década de 1950 e acaba definitivamente em 1963, quando a CSN pagou milhões à Prefeitura. Por outras questões a prefeitura estava em crise e mais de 40.000 habitantes “não possuíam acesso à assistência médica, nem condições de saneamento”. Todo o quadro de diversificação de interesses e precarização ajudou no fim do ideal de Família Siderúrgica por parte da empresa, ou seja, no fim dos serviços que ela prestava à cidade e que por muitos era chamado de paternalista.

<sup>236</sup> *Jornal do Comércio*, 13 e 14/04/1979, p. 3. *Grifo nosso*.

‘não obstante a declaração de ilegalidade do movimento, vocês souberam distinguir o que é justo do que é ilegal e não se intimidaram’<sup>237</sup>.

Amarílio Ferreira Júnior acredita que a “repercussão no professorado das greves dos metalúrgicos do ABC de maio de 1978 foi imediata” (FERREIRA JR, 2013, pp. 77, 78) e cita como que as greves de professores foram se alastrando pelo país em um período de três anos. O arrocho salarial era uma questão nacional e acredito que para a classe de professores de Volta Redonda isso tenha se colocado de maneira mais aguda, muitos eram filhos de operários e a efervescência sindical na cidade era grande para a década de 1970.

Waldemar Lustoza era o líder do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, eleito em 1974, ele ficou no cargo até 1983. Era um líder visto como contraditório pois se recebeu apoio de Dom Waldyr, um bispo declaradamente progressista, após o fim da intervenção no sindicato, fazia discurso conciliador com a política sindical federal à época. Já no final da Década de 1970 sobre forte pressão da Oposição Sindical Metalúrgica que possuía elementos dos movimentos negros de Volta Redonda.

Como exemplo da atuação de Waldemar Lustoza podemos citar que durante a visita do então Presidente Geisel à Volta Redonda, nas comemorações ao redor de primeiro de maio de 1976, Lustoza ‘elogiou seu governo e ressaltou a preocupação daquele com ‘o aperfeiçoamento de um autêntico sindicalismo que procura solucionar todos os seus problemas e dificuldades através do diálogo’<sup>238</sup>. Dois anos depois ocorreu a greve dos metalúrgicos do ABC, decorrido mais um ano aconteceu a greve dos motoristas de Volta Redonda-Barra Mansa e a greve dos Peões, também em Volta Redonda.

A Greve dos Peões é outro episódio interessante por estar diretamente relacionada com a CSN. Os chamados peões estavam envoltos com o plano de expansão da Usina e encaravam, além de toda a questão de arrocho salarial, condições ridículas de trabalho.

“Em janeiro de 1976, no primeiro número do ‘Jornal Opção’, um semanário local redigido por jovens jornalistas da localidade, a reportagem de capa teve como título ‘O operário de mochila na mão’. A extensa reportagem mencionava a construção de alojamentos pela CSN no bairro Aterrado: ‘136 alojamentos tipo barracões com 6 camas de beliche de madeira em cada quarto’. A cidade se preparava para receber cinco mil operários contratados por empreiteiras. A reportagem os estigmatizava como seres ‘acostumados a viver trocando de lugar e obras como se troca de camisas’, sem apego familiar, com problemas de solidão e semi-analfabetos. A partir da edição de N. 40, de março de 1977, o jornal adotou a figura de um rato, chamado ‘Ed-imundo’, sempre presente nas ilustrações sobre

<sup>237</sup> *O Fluminense*, 22/03/1979, p. 3.

<sup>238</sup> Para uma melhor análise sobre sindicato, período militar e o surgimento das oposições sindicais em Volta Redonda vide Eduardo Ângelo da Silva (2016).

os problemas urbanos da cidade, um dos principais temas do jornal” (DA SILVA, E. Â, 2011, p. 10<sup>239</sup>).

Estigmatizados socialmente e sem apoio da Construtora Norberto Odebrechet, no dia 15 de outubro de 1979, saíram pelas ruas de Volta Redonda a protestar, era o deflagrar da greve. Contaram com o declarado apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), com a participação de Dom Waldyr Calheiros (Da Silva, 2011, p. 12). Mesmo com a greve considerada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho, segundo um periódico: “(...) cerca de mil trabalhadores de empreiteiras, reunidos, na catedral de Volta Redonda, resolveram continuar com o movimento e formar hoje os primeiros piquetes”<sup>240</sup>.

O final dos anos 1970 foi marcado pela suspensão do Ato Institucional nº5 (1978), aprovação da lei de anistia (1979) e a extinção do bipartidarismo (1979), contudo acredito que mesmo que a repressão não seja um tema corriqueiro nas entrevistas que fiz ela tenha ocorrido fortemente. Adelaide afirma que a primeira professora negra de Volta Redonda, Maria da Glória (Dagó), levou a questão política para dentro do Clube Palmares, foi perseguida politicamente e teve que sair de Volta Redonda. Nem ela e nem João Laureano abordaram abertamente ou aprofundaram o assunto, mas penso que possa ter ocorrido entre o fim dos anos 1960 e meados de 1970.

Recentemente tive acesso à documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI) e nele fica expresso que toda essa movimentação em Volta Redonda estava sendo acompanhada de perto, principalmente por quem estava sendo visto como protagonista de algumas ações, afinal a Igreja não era elemento a ser desprezado.

Em documento dedicado á análise da “Esquerda Clerical”, com o carimbo de *CONFIDENCIAL*, Dom Waldyr é citado na página três como um “elemento” que registra antecedentes com as esquerdas.

“D. WALDYR CALHEIROS DE NOYAES, bispo diocesano de BARRA DO PIRAÍ /VOLTA REDONDA, vem desenvolvendo em sua diocese intensas atividades de agitação político-ideológica de esquerda. Tendo como alvo principal o meio operário, D. WALDYR procura incentivar a criação e o funcionamento das Comunidades de Base no setor urbano, cuja população é constituída em sua grande maioria por famílias pertencentes à classe operária. Ultimamente, o esforço de agitação da diocese vem também se dirigindo para o setor rural, visando aproveitar o descontentamento reinante com os problemas de terra surgidos principalmente na região litorânea”<sup>241</sup>.

<sup>239</sup> O referido periódico é o *Jornal Opção*. 6 a 12 de junho de 1976.

<sup>240</sup> *Jornal da República*, 19/10/1979, p. 12.

<sup>241</sup> SNI. Agência Central. 021469, 02/10/1978 (Protocolo). ACE: 114369. **Serviço Nacional de Informações, Agência do Rio de Janeiro**. Informação nº 109/119/ ARJ/78, p. 3.

Para o mesmo ano há um documento do Ministério das relações internacionais que analisa as conexões internacionais do Movimento Negro. No Relatório Mensal de Informações nº 08/78/CISA, de 1978, que também exibe o carimbo de SECRETO, há o subtítulo “PST no Movimento Negro”<sup>242</sup> que muito revela sobre como as movimentações em Volta Redonda poderiam estar sendo analisadas: “Existe no Brasil, há algum tempo, propósitos velados de determinadas organizações em explorar o que chamam de ‘discriminação racial’, contando com o apoio, por ser notícia, dos órgãos de comunicação social”. Segue o documento a descrever o que eles notaram como estratégia afirmando que as organizações envolvidas se utilizam de “casos específicos e esparsos de discriminação racial” para criar uma visão fictícia ou “agravar, tensões sociais” objetivando “a formação de um clima propício para as suas atividades”.

Pelo que tudo indica eles acreditam que as instituições listadas mais abaixo no documento<sup>243</sup> usavam o discurso americano de “Black-Power” que repercutia internacionalmente “sobre a exploração do Movimento Comunista Internacional (MCI)”. Segundo eles, “Uma pesquisa nos nomes que compõem a direção ou tem vinculação com esses grupos e associados indicam a existência de elementos esquerdistas e/ou comunistas”.

Abaixo segue lista que o Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica (CISA) apurou sobre as ideias difundidas por determinados conferencistas das instituições que estavam presentes no documento:

- “- não há movimento cultural que possa ser desvinculado do político;
- o problema do negro é sócio-cultural, pois a sociedade dominante da época da escravidão é a mesma dos dias atuais;
- o cristianismo é uma alavanca dos que subjagam os assalariados, fazendo com que, só após a morte, aspirem a um vida melhor;
- escravo é aquele que, por intimidação, aceita um trabalho ou doutrina contrária à sua real aspiração de liberdade;
- os negros devem conscientizar-se do que são e honrar os seus antepassados, que lutaram até morrer, como no Quilombo do Palmares”<sup>244</sup>.

Acredito que muitos dos envolvidos com movimentações sociais em Volta Redonda foram fichados, assim como Dom Waldyr, e se a análise do movimento negro acima era a visão padrão do aparelho repressor esta fora replicada em outras instâncias, afinal o que as ideias que eles consideravam as difundidas tinham muito a ver com o teor dos relatos colhidos

<sup>242</sup> No documento PST seria a abreviação de Partido Socialista dos Trabalhadores.

<sup>243</sup> Como o Centro de Estudos Afro-Brasileiro, Centro de Cultura Afro-Brasileira, Grupo Cultural Zumbi, Reunião Cultural do Negro, Clube Jegue Plu, Institutos de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN), Grupo Apache, Grupo Olorum Baba Mim, entre mais outros 11 listados.

<sup>244</sup> Ministério das Relações Internacionais/Ministério da Aeronáutica. **Relatório Mensal de Informações nº8**, 31 de agosto de 1978. Síntese, pp. 15-18.

até aqui sobre a questão da discriminação racial, formação do Clube Palmares e as movimentações sociais decorrentes.

Embora não tenhamos encontrado fichas com nomes de pessoas que estavam no movimento negro de Volta Redonda, o aparelho repressor estava instalado dentro da CSN. Segundo o Relatório da Comissão da Verdade Dom Waldyr Calheiros de Volta Redonda, a Assessoria de Segurança de Informações (ASI) era “os olhos e ouvidos da CSN e do Serviço Nacional Informação (SNI) na Usina e Cidade do Aço”. A ASI-CSN era tipo 3, ou seja, um chefe e mais 8 funcionários, essa tipificação dava a ela o maior número de pessoas envolvidas, o que na visão do Relatório da Comissão da Verdade “demonstra a importância estratégica da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda para a política de Segurança Nacional da Ditadura Civil-Militar”<sup>245</sup>.

Foi justamente neste período de fichamentos dos movimentos sociais, greves em Volta Redonda e análise da influência da luta negra por direitos civis nos Estados Unidos no Brasil que o pessoal da Soul Black, a convite de Nazário, entrou para o Clube Palmares. Segundo Adelaide, o período foi de muita movimentação, grandes mobilizações e quem foi “para dentro do Palmares fazer movimento foi o PT”.

Penso que o discurso de João Laureano sobre o Clube Palmares não ser político, tenha a ver com a repressão que ele viu e sentiu desde antes da criação do Clube. Júlio Lopes Cajazeiras é assassinado em Barra Mansa, em 1951, foi espancado pelo Exército até a morte<sup>246</sup>. Feliciano Eugênio Neto teve seu mandato de vereador cassado, em 1964, pela Câmara Municipal de Volta Redonda, foi morto em 1976 pelo DOI-CODI II em São Paulo (Idem, p. 23). Encontrei uma pasta no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) em que estava um recorte de jornal com matéria sobre Cajazeiras e Feliciano, em 1949. Nela, suas esposas e de outros envolvidos foram à redação do periódico pedindo a divulgação e apuração da prisão, foram presos e sumiram. Segundo o relato, seus lares foram invadidos e seus maridos presos. Alegavam que “seus esposos”, não estavam “ligados à nenhuma facção política, sendo, tão somente operários da Usina Siderúrgica Nacional”<sup>247</sup>. Feliciano Eugênio Neto e Júlio Lopes Cajazeiras eram comunistas, eram encarados como negros e comunistas ou comunistas e negros? Como a repressão os enxergava é questão intrigante, não tenho resposta para isso mas se a repressão dos anos 1960-1970 enxergava o debate sobre discriminação

<sup>245</sup> Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros. Volta Redonda: Rio de Janeiro, pp. 23, 434.

<sup>246</sup> *Imprensa Popular*. 9/2/1955, p. 6

<sup>247</sup> APERJ - Fundo: DPS. Notação: 00.155. Dossiê: 155. Cx.: 2415Tipo: Panfletos. *O Mundo*. 17/08/1949.



racial como coisa de comunista, o senhor João Laureano estava envolto nesta discussão e era negro.

Em 1981 a professora Adelaide e outras pessoas fundam o Movimento de Conscientização do Negro de Volta Redonda (MCN-VR), segundo ela, já havia a necessidade de se fundar o grupo e foi uma das formas de dar nomes para entidades que estariam divulgando apoio a Juarez Antunes. A chapa de Juarez foi de oposição ao pessoal da Igreja, capitaneada à época pelos irmãos Barcelos. Nazário e o pessoal do Soul Black consideravam o MCN-VR como “esquerda demais”. Segundo Adelaide, “eles já estavam preocupados com a coisa da repressão” e “a gente era marxista, começa a questão do sindicato e o Albano na Chapa do Juarez”. O Albano citado é Luiz Albano, militante sindical, filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e militante negro.

Uma das coisas que se escuta na cidade é que Albano enriqueceu depois da privatização da Usina, a professora Adelaide, sua amiga pessoal, diz que não passam de boatos, que Albano sempre foi exibido e que a aparição na foto foi fruto disso.

Imagem 1.5



“Albano (segundo à direita) na finalização do primeiro dia (02/04/1993) do leilão da CSN na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro” (PEREIRA, 2007, p. 279).

Adelaide cita que apelidaram o sítio de Albano de “descanso do urubu ou recanto do urubu”. Afirma que Albano sempre foi de luta e mesmo depois da morte de Juarez ele continuou na militância, criou uma chapa chamada “Chapa Preta, só pegou pião preto pra

concorrer ao sindicato”. Segundo ela, ele alimentava essa visão do enriquecimento, parece que gostava disso, chegou a pegar ele falando que “tenho 1,5 milhão [risos]”.

Antes da privatização e de sua exposição na foto batendo o martelo, Albano já aparecia na imprensa pois o Sindicato de Volta Redonda, nos anos 1980, começa a protagonizar uma série de greves. Em 1986, ele aparece como Tesoureiro Regional da CUT (Central Única dos Trabalhadores)<sup>248</sup>, um ano depois apareceu citado como sindicalista comentando a negociação por ofício que os trabalhadores tentavam no país<sup>249</sup>. Em 1988<sup>250</sup>, ano de uma das maiores greves de trabalhadores de Volta Redonda e a mesma em que foram registradas três mortes de operários<sup>251</sup>, ele é citado no Correio Brasiliense. A matéria tratou do reaparecimento de um dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Vanderlei Barcelos que estava sumido desde a invasão de forças do Exército à CSN. Na matéria, Luiz Albano aparece como diretor sindical que teve o carro furtado em meio a confusão. A greve foi dura e as negociações constantes, em uma destas reuniões Luiz Albano é citado, ao lado de outros diretores sindicais e Juarez Antunes (Presidente do Sindicato) a negociar com a CSN na presença de um representante da Delegacia Regional do Trabalho<sup>252</sup>. O sociólogo Sérgio Pereira recupera matéria de O Globo, de 10/11/1988, em que se anunciava o seguinte quadro e os principais envolvidos:

**“A usina se tornou uma praça de guerra**

A ocupação da CSN, primeiro pelos trabalhadores, e depois por tropas do Exército, transformou a usina numa praça de guerra. Os soldados chegaram com armamentos modernos e até carros de combate. Os metalúrgicos, em maior número e armados com tubos de ferro e substâncias explosivas, ocupavam a aciaria LD – um setor estratégico na linha de produção do aço.

Os principais personagens da crise são o General José Luiz Lopes da Silva, Comandante da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada de Petrópolis e de toda a operação; o Coronel Mota, Comandante da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada; o Presidente da CSN, Juvenal Osório; o ex-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Juarez Antunes, Deputado Federal pelo PDT e candidato a Prefeito de Volta Redonda; o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, Luiz Albano; o Bispo D. Waldir Calheiros, que assumiu o papel de mediador entre os grevistas e os militares; o Juiz Moisés Cohen, da 3ª Vara Cível de Volta

<sup>248</sup> *Jornal do Brasil*. 13/12/1986, p. 8.

<sup>249</sup> *Diário do Pará*. 21/11/1987, p. 9.

<sup>250</sup> Embora a greve de 1988 seja a mais estudada, menciono aqui pesquisa recente que trata da greve em 1964. Esta foi deflagrada contra o golpe civil-militar de 1964 e em defesa do então presidente João Goulart. Para maiores informações, análise e referencial documental ver o relatório Comissão da Verdade Dom Valdir Calheiros (2013-2015), às páginas 20 e parte I do citado relatório.

<sup>251</sup> Os grevistas vinham num quadro de greves constantes em decorrências de exigências não atendidas pela direção da empresa, ao chegar em novembro de 1988 as reivindicações consistiam na implantação do turno de 6 horas, um aumento salarial baseado nas perdas inflacionárias do período, fim das “listas negras” – que acabava por impedir que determinados trabalhadores conseguissem emprego em empreiteiras – e a readmissão dos sindicalistas e trabalhadores demitidos por motivo de greve, entre outros objetivos ( Da Silva Júnior *et al.*, 2017, p. 33).

<sup>252</sup> *Tribuna da Imprensa*. 12 e 13/11/1988, p. 8.

Redonda, que deferiu a ação impetrada pela CSN que foi o instrumento legal para a invasão da usina” (PEREIRA, 2007, pp. 130,131).

Somente com maior pesquisa acredito que se possa mensurar o quanto da militância de Luiz Albano esteve envolta com os movimentos negros de Volta Redonda, ele não apareceu no relato que colhi de outros entrevistados, somente a professora Adelaide o citou nominalmente. A história da *Chapa Preta* é mais uma das que ficarão para futuras investigações. A atuação de Albano é muito lembrada e registrada como sindicalista e articulador político<sup>253</sup>, acredito que ele seja um dos poucos sindicalistas negros dentro do quadro do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e que assim como outros ganhou grande projeção durante a Greve de 1988.

## 5. Raça e Classe: Sinergia de Uma Construção.

Assim como acreditei que a emancipação de Volta Redonda trouxe elementos contraditórios por intercalar interesses de grupos sociais diferentes, em um movimento interclassista<sup>254</sup>, penso que a Greve de 1988 trouxe um movimento inter-racial para a cidade. Volta Redonda viveu esse inter-racialismo anteriormente mas pelo que notamos, dos anos 1960 para os 1980, estava a ocorrer um processo de conscientização negra pautada no estranhamento e as questões raciais determinavam agenda própria. O citado Luiz Albano é um exemplo disso, de operário a sindicalista, de sindicalista a participante do movimento negro e de ambos a articulador da greve.

O que noto são fragmentos de textos acadêmicos e documentos que apontam nessa direção como a própria pesquisa de Sérgio Pereira, já citada anteriormente. Em sua tese, Sérgio não explora a questão racial, contudo, citou que “(...) Sindicatos, associações de moradores, entidades religiosas e movimentos populares de estudantes, *negros* e mulheres se reuniram formando a chamada Frente Popular Sindical” (PEREIRA, 2007, p. 133)<sup>255</sup>. Essa Frente foi a responsável pela realização do “abraço à Usina”, ainda em novembro de 1988, quando das ameaças de desativação ou venda da CSN.

Sérgio cita negros mas pelo que apuramos do contexto eram os movimentos negros que surgiam na cidade, como a professora Adelaide afirmou criaram-se vários movimentos a partir do Soul Black, inclusive o que ela fundou, em 1981, e estava a militar nele até quando

<sup>253</sup> Vide Sérgio Pereira (2007, pp. 76-236).

<sup>254</sup> Vide minha dissertação DA SILVA, 2010.

<sup>255</sup> *Grifo nosso.*

da entrevista, o Movimento de Conscientização do Negro de Volta Redonda. Adelaide afirmou que:

“(...) a gente se organiza e a Igreja se apropria daquilo, eu faço essa crítica dentro da Igreja, que eu sou da Igreja Católica e dentro da Igreja eu falo isso. Não é que ela dá o primeiro passo, o primeiro passo da Igreja Católica sempre foi sobre a questão da pobreza”.

A Igreja não foi a motivadora do movimento negro ou do movimento sindical, mas com Dom Waldyr Calheiros na cidade ela manteve a porta aberta e deu apoio a esses movimentos. Assim, se em 13 de maio de 1988 comemorava-se o Centenário da Abolição da Escravatura e os movimentos negros se juntavam ao redor da data fazendo análises e críticas à situação do negro no país, a Igreja Católica polemizava ainda mais o tema pois a Campanha da Fraternidade de 1988 adotou a temática “A fraternidade e o negro” (DOS PASSOS; GIORGI; BATISTA, 2015, p. 5)<sup>256</sup>. Como uma correia de tração as atividades das Comunidades Eclesiais de Base não cessaram da Campanha da Fraternidade até a maior greve da CSN, a Greve de 1988.

A formação de classe e identidade racial sempre foram questões quentes em Volta Redonda e acredito que a experiência dos trabalhadores apresentada neste capítulo demonstra essa aproximação. Gostaria de apresentar mais 3 casos em que esta imbricação ficou patente<sup>257</sup>.

Geraldo Ferreira (nome de batismo) e José Engrácia Calisto (nome de batismo) possuíram parentes que foram escravizados, o bisavô de José (José Pereira Calisto) e o avô de Geraldo Ferreira (Mizael). Para a mudança de nome cada um deu sua explicação, assim, José Engrácia Calisto se transforma em José Garcia por causa de um erro em registro no cartório, segundo contaram a ele tanto quem foi registrar quanto o escrivão estavam bêbados e no debate que se seguiu à caligrafia correta do “Engrácia” desistiram e se resumiram a José Garcia. Geraldo Ferreira sustentou esse nome até o alistamento militar, aos dezoito anos, quando chegou à junta o rapaz do registro disse a ele que o nome “Ferreira” era do dono da

<sup>256</sup> No PACC-UFRJ podemos encontrar vários documentos com citações à Volta Redonda e a organização da Campanha da Fraternidade em 1988, um deles é o Relatório de Avaliação Regional da Campanha da Fraternidade-88 em que 11 cidades são listadas e Volta Redonda aparece entre elas. Vide PACC-UFRJ. Pasta: Movimento Negro-RJ, Arquivo de Cultura Contemporânea, Impressos, Relações Raciais, Coleção Centenário da Abolição. Arquivo Igreja Católica, documento: Relatório de Avaliação Regional da Campanha da Fraternidade-88, p. 1.

<sup>257</sup> Esta seção foi feita com base nas seguintes entrevistas: Geraldo Orozimbo, preto e funcionário aposentado pela CSN, militante da Pastoral Operária de Volta Redonda. Entrevistas realizadas pelo autor em Volta Redonda, dia 03/02/2009 e 08/03/2018; José Garcia, militante do movimento negro, ex-funcionário da CSN e ex-vereador de Volta Redonda. Entrevistas concedidas ao autor em Volta Redonda, nos dias 29/01/2009 e 07/03/2018; Pedro Antônio Francisco é mestre de capoeira e aposentado da CSN, na data da entrevista era promotor da cultura negra na cidade em convênio com a prefeitura. Entrevista concedida ao autor em Volta Redonda, 01/06/2018.

fazenda (senhor Nania Ferreira), assim que soube que na própria junta poderia registrar outro nome ele mudou para Geraldo Orozimbo, em homenagem ao pai que se chamava Orozimbo Ferreira.

Como tantos outros trabalhadores foram trabalhadores migrantes. José Garcia saiu de Santa Cruz do Escalvado e o senhor Geraldo Orozimbo de Carrancas, ambos municípios de Minas Gerais. O primeiro chegou em Volta Redonda em 1954 e o segundo dez anos depois em 1964, contudo ambos usaram de estratégias comuns entre os migrantes (chegar sozinho, usar da rede de familiares e arrumar emprego na cidade).

Religiosos e frequentadores da Igreja Católica foi dentro dela que ambos descobriram a discriminação. José Garcia era coroinha na Igreja, o padre gostava dele e era possível que ele conseguisse o que muito queria: estudar. Iria para uma das redes de escolas católicas, mas houve uma mudança de padre na cidade e o novo padre, mesmo com José Garcia continuando a ser coroinha, disse que não o conhecia e não deu aval para ele ir para a escola, aliás, o tirou da Igreja. Geraldo Orozimbo frequentava a Igreja e gostava de cantar e com o convite de amigos foi para um retiro de homens durante os dias de carnaval. Lá cantou no coral, pegava as notas facilmente. Acabado o retiro e voltando para a cidade não foi convidado para frequentar o coral da Igreja, foi perguntar se podia e o chefe do coral disse que “não queria preto dentro do coral”.

Geraldo é muito calmo, voz compassada, tranquila, pensa muito antes de falar, quando fala é bem devagar e sempre num tom baixo, mas com um timbre bem grave. José Garcia é mais acelerado, fala com maior desenvoltura e usa muito de ironia em suas construções, acredito que isso seja a força do hábito de longos anos e que tenham se moldado assim de acordo com as experiências que tiveram.

José Garcia chegou em Volta Redonda já ciente das dificuldades advindas da negritude e sempre soube se articular como preto e trabalhador, mas o senhor Geraldo disse que aprendeu que poderia *sair do lugar* aqui em Volta Redonda. Perguntei a ele o que isso queria dizer e ele explicou que em Minas:

“A gente sabia que era negro, mas a gente se colocava no lugar da gente, sabe? (...) Eu toda vida gostei muito de Igreja, gostava do catecismo, de rezar, a minha mãe [quando] armava chuva é eu que rezava junto da minha mãe. Toda a vida eu sempre gostei muito. Então quando eu via assim a Igreja celebrando eu ficava babando de estar ali, mas não podia porque era negro. Você não podia estar na frente, até os pais falavam assim ‘não, você é preto’, os pais falavam. Quer dizer, a gente sabia que era negro e aceitava o lugarzinho da gente lá, não podia estar ali”.

Negro era uma construção de subalternidade, nunca na frente, nunca em evidência. Em determinadas partes de seu relato me lembrei do livro “O Bom Crioulo” (CAMINHA, s/d.) que foi lançado em 1895, pois várias partes relatam trabalhos físicos pesados e papel subalterno em relação a quem julgasse de maior poder, geralmente pessoas brancas. Sua transformação ocorreu em Volta Redonda e dentro da Igreja. Devagar ele foi notando as diferenças dentro da cidade e dentro da CSN, começou a estudar o evangelho e conheceu a Igreja Católica sob a liderança de Dom Waldyr (que chegou em Volta Redonda em 1967). Ele relata que um dia vendo um debate na televisão ele viu um debatedor citar:

“(…) ‘o Concílio Vaticano Segundo foi o sopro divino no mundo’, foi sim e eu pego por mim. Saí lá da roça não tinha estudo nenhum, não vivi a Igreja antiga, não tinha conhecimento de Bíblia nem nada (...). Vim parar aqui, nessa época, tive condições, eu falava ‘não sei o que eu arrumei que o povo me aceitou’. Comecei em uma comunidade, ajudei a iniciar a catequese, a pastoral do batismo, tudo e fui o primeiro a fazer a celebração da palavra na comunidade”.

Geraldo Orozimbo foi o fundador de uma das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em Volta Redonda. Como ele mesmo falou, ele é um trabalhador que defendia a classe trabalhadora e via que nessa classe trabalhadora existiam os mais martirizados e os que tinham mais vantagem, “mesmo dentro da classe a gente via a discriminação do negro”. Contra as desigualdades e a injustiça ele participou ativamente da Pastoral Operária, chegando a auxiliar na Greve dos Peões de 1969, e ajudou a fundar a Pastoral Afro-Brasileira. Pensando na formação política e identitária do senhor Geraldo, penso que há um claro vínculo entre seus laços com a Igreja, os da Igreja mais progressista e os debates sobre a pobreza e o envolvimento de Geraldo por este viés.

O que esses senhores com certas semelhanças em suas histórias trouxeram de novo para a pesquisa? Na primeira entrevista, em 2009, o senhor Geraldo chegou com duas fotocópias. A primeira da Pastoral Operária em que havia um breve texto sobre a pastoral e as CEBs e nesta página havia uma foto dele próprio. O segundo documento era a carta testamento de Getúlio Vargas. Para além da análise crítica do conteúdo da carta ele lembrou de Vargas como alguém que se importou com a classe trabalhadora. O senhor José Garcia, na última entrevista que realizamos quando ele já estava com 91 anos, colocou em minhas mãos vários documentos. Em determinado momento ele detectou um texto de Rui Barbosa e interveio:

“Esse documento foi justamente dois anos depois da escravidão, saiu no Diário Oficial e eu tenho ele aí. Já distribuí cópias para diversas pessoas. Qual a finalidade disso, você sabe? Vou te dizer. Você sabe que nós não recebemos.. O

seu... Vamos dizer o avô... Não recebeu indenização, meu bisavô também não recebeu e Rui Barbosa mandou destruir toda a documentação para que nós nem ficássemos sabendo disso. (...) E diante disso nós temos direito, é muito dinheiro que nós temos direito a receber, tá? E as pessoas, são duas classes aí, tem gente que tem direito duas vezes. Os negros que lutaram na Guerra do Paraguai, eles não receberam a indenização não. (...)”

Segundo José Garcia, todo negro deveria ganhar uma indenização, para ele deveríamos ter uma Comissão da Verdade da Escravidão para apurar os fatos.

Os senhores Geraldo Orozimbo (82 anos) e José Garcia (91 anos) tiveram formações raciais distintas mas uma formação de classe no mesmo local de trabalho. Se o primeiro trabalhou com Lustoza (ex-presidente do SMVR) e ajudou a derrubá-lo apoiando Juarez Antunes nas eleições sindicais, o segundo foi militante do Movimento Negro e se elegeu vereador pelo Partido dos Trabalhadores em 1989. Penso que a apresentação dos documentos, bem como as questões que ambos levantaram, demonstrou o quanto que raça e classe além de estarem imbricadas eram sinérgicas. Essa sinergia presente em Volta Redonda passou tanto pela formação das personagens como pela ação e, até mesmo, pela construção do espaço da cidade.

Pedro Antônio Francisco, chamado por muitos de Mestre Pedro ou Mestríssimo Pedro, é mais um preto volta-redondense que passou pelo Clube Palmares e pelos movimentos negros de Volta Redonda. Ele afirmou que tanto a religião afro quanto a capoeira influenciaram sua identidade racial e reconheceu que já teve um olhar sem criticidade para a questão da raça-cor.

Explicou que seu pai sabia ler e escrever, mas não possuía muito estudo, contudo chegou a ser encarregado geral dentro da CSN. Pedro começa na empresa como servente, passou por ajudante e depois de um período de estudos foi classificado como inspetor de segurança no trabalho.

Imagem 1.6



Mestre Pedro Antônio Francisco.

Através de seu pai (Heitor Francisco) conseguiu estudar no Colégio Batista Americano em um momento que ele mesmo afirma que “branco pobre não estudava lá”. Perguntado sobre como ele foi aceito na escola, sendo negro, ele apenas afirmou que seu pai “representou a classe” pois por ser um encarregado geral ficou mais fácil de colocar o filho pra dentro. Pelo que ele lembra era ele e uma menina negra no colégio, disse que se chamava Maria da Glória, ficamos a pensar se é a Dagó do Clube Palmares, mas não perguntamos ao entrevistado quando da realização da entrevista.

Cheguei ao Mestre Pedro através de amigo da graduação, Ronaldo Luiz Tibúrcio da Silva, que também foi capoeirista dele. Ronaldo sempre falava sobre a Greve de 1988 e comentava uma curiosa história em que o Mestre Pedro teria treinado um grupo de capoeiristas para resistir ao Exército. Perguntando sobre o tema o Mestre disse que não foi bem isso, não quis adentrar, mas relatou episódio sobre a Greve de 1988.

“Olha só, o Exército invadiu, aí eu era da chefia mas eu sempre fiquei do lado da peãozada, eu me via como peão. Eu não me via como chefe, entendeu? Aí estava lá, aí o Exército invadiu, então vamos enfrentar, vamos enfrentar. Aí o Exército ao invadir meteu pancada em todo mundo que estava na Vila, homem, mulher, criança... Era arrancado do ônibus, etc. Então eu enfrentei mesmo. Eu lembro que eu dei uma benção [chute frontal da capoeira] no escudo [tropa de choque] e ele nem mexeu. Foi a primeira vez que eu vi branco e negro igual. Por que branco e negro igual? A altura. Então o Exército escolheu os mais fortes e os mais altos como linha de frente. Então é o seguinte, eu sei que dei uma benção no escudo dele e ele nem mexeu, nem mexeu. Aí fez isso, ele tirou o escudo e me deu uma cassetetada, aí eu caí. Eu caí na queda de quatro e armei pra trás e quando eu levantei eu estava cercado, eu estava cercado. Eu – estava - cercado! Escudos! Porque toda força bélica do mundo todo em todos os tempos separam os melhores (...) e isso aí foi feito em mim, só que isso aí eu vim analisando depois. Aí quando eu olhei assim, caralho! Eu tô morto, tô morto! Eu, um capoeirista aqui, caramba, cercado, tô morto. Porque na capoeira tem que ter espaço (...), eu estou morto. Foi Deus, foi Deus! Deus cara, foi Deus! Um dos soldados que estava me cercando... Um dos caras... Deus fez isso, empurrou a mão dele e ele fez isso com o escudo [movimento de abertura]. Só ele. Ah, é? Entrei com tudo com uma cabeçada (...), o cara caiu lá atrás igual uma tartaruga sem conseguir se virar. É agora. Pá, pá, pá, pá, pá, pá, pá. Eu só conseguia escutar o chão, eu subi ali a rua ali do Hospital [da CSN], cheguei assim no bairro Laranjal e assim que eu olhei para trás... Quando você estiver fugindo não olhe para trás não pois (...) você pode ter medo. Não pode ter medo não, tem que orar, orar, orar pra quem você quiser, entendeu? Vai com fé”.

Penso no trecho relatado como algo de um grande simbolismo pois Pedro estava na greve como operário, uniformizado e lutando por reivindicações que a classe de trabalhadores pautava como justa. Lutando pela classe e sendo um membro dela o trabalhador Pedro Antônio se transfigura em mestre e teve de usar de seu conhecimento (que ele mesmo conceitua como ancestral, a capoeira) para poder se desvencilhar da repressão. Usou de termos da capoeira, descreveu o que fez e disse que foi a primeira vez que “vi branco e negro



igual” pois até então, em outras partes da entrevista, o negro sempre se apresentava à frente na questão da desenvoltura física, uma outra construção histórica que muito fortemente esteve ligada à primeira geração de trabalhadores de Volta Redonda (vide Capítulo II). Ao dar a “benção”, cair na queda de quatro e armar para trás estava na expressão de negro-capoeira-operário-militante enfrentando o que poderia ser a primeira luta declarada por sua vida. O desespero por estar cercado e a ação de Deus ou de alguma outra força (quem sabe um Orixá) em abaixar a guarda de um dos soldados o levou a ver uma fraqueza e desferir uma violenta cabeçada. Soldado caído, Mestre Pedro correu sem olhar para trás, por sua liberdade. Se ao relatar a sua entrada em uma cara escola particular de Volta Redonda, quando criança, ele atribuiu o fato à *representação de classe* de seu pai, agora, em um conflito de classe usou de seus conhecimentos *pautados na raça* para viver.

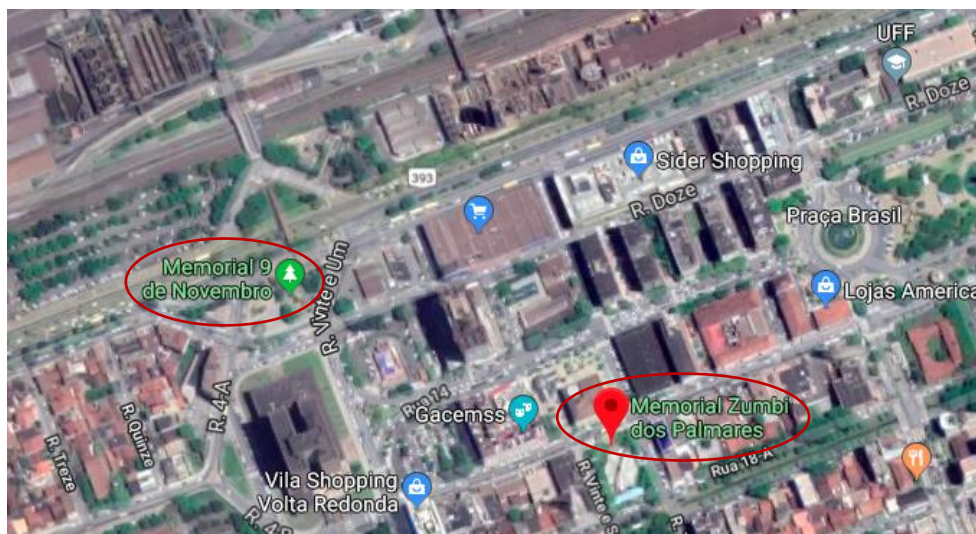
Penso que os relatos acima ajudem a reforçar o alerta de Angela Davis de que a negação da classe como categoria analítica não interessa à população negra (ALMEIDA, 2018, p. 147). Nos casos apresentados considero estar evidente a incoerência de alguns pesquisadores, muitos deles marxistas, de que classe fosse “mais básica ou *importante* do que raça” (ROEDIGER, 2004, Pp. 46, 47). Elas estão ali, juntas a se articular nas lutas sociais, de classe e identitária. Se alimentam e dão propulsão a diversas ou específicas mobilizações, como as da década de 1980, em Volta Redonda.

Os três trabalhadores acima passaram pela Greve de 1988 e estiveram envolvidos com as movimentações que criaram tanto o Memorial 9 de Novembro, em homenagem aos três operários mortos durante a greve, quanto com o Memorial Zumbi dos Palmares. José Garcia esteve envolvido diretamente pois era vereador durante a gestão que inaugurou o Memorial. Segundo Sérgio Bri, o Memorial é uma criação do movimento negro de Volta Redonda. Sérgio Bri, Adelaide e outros eram desse movimento e começaram a trabalhar dentro do Palmares como movimento negro e demandaram determinadas ações.

“(…)Foi dentro do Palmares que surge a proposta de se ter um monumento dentro da cidade de Volta Redonda. A discussão começou dentro do Palmares, nós entendíamos que o município de Volta Redonda precisava ter um monumento que homenageasse os negros e negras que contribuíram para a criação do município de Volta Redonda e aí fomos conversando, na época, com o candidato do PDT que era o Juarez Antunes e outros membros ali do partido, essa coisa toda. O Juarez ganha a eleição [1989] e nós continuamos a conversa mas logo ele veio a falecer e assumiu o vive prefeito (...). A conversa evoluiu, o Wanildo já tinha tomado posse [1989] substituindo o Juarez, e aí nós fomos conversar com um arquiteto da prefeitura e falamos da ideia. Queríamos criar um busto em Volta Redonda, esse busto seria uma homenagem. Esse arquiteto falou ‘por que que vocês não pensam uma outra coisa? Busto já está em desuso, tá fora de moda isso aí. Por que que vocês não pensam o monumento onde ao mesmo tempo que esteja homenageando os negros, esse lugar serve também para fazer atividades?’”.

A Prefeitura abriu concurso para projetos para o memorial, mas a briga foi grande. Segundo Sérgio, alegavam que estariam a fazer coisa pra negros no centro da cidade, falavam que a cidade estaria perdendo espaço de lazer, perdendo praça e área de crianças e velhos. Desde o início a ideia era de criar um espaço para a promoção de atividades para a comunidade negra e Bri afirmou que “A referência aqui é a população negra”.

Imagem 1.7



Fonte: Google Maps. À Frente está a CSN, à esquerda e abaixo o Escritório Central. O Memorial 9 de Novembro e o Memorial Zumbi estão marcados por letras verdes.

A Vila Santa Cecília de bairro construído para receber mão de obra mais especializada, técnica se tornava um dos centros comerciais de Volta Redonda. Desde os anos 1960 a CSN começou a vender seu patrimônio fora da fábrica, as casas foram compradas ou por funcionários ou por quem tivesse dinheiro. O Sr. Silvestre Pereira Rosa<sup>258</sup>, ex-trabalhador da CSN e ex-vereador de Volta Redonda na década de 1960, relata que houve uma discriminação “até de cor” quando da venda das casas da usina na década de 1960, período de fim do discurso de família siderúrgica na empresa, pois muitos encarregados que eram “gente de cor” e até chefes de seção não conseguiram comprar as casas que a CSN colocava para vender, então, muitos dos ex-funcionários negros tiveram de se mudar para a periferia. A estratégia que a empresa adotou foi exigir a entrega da casa para que o funcionário pudesse se aposentar, segurando a venda ao máximo. Nas palavras do Sr. Silvestre: “uma forma de expurgá-lo”.

<sup>258</sup> Silvestre Pereira Rosa, entrevista concedida a Ana Lúcia, Regina Morel e Jessie Jane Vieira de Souza. Volta Redonda, 28 de janeiro de 1988. Não há menção à cor do entrevistado.

Um monumento aos negros e negras, trabalhadores e trabalhadoras que construíram a CSN e Volta Redonda, em local do qual já haviam sido expurgados não era lá uma questão de fácil aceitação por quem se julgava em bairro mais elitizado.

“Foi um momento muito intenso da atuação do Movimento Negro dentro de Volta Redonda (...). É uma conquista do movimento negro. Você imagina você construir um órgão, uma edificação dessa com essa envergadura, pra esse assunto no centro de uma cidade como é a cidade de Volta Redonda, aqui é o coração da cidade. A dificuldade que foi. Porque normalmente eles querem que as coisas de negros seja lá na periferia, lá no canto: ‘lá tem um lugar legal, lá no...’. Não, porque quer manter nossa gente negra longe, as atividades do negro longe. Você ter uma edificação aqui no coração da cidade voltado pra essa finalidade, pra cuidar de coisa de negro? Isso foi uma afronta muito grande para a população de Volta Redonda, especialmente para a população de moradores aqui da Vila Santa Cecília”.

Acredito que as questões de classe e raça em Volta Redonda sejam bem similares à representação contida no Memorial 9 de Novembro (de 1989) e no Memorial Zumbi dos Palmares (de 1990), como demonstra a Imagem 1.7. Se traçarmos uma linha reta entre eles, a distância é menos de 300 metros, se pensarmos na questão cronológica suas inaugurações ocorreram distando um ano e 18 dias, se pensarmos na gestão municipal que levou os projetos a frente, foi a mesma que teve ingerência do sindicato dos metalúrgicos e do movimento negro da cidade, ou seja, pensando em suas representações e simbolismo parecem estar muito próximos, mas, por vezes, os 300 metros se transformam em quilômetros de distância. Mesmo assim, são duas faces de uma mesma moeda, são dois lados de uma mesma classe trabalhadora que se construiu dentro da Cidade de Volta Redonda.

### **Considerações Finais**

Foi no espaço destinado ao lazer que as complicações raciais começaram a aparecer em Volta Redonda. Esses espaços estavam relacionados com o rearranjo da CSN com seus trabalhadores e a entrega de parte da estrutura urbana à Prefeitura de Volta Redonda. O desmonte de uma estrutura social evidenciou a situação dos negros pois estes começaram a ser excluídos como no caso do Clube Náutico.

Os clubes evidenciavam um corte pautado na raça-cor, mas que tinha a questão da formação de classe dos trabalhadores de Volta Redonda, pois da organização espacial na cidade ao acesso aos clubes o nível, a especialização determinavam muita coisa. Dessa mescla surge uma contradição que acredito que notamos neste e nos outros capítulos da cidade, se no ambiente fabril a discriminação foi mais difícil de ser declarada isso não ocorreu fora dele.

Dos anos 1960 para os anos 1980 o fortalecimento e uma identificação racial passa a ser mais evidente. Dos clubes Palmares e Paulo Mendes (CTC) começam a emergir outras questões que em suas demandas estabelecem laços com outras regiões e conformam outros grupos.

O arrocho salarial<sup>259</sup>, a falta de uma política habitacional que atendesse a maioria dos trabalhadores, os planos de expansão da usina foram pontos que precarizaram as condições de vida de todos os trabalhadores e trabalhadoras da CSN, contudo, aumentaram a insegurança estrutural dos negros e negras, muitos deles, ainda nos trabalhos mais pesados dentro da empresa ou fora dela. A ressalva a ser feita é que a estrutura montada para eles e para seus filhos gerou a oportunidade de acesso à educação, uma situação negada a quase todo trabalhador antes de sua chegada à CSN e Volta Redonda.

Donald Edmund Rady demonstra em sua obra o crescimento dos números na educação de Volta Redonda, principalmente para os anos 1960 e 1970. Ele elogiou a estrutura educacional da cidade, apresentou dados sobre alfabetização de adultos e crianças bem como a inserção de novos métodos pedagógicos que, na época, compreendiam ao áudio visual. No último parágrafo do capítulo ele escreveu que “(...) Como é evidente a partir desta pesquisa sobre os recursos educacionais Volta-Redondenses, a escola tem sido uma das principais forças do setor socioeconômico” (RADY, 1973, p. 238). Em uma análise que tenta justificar o sucesso da empresa à educação, Rady parte de apenas uma vertente e praticamente colava educação à produção, a descolando de todo o resto.

Como evidente nos relatos que exibimos a educação foi a facilitadora do novo, pois para além de reservar realocação no ambiente de trabalho, possibilitou a construção de novas ideias e formatação de novas identidades. Foi através dela que os trabalhadores e trabalhadoras da primeira geração puderam se tornar letrados, seus descendentes e novos migrantes puderam especular formação superior. É sintomático notar que os movimentos que vieram no pós-Clube Palmares foram feitos por jovens que leram, pesquisaram e se envolveram com questões que queriam compreender e acabaram por justificar suas próprias construções identitárias, de militância e movimento. Como raciocinou uma de nossas entrevistadas, tudo que o país tem de estrutura nos dias de hoje (saúde, regras de zoneamento e manutenção urbana, estrutura educacional) o pessoal da CSN já tinha acesso desde o início da fábrica. A estrutura para a classe trabalhadora trouxe a possibilidade de um resgate histórico do racial.

---

<sup>259</sup> Sobre arrocho salarial e precarização das condições de vida em relação à classe e raça há interessantes considerações em Silvio Almeida, 2018, pp. 145-149.

## CONCLUSÃO

A hipótese central desta tese é de que a análise da dinâmica entre classe e raça é fundamental para o entendimento da história de Volta Redonda. Nossa pesquisa trouxe algo novo em relação a outros casos semelhantes como os analisados nos estudos de Richard Penn Reeve (1974) e Paula Cristia da Silva (1997), que já identificavam a diferenciação dos espaços dos no mundo do trabalho para os trabalhadores negros, encontrados nas piores posições dentro das empresas e tinham com uma mobilidade social mais limitada. O caso de Volta Redonda e da CSN realça mais, principalmente para a primeira geração de trabalhadores da empresa, o forte discurso de época que evocava uma nova classe trabalhadora unida e tentava demonstrar que todos, dos trabalhadores envolvidos em atividades mais pesadas e fatigantes aos mais especializados, estavam a construir o futuro do país.

Demonstrei nos capítulos como o discurso referente à classe se mesclava a registros que diferenciavam os negros dentro da mesma. Das fotos selecionadas aos textos que a CSN produzia e estampava nas páginas de seu periódico, os discursos sobre a classe trabalhadora estavam sempre envoltos em diferenciações pautadas na raça-cor. Nas questões relacionadas às engrenagens de funcionamento político da empresa e de atendimento de favores pessoais, de apadrinhamento e uso de redes, a dimensão racial também estava presente. Contudo, a diferenciação racial só se explicitou quando o desmonte da estrutura de assistência para os trabalhadores e o agudizar do arrocho salarial protagonizado pelo governo militar se fizeram sentir.

Se os trabalhadores negros lidavam com tratamento diferenciado nos campos econômico, social e cultural, penso que essa era uma característica da *formação social* em que viviam. Ou seja, na formação social da época experimentavam o tratamento diferenciado em campos diversos, vivenciavam diversas expressões de um racismo historicamente construído, um racismo de caráter estrutural. Como apontou Silvio Almeida, há que se dar maior importância a

“(...) compreender o peso de classificações raciais, não apenas na moldura dos comportamentos individuais ou de grupos, mas na definição de estratégias e políticas estatais e não estatais.

Os diferentes processos de formação nacional dos Estados contemporâneos, não foram produzidos apenas pelo acaso, mas por projetos políticos. Assim as classificações raciais tiveram papel importante para definir as hierarquias sociais, a legitimidade na condução do poder estatal e as estratégias econômicas de desenvolvimento” (ALMEIDA, 2018, p. 43).

Creio que Volta Redonda, tanto na era Vargas quanto durante o período da Ditadura Civil Militar, exemplifica muito bem aquilo que Gomes e Paixão já apontaram, ou seja, “o modelo desenvolvimentista acabou sendo forjado utilizando como motor ideológico o próprio mito da democracia racial” (GOMES e PAIXÃO, 2008, p. 185). Essa conexão incidiu principalmente na primeira geração de trabalhadores da CSN, como pode ser notado em vários momentos das entrevistas apresentadas, quando muitas das personagens oscilam entre, de um lado, o discurso de que a CSN provia quase tudo e, de outro lado, a constatação de que a discriminação e a diferenciação se faziam presentes nas posições de trabalho dentro da empresa e nos espaços de entretenimento.

Foi ao analisar os anos 1970 que notamos uma maior inflexão na relação entre raça e classe, pois novos elementos entraram em cena. Os filhos e filhas dos primeiros trabalhadores da CSN tiveram acesso à educação formal e conviveram com as informações sobre a luta pelos direitos civis que ocorria nos Estados Unidos. Ademais, foram esses filhos da primeira geração que sentiram a perda de estruturas às quais seus pais tiveram acesso. Ao mesmo tempo, experimentaram a contraditória situação de viverem no que a mídia ainda evocava como *país da democracia racial* e se depararem, mesmo sendo funcionários da empresa, com o fato de não poderem entrar em determinados clubes, sentir a discriminação nas escolas e a falta das mesmas oportunidades para os negros no espaço fabril. Foi deste contexto contraditório que os movimentos negros começaram a surgir e a se diversificar.

Embora a identidade racial tivesse se fortificado e reformatado nas dimensões trabalhadores-eleitores-moradores, classe e raça estavam imbricadas em lutas tanto em Volta Redonda como no resto do país. Conforme analisamos no Capítulo III, uma das questões mais interessantes nas nossas conversas com os entrevistados (embora eu não tenha obtido respostas) dizia respeito ao cruzamento de dois arcos de luta em 1988. Pois a greve mais importante da história da cidade, que culminou uma onda grevista após a vitória da Oposição Sindical e a filiação do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda à Central Única dos Trabalhadores ocorreu justamente no ano do Centenário da Abolição. Essa conjunção repercutia inclusive no âmbito da Igreja Católica, instituição fundamental na cidade, já que o próprio tema da Campanha da Fraternidade mencionava explicitamente a abolição e a situação do povo negro, desencadeando atividades que envolviam todos os movimentos negros presentes na cidade, assim como a Pastoral Operária. Considero, portanto que o ano de 1988 catalizou formações contruídas ao longo da década, que integravam classe e raça de maneira sinérgica.

O caso dos trabalhadores estudados evidencia que a imbricação entre classe e raça presente à nossa formação social deve ser compreendida como um aspecto fundamental do capitalismo à brasileira. Tanto nas relações sociais como no mercado de trabalho, classe e raça geram estratégias de ação em um caminho de mão-dupla. Se a fábrica utilizou critérios de raça-cor para pôr trabalhadores negros em piores condições de trabalho e receber salários menores, o fez mediante a majoração de lucros e diante da facilidade do fluxo destes trabalhadores. Ao mesmo tempo, trabalhadores não-negros (mas com a mesma formação) se beneficiaram desse processo e se estabeleceram na localidade. Por outro lado, ambos os grupos de trabalhadores lutaram juntos na emancipação de Volta Redonda, nas greves da CSN e no cenário político-eleitoral diante do aumento da insegurança estrutural que viviam.

O diferencial, em muitas situações, foram as estratégias adotadas, a forma como cada grupo jogava com as posições móveis que se configuram na relação entre classe e raça. Assim, ao acionarem suas redes, em determinados momentos históricos eles poderiam se articular como classe (como na emancipação do distrito em 1954) ou com base na sua raça-cor (como evidente no caso de criação do Clube Palmares e na criação dos movimentos negros na cidade). Contudo, em outros cenários, como no político eleitoral, seria possível integrar ambos os aspectos, tanto que, em 1989, a cidade elegeu Juarez Antunes (um representante sindical) e José Garcia (apoiado pelo Movimento Negro), o primeiro para prefeito e o segundo para a vereança.

Charles Wagley, na década de 1950, já apontava para essa sincronicidade entre o social e o racial. Em seu texto sobre as sociedades americanas, ele vislumbrou a possibilidade de operar com o conceito “social race” (WAGLEY, 1959, p. 13). Atualmente, considero que alguns pensadores-pesquisadores vêm elaborando mais aprofundadamente o insight de Wagley a partir do estudo de casos mais específicos (como o brasileiro). Penso que Silvio Almeida exemplifica essa tendência, ao declarar que “classe e raça são elementos sobredeterminados” (ALMEIDA, 2018, p. 145). Assim, entendendo que a construção do racismo é historicamente inseparável da lógica da constituição de classes sociais no Brasil, sou levado a concluir que a tese demonstrou o quão complexo é o imbricamento dessas duas esferas e sua combinação diante da insegurança estrutural vivida por aqueles homens e mulheres.

Ciente estou dos vários limites que minha pesquisa possui, muitos deles, creio, decorrentes de seu pioneirismo (na escolha do enfoque temático para a região estudada). Considero que muitas das questões abertas durante a pesquisa para a elaboração da tese só poderão gerar conclusão mais abrangentes e consistentes com a abertura dos arquivos da CSN

e com o testar de hipóteses aqui sugeridas por outros pesquisadores. Afinal, acredito que o avanço do conhecimento histórico só se faz num processo coletivo e compartilhado.

Já para além do escopo cronológico da pesquisa realizada para a tese, é importante destacar como alguns dos processos nela analisados se desdobraram numa virada na agenda política nacional em relação à questão racial. Se chegamos aos anos 1980 com um constante crescimento no debate e com o fortalecimento do Movimento Negro Unificado, nos anos 1990 (sob o manto neoliberal e da conseqüente degeneração das condições de vida) a mobilização e os questionamentos continuaram. É justamente em 1995 que o Movimento Negro ganhou as ruas através da Marcha Zumbi dos Palmares (ALBERTI, 2007, p. 337). No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, ele passa a ser reconhecido como um interlocutor do poder político, inclusive na definição de pautas a serem debatidas. Contudo, somente no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva se tem uma política mais clara, em que demandas do movimento se transformavam em leis, resultando na implantação de política de cotas raciais e da criação de ministério que era responsável por este assunto. Um jogo político de uma intrincada rede de equilíbrio e balanço de forças compostas por várias outras bandeiras de minorias sociais. Não sem motivo, o movimento negro deu suporte ao governo Lula e posteriormente ao governo Dilma.

Após 2016, porém, o país passa por processo político conturbado no qual a presidente reeleita é derrubada e o vice-presidente assume. Em um de seus primeiros atos, Temer extingue o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos, atitude que possui um grande efeito simbólico, ao romper com o legado dos anos anteriores, de políticas governamentais que conseguiram oferecer condições mínimas de ascensão para grupos sociais historicamente excluídos, como os negros. Ao mesmo tempo este rompimento foi visto com bons olhos por outros segmentos sociais, mais elitizados e conservadores, que defendiam o fim das políticas raciais com base no discurso supostamente meritocrático mas na verdade reproduzidor das desigualdades estruturais da formação social brasileira.

2019 se inicia com um governo eleito totalmente avesso às questões das minorias. O atual presidente carrega em seu histórico uma série de pronunciamentos e episódios racistas. Em 2011, foi perguntado sobre qual seria sua reação se um de seus filhos se apaixonasse por uma mulher negra. A resposta dada foi: “Não corro esse risco porque meus filhos foram muito bem educados e não viveram em ambientes como lamentavelmente é o teu”. A interlocutora era Preta Gil, negra, assim como seu pai, o cantor, compositor e ex-ministro da Cultura (2003-2008) Gilberto Gil. Já em 2017, em uma palestra no Clube Hebraica, ao declarar que quilombolas vivem do dinheiro dos impostos e não trabalham, o então deputado Jair



Bolsonaro disse: “Fui num quilombola (sic) em Eldorado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriadores servem mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gastado (sic) com eles”<sup>260</sup>.

Vivemos uma escalada mundial da extrema-direita e o Brasil se tornou um dos seus palcos principais. O momento é conturbado, há muito que se analisar na realidade social (redes sociais e eleições, populismo de direita, neopentecostalismo, etc), mas também há um movimento de reformatação (ou mesmo de criação) de conceitos, sem base metodológica ou teórica, como o *marxismo cultural*. Por que citar isso nesta conclusão? Recentemente ao falar de minha tese com um amigo negro, graduado em psicologia fui acusado de ser um marxista cultural, de estar tentando dividir a sociedade e implantar um ideal destrutivo (da família, do país, do mérito, etc).

Depois dessa experiência, pensei mais nos meus entrevistados e entrevistadas, pois eles enfrentaram uma Ditadura Civil-Militar criando movimentos de contestação racial e classista, atuando nas duas frentes e as combinando. Foram mulheres e homens do seu tempo que flertaram com o devir, trabalharam para transformar a realidade, com seus acertos e erros. Penso que por mais que o momento seja conturbado, ele já nasceu fadado a ser superado, pois o processo histórico é dialético. Que possamos nos inspirar nessas histórias e trazer o novo em nosso olhar, em nossas atitudes, pois ele sempre precisa ser plantado.

---

<sup>260</sup> *Folha de São Paulo*, 6/10/2018. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/veja-11-frases-polemicas-de-bolsonaro.shtml>>, acessado em 06/06/2019.

## FONTES E ACERVOS

### Entrevistas realizadas pelo autor:

- Dom Waldyr Calheiros, branco, ex Bispo de Volta Redonda. Entrevista realizada pelo autor na casa do entrevistado em Volta Redonda, 21 de mai. de 2008.
- Jouvacy Milheiro Neto, preto, ex-operário da CSN e morador de Volta Redonda desde 1941, Entrevista concedida ao autor, em Volta Redonda, 29 jan. de 2009.
- Maria do Rosário, preta e moradora de Volta Redonda desde os anos 1950, Entrevista concedida ao autor em Volta Redonda, 09 de fev. de 2009.
- Ronaldo Gori, branco e engenheiro aposentado da CSN, concedida ao autor, em Volta Redonda, 27 jan. de 2009.
- José Garcia, preto e ex-operário da CSN, ex-vereador de Volta Redonda (1989-1992). Entrevistas concedidas ao autor em Volta Redonda, 29 jan. de 2009 e 07 de mar. 2018.
- Geraldo Orozimbo, preto e ex-operário da CSN, militante da Pastoral Operária de Volta Redonda. Entrevistas realizadas pelo autor em Volta Redonda, nos dia 03 de fev. de 2009 e 08 de mar. de 2018.
- M., branco e militante da UDN, maçõ. Entrevista concedida ao autor em Volta Redonda, 19 out. de 2009.
- Maria do Carmo Milheiro, preta, nascida e criada em Volta Redonda. Entrevista concedida ao autor em Volta Redonda, 31 de jul. de 2009.
- Maria do Carmo Rosário Claudino do Rosário, preta, moradora de Volta Redonda desde a década de 1940. Entrevista realizada pelo autor em Volta Redonda, 29 de ago. de 2009.
- José Sebastião da Silva, pardo, ex-operario da CSN e morador de Volta Redonda desde os anos 1950. Entrevista concedida ao autor em Barra Mansa, 24 de ago. de 2017.
- Maria Aparecida da Silva, parda, moradora de Volta Redonda nos anos 1950. Entrevista concedida ao autor em Barra Mansa, 24 de ago. de 2017.
- Muara Cristina da Silva, parda, mestranda pela UFRRJ, filha de José Sebastião da Silva e Maria Aparecida da Silva. Entrevista concedida ao autor em 24 de ago. de 2017.
- Luiz Paulo Pereira, preto e ex-trabalhador da CSN. Entrevista concedida ao autor em Volta Redonda, 11 de nov. de 2017.
- João Estanislau Laureano, preto, ex-funcionário da CSN e um dos membros fundadores do Clube Palmares em Volta Redonda. Entrevista concedida ao autor em Volta Redonda, 07 de mar. de 2018.
- Marino Clinger, branco, ex-prefeito de Volta Redonda. Entrevista concedida ao autor em Volta Redonda, na casa de João Estanislau Laureano em 07 de mar. de 2018.
- Adelaide Maria Afonso Máximo, preta, professora de história e uma das fundadoras do Movimento de Conscientização do Negro em Volta Redonda. Entrevista concedida ao autor em Volta Redonda, 09 de mai. de 2018.

- Pedro Antônio Francisco, preto, mestre de capoeira e ex-operário da CSN, na data da entrevista era promotor da cultura negra na cidade em convênio com a Prefeitura Municipal de Volta Redonda. Entrevista concedida ao autor em Volta Redonda, 01 de jun. de 2018.
- Ana Luisa Howard de Castilho, parda, doutora em arquitetura e urbanismo. Entrevista realizada por este autor via WhatsApp, de jan. de 2018 a jun. de 2019.
- Sonja Howard, parda e assistente social, residente em Santos. Entrevista realizada por este autor via WhatsApp, nos dias 09 de jan. de 2019, 03 de mar. de 20019 e 02 de abr. de 2019.

#### **Entrevistas realizadas por outros pesquisadores (as):**

- Entrevista de Ubirajara, ex-operário da CSN, concedida a Regina Morel e Cristiane Tomke Lask, em Volta Redonda, 27 de nov. de 1987. Localização: Coleção CSN (Regina Morel). Caixa 3, Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).
- Entrevista de Senna e Palmira, ex-guarda da CSN e sua esposa, concedida a Regina Morel e Cristiane Tomke Lask, em Volta Redonda, 23 de nov. de 1987. Localização: Coleção CSN (Regina Morel). Caixa 3, Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).
- Entrevista de Francisco, ex-operário da CSN e sua esposa, concedida a Regina Morel e Cláudia, em Volta Redonda, 13 de jan. de 1988. Localização: Coleção CSN (Regina Morel). Caixa 3, Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).
- Entrevista de Millan, militante sindical e ex-funcionário da CSN, concedida a Lourdes e Cláudia, em Volta Redonda, 25 de jan. de 1988. Localização: Coleção CSN (Regina Morel). Caixa 3, Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).
- Entrevista de Silvestre Pereira Rosa, comunista, ex-sindicalista e vereador de Volta Redonda (1959-1962), concedida a Ana Lúcia, Regina e Jessie, em Volta Redonda, 28 de jan. de 1988. Localização: Coleção CSN (Regina Morel). Caixa 3, Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).
- Entrevista de Sérgio Gabriel dos Anjos, militante do movimento negro de Volta Redonda, concedida à pesquisadora Gladys Guimarães, em Volta Redonda, no dia 14/06/2012. Arquivo pessoal da pesquisadora.
- Entrevista de Maria Eunice da Silva Santos Dias, artista plástica e membra fundadora do Clube Palmares em Volta Redonda, concedida à pesquisadora Gladys Guimarães, na residência da entrevistada, em Volta Redonda, 04/07/2012. Arquivo pessoal da pesquisadora.

#### **Acervos Visitados:**

- APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

- AMORJ – Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro.
- CEDIC- PUC – SP – Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- PACC – UFRJ – Programa avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Biblioteca Municipal Raul de Leoni de Volta Redonda.
- Duke University Libraries, Durham-NC/ USA.
- Library of Congress, Whashington-DC/USA.
- NARA – National Archives and Records Administration, Washington-DC/USA.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOIM, S. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. **Estudos feministas**, v. 20, n. 1, p. 95-117, 2012.

ADAMO, S. **The broken promise : race, health, and justice in Rio de Janeiro, 1890-1940**. 1983. Dissertation in History, The University of New Mexico.

ANDREWS, G. R. **Blacks & Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988**. University of Wisconsin Press, 1991.

ALBERTI, V. **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - Cpdoc, 2007.

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

Alzira Alves de Abreu *et al.* **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC. II 2001a.

\_\_\_\_\_. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC. IV 2001b.

ATHAYDE, J. B. D. **Volta Redonda, cidade do aço : (notas históricas)**. Cel. Fabriciano, MG; Volta Redonda, Brazil: Gráfica Lajinhense ; Secretaria Municipal de Cultura, Governo Municipal Volta Redonda, 2004.

\_\_\_\_\_. **Volta Redonda através de 220 anos de história**. 2a. Volta Redonda, Brazil: Secretaria Municipal de Cultura, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Volta Redonda e a campanha emancipacionista**. 2a. Volta Redonda, Brazil: Secretaria Municipal de Cultura, Governo Municipal Volta Redonda, 2005b.

BAHIA, L. H. N. O poder do clientelismo: raízes e fundamentos da troca política. Renovar, 2003. ISBN 8571473021.

BATISTA, R. D. C. S. F. **O negro: trabalho, sobrevivência e conquistas em Juiz de Fora de 1888 a 1930**. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006. .

BEDÊ, W. A. **Volta Redonda na Era Vargas (1941-1964)**. Volta Redonda: SMC/PMVR, 2004.

BEDÊ, E. **Pedagogia do mundo do trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: Americanismo, Compromisso Fordista e a formação da classe operária em Volta Redonda**. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Campo de Confluência Trabalho e Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói

BENTO, M. A. D. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: (Ed.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

BERGER, J. **Para entender uma fotografia**. Editora Companhia das Letras, 2017.

BOPPRÉ, M. R. " O Lingote": Fonte jornalística para a história popular tubaronense. **ÁGORA**, v. 6, n. 12, p. 13-20, 1990.

BOTELHO, T. R. Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX. **Locus-Revista de História**, v. 3, n. 1, 1997.

BUSTELO, Pablo. **Teorías contemporáneas del desarrollo económico**. Madrid: Síntesis 1999.

CAMINHA, Adolfo. **Bom crioulo**. Fundação Biblioteca Nacional, s/d. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000052.pdf> >.

CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 121-151, 2015.

CAPPELLO, M. B. C. Novas formas e espaços para um novo tipo de cidade: a São Paulo “moderna” no acervo fotográfico da revista Habitat na década 1950. **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva**. São Paulo, 2014.

CARDIANO, F. P. **Eleições no Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: Imprensa Oficial, 1990.

CARDOSO, L. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial eo branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.

CASSÍLIA, J. A. P.. Doença mental e Estado Novo: a loucura de um tempo. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro, **Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Mestre**. 2011

CIAVATTA, M. **O mundo do trabalho em imagens: o fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930)**. DP & A Editora, 2002.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. Editora Outras Expressões, 2012.

COELHO, C. C. **Violência de gênero: um estudo de processos criminais de estupro em Uberlândia-1940/1960**. 2007. Dissertação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG.

COLEMAN, K. P. J., DANIEL ; SHARMA, JAYEETA **Photography and Work: Introduction**. Radical History Review: Duke University Press. 18: 1-22 p. 2018.

COOPER, F. **Decolonization and African society: the labor question in French and British Africa**. Cambridge University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. Condições análogas à escravidão: Imperialismo e ideologia da mão-de-obra livre na África. In: (Ed.). **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, A. **Volta Redonda ontem e hoje**. Volta Redonda: Grêmio Literário, 1978.

COUTO, A. L. F. **Do Império à República: a vida política no município de Barra Mansa**. 2016. Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação de História e Bens Culturais, CPDOC/FGV. Rio de Janeiro.

CRAVO, L. B. **Volta Redonda : quem te viu, quem te vê**. 3a. Brazil: s.n., 2004.

CUNHA, L. R.; DE ANDRADE, M. Fotografia e Documentação: a construção pde Brasília pelas lentes de Geraldo Vieira. **11º Seminário DOCOMOMO\_BR**. 2016.

CUNHA, O. D. Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação. In: (Ed.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CUNHA, V. L. Quilombo: a voz do Teatro Experimental do Negro (Rio de Janeiro, 1940/1950). **Revista Cadernos de Clio**, v. 3, n. 1, 2012.

DA COSTA, E. V. **The Brazilian empire: myths & histories**. University of North Carolina Press, 2000.

DA COSTA LIMA, R. J. Novas e velhas questões: revisando a historiografia sobre Volta Redonda (RJ). **História Unisinos**, v. 14, n. 1, p. 77-87, 2010.

DA SILVA, E. Â. Conexões urbanas e fabris: experiências, cultura e identidades de classe (Volta Redonda-RJ, 1970-1980). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH, São Paulo**, 2011.

\_\_\_\_\_. Sindicalistas no “seio” da ARENA: o sindicalismo metalúrgico sul fluminense nos anos 70. **Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio**, 2016.

DA SILVA, H. F. **Definições sobre branquitude**. *Geledes* 2011.

DA SILVA, J.; BERNADINO, M. C. R. A Democracia Racial em Desfile: concursos de beleza na década de sessenta. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 6, n. 12, p. 203-221, 2013.

DA SILVA JÚNIOR, E. T. et al. “A Greve Continua!”: Algumas Considerações Historiográficas Sobre os Movimentos Grevistas de Volta Redonda. **Cadernos UniFOA**, v. 4, n. 7, p. 24-38, 2017.

DA SILVA, L. Â. **Industrialização, Relações de Classe e Participação Política: da Criação da CSN à Emancipação de Volta Redonda (1941-1954)**. Mestrado Dissertação em História, Instituto Multidisciplinar-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM-UFRRJ). 2010.

\_\_\_\_\_. "A classe trabalhadora tem cor: democracia racial e desenvolvimentismo em Volta Redonda (1946-1987)". **NORUS: Novos Rumos Sociológicos**, v. 4, n. 5, p. 36-59, jan - jul 2016. Disponível em: < <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/8279> >.

DA SILVA, P. C. **Negros à luz dos fornos: representações do trabalho e da cor entre metalúrgicos baianos**. Dynamis Editorial, 1997.

DANCKWARDT, C. D. O. As consequências jurídicas da lei 12.015/09 na redação do art. 213 do código penal: uma análise interpretativa da norma tipificadora do estupro. **Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Penais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Direito**, 2015.

DANTE, N. **50 anos construindo o futuro**. São Paulo: Editora IPSIS, 2010.

DE CALAZANS et al. Criminologia crítica e questão racial. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 238, p. 450-463, 2016.

DE SOUZA, R. R. As representações do homem negro e suas consequências. **Revista Fórum Identidades**, 2009.

DE OLIVEIRA, L. E. **Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado de juiz de fora e suas lutas por direitos (1877-1920)**. Rio de Janeiro: FGV Editora 2010.

DE SIQUEIRA, U. Folclore, música caipira e trabalho (Piracicaba, 1940-1950). **Revista Tempos Gerais**, v. 4, n. 2, 2016.

DINAMARCO, P. D. S. M. **Trabalhadores da CSN: lembranças e relatos da primeira geração**. 2004. Tese de Doutorado Universidade de São Paulo

DINIUS, O. "Work in Brazil's Steel City: A History of Industrial Relations in Volta Redonda, 1941–1968." 2004. PhD dissertation in History, Harvard University

\_\_\_\_\_. **Brazil's Steel City: Developmentalism, Strategic Power, and Industrial Relations in Volta Redonda, 1941-1964**. Stanford University Press, 2010.

\_\_\_\_\_. Paternalismo estatal, bienestar y control social en la construcción de Volta Redonda. **Avances del Cesor**, n. 10, p. 151-172, 2013.

DOMINGUES, P. **ESTILO AVATAR: Nestor Macedo e o populismo no meio afro-brasileiro**: No Prelo 2015.

DOSSIN, F. R. Sobre o regime de visualidade racializado e a violência da imageria racista: notas para os estudos da imagem. **Anos 90**, v. 25, n. 48, p. 351-377, 2017. ISSN 1983-201X.

DOS PASSOS, P. S.; GIORGI, M. C.; BAPTISTA, R. P. A Pastoral Afro-Brasileira e a Campanha da Fraternidade de 1988: uma análise discursiva das questões raciais no interior da Igreja Católica. **Educare et Educare: Revista de Educação**. 2015.

DOS SANTOS, W. **O ex-Leviatã brasileiro: do voto disperso ao clientelismo concentrado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.



ELITA RENK, V. O estado e as políticas de branqueamento da população nas escolas, nas primeiras décadas do século XX, no Paraná. **Acta Scientiarum. Education**, v. 36, n. 2, 2014.

ERMAKOFF, G. **O negro na fotografia brasileira do século XIX**. Rio de Janeiro: Casa Editorial, 2004.

FARIAS, N. O. L. D. **Trajetórias de docentes negros/as universitários: desafios entre a presença e o reconhecimento a partir das relações raciais no Brasil**. 2019. (Mestre). Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, Criciúma.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era**. Globo Livros, 2008.

FERREIRA, E. C. S. Agosto: do enunciado à enunciação. **ITINERÁRIOS–Revista de Literatura**, 2000.

FERREIRA JR, A. Movimento de professores e organizações de esquerda na ditadura militar. **Educar em Revista**, n. 48, p. 75-92, abr./jun. 2013.

FISCHER, B. M. Quase pretos de tao pobres? Race and Social Discrimination in Rio de Janeiro's Twentieth-Century Criminal Courts. **Latin American Research Review**, v. 39, n. 1, p. 31-59, 2004.

FONTES, P. **Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

FORTES, A. Os impactos da Segunda Guerra Mundial e a regulação das relações de trabalho no Brasil. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux mondes mondes nouveaux-Novo Mundo Mundos Novos-New world New worlds**, 2014.

FORTES, A. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Revista Estudos Históricos**, v. 29, n. 59, p. 587-606, 2016. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/63764/62623> >.

FORTES, A; DA SILVA, EDUARDO ÂNGELO; DA SILVA, LEONARDO ÂNGELO. Desenvolvimento, trabalho e cidadania em Volta Redonda: um olhar sobre a evolução da produção acadêmica. In: (Ed.). **Desenvolvimento, trabalho e cidadania : Baixada e Sul fluminense**. Rio de Janeiro, RJ: 7Letras, 2012.

FORTES, Alexandre. **Nós do quarto distrito: A classe trabalhadora porto alegre e a Era Vargas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FORTES, A. Resenha de Oliver J. Dinius. Brazil's Steel City. Developmentalism, Strategic Power and Industrial Relations in Volta Redonda, 1941-1964. **Cadernos AEL**, v. 17, n. 29, 2012.

FORTES, A. D. S., EDUARDO ÂNGELO; DA SILVA, LEONARDO ÂNGELO. Desenvolvimento, trabalho e cidadania em Volta Redonda: um olhar sobre a evolução da

produção acadêmica. In: (Ed.). **Desenvolvimento, trabalho e cidadania : Baixada e Sul fluminense**. Rio de Janeiro, RJ: 7Letras, 2012.

FRENCH, J. D. Brazil's Steel City: Developmentalism, Strategic Power, and Industrial Relations in Volta Redonda, 1941-1964 (review). **The Americas**, v. 68, n. 4, p. 599-602, 2012.

FRENCH, J. H. Repensando a Violência Policial no Brasil: Desmascarando o Segredo Público da Raça. **Revista TOMO**, 2017.

FRENCH, J. **IV. Teaching the U.S.A./Brazil Comparison (Tables 1-6)**. Duke University.

FRENCH, J. D. **O ABC dos operários : conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950**. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

FRENCH, J. D. A história latino-americana do trabalho hoje: uma reflexão auto-crítica. **Revista de História**, 2002.

FRESCHI, A. O. Antônio Osvaldo Freschi (depoimento, 1998). **CPDOC/FUNDAÇÃO CSN**, p. 37 p. dat., 1998.

FURTADO, M. M. Literatura, História e Construção de Discurso Contra-Hegemônico. **Anais Eletrônicos ABRALIC** 2015.

GABARRA, L. Congado: religião e poder em Minas Gerais século XIX. **Artigo completo Anais Simpósio de História**. Santa Catarina, 2007.

GENOVEZ, P. F. Barões numa perspectiva reticular: análise de redes sociais, poder e nobreza na Zona da Mata Mineira no segundo Reinado. **Tempo**, v. 15, n. 30, 2011.

GERALDO, E. O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. **Locus: revista de História, Juiz de Fora**, v. 15, n. 1, p. 171-187, 2009.

GIACOMINI, S. M. **O percurso dos músicos no Rio de Janeiro, entre fins dos anos 1950 e início dos anos 1960**”. 2015. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio).

GOMES, A.. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo, SP, Brasil; [Rio de Janeiro]: Vértice; Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2005.

GOMES, F. Negros e política. **Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor**, 2005.

GOMES, F.; PAIXÃO, M. Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. **Revista Maracanã**, v. 4, n. 4, p. 171-194, 2008.

GONÇALVES, M. C. Educação, Higiene e Eugenia No Estado Novo: as Palestras de Savino Gasparini Transmitidas Pela Rádio Tupi (1939-1940). **Cadernos de História da educação**, v. 10, n. 1– jan./jun. 2011.

GOUVEIA, S. M. M. A fotografia de arquitetura de Peter Scheier em três publicações. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, n. 24, p. 80-97, 2008.

GRACIOLLI, E. J. Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve em 1988. 1997.

GRACIOLLI, E. J. Um Laboratório Chamado CSN–Greves, Privatização e Sindicalismo de Parceria (A trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda–1989/1993). **Campinas: Tese de Doutorado em Sociologia/Universidade Estadual de Campinas**, 1999.

GRANDO, P. G.; NIEDERAUER, S. Agosto, de Rubem Fonseca: entre o fato e a ficção. **Disciplinarum Scientia| Artes, Letras e Comunicação**, v. 2, n. 1, p. 47-58, 2016.

GUIMARÃES, A. S. A. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 54, p. 147-156, 1999.

GUIMARÃES, G. **Cidadãos porque trabalhadores: memória e trabalho entre velhos negros em Volta Redonda**. Dissertação em História: Universidade Federal Fluminense. 2020.

HOBSBAWM, E. J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. Paz e Terra, 2000

IBGE. **Censo Demográfico 1950**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

KRAUSS, J. D. S. Clotildes Lalau: A Presença Feminina No Movimento Negro De Criciúma/Sc A Partir Da Trajetória Da Militante. **História**, v. Mestre.

KOIFMAN, F. Os técnicos estrangeiros de mérito notório especializados em indústria útil ao país que procuram ocupação no Brasil (1941-1945). In: (Ed.). **Intelectuais e Desenvolvimento: perspectivas da pesquisa em história**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015.

KOUTSOUKOS, S. S. M. **Negros no estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX**. Editora da Unicamp, 2010.

LARA, S. H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. e-ISSN 2176-2767; ISSN 0102-4442, v. 16, 1998.

LASK, T. **Ordem e progresso: a estrutura de poder na " cidade operária" da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda (1941-1964)**. Dissertação de Mestrado no Museu Nacional, programa de pós graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.

LIMA, M. R. C. P. **Ingleses Pretos, Barbadianos Negros, Brasileiros Morenos? Identidades e Memórias (Belém, séculos XX e XXI)**. Belém, Mestrado em Ciências Sociais (Antropologia)/UFPA, 2006.

LIMA, M. R. C. P. **Barbadianos Negros e Estrangeiros**. Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2013.

LOPES, Alberto. **A aventura da forma: Urbanismo e Utopia em Volta Redonda**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

LOPES, J. R. B. **Crise do Brasil arcaico**. Rio de Janeiro: Centro Edelsen, 2009.

LOPES, J. S. L. **Sobre o trabalhador da grande industria na pequena cidade: critica e resgate da " crise do Brasil Arcaico"**. Museu Nacional, 1983.

LOTIERZO, T. H.; SCHWARCZ, L. K. Raça, gênero e projeto branqueador: “a redenção de Cam”, de modesto brocos. **Artelogie**, v. 5, 2013. Disponível em: < <http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?article254> >.

MACEDO, M. Renascença Clube: relações raciais e de gênero em ritmo de festa. **SciELO Public Health**, 2007.

MACEDO SOARES E SILVA, G. E. **Rumos da Companhia Siderúrgica Nacional**. Rio de Janeiro: Serviço de Relações Públicas da Companhia Siderúrgica Nacional, 1957.

MACHADO FILHO, A. D. M. **O negro e o garimpo em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1985.

MAGALHÃES, Bergonsil de Oliveira. Bergonsil de Oliveira Magalhães (depoimento, 1999). Rio de Janeiro, CPDOC/FUNDAÇÃO CSN, 1999. 40 p. dat..

MAIO, M. C. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de ciências sociais**, v. 14, n. 41, p. 141-158, 1999.

MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil**. Editora FIOCRUZ, 2010.

MANGABEIRA, W.; PEREIRA, V. Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda. 1993.

MATTOS, H. **Memórias do cativo: narrativa e identidade negra no antigo sudeste cafeeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MBEMBE, A.; LANÇA, M. **Crítica de razão negra**. Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2014.

MEDEIROS, S. A. D. **A cidade que educa. A construção das identidades sociais dos trabalhadores da cidade-empresa de Volta Redonda (1940-1973)**. 2004. Dissertação de Mestrado Educação, UFF

MOREIRA, R. D. L. **CSN: um sonho feito de aço e ousadia**. Rio de Janeiro: Iarte, 2000.

MOREL, R. L. D. M. **A Ferro e Fogo. Construção e Crise da Família Siderúrgica: O Caso de Volta Redonda (1941-1968)**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Palestra proferida**, n. 3º, p. 1-17, 2004.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Autêntica, 2008.

MUNIZ, D. D. C. G. Proteção para quem? O código penal de 1940 e a produção da “virgindade moral”. **Labrys, Estudos Feministas**, 2005.

NASCIMENTO, Á. P. Um reduto negro: cor e cidadania na Armada (1870-1910). In: (Ed.). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores negros e “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, v. 24, n. 59, p. 607-627, 2016. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/63768/62624> >.

NEGRO, A. L. **Linhas De Montagem: O Industrialismo Nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004a.

\_\_\_\_\_, A. L. Zé Brasil foi ser peão: sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística. **Culturas de classe. Campinas, Editora da Unicamp**, 2004b.

NOVAES, E. D. Entre o público e o privado: o papel da mulher nos movimentos sociais e a conquista de direitos no decorrer da história\* Between public and private: the role of women in social movements and the conquest of rights in the course of History. **História e Cultura**, v. 4, n. 3, p. 50-66, 2015

OLIVEIRA, Â. P. A atuação de profissionais negros no mercado de trabalho de Pelotas—um estudo a partir das Carteiras profissionais (1933 a 1942). **AEDOS**, v. 7, n. 17, p. 169-189, 2015.

OLIVEIRA, E. D. O. O mulato, um obstáculo epistemológico. **Argumento. Rio de Janeiro, ano I, nro**, v. 3, p. 65-74, 1974.

OLIVEIRA FILHO, P. D. Stimulating the debate on racial democracy in the fight against quotas for afro-descendants. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 26, n. 4, p. 429-436, 2009.

PEÇANHA, N. B. Que liberdade? Uma análise da criminalização das servidoras domésticas cariocas (1880-1930). **Revista Estudos Históricos**, v. 32, n. 66, p. 287-306, 2019

PEREIRA, J. B. B. **Cor, profissão e mobilidade: o negro e o rádio de São Paulo**. São Paulo: EdUSP, 2001.

PEREIRA, S. **Sindicalismo e privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional**. 2007. Tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, UFRJ.

PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística--IBGE, 2013.

PHILIPPOU, S. Modernism and national identity in Brazil, or how to brew a Brazilian stew. **National Identities**, v. 7, n. 3, p. 245-264, 2005. ISSN 1460-8944.

PINTO, L. A. C. **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

PIZZA, E. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: (Ed.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

POPINIGIS, F. T., PAULO CRUZ. Classe, raça e a história social do trabalho no Brasil (2001-2016). **Revista Estudos Históricos**, v. 32, n. 66, p. 307-329, 2019.

RAMALHO, J. R. G. P. **Estado-patrão e luta operária: o caso FNM**. Paz e Terra Rio de Janeiro, 1989.

RADY, D. E. **Volta Redonda: a steel mill comes to a Brazilian coffee plantation: industrial entrepreneurship in a developing economy**. Rio Grande Publishing Company, 1973.

RAMOS, Célio. Célio Ramos (depoimento, 1989). Rio de Janeiro, CPDOC/FUNDAÇÃO CSN, 1999. 49 p. dat..

REEVE, R. P. **Race and socio-economic mobility in a Brazilian town**. 1974. Washington University, St. Louis.

REIS, J. J. 'The Revolution of the Ganhadores': Urban Labour, Ethnicity and the African Strike of 1857 in Bahia, Brazil. **Journal of Latin American Studies**, v. 29, n. 02, p. 355-393, 1997.

ROCHA, E. P. Adivinhe quem vem para jantar? O imigrante negro na sociedade brasileira. **(Syn) thesis**, v. 7, n. 2, p. 121-132, 2014.

ROCHA, E. P.; ALLEYNE, F. Imigrantes negros: na contramão da história. In: (Ed.). **Deslocamentos e Cidades: experiências, movimento e migrações**. Rio de Janeiro, UERJ/LABIMI: FAPERJ, 2012.

ROEDIGER, D. E se o trabalho não fosse branco e masculino? Recentrando a história da classe trabalhadora e estabelecendo novas bases para o debate sobre sindicato e raça In: (Ed.). **Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho**. São Paulo Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

\_\_\_\_\_, D. Sobre autobiografia e teoria: uma introdução. **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.**

SANTOS, A. G. D. Benzenismo: Prevenção e Controle Devem Ser Permanentes. **Diesat (Departamento Intersindical e Saúde do Trabalhador) s/d.**

SANTOS, W. G. D. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira.** Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SAVAGE, M. Classe e história do trabalho. In: (Ed.). **Cultura de classe. Campinas: Ed. Unicamp, 2004. p.25-48.**

SAVAGE, M. Espaço, redes e formação de classe. **Mundos do Trabalho**, v. 3, n. 5, p. 6-33, 2011.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.** 2012. Tese de doutoramento em Psicologia pela Universidade de São Paulo.

SCHWARCZ, L. K. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_, L. K. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: (Ed.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea.** São Paulo: Companhia das Letras, v.4, 1998.

SILVA, C. S. D. **Quando os elos se partem: os trabalhadores intoxicados pelo benzeno no município de Volta Redonda.** 2003. Dissertação em Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz: Rio de Janeiro.

SILVA, E. Â. D. **Arigós e peões na Cidade do Aço: experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda-RJ, 1970-1980).** 2010. Dissertação em História, Instituto Multidisciplinar-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM-UFRRJ), Nova Iguaçu.

SILVA E SILVA, T. O Colorismo e suas bases históricas discriminatórias. **Direito UNIFACS–Debate Virtual**, n. 201, 2017.

SOUZA, C. V. C. D. **Pelo espaço da cidade: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1992.

SOUZA, J. A **Elite do Atraso.** Rio de Janeiro: LEYA, 2017.

SOUZA, J. A. P. **Nasce a Cidade da Curva do Rio.** Volta Redonda: Edição do Autor, 2016.

SOUZA, J. J. V. D. **Valentim, o guardião da memória circulista (1947-1958).** Dissertação de Mestrado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: UNICAMP, 1992.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro, ou, As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Graal, 1983

DINIUS, O. "**Work in Brazil's Steel City: A History of Industrial Relations in Volta Redonda, 1941–1968.**". 2004. PhD dissertetion in History, Harvard University

FRENCH, J. D. **O ABC dos operários : conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950.** São Paulo: Editora Hucitec, 1995. ISBN 8527102994. Disponível em: <  
<http://search.library.duke.edu/search?id=DUKE002340646> >.

LASK, T. Ordem e progresso: a estrutura de poder na " cidade operária" da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda (1941-1964). 1991.

SOUZA, C. V. C. D. Pelo espaço da cidade: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda. **Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR,** 1992.

SOUZA, J. J. V. D. Valentim, o guardião da memória circulista (1947-1958). 1992.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Volta Redonda, entre o aço e as armas.** São Paulo: Vozes, 1990.

VIEIRA, L. R. Educação e autoritarismo no Estado Novo. **Educação e Filosofia,** v. 6, n. 12, 1992

WAGLEY, C. On the Concept of Social Race in the Americas. **Actas del XXXIII Congreso Internacional de Americanistas 1,** p. 13-26, 1959.

XAVIER, G. "Esculpindo a “Nova Mulher Negra”: feminilidade e respeitabilidade nos escritos de algumas representantes da raça nos EUA (1895-1904)."  
**Cadernos Pagu** (40): 255-287, 2013.

ZWEIG, S. **Brasil: país del futuro.** Editora Guanabara, 1941.